

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MÁRIAM JOAQUIM

AS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO À LUZ DO MODELO  
CONSTITUCIONAL DE PROCESSO

CURITIBA  
2021

MÁRIAM JOAQUIM

AS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO À LUZ DO MODELO  
CONSTITUCIONAL DE PROCESSO

Dissertação apresentada como requisito parcial para conclusão do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná na Linha de Pesquisa em Direito das Relações Sociais, sob a Área de Concentração em Direito Processual Civil.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cruz Arenhart

CURITIBA  
2021

J62t

Joaquim, Máriam

As técnicas de coletivização de julgamento à luz do modelo constitucional de processo [meio eletrônico] / Máriam Joaquim. - Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2020.

Orientador: Sérgio Cruz Arenhart.

1. Ação coletiva. 2. Processo civil. 3. Direito constitucional. I. Arenhart, Sérgio Cruz. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

CDU 347.919.6

**Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná**  
**Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas**  
**Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB-9/1626**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -  
40001016017P3

**ATA Nº120**

## **ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DIREITO**

No dia doze de janeiro de dois mil e vinte e um às 14:30 horas, na sala REMOTA, CONFORME AUTORIZA PORTARIA 36/2020-CAPES, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **MÁRIAM JOAQUIM**, intitulada: **As técnicas de coletivização de julgamento à luz do modelo constitucional de processo**, sob orientação do Prof. Dr. SERGIO CRUZ ARENHART. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: SERGIO CRUZ ARENHART (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), EDUARDO TALAMINI (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), FREDIE SOUZA DIDIER JUNIOR (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, SERGIO CRUZ ARENHART, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 12 de Janeiro de 2021.

Assinatura Eletrônica

12/01/2021 16:15:57.0

SERGIO CRUZ ARENHART

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

13/01/2021 15:26:56.0

EDUARDO TALAMINI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

12/01/2021 15:53:20.0

FREDIE SOUZA DIDIER JUNIOR

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA )

---

Praça Santos Andrade, 50 - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80020300 - Tel: (41) 3310-2739 - E-mail: ppgdufpr@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 68178

**Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>  
e insira o código 68178**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO -  
40001016017P3

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MÁRIAM JOAQUIM** intitulada: **As técnicas de coletivização de julgamento à luz do modelo constitucional de processo**, sob orientação do Prof. Dr. SERGIO CRUZ ARENHART, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 12 de Janeiro de 2021.

Assinatura Eletrônica

12/01/2021 16:15:57.0

SERGIO CRUZ ARENHART

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

13/01/2021 15:26:56.0

EDUARDO TALAMINI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

12/01/2021 15:53:20.0

FREDIE SOUZA DIDIER JUNIOR

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA)

## AGRADECIMENTOS

Sempre levei como um lema de vida que a felicidade só é real quando compartilhada. Apesar de crer fielmente nisso, durante o Mestrado na UFPR, eu percebi que, na verdade, a felicidade está em dividir com pessoas maravilhosas a difícil trajetória para alcançá-la. Deve meus sinceros agradecimentos a cada um que andou ao meu lado durante esses dois anos.

Ao meu pai por ter me ensinado, através do exemplo, durante toda minha vida, que é só por meio do estudo e do trabalho árduo que se pode chegar a algum lugar.

À minha mãe, por tornar a minha vida mais leve, ao ser a prova viva de que é possível compatibilizar excelência com suavidade, dedicação com alegria e sacrifício com graciosidade.

Ao Mateus Costa-Ribeiro, por sempre me ver com olhos mais amáveis e orgulhosos do que eu realmente mereço. A sua fé no meu potencial e capacidade são verdadeiros impulsos na busca da melhor versão de mim mesma.

Aos meus irmãos, por terem me preparado para estar pronta para aproveitar as oportunidades e lidar com os piores desafios que a vida trouxer.

À Mariana Gripp, por estar ao meu lado, há quase dez anos, me mostrando que a vida pode ser vista por diversas lentes e cores e a felicidade pode ser encontrada nos mais variados acontecimentos e escolhas.

À Marina Amari, por ser minha companhia constante dos últimos anos, estando sempre presente nos momentos importantes para compartilhar alegrias e dividir tristezas.

À Marina Bonatto, por me lembrar diariamente a apreciar as pequenas coisas, me fazendo rir e sorrir mesmo diante dos acontecimentos mais banais e corriqueiros.

Aos meus amigos, Rick Pianaro, Guilherme Martelli, Pedro Costa, Mariana Buerger e Rafaella Padilha, Mario Kondo Neto, Thais Kondo, Julia Kondo e Gustavo Ogassawara por me mostrarem que na vida não é preciso ter uma coleção infinita de amigos, apenas uns poucos verdadeiramente imprescindíveis e insubstituíveis.

Ao Professor Sérgio Cruz Arenhart, meu eterno mestre, a quem não poderia de deixar de agradecer por, desde a graduação ter sido uma verdadeira fonte de inspiração, tanto no campo moral quanto no profissional. A maestria com que o senhor exerce a vocação de ensinar seus alunos a serem pessoas e acadêmicos melhores sempre irá me admirar e motivar.

Por fim, não poderia deixar de agradecer aos Professores Fredie Didier e Eduardo Talamini, que além de aceitarem prontamente o convite para integrar a banca avaliadora deste trabalho, contribuíram com inúmeras reflexos e críticas para aperfeiçoá-lo.

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo realizar uma abordagem crítica a respeito das técnicas de coletivização de julgamento previstas no Código de Processo Civil à luz de um modelo constitucional de processo. Para tanto, foi analisado, primeiramente, o atual panorama jurisdicional, marcado pela necessidade de mecanismos voltados à solução da litigância em massa. Em seguida, examinou-se a disciplina legal dada aos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e ao Incidente de Assunção de Competência, a fim de verificar sua compatibilidade com o devido processo legal. A partir disso, tendo como base as experiências estrangeiras e a reformulação das noções de participação no processo, conclui-se que tais técnicas processuais só podem ser consideradas constitucionais se a formação da tese jurídica vinculante for baseada em uma deliberação qualificada e na adequada representação de todos os afetados pela decisão judicial. Por fim, examinou-se se os tribunais pátrios atendem a esses parâmetros de constitucionalidade ao utilizarem os mecanismos processuais de solução concentrada de litígios.

**Palavras-chave:** Técnicas de coletivização de julgamento; Devido Processo Constitucional; Deliberação qualificada; Representatividade adequada.



## ABSTRACT

The present dissertation intends to critically examine the techniques of collective judgement provided in the Civil Procedure Code, in light of the constitutional model of process. For this purpose, initially, the new jurisdictional landscape, characterized by the need for mechanisms focused on the repetitive litigation was analyzed. From that, in order to verify their compatibility with the due legal process, the legal discipline given to the Repetitive Extraordinary and Special Appeals, the Incident of Resolution of Repetitive Demands and the Incident of Competence was examined. In this context, based on a comparative law perspective and the reformulation of the notions of participation, it was concluded that those procedural techniques can only be considered constitutional if their binding thesis is formed within a procedure marked by a qualified deliberation and the appropriate representation of all those affected by the judicial decision. Finally, it was analyzed whether the Brazilian Courts, when using these concentrated dispute resolution mechanisms, meet the constitutional parameters outlined.

**Keywords:** Techniques of collective judgment; Due Process of Law; Qualified deliberation; Adequacy of representation.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 LITIGIOSIDADE REPETITIVA E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....</b>	<b>15</b>
2.1 SOCIEDADE DE MASSA E O NOVO MODELO JURISDICIONAL .....	15
2.2 A DISCIPLINA DAS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO NO CPC 23	
2.2.1 RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL REPETITIVOS .....	24
2.2.1.1 REPERCUSSÃO GERAL.....	29
2.2.2 INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS .....	30
2.2.3 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	34
2.3 CARACTERÍSTICAS DEFINIDORAS DAS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO .....	37
2.4 DECISÕES VINCULANTES VS. PRECEDENTES .....	40
2.5 A INCONSTITUCIONALIDADE DAS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO À LUZ DO DEVIDO PROCESSO LEGAL .....	46
<b>3. REPENSANDO A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO .....</b>	<b>50</b>
3.1 O MODELO TRADICIONAL DE PARTICIPAÇÃO .....	50
3.2 FINALIDADES DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO .....	52
3.3 DIREITO À PARTICIPAÇÃO COMO DIREITO À REPRESENTAÇÃO ADEQUADA...	55
3.4 PARTICIPAÇÃO NAS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO.....	58
<b>4. AS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO NO DIREITO COMPARADO .....</b>	<b>61</b>
4.1 O MODELO NORTE-AMERICANO .....	61
4.1.1 CLASS ACTIONS .....	61
4.1.2 MULTIDISTRICT LITIGATION.....	65
4.1.3 VIRTUAL REPRESENTATION.....	66
4.1.3.1 A EVOLUÇÃO DA VIRTUAL REPRESENTATION .....	67
4.1.3.2 OS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À DOCTRINA DA VIRTUAL REPRESENTATION .....	70
4.1.3.2.1 O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO COMO CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA	71
4.1.3.2.2 VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL .....	72
4.1.3.2 OS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À DOCTRINA DA VIRTUAL REPRESENTATION .....	74
4.1.3.2.1 O DIREITO DE UM DIA PERANTE A CORTE .....	74

4.1.3.2.2 EFICIÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO.....	76
4.1.3.2.3 CONSISTÊNCIA DAS DECISÕES JUDICIAIS .....	77
4.1.3.2.4 UMA FINAL E DEFINITIVA SOLUÇÃO PARA OS LITÍGIOS .....	77
4.2 O MODELO INGLÊS .....	78
4.2.1 REPRESENTATIVE ACTION.....	78
4.2.2 GROUP LITIGATION ORDER .....	80
4.3 MODELO ALEMÃO .....	83
4.3.1 MUSTERVERFAHREN EM DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E PREVIDENCIÁRIAS .....	84
4.3.1 MUSTERVERFAHREN NAS DEMANDAS DO MERCADO DE CAPITAIS .....	86
<b>5. AS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO À LUZ DO MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO .....</b>	<b>92</b>
5.1 FORMAÇÃO DAS DECISÕES VINCULANTES .....	93
5.1.1 ESCOLHA DO CASO-PARADIGMA.....	93
5.1.2 ESCOLHA DO REPRESENTANTE ADEQUADO .....	99
5.1.3 PARTICIPAÇÃO DOS TERCEIROS INTERESSADOS.....	112
5.1.4 PARTICIPAÇÃO DE AMICUS CURIAE .....	118
5.1.5 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	121
5.1.6 AMPLA DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE .....	123
5.1.7 DELIBERAÇÃO QUALIFICADA.....	127
5.2 APLICAÇÃO DAS DECISÕES VINCULANTES .....	130
<b>6. AS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS.....</b>	<b>135</b>
6.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	135
6.2 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA .....	145
6.3 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO .....	156
6.4 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO .....	157
6.5 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.....	161
6.6 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ .....	165
6.7 ANÁLISE CONSOLIDADA .....	168
<b>7. CONCLUSÃO.....</b>	<b>173</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>176</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A sociedade atual é fortemente marcada pelo fenômeno da repetição. Os avanços tecnológicos – que possibilitaram o acesso amplo à informação, a maior integração humana, o desenvolvimento de comunicações sociais e o aumento da taxa populacional – e os avanços econômicos – marcados pela produção e distribuição de bens em série – criam uma sociedade de massa.<sup>1</sup> Em decorrência disso, as relações jurídicas passaram a ser caracterizadas pela repetição de situações pessoais idênticas. Consequentemente, os litígios levados ao Poder Judiciário também passaram a ter como fundamento situações jurídicas homogêneas, coincidentes em seu objeto e na razão de seu ajuizamento.<sup>2</sup>

Aliado a esse fenômeno, a melhora gradativa das condições de vida, a conscientização de direitos e o maior acesso ao Poder Judiciário ocasionaram um aumento exponencial do volume de processos ajuizados.<sup>3</sup>

Diante dessa nova configuração social, o sistema processual tradicional, voltado à resolução de conflitos individuais, se mostrou insuficiente para garantir uma tutela jurisdicional adequada, tempestiva e efetiva às demandas levadas ao Poder Judiciário.<sup>4</sup> Isso porque a abertura formal do aparato estatal para os mais variados litígios existentes, dissociada de um modelo processual e procedimental adequado e de uma estrutura judiciária eficiente, ocasionou um grave prejuízo à qualidade da prestação jurisdicional.

---

<sup>1</sup> MAZZEI, Rodrigo. Tutela coletiva em Portugal: uma breve resenha. In: MAZZEI, Rodrigo; NOLASCO, Rita Dias (Coord.). *Processo civil coletivo*. São Paulo: Quartier Latin, 2005. p. 652.

<sup>2</sup> “O que assume proporções mais imponentes é mais precisamente o fato de que se formam conflitos nos quais grandes massas estão envolvidas. É um dos aspectos pelos quais o processo recebe o impacto desta propensão do mundo contemporâneo para os fenômenos de massa: produção em massa, comunicação em massa, e porque não, processo de massa?” (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. As ações coletivas na Constituição Federal de 1988. *Revista de Processo*, v. 18, pp. 187-200, jan-mar/1991. p. 187).

<sup>3</sup> DUARTE, Ricardo Quass. *O tempo inimigo do Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: LTr, 2009. p. 70-71.

<sup>4</sup> “É evidente que, diante de tais institutos, renovados ou não as velhas regras e estruturas processuais em questão de legitimação e interesse de agir, de representação e substituição processual, de notificação, e em geral, de direito ao contraditório, de limites subjetivos e objetivos da coisa julgada, caem como um castelo de cartas. Tais regras e estruturas, desenhadas em vista de um processo civil de conteúdo individualístico – o regulamento de fixação de limites entre Tício e Caio, a restituição de uma soma de Tício a Caio, o ressarcimento de um dano pessoalmente advindo a Tício por um ato de Caio (...) – revelam sua impotente incongruência diante de fenômenos jurídicos coletivos como aqueles que se verificam na realidade social econômica moderna”. (CAPPELLETTI, Mauro. Formações sociais e interesses coletivos diante da justiça civil. *Revista de Processo*, v. 5, pp. 128-159, jan.-mar./1997. p. 147.

Percebeu-se, então, que de nada adiantava uma proteção meramente formal da garantia de acesso à justiça, sem que houvesse a correspondente criação de instrumentos necessários e aptos a garantir a efetiva proteção dos direitos e interesses dos jurisdicionados.<sup>5</sup>

Dentre as soluções buscadas pelo legislador brasileiro para dar um tratamento rápido e efetivo para o crescente número de casos similares que tramitam no Judiciário está a introdução de mecanismos processuais que conferem repercussão coletiva ao julgamento de demandas individuais. Essas técnicas permitem o julgamento de questões afins a vários processos, em uma demanda específica, que servirá de modelo e fundamento para o julgamento de todas as outras ações que versem sobre a mesma questão de direito. Em outras palavras, há um verdadeiro julgamento de massa, no qual o resultado de uma demanda é transportado para os demais processos a ela semelhantes.<sup>6</sup>

Tais mecanismos, apesar de não serem uma inovação do Código de Processo Civil de 2015, passaram a ter uma relevância mais marcante com esse diploma legal. Isso porque não apenas o CPC ampliou o número de instrumentos processuais voltados ao julgamento coletivizado de litígios, como também lhes outorgou eficácia vinculante.<sup>7</sup>

Assim, a solução de uma questão de direito definida em sede de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos e Incidente de Assunção de Competência passa a ser de aplicação obrigatória em todos os processos em trâmite no território de jurisdição do tribunal responsável pelo seu julgamento. Além disso, uma vez definida a tese jurídica, não se abre mais a possibilidade de rediscussão da questão de direito em demandas individuais. Cabe apenas ao juiz, uma vez identificada a identidade entre as controvérsias, realizar uma operação de subsunção da questão à tese jurídica estabelecida.<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> “Esse necessidades resolvem-se, resumidamente, num binômio composto pelos elementos quantidade e qualidade. Não basta aumentar o universo dos conflitos que podem ser trazidos à Justiça sem aprimorar a capacidade em relação à capacidade de produzir bons resultados. Nem basta produzir bons resultados em relação aos conflitos suscetíveis de serem trazidos à Justiça, deixando muitos outros fora do âmbito da tutela jurisdicional”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. V. I, Livro, I. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004. p. 114).

<sup>6</sup> ABI-CHAHINE, Paula Aparecida. *O problema da litigiosidade de massa: análise crítica acerca das técnicas que conferem repercussão coletiva ao julgamento de demandas individuais*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. p. 51.

<sup>7</sup> TARTUCE, Fernanda; ASPERTI, Maria Cecília de Araújo. As técnicas de julgamento de casos repetitivos e a triagem de processos e recursos sob a perspectiva do acesso à justiça. *Revista dos Tribunais*, v. 288, pp. 275-299, fev./2019. p. 284.

<sup>8</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa julgada sobre questão em favor de terceiros e precedentes obrigatórios. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 19, pp. 501-522, set-dez./2018. p. 509.

Ocorre que, ao se impor que a tese jurídica fixada em um caso paradigma tenha eficácia vinculante para todos os processos que versem sobre uma mesma questão de direito, os efeitos do julgamento deixam de estar limitados apenas à esfera jurídica individual das partes da demanda, atingindo todos que possuem uma mesma controvérsia jurídica em discussão.<sup>9</sup>

Tal fenômeno, a uma primeira vista, vai de encontro com um dos pilares do Estado Democrático de Direito que determina que ninguém pode ser prejudicado por uma decisão tomada em um processo de que não pôde participar em adequado contraditório.<sup>10</sup> Isso porque, com exceção das partes do caso modelo, os demais interessados na resolução da questão ficam privados de exercer a devida influência na decisão judicial que resolverá a controvérsia, mas, mesmo assim, estarão a ela vinculados.<sup>11</sup>

Dessa forma, ao mesmo tempo que as técnicas de coletivização de julgamento se mostram úteis para a racionalização do trabalho jurisdicional, elas trazem consigo o risco de violação de duas das mais fundamentais garantias processuais: o contraditório e o devido processo legal.

É exatamente diante desse panorama que se torna importante e necessário o estudo de medidas que venham a permitir a implementação dessas técnicas sem, todavia, violar as garantias processuais constitucionais dos jurisdicionados.

Diante disso, o presente trabalho se insere dentro desta problemática e busca uma solução que compatibilize de forma efetiva, no âmbito da resolução de conflitos massificados, os princípios da duração razoável do processo, do contraditório e do devido processo legal, a fim de garantir que a utilização das técnicas de coletivização de julgamento previstas no CPC atenda a padrões mínimos de constitucionalidade.

---

<sup>9</sup> BASTOS, Antônio Adonias Aguiar. Devido processo legal, sociedade de massa e demandas repetitivas. In: THEODORO JR., Humberto *Processo e Constituição: os dilemas do Processo Constitucional e dos princípios processuais constitucionais*. Rio de Janeiro: GZ, 2010. p. 219.

<sup>10</sup> “Os atos de poder projetam eficácia imperativa e inevitável sobre a esfera de direitos de pessoas diferentes daqueles que os realizam. Justamente porque imperativos e inevitáveis, não se originando da vontade dos destinatários nem dependendo do concurso dela, os efeitos dos atos de poder só se consideram democraticamente legítimos quando esses sujeitos hajam tido oportunidade de participar de sua formação: participação é contraditório”. (DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processo Civil*. V. II. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 32).

<sup>11</sup> BUSTAMANTE, Thomas da Rosa. Súmulas, Praticidade e Justiça: Um olhar crítico sobre o direito sumular e a individualização do direito à luz do pensamento de Misabel de Abreu Machado Derzi. In: COELHO, Sacha Calmon Navarro (Coord.). *Segurança Jurídica: Irretroatividade das decisões judiciais prejudiciais aos contribuintes*. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 320.

Para tanto, no primeiro capítulo, busca-se expor a evolução de uma sociedade individualista para uma sociedade de massas e a consequente inaptidão do modelo processual tradicional para lidar com os conflitos decorrentes dessa nova configuração social.

Já no segundo capítulo, analisa-se especificamente os instrumentos processuais implementados pelo Código de Processo Civil para lidar com o fenômeno da litigiosidade de massa, notadamente o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos e Incidente de Assunção de Competência. Nesse contexto, deu-se enfoque, primeiramente, à disciplina legal desses institutos para, em seguida, delinear as principais características a eles comuns. Por fim, expôs-se as razões pelas quais, à luz do devido processo legal, essas técnicas são inconstitucionais da maneira como foram instituídas pelo legislador brasileiro.

Por sua vez, no terceiro capítulo, procura-se demonstrar que os mecanismos de coletivização de julgamento não são, por si só, inconstitucionais, sendo possível pensar em modelo processual pautado na representação e não na participação.

Dentro dessa lógica, no capítulo quatro, são analisados os sistemas norte-americano, inglês e alemão para se determinar como esses ordenamentos trabalham como a resolução de questões individuais por meio de técnicas processuais coletivas, especialmente no que se refere à proteção dos princípios do contraditório e do devido processo legal.

Em seguida, no quinto capítulo, baseado nas considerações dos dois capítulos anteriores, procura-se propor um modelo procedimental constitucional a ser seguido nas técnicas de coletivização. Nesse âmbito, sugere-se um procedimento baseado em dois pilares: a deliberação qualificada e a comparticipação ampliada.

Por fim, no último capítulo, foram analisados os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos e Incidentes de Assunção de Competência julgados desde a entrada em vigor do CPC por seis tribunais brasileiros (STF, STJ, TRFs da 3ª e 4ª Região e TJs de São Paulo e do Paraná), a fim de se verificar se, na prática, há a efetiva aplicação desses parâmetros constitucionais no uso das técnicas de coletivização de julgamento.

## 2 LITIGIOSIDADE REPETITIVA E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

### 2.1 SOCIEDADE DE MASSA E O NOVO MODELO JURISDICIONAL

O processo civil clássico sempre foi pensado para atender a uma sociedade em que predominavam as noções individuais de direitos, deveres e liberdades. Diante disso, o procedimento jurisdicional, as regras e os mecanismos processuais foram estruturados a fim de solucionar demandas decorrentes de obrigações e contratos pessoais, envolvendo indivíduos determinados.<sup>12</sup> Nesse cenário, cabia ao juiz apenas declarar a vontade concreta da lei, resolvendo a lide proposta pelas partes nos seus exatos limites.<sup>13</sup>

Por outro lado, a partir da segunda metade do século XX<sup>14</sup>, com a evolução do Estado Liberal para o Estado Social e Constitucional Democrático, surgiram direitos atribuíveis de modo indivisível à coletividade como um todo ou a um grupo, categoria ou classe de pessoas.<sup>15</sup> Ao mesmo tempo, o grande desenvolvimento estrutural e econômico que marcou a época ocasionou o aumento exponencial das interações sociais e, conseqüentemente, do número de relações jurídicas delas decorrentes.<sup>16</sup>

---

<sup>12</sup> “O processo civil brasileiro tem a ação individual como centro e base de todo o sistema, esse, aliás é o modelo universal nos países de *civil law*; somente o titular individual do direito é permitido ‘pleitear’ seu cumprimento por via da ação (art. 6º do CPC). Tal situação denuncia o viés privatista do sistema processual”. (ZANETI JR., Hermes. *O “novo” mandado de segurança coletivo*. Salvador: Juspodivm, 2013. p. 53).

<sup>13</sup> CHIOVENDA, Giuseppe. *Principios de Derecho Procesal*. Tradução José Casais Y Santalo. Madrid: Editorial Réus, 1922. p. 349.

<sup>14</sup> Stephen Yeazell, ao contrário de grande parte da doutrina contemporânea, aponta que as ações coletivas, como forma de estruturação do litígio judicial, existem há pelo menos oito séculos – apesar de haver diferenças relevantes entre as primeiras ações medievais, as modernas e as contemporâneas. Assim, as primeiras ações coletivas surgiram na Inglaterra medieval do século XII, versando sobre conflitos envolvendo aldeões de vilarejos contra os seus senhores (*Lords*), por problemas relativos à administração das terras dos feudos; fiéis disputando o pagamento de dízimos com os párocos; corporações (*guilds*) questionando o pagamento de tributos ou arrendamentos impostos pela autoridade local. (YEAZELL, Stephen C. *From medieval group litigation to modern class actions*. New Haven: Yale University Press, 1987. p. 21-23).

<sup>15</sup> TALAMINI, Eduardo. A dimensão coletiva dos direitos individuais homogêneos: ações coletivas e os mecanismos previstos no Código de Processo Civil. In: ZANETI JR., Hermes (Coord). *Processo coletivo*. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 110-111.

<sup>16</sup> ALVES, Gustavo Silva. *Ações coletivas e casos repetitivos – a vinculação das decisões no processo coletivo*. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 27.



Emergiu, então, a conhecida sociedade de massa, marcada pela existência de “situações em que uma imensa quantidade de pessoas titulariza individualmente um direito que é na essência idêntico ao dos demais”.<sup>17,18</sup>

Em vista disso, as relações jurídicas se tornam homogêneas e, de certa forma, despersonalizadas. “O indivíduo passa a receber rótulos (‘usuários’, ‘consumidores’, ‘alunos’, ‘trabalhadores’, sindicalizados’, ‘contribuintes’, ‘vítimas’ etc.) e a sua identidade é despersonalizada (ele não é alguém, mas apenas a pequena parte de um enorme conjunto de relações)”.<sup>19</sup>

Como resultado, as demandas levadas ao Poder Judiciário, antes marcadas por feições individuais e pessoais, começaram ser caracterizadas por sua repetitividade, consistente na semelhança entre causas de pedir e pedidos.<sup>20</sup>

Nessa mesma época, o Direito e o processo passaram a sofrer uma reinterpretação, abandonando uma visão marcadamente legalista para adquirir um enfoque constitucionalizante. Com esse novo paradigma, a mera adjudicação do conflito deixou de ser suficiente para que a jurisdição cumprisse sua função. O processo assumiu, então, um novo rumo: a efetiva concretização do direito material do jurisdicionado.<sup>21</sup>

Com isso, a ideia de procedimento único, responsável pela aplicação mecânica da lei, passou a se mostrar completamente incompatível com a visão substancial de processo. Tornou-se necessário, a fim de concretizar o direito à tutela jurisdicional efetiva, a conformação das técnicas

---

<sup>17</sup> TALAMINI, Eduardo. A dimensão coletiva dos direitos individuais homogêneos: ações coletivas e os mecanismos previstos no Código de Processo Civil. In: ZANETI JR., Hermes (Coord). *Processo coletivo*. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 111.

<sup>18</sup> Assim, as sociedades de massa podem ser vistas como “comunidades que possuem instituições – públicas e privadas – de larga escala, impessoais e despersonalizadas. Estas entidades se relacionam por meio do exercício do poder econômico – muitas vezes estampado em vínculos jurídicos, diga-se de passagem – não com um ou dois sujeitos previamente identificados, mas sim, simultaneamente, com centenas ou milhares de anônimos (na maioria das vezes só identificáveis a *posteriori*”. (MOREIRA, Egon Bockmann; BAGATIN, Andreia Cristina; ARENHART; Sérgio Cruz; FERRARO, Marcella Pereira. *Comentários à Lei da Ação Civil Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 40).

<sup>19</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>20</sup> Os litígios repetitivos, então, podem ser definidos como “aqueles decorrentes de uma relação-modelo, que ensejam soluções-padrão. Os processos que versam sobre conflitos massificados lidam com conflitos cujos elementos objetivos (causa de pedir e pedido) se assemelham, mas não chegam a se identificar. Cuida-se de questões afins, cujos liames jurídicos materiais concretos são similares, entre si, embora não consistam num só e mesmo vínculo”. (BASTOS, Antônio Adonias Aguiar. Situações jurídicas homogêneas: um conceito necessário para o processamento das demandas de massa. *Revista de Processo*, v. 186, pp. 87-107, ago/2010. p. 94).

<sup>21</sup> OSNA, Gustavo. *Direitos individuais homogêneos: pressupostos, fundamentos e aplicação no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 21.

processuais à luz das formas de tutela prometidas pelo direito material.<sup>22</sup> Dessa maneira, a tutela adequada se tornou o enfoque central da jurisdição.<sup>23</sup>

Contudo, essa ideia da técnica processual adequada encontrou alguns entraves quando transportada para a realidade prática. Isso porque a ampliação considerável do acesso à justiça cumulado com o surgimento de direitos em massa teve como consequência o ajuizamento concomitante de milhares de demandas. Diante desse cenário, percebeu-se que a concretização adequada, efetiva e tempestiva dos direitos materiais exigia outro fator além da técnica processual adequada: aportes financeiros para custear o funcionamento da máquina estatal jurisdicional.

Assim, chegou-se à constatação de que a prestação jurisdicional vem atrelada com grandes custos financeiros inerentes à sua efetivação. Em palavras simples, os direitos têm custos.<sup>24</sup> E o orçamento público, infelizmente, não se mostrou capaz de assegurar a materialização integral de todos os direitos e garantias prometidos pelo Estado.

Nas palavras de Clemerson Merlin Clève, “a metáfora do cobertor curto é adequada (...) para a compreensão dos limites do orçamento público brasileiro. Trata-se de um cobertor insuficiente para cobrir, ao mesmo tempo, todas as partes do corpo. Se cobre os pés, deixa as mãos sobre o efeito do clima. Mas se cobre as mãos, não consegue dar conta dos pés”.<sup>25</sup>

Compreendeu-se então que, a fim de que a jurisdição cumprisse seu fim último, não bastaria que o processo fosse adequado tão somente sob uma perspectiva micro, isto é, na existência de mecanismos processuais adequados para a concretização do direito material. O magistrado, ao atuar como agente constitucional, precisariam também ter à sua disposição os recursos materiais e físicos necessários para desempenhar essa função.<sup>26</sup>

---

<sup>22</sup> “Como se vê, a postura dogmática preocupada com as tutelas é atenta para as formas de proteção ou de tutela dos direitos. Ela não está preocupada em saber se os cidadãos têm este ou aquele direito, ou mesmo com a identificação de direitos difusos e coletivos. É que, na perspectiva das ‘formas de tutela dos direitos’, a atribuição de titularidade de um direito fica na dependência de que lhe seja garantida a disponibilidade de uma forma de tutela que seja adequada à necessidade da sua proteção. Ou melhor, o sujeito só é titular de um direito, ou de uma posição juridicamente protegida, quando esse direito disponha de uma forma de tutela que seja adequada à necessidade de proteção que tal posição exija. Como está claro, há aí um proposital desvio de rota dirigido a permitir a diferenciação entre a atribuição – ou, como dizem alguns, a proclamação – de direitos e a existência de ‘posições jurídicas protegidas’”. (MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela de direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. p. 174).

<sup>23</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas de processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

<sup>24</sup> “Rights enforcements depends upon judicial vigilance. Rights costs, at a minimum whatever it costs to recruit, train supply, pay, and (in turn) monitor the judicial custodians of our basic rights”. (HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. *The Cost of Rights – Why Liberty Depends on Taxes*. New York: W.W Norton & Company, 2000. p. 45).

<sup>25</sup> CLEVE, Clemerson Merlin. A eficácia dos direitos fundamentais sociais. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, v. 54, pp. 28-39, jan-mar/2006. p. 36.

<sup>26</sup> OSNA, Gustavo. *Direitos individuais homogêneos: pressupostos, fundamentos e aplicação no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 40.

Diante do reconhecimento dessa limitação do exercício jurisdicional em face dos custos do processo, percebeu-se que a composição de cada controvérsia não poderia perder de vista a eficiência na gestão da massa dos processos<sup>27</sup>. Ou seja, o magistrado, ao julgar uma demanda, não deve levar em consideração apenas o litígio concreto a sua frente, mas sim, a totalidade de processos em trâmite no Judiciário<sup>28</sup>. O julgamento de determinada ação, assim, só deve ser considerado adequado caso ele não comprometa a resolução das demais demandas existentes.

Com base nessa ideia panprocessualista<sup>29</sup>, começou-se a repensar os pilares básicos do processo civil clássico, à luz de sua capacidade para atingir as finalidades atribuídas à jurisdição em face dessa nova configuração social.

Nesse cenário, parece haver consenso na doutrina em relação à inadequação do modelo procedimental tradicional e individualista para lidar com os conflitos de massa que surgiram a partir da segunda metade do século XX. Isso decorre de basicamente dois fatores.

O primeiro deles se relaciona com o fato de que procedimento ordinário foi estruturado visando uma ampla e completa cognição acerca de questões particulares, especialmente de natureza factual, com o fim de prover uma decisão para o litígio concreto. Em outras palavras, o processo foi pensado para operar dentro de uma lógica singularizada, na qual é possível definir uma norma para cada caso concreto com a participação direta das partes.

Nesse contexto, o modelo processual clássico se mostrou inapto ao ser utilizado para solucionar questões envolvendo interesses que se referem a uma coletividade de pessoas, uma vez que seus institutos tradicionais não se amoldam às peculiaridades ligadas a esses direitos.<sup>30</sup>

Ademais, a lógica procedimental clássica e individualista também se mostrou deficiente na adequada gestão dos processos em trâmite. Quando se analisa a estruturação do Poder Judiciário,

---

<sup>27</sup> CAPONI, Remo. O princípio da proporcionalidade na justiça civil – primeiras notas sistemáticas. *Revista de Processo*, v. 192, pp. 397-415, fev/2011. p. 403.

<sup>28</sup> Nesse mesmo sentido, “Doing the proper administration of justice goes beyond the immediate parties to litigation. It requires the court to consider the need of all litigants all court-users”. (DYSON, John Anthony. *The application on the Amendments to the Civil Procedure Rules*. London: The Master of the Rolls, 2013. p. 5).

<sup>29</sup> O pensamento panprocessualista foi desenvolvido pioneiramente no Brasil por Sérgio Cruz Arenhart. Ver: ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais: para além da proteção dos interesses individuais homogêneos*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

<sup>30</sup> “Foi especialmente a partir da década de 1970, com os trabalhos e conferências de Mauro Cappelletti, que surgiu a exata consciência de que os interesses de grupos apresentavam peculiaridades: como cuidar da representação ou da substituição processual do grupo lesado? Como estender a coisa julgada para além das partes do processo? Como repartir o produto da indenização entre lesados indetermináveis? Como assegurar a presença de todo o grupo nos processos coletivos para decisão e composição de tais conflitos intersubjetivos?” (MAZZILI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 44).

percebe-se facilmente que esta não foi organizada para receber e dar adequado tratamento a quantidades massivas de processos repetitivos.<sup>31</sup>

Tome-se como exemplo prático o próprio aparato judiciário brasileiro. Conforme o relatório Justiça em Números, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, no ano de 2018, cada magistrado de 2º grau possuía, em média, sob sua responsabilidade, 3.781 processos em tramitação. Esse número aumenta para 7.211 processo quando analisados os juízos de 1º grau.<sup>32</sup> Outrossim, o tempo de tramitação de um processo de conhecimento em 1º grau leva, em média, 3 anos e 3 meses na Justiça Estadual e 3 anos na Justiça Federal. Já o tempo médio de duração de todo o acervo é de 4 anos e 10 meses.<sup>33</sup>

Tais dados demonstram que, do ponto de vista da efetividade, o volume imenso de processos não está sendo suportado pelo Poder Judiciário, gerando acima de tudo, grande morosidade na sua condução. Tal cenário se mostra de extrema gravidade, uma vez que a demora na prestação jurisdicional se traduz, em última análise, na falta de prestação jurisdicional em si e, consequentemente, na violação do acesso efetivo à justiça.<sup>34</sup>

Ademais, grande parte desse acervo processual é composto por demandas seriais. Segundo o Banco Nacional de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, existem quase três milhões de processos sobrestados, aguardando a definição de tese jurídica a ser aplicada a casos com questões idênticas.

Isso comprova que a nova configuração jurisdicional exige o desenvolvimento de novas técnicas processuais e a reinvenção do processo judicial, adaptando-os às características e necessidades desse novo contexto.<sup>35-36</sup>

---

<sup>31</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 33.

<sup>32</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em Números 2019*. Brasília: CNJ, 2019. p. 112.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 150 e 151.

<sup>34</sup> “A eficácia concreta dos direitos constitucional e legalmente assegurados depende da garantia da tutela jurisdicional efetiva e tempestiva, porque sem ela o titular do direito não dispõe da proteção necessária do Estado ao seu pleno gozo” (GRECO, Leonardo. *Garantias fundamentais do processo: o processo justo. Estudos de Direito Processual*. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2005. p. 225).

<sup>35</sup> MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; TEMER, Sofia. O incidente de resolução de demandas repetitivas do novo Código de Processo Civil. In: ZANETI JR., Hermes (Coord). *Processo coletivo*. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 583.

<sup>36</sup> “O processo deve adequar-se às situações repetitivas. Há problemas que atingem, em massa, uma grande quantidade de pessoas, as quais ingressam em juízo na busca do reconhecimento de seu direito, acarretando um significativo número paralelo de causas que versam sobre o temo tempo. A dogmática tradicional quanto à atividade processual não se revela suficiente para dar solução rápida a essas demandas repetitivas”. (CUNHA, Leonardo Carneiro da. O regime processual das causas repetitivas. *Revista de Processo*, v. 179, pp. 139-174, jan/2010. p. 159).

Em um primeiro momento, diante da insuficiência dos mecanismos individuais de tutela, pensou-se que o processo coletivo pudesse ser um instrumento apto a abarcar as situações conflituosas repetitivas.<sup>37</sup> À época de sua criação, na década de 1980, o microsistema de processo coletivo era visto como um grande avanço.

Contudo, foi preciso “reconhecer o grande descompasso entre a doutrina e a legislação de um lado, e a prática judiciária de outro. Ao extraordinário progresso científico da disciplina, não correspondeu o aperfeiçoamento do aparelho judiciário e da administração da justiça”.<sup>38</sup> O processo coletivo, então, se mostrou inefetivo na tutelar adequada das demandas de massa.<sup>39</sup>

Nesse âmbito, pode-se enumerar algumas das causas da baixa aderência à proteção e defesa coletiva dos direitos individuais homogêneos, dentre elas: a restrição em relação a matérias que podem ser objeto de tais ações, a restrição da legitimação ativa da pessoa natural, a falta de critérios para aferir e controlar concretamente a adequação da representatividade, a condenação genérica e necessidade de execução individual, o sistema de extensão da coisa julgada, a tendência à propositura de processo individual e a ausência de formas adequadas para a flexibilização e adequação do procedimento diante do caso concreto.<sup>40</sup>

Diante desse insucesso, como um novo esforço para conter a litigiosidade repetitiva, iniciou-se um movimento em prol da criação de novos instrumentos processuais de uniformização de jurisprudência e de decisões vinculantes.<sup>41</sup> Com isso novos marcos normativos foram inseridos no ordenamento jurídico brasileiro, tais como: (i) a Lei 9.756/98 que possibilitou o julgamento monocrático de recurso<sup>42</sup>; (ii) a Lei 10.259/01 que implementou o sistema de uniformização de

---

<sup>37</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 34.

<sup>38</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. *Novas tendências do Direito Processual*. 2. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1990. p. 177.

<sup>39</sup> No mesmo sentido: “Embora, em teoria, o nosso sistema processual de tutela coletiva figure entre os mais avançados do mundo, na prática são muitos os problemas que impedem seu funcionamento adequado e eficiente, sobretudo para o fim de excluir dos órgãos judiciários demandas individuais. A insuficiência dos mecanismos de tutela essencialmente coletiva (direitos difusos e coletivos em sentido estrito, conotados por indivisibilidade) gera o fenômeno das chamadas demandas *pseudoindividuais*. De outro lado, desponta particularmente evidente a inaptidão da ação coletiva para tutela de interesses individuais homogêneos para desestimular os mecanismos de tutela individual decorrentes do mesmo macrolitígio” (SICA, Heitor Vitor Mendoça. Congestionamento viário e congestionamento judiciário. *Revista de Processo*, v. 236, pp. 13-26, out/2014. p. 18).

<sup>40</sup> TEMER, Op. cit., p. 36.

<sup>41</sup> GRINOVER, Ada Pellegrini. O tratamento dos processos repetitivos. In: JAYME, Fernando Gonzaga; FARIA, Juliana Cordeiro; LAUAR, Maria Terra (Coords.). *Processo Civil: Novas Tendências* – Estudos em homenagem ao professor Humberto Theodoro Junior. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. p. 1-2).

<sup>42</sup> Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

jurisprudência no âmbito dos juizados especiais federais<sup>43</sup> (iii) a Emenda Constitucional 45/05 que criou o instituto das súmulas vinculantes<sup>44</sup>; (iv) a Lei 22.277/06 que possibilitou a inadmissão de apelação com base em entendimento consolidado em súmula do STF e do STJ<sup>45</sup> e a improcedência liminar do pedido com base em “caso idêntico” previamente julgados em primeira instância<sup>46</sup>; (v) a Lei 11.418/06 que além de ter regulamentado a repercussão geral, criou o julgamento por amostragem<sup>47</sup>; (vi) a Lei 11.672/08 que introduziu a sistemática dos recursos especiais repetitivos.<sup>48</sup>

---

§ 1º -A Se a decisão recorrida estiver em manifesto confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior, o relator poderá dar provimento ao recurso.

<sup>43</sup> Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

<sup>44</sup> Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

<sup>45</sup> Art. 518 (...) §1º O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

<sup>46</sup> Art. 285-A. Quando a matéria controvertida for unicamente de direito e no juízo já houver sido proferida sentença de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada.

<sup>47</sup> Art. 543-B. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica controvérsia, a análise da repercussão geral será processada nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, observado o disposto neste artigo.

§ 1º Caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte.

§ 2º Negada a existência de repercussão geral, os recursos sobrestados considerar-se-ão automaticamente não admitidos.

§ 3º Julgado o mérito do recurso extraordinário, os recursos sobrestados serão apreciados pelos Tribunais, Turmas de Uniformização ou Turmas Recursais, que poderão declará-los prejudicados ou retratar-se.

§ 4º Mantida a decisão e admitido o recurso, poderá o Supremo Tribunal Federal, nos termos do Regimento Interno, cassar ou reformar, liminarmente, o acórdão contrário à orientação firmada.

§ 5º O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal disporá sobre as atribuições dos Ministros, das Turmas e de outros órgãos, na análise da repercussão geral.

<sup>48</sup> Art. 543-C. Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo.

§ 1º Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça.

O Código de Processo Civil de 2015 deu continuidade a essa tendência aperfeiçoando alguns dos mecanismos já existentes, estendendo seu alcance e eficácia, bem como criando outros novos.

Nesse âmbito, consolidou-se um verdadeiro sistema de decisões vinculantes<sup>49</sup>. Conforme o artigo 927, do CPC, os juízes e os tribunais estão obrigados a observar as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, os enunciados de súmula vinculante, os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos, os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional e a orientação do plenário ou órgão especial aos quais estiverem vinculados.

Essas técnicas de formação de decisões vinculantes foram instituídas visando inúmeros objetivos, dentre os quais estão a redução da carga exagerada de demandas perante o Poder Judiciário e a consolidação de uma segurança jurídica.<sup>50</sup>

---

§ 2º Não adotada a providência descrita no § 1º deste artigo, o relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia.

§ 4º O relator, conforme dispuser o regimento interno do Superior Tribunal de Justiça e considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia.

§ 5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias.

§ 6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

§ 7º Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem:

I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou

II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

§ 8º Na hipótese prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial.

§ 9º O Superior Tribunal de Justiça e os tribunais de segunda instância regulamentarão, no âmbito de suas competências, os procedimentos relativos ao processamento e julgamento do recurso especial nos casos previstos neste artigo.

<sup>49</sup> Parte da doutrina e o próprio CPC denomina tais decisões como precedentes vinculantes. Todavia, como será melhor exposto adiante, optou-se por não utilizar tal denominação por entender que esses institutos não são verdadeiramente precedentes, no sentido tradicional do termo.

<sup>50</sup> Tal entendimento é inclusive retratado na Exposição de Motivos do CPC: “Por enquanto, é oportuno ressaltar que levam a um processo mais célere as medidas cujo objetivo seja o julgamento conjunto de demandas que gravitam em torno da mesma questão de direito, por dois ângulos: a) o relativo àqueles processos, em si mesmos considerados, que, serão decididos conjuntamente; b) no que concerne à atenuação do excesso de carga de trabalho do Poder Judiciário

Para atender a essas finalidades, foram disciplinados especificamente os Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e o Incidente de Assunção de Competência (IAC), que dão tratamento rápido e igualitário a demandas idênticas. Dessa forma, esses quatro institutos foram pensados para aglutinar a solução de questões de direito, de modo a tornar a decisão do Tribunal obrigatória para todos os magistrados a ele submetidos”.<sup>51</sup>

Nos próximos capítulos serão estudados especificamente esses mecanismos processuais, ora denominados de técnicas de coletivização de julgamento.

## **2.2 A DISCIPLINA DAS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO NO CPC**

As técnicas de coletivização de julgamento têm como finalidade solucionar uma questão de direito – processual ou material, individual ou coletiva – que se repete ou possa se repetir em

---

– já que o tempo usado para decidir aqueles processos poderá ser mais eficazmente aproveitado em todos os outros, em cujo trâmite serão evidentemente menores os ditos ‘tempos mortos’ (= períodos em que nada acontece no processo). Por outro lado, haver, indefinidamente, posicionamentos diferentes e incompatíveis, nos Tribunais, a respeito da mesma norma jurídica leva a que jurisdicionados que estejam em situações idênticas tenham de submeter-se a regras de conduta diferentes, ditadas por decisões judiciais emanadas de tribunais diversos. Esse fenômeno fragmenta o sistema, gera intranquilidade e, por vezes, verdadeira perplexidade na sociedade. Prestigiou-se, seguindo-se direção já abertamente seguida pelo ordenamento jurídico brasileiro, expressado na criação da Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal (STF) e do regime de julgamento conjunto de recursos especiais e extraordinários repetitivos (que foi mantido e aperfeiçoado), tendência a criar estímulos para que a jurisprudência se uniformize, à luz do que venham a decidir tribunais superiores e até de segundo grau, e se estabilize. Essa é a função e a razão de ser dos tribunais superiores: proferir decisões que moldem o ordenamento jurídico, objetivamente considerado. A função paradigmática que devem desempenhar é inerente ao sistema. Por isso é que esses princípios foram expressamente formulados. Veja-se, por exemplo, o que diz o novo Código, no Livro IV: “A jurisprudência do STF e dos Tribunais Superiores deve nortear as decisões de todos os Tribunais e Juízos singulares do país, de modo a concretizar plenamente os princípios da legalidade e da isonomia”. Evidentemente, porém, para que tenha eficácia a recomendação no sentido de que seja a jurisprudência do STF e dos Tribunais superiores, efetivamente, norte para os demais órgãos integrantes do Poder Judiciário, é necessário que aqueles Tribunais mantenham jurisprudência razoavelmente estável. A segurança jurídica fica comprometida com a brusca e integral alteração do entendimento dos tribunais sobre questões de direito. Encampou-se, por isso, expressamente princípio no sentido de que, uma vez firmada jurisprudência em certo sentido, esta deve, como norma, ser mantida, salvo se houver relevantes razões recomendando sua alteração. Trata-se, na verdade, de um outro viés do princípio da segurança jurídica, que recomendaria que a jurisprudência, uma vez pacificada ou sumulada, tendesse a ser mais estável”.

<sup>51</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. Os terceiros e as decisões vinculantes no Novo CPC. *Revista TST*, v. 82, pp. 296-315, abr-jun/2016. p. 298.



diversos processos. Em outras palavras, define-se uma interpretação para determinada questão, a qual será replicada em processos em que se discuta a mesma controvérsia.<sup>52</sup>

Será analisado, então, a disciplina normativa de cada um desses institutos, para posteriormente definir suas semelhanças e implicações para o ordenamento jurídico brasileiro.<sup>53</sup>

### 2.2.1 RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL REPETITIVOS

As hipóteses de cabimento dos recursos extraordinário e especial estão previstas, respectivamente, nos artigos 102, III<sup>54</sup> e 105, III<sup>55</sup>, da Constituição Federal. Delas é possível extrair que cabe ao STF e ao STJ conferir sentido adequado ao direito constitucional e federal infraconstitucional.

Nesse âmbito, a disputa litigiosa e o controle da legalidade das decisões judiciais são apenas meios pelos quais os tribunais superiores chegam à interpretação do direito. Prevalece, pois, a função extraprocessual da decisão, em que os destinatários diretos dela não são as partes, mas o conjunto de órgãos judiciais que devem replicar as razões fundamentais estabelecidas por esses Tribunais.<sup>56</sup>

Ademais, nos casos em que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, o julgamento desta questão poderá ser feito em

---

<sup>52</sup> DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Ações coletivas e o incidente de julgamento de casos repetitivos – espécies de processo coletivo no direito brasileiro: aproximações e distinções. *Revista de Processo*. São Paulo, v. 256, p. 209-218, jun./2016. p. 212.

<sup>53</sup> Ressalta-se que não é objeto do presente trabalho a análise pormenorizada de cada uma dessas técnicas nem das polêmicas e discussões doutrinárias em torno delas. Busca-se, somente, delinear o que pretendeu o legislador ao instituí-las.

<sup>54</sup> Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar dispositivo desta Constituição;
- b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
- c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.
- d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

<sup>55</sup> Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

III - julgar, em recurso especial, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão recorrida:

- a) contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência;
- b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;
- c) der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.

<sup>56</sup> MITIDIERO, Daniel. *Cortes Superiores e Cortes Supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 80-81.

bloco<sup>57</sup>, por meio da seleção e afetação de dois ou mais recursos representativos da controvérsia, com a conjunta suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos.<sup>58</sup> Essa é a sistemática dos recursos extraordinário e especial repetitivos.

O procedimento de julgamento dos recursos repetitivos possui, resumidamente, cinco etapas: (i) seleção de recursos fundados em idêntica controvérsia; (ii) afetação da questão como repetitiva; (iii) instrução da controvérsia; (iv) decisão quanto a questão repetitiva e; (v) irradiação dos efeitos da decisão para os casos repetidos.<sup>59</sup>

Assim, o primeiro estágio de julgamento dos recursos repetitivos é a seleção de recursos representativos da controvérsia que pode ocorrer tanto por iniciativa do presidente ou vice-presidente dos tribunais locais ou do próprio relator do recurso extraordinário ou especial.<sup>60</sup> Outrossim, quando a escolha é feita pelo presidente ou vice-presidente de TJ ou TRF, o relator não estará vinculado a essa decisão, podendo selecionar outros recursos, com o objetivo de optar por aqueles que melhor retratem a questão jurídica a ser debatida.<sup>61</sup>

---

<sup>57</sup> “Essas cortes não devem repetir inúmeras vezes diante de milhares de casos concretos a mesma solução jurídica para uniformizar a aplicação do direito no nosso país. Devem dar unidade ao direito a partir da solução de casos concretos que sirvam como precedentes para guiar a interpretação futura do direito pelos demais juízes que compõem o sistema encarregado de distribuir justiça a fim de evitar a dispersão do sistema jurídico. Nessa linha, uniformizar é tarefa das Cortes de Justiça, que têm o dever de controlar a justiça da decisão de todos os casos a elas dirigidos – o que obviamente inclui o dever de aplicação isonômica do direito.” (MITIDIERO, Daniel. Precedentes, Jurisprudência e Súmulas no Novo Código de Processo Civil Brasileiro. *Revista de Processo*, v. 245, pp. 333-349, jul/2015. p. 341).

<sup>58</sup> Art. 1.036. Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento de acordo com as disposições desta Subseção, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1º O presidente ou o vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal selecionará 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia, que serão encaminhados ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça para fins de afetação, determinando a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado ou na região, conforme o caso.

§ 2º O interessado pode requerer, ao presidente ou ao vice-presidente, que exclua da decisão de sobrestamento e inadmita o recurso especial ou o recurso extraordinário que tenha sido interposto intempestivamente, tendo o recorrente o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar-se sobre esse requerimento.

§ 3º Da decisão que indeferir o requerimento referido no § 2º caberá apenas agravo interno.

§ 4º A escolha feita pelo presidente ou vice-presidente do tribunal de justiça ou do tribunal regional federal não vinculará o relator no tribunal superior, que poderá selecionar outros recursos representativos da controvérsia.

§ 5º O relator em tribunal superior também poderá selecionar 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia para julgamento da questão de direito independentemente da iniciativa do presidente ou do vice-presidente do tribunal de origem.

§ 6º Somente podem ser selecionados recursos admissíveis que contenham abrangente argumentação e discussão a respeito da questão a ser decidida.

<sup>59</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil: a tutela dos direitos mediante procedimento comum*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. p. 570.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. O “novo” juízo de admissibilidade do recurso especial e extraordinário. In: MACÊDO, Lucas Buri; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais*. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Selecionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 1033.

Uma vez selecionados os recursos representativos, o relator avaliará a efetiva existência de multiplicidade de processos envolvendo a mesma questão de direito. Em caso positivo, a questão será afetada para julgamento. Na mesma ocasião, cabe ao relator identificar com precisão qual a questão objeto de julgamento, determinar a suspensão da tramitação de todos os processos em território nacional que versem sobre tal questão, bem como solicitar aos presidentes e vice-presidentes de todos os TJ e TRF a remessa de um recurso representativo da controvérsia.<sup>62</sup> Salienta-se que as partes devem obrigatoriamente ser intimadas da decisão de suspensão de seu processo, podendo, caso entendam que haja distinção entre a questão afetada e a de seu processo,

---

<sup>62</sup> Art. 1.037. Selecionados os recursos, o relator, no tribunal superior, constatando a presença do pressuposto do caput do art. 1.036, proferirá decisão de afetação, na qual:

I - identificará com precisão a questão a ser submetida a julgamento;

II - determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional;

III - poderá requisitar aos presidentes ou aos vice-presidentes dos tribunais de justiça ou dos tribunais regionais federais a remessa de um recurso representativo da controvérsia.

§ 1º Se, após receber os recursos selecionados pelo presidente ou pelo vice-presidente de tribunal de justiça ou de tribunal regional federal, não se proceder à afetação, o relator, no tribunal superior, comunicará o fato ao presidente ou ao vice-presidente que os houver enviado, para que seja revogada a decisão de suspensão referida no art. 1.036, § 1º.

§ 3º Havendo mais de uma afetação, será prevento o relator que primeiro tiver proferido a decisão a que se refere o inciso I do caput.

§ 4º Os recursos afetados deverão ser julgados no prazo de 1 (um) ano e terão preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

§ 6º Ocorrendo a hipótese do § 5º, é permitido a outro relator do respectivo tribunal superior afetar 2 (dois) ou mais recursos representativos da controvérsia na forma do art. 1.036.

§ 7º Quando os recursos requisitados na forma do inciso III do caput contiverem outras questões além daquela que é objeto da afetação, caberá ao tribunal decidir esta em primeiro lugar e depois as demais, em acórdão específico para cada processo.

§ 8º As partes deverão ser intimadas da decisão de suspensão de seu processo, a ser proferida pelo respectivo juiz ou relator quando informado da decisão a que se refere o inciso II do caput.

§ 9º Demonstrando distinção entre a questão a ser decidida no processo e aquela a ser julgada no recurso especial ou extraordinário afetado, a parte poderá requerer o prosseguimento do seu processo.

§ 10. O requerimento a que se refere o § 9º será dirigido:

I - ao juiz, se o processo sobrestado estiver em primeiro grau;

II - ao relator, se o processo sobrestado estiver no tribunal de origem;

III - ao relator do acórdão recorrido, se for sobrestado recurso especial ou recurso extraordinário no tribunal de origem;

IV - ao relator, no tribunal superior, de recurso especial ou de recurso extraordinário cujo processamento houver sido sobrestado.

§ 11. A outra parte deverá ser ouvida sobre o requerimento a que se refere o § 9º, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 12. Reconhecida a distinção no caso:

I - dos incisos I, II e IV do § 10, o próprio juiz ou relator dará prosseguimento ao processo;

II - do inciso III do § 10, o relator comunicará a decisão ao presidente ou ao vice-presidente que houver determinado o sobrestamento, para que o recurso especial ou o recurso extraordinário seja encaminhado ao respectivo tribunal superior, na forma do art. 1.030, parágrafo único.

§ 13. Da decisão que resolver o requerimento a que se refere o § 9º caberá:

I - agravo de instrumento, se o processo estiver em primeiro grau;

II - agravo interno, se a decisão for de relator.

requerer o prosseguimento do feito. O magistrado decidirá sobre a existência de distinção após a oportunização do contraditório.<sup>63</sup>

Por sua vez, na fase de instrução da controvérsia, visando tomar uma decisão melhor fundamentada e completa, o relator pode requisitar informações dos tribunais locais, solicitar ou admitir a manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, realizar audiências públicas e determinar que o Ministério Público se manifeste a respeito do caso repetido.<sup>64</sup> Ademais, também é assegurada a participação de *amicus curiae*, conforme disposição geral do artigo 138, do CPC.<sup>65</sup>

A próxima fase é destinada à definição da tese jurídica. O debate que antecede a decisão da controvérsia deve compreender todos os fundamentos relevantes suscitados para a solução da questão, sendo que é imprescindível que conste também no acórdão essa análise pormenorizada da discussão. Ressalte-se que caso o Tribunal decida alterar a qualificação jurídica outorgada pelos recursos representativos à questão repetida, o julgamento deve ser suspenso para que haja nova intimação das partes para que se manifestem sobre isso, em prol do princípio do contraditório.<sup>66</sup>

Uma vez fixada a tese jurídica, esta deve ser aplicada a todos os casos que contenham questão de direito idêntica. Além disso, uma vez publicado o acórdão paradigma, devem ser adotadas as seguintes medidas: (i) se o acórdão recorrido coincidir com a orientação dada pelo tribunal superior, o presidente ou vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos

---

<sup>63</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil: a tutela dos direitos mediante procedimento comum*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. p. 570.

<sup>64</sup> Art. 1.038. O relator poderá:

I - solicitar ou admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia, considerando a relevância da matéria e consoante dispuser o regimento interno;

II - fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria, com a finalidade de instruir o procedimento;

III - requisitar informações aos tribunais inferiores a respeito da controvérsia e, cumprida a diligência, intimará o Ministério Público para manifestar-se.

§ 1º No caso do inciso III, os prazos respectivos são de 15 (quinze) dias, e os atos serão praticados, sempre que possível, por meio eletrônico.

§ 2º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais ministros, haverá inclusão em pauta, devendo ocorrer o julgamento com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

§ 3º O conteúdo do acórdão abrangerá a análise dos fundamentos relevantes da tese jurídica discutida.

Art. 1.039. Decididos os recursos afetados, os órgãos colegiados declararão prejudicados os demais recursos versando sobre idêntica controvérsia ou os decidirão aplicando a tese firmada.

Parágrafo único. Negada a existência de repercussão geral no recurso extraordinário afetado, serão considerados automaticamente inadmitidos os recursos extraordinários cujo processamento tenha sido sobrestado.

<sup>65</sup> MARINONI; ARENHART; MITIDIERO, Op. cit., p. 571.

<sup>66</sup> Idem.

recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem; (ii) se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior, o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado. Caso seja mantido o acórdão divergente pelo tribunal de origem, o recurso especial ou extraordinário será remetido ao respectivo tribunal superior; (iii) os processos suspensos em primeiro e segundo grau de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo tribunal superior; (iv) se os recursos versarem sobre questão relativa a prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos à regulação, da tese adotada.<sup>67</sup>

Ademais, conforme o parágrafo 4º, do artigo 1.037, do CPC, os recursos afetados devem ser julgados no prazo de 1 ano e terão preferência sobre os demais processos, com exceção daqueles que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus.

Por fim, em caso de não aplicação da tese jurídica firmada em recurso extraordinário ou especial repetitivo é cabível reclamação, desde que tenha havido o esgotamento das instâncias ordinárias. Por outro lado, apesar de entendimento majoritário da doutrina de que também seria cabível reclamação na hipótese de aplicação indevida ou errônea da tese fixada em nos recursos

---

<sup>67</sup> Art. 1.040. Publicado o acórdão paradigma:

I - o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem negará seguimento aos recursos especiais ou extraordinários sobrestados na origem, se o acórdão recorrido coincidir com a orientação do tribunal superior;

II - o órgão que proferiu o acórdão recorrido, na origem, reexaminará o processo de competência originária, a remessa necessária ou o recurso anteriormente julgado, se o acórdão recorrido contrariar a orientação do tribunal superior;

III - os processos suspensos em primeiro e segundo grau de jurisdição retomarão o curso para julgamento e aplicação da tese firmada pelo tribunal superior;

IV - se os recursos versarem sobre questão relativa a prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada.

§ 1º A parte poderá desistir da ação em curso no primeiro grau de jurisdição, antes de proferida a sentença, se a questão nela discutida for idêntica à resolvida pelo recurso representativo da controvérsia.

§ 2º Se a desistência ocorrer antes de oferecida contestação, a parte ficará isenta do pagamento de custas e de honorários de sucumbência.

§ 3º A desistência apresentada nos termos do § 1º independe de consentimento do réu, ainda que apresentada contestação.

Art. 1.041. Mantido o acórdão divergente pelo tribunal de origem, o recurso especial ou extraordinário será remetido ao respectivo tribunal superior, na forma do art. 1.036, § 1º.

§ 1º Realizado o juízo de retratação, com alteração do acórdão divergente, o tribunal de origem, se for o caso, decidirá as demais questões ainda não decididas cujo enfrentamento se tornou necessário em decorrência da alteração.

§ 2º Quando ocorrer a hipótese do inciso II do caput do art. 1.040 e o recurso versar sobre outras questões, caberá ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, depois do reexame pelo órgão de origem e independentemente de ratificação do recurso, sendo positivo o juízo de admissibilidade, determinar a remessa do recurso ao tribunal superior para julgamento das demais questões.

excepcionais repetitivos<sup>68</sup>, o STJ definiu que a reclamação não é a via adequada para controle de aplicação de tese de recurso repetitivo.<sup>69</sup>

### 2.2.1.1 REPERCUSSÃO GERAL

Ao lado do procedimento e dos requisitos comuns acima expostos para os Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, é necessário também a demonstração da existência de repercussão geral em relação ao recurso extraordinário.

A repercussão geral é um requisito prévio de admissibilidade do recurso extraordinário, instituído a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004<sup>70</sup>, que tem como objetivo realizar uma maior filtragem dos processos que serão julgados pela Corte Suprema do país.

A conceituação legislativa de repercussão geral é trazida pelo CPC, que dispõe que “para efeito de repercussão geral, será considerada a existência ou não de questões relevantes do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico que ultrapassem os interesses subjetivos do processo”.

Assim, a repercussão geral conjuga a necessidade de demonstração de relevância e transcendência. A questão debatida, então, tem de ser relevante do ponto de vista econômico, político, social ou jurídico, além de transcender para além do interesse subjetivo das partes na causa.<sup>71</sup>

Ademais, cabe ao recorrente a demonstração da repercussão geral, isto é, “evidenciar analiticamente o significado que pretende adscrever à relevância da questão constitucional sob o

---

<sup>68</sup> MACÊDO, Lucas Buril. Reclamação Constitucional fundada em precedentes obrigatórios no CPC/2015. In: MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais*. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 283.

<sup>69</sup> Nos termos do voto da Ministra Nancy Andrigli, “não se consegue conceber que seja admitido o cabimento da reclamação para que seja examinada a aplicação supostamente indevida de precedente oriundo do recurso especial repetitivo. A admissão da Rcl em tal hipótese atenta contra a finalidade da instituição do regime próprio dos repetitivos. Para, além de fixar a tese, também incumbiria a este STJ o controle da sua aplicação individualizada em cada caso concreto, em descompasso com a função constitucional do Tribunal”. (STJ, Corte Especial, Rcl 36.476 – SP, rel. Min. Nancy Andrigli, *DJe* 05.03.2020).

<sup>70</sup> Art. 102. § 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.

<sup>71</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. p. 40.

ponto de vista econômico, político social ou jurídico, que seja apta a transcender os interesses das partes no litígio que integra”.<sup>72</sup>

Por outro lado, parte da doutrina sustenta que existem hipóteses de presunção absoluta de repercussão geral, nos casos de acórdão que contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou que tenha reconhecido a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal, a teor do artigo 1035, § 3º, do CPC. Nessas hipóteses, o ônus da parte de comprovar a repercussão geral seria mitigado.<sup>73</sup>

Ao afetar o recurso extraordinário para a análise da existência de repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal poderá: (i) negar a existência de repercussão geral, caso em que todos os demais recursos extraordinários sobre o tema são automaticamente considerados inadmitidos, não sendo processados e enviados ao STF; (ii) reconhecer a existência de repercussão geral e dar provimento ao recurso extraordinário, hipótese em que o STF comunicará aos Tribunais para que sejam retratadas e reformadas as decisões desconformes, com a consequente aplicação da tese firmada; (iii) reconhecer a existência de repercussão geral e negar provimento ao recurso extraordinário, situação na qual os tribunais deverão indeferir os recursos extraordinários contrários ao entendimento fixado.<sup>74</sup>

Dessa forma, uma vez firmada a tese pela existência ou inexistência de repercussão geral, a aplicação desse entendimento passa a ser vinculante para os tribunais inferiores ao analisarem o cabimento do recurso extraordinário.

## **2.2.2 INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS**

A sistemática legal do IRDR está prevista nos artigos 976 a 987, do Código de Processo Civil.

---

<sup>72</sup> FACHIN, Luiz Edson; FORTES, Luiz Henrique. Repercussão geral do recurso extraordinário: dever de demonstração da transcendência e relevância da questão constitucional. *Revista de Processo Comparado*, v. 7, pp. 227-251, jan.-jun./2018. p. 242.

<sup>73</sup> DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. Curso de Direito Processual Civil. Vol. III. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 367-368.

<sup>74</sup> CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. Recurso extraordinário: da Constituição Federal de 1988 ao atual CPC. *Revista de Processo*, v. 289, pp. 21-45, mar./2019. p. 38.

Tal diploma prevê que o cabimento do IRDR está condicionado, cumulativamente, à efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão de direito e ao risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.<sup>75</sup> Ademais, apesar de a ausência de qualquer um desses pressupostos gerar a inadmissão do IRDR, nada impede que este seja reproposto quando satisfeitos os seus requisitos. Por outro lado, é incabível o incidente quando o STF ou STJ já tiverem afetado recurso para definição de questão de direito repetitiva.<sup>76</sup>

O pedido de instauração de IRDR deverá ser dirigido ao presidente do TJ ou TRF competente, sendo legitimado para tanto o juiz ou relator da causa, as partes, o Ministério Público e a Defensoria Pública.<sup>77</sup> Nos casos em que o requerimento não for feito pelo Ministério Público, sua intervenção no processo é obrigatória como *custos legis*.<sup>78</sup>

O requerimento será, então, distribuído a um relator, mas a decisão de admissibilidade é de competência do órgão colegiado, não podendo ser proferida monocraticamente.<sup>79</sup> Sendo necessário, é possível a requisição de informações aos órgãos perante os quais tramitar o processo originário do incidente. Caso o IRDR seja admitido, haverá a determinação, por ordem do relator, de suspensão de todos os processos individuais e coletivos, em trâmite perante a jurisdição do

---

<sup>75</sup> Art. 976. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas quando houver, simultaneamente:

I - efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito;  
II - risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

§ 1º A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do incidente.

§ 2º Se não for o requerente, o Ministério Público intervirá obrigatoriamente no incidente e deverá assumir sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.

§ 3º A inadmissão do incidente de resolução de demandas repetitivas por ausência de qualquer de seus pressupostos de admissibilidade não impede que, uma vez satisfeito o requisito, seja o incidente novamente suscitado.

§ 4º É incabível o incidente de resolução de demandas repetitivas quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

§ 5º Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.

<sup>76</sup> ALMEIDA, Gustavo Milaré. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o trato da litigiosidade coletiva. In: ZANETI JR., Hermes (Coord). *Processo coletivo*. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 572.

<sup>77</sup> Art. 977. O pedido de instauração do incidente será dirigido ao presidente de tribunal:

I - pelo juiz ou relator, por ofício;

II - pelas partes, por petição;

III - pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, por petição.

Parágrafo único. O ofício ou a petição será instruído com os documentos necessários à demonstração do preenchimento dos pressupostos para a instauração do incidente.

<sup>78</sup> Idem.

<sup>79</sup> O julgamento do incidente caberá ao órgão indicado pelo regimento interno dentre aqueles responsáveis pela uniformização de jurisprudência do tribunal.

Parágrafo único. O órgão colegiado incumbido de julgar o incidente e de fixar a tese jurídica julgará igualmente o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária de onde se originou o incidente.



tribunal, que versarem sobre a mesma questão de direito, inclusive no âmbito dos juizados especiais.<sup>80</sup> Em prol da segurança jurídica, é possível também a interposição de recurso extraordinário ou especial com o objetivo de requerer a suspensão de todos os processos em curso no território nacional.<sup>81</sup>

Uma vez admitido o IRDR, é imprescindível que seja feita sua ampla divulgação e publicação por meio de registro eletrônico do Conselho Nacional de Justiça, com informações específicas sobre as questões de direito submetidas ao incidente.<sup>82</sup>

Na sequência, visando instruir adequadamente o processo, o relator ouvirá as partes e os demais interessados, inclusive pessoas, órgãos e entidades com interesse comum na controvérsia, que podem requerer a juntada de documentos ou a realização de diligências. O relator também

---

<sup>80</sup> Art. 980. O incidente será julgado no prazo de 1 (um) ano e terá preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus .

Parágrafo único. Superado o prazo previsto no caput , cessa a suspensão dos processos prevista no art. 982 , salvo decisão fundamentada do relator em sentido contrário.

Art. 981. Após a distribuição, o órgão colegiado competente para julgar o incidente procederá ao seu juízo de admissibilidade, considerando a presença dos pressupostos do art. 976.

Art. 982. Admitido o incidente, o relator:

I - suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na região, conforme o caso;

II - poderá requisitar informações a órgãos em cujo juízo tramita processo no qual se discute o objeto do incidente, que as prestarão no prazo de 15 (quinze) dias;

III - intimará o Ministério Público para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º A suspensão será comunicada aos órgãos jurisdicionais competentes.

§ 2º Durante a suspensão, o pedido de tutela de urgência deverá ser dirigido ao juízo onde tramita o processo suspenso.

§ 3º Visando à garantia da segurança jurídica, qualquer legitimado mencionado no art. 977, incisos II e III , poderá requerer, ao tribunal competente para conhecer do recurso extraordinário ou especial, a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos em curso no território nacional que versem sobre a questão objeto do incidente já instaurado.

§ 4º Independentemente dos limites da competência territorial, a parte no processo em curso no qual se discuta a mesma questão objeto do incidente é legitimada para requerer a providência prevista no § 3º deste artigo.

§ 5º Cessa a suspensão a que se refere o inciso I do caput deste artigo se não for interposto recurso especial ou recurso extraordinário contra a decisão proferida no incidente.

<sup>81</sup> CAMBI, Eduardo; FOGAÇA, Mateus Vargas. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil. In: MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais*. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 377-378.

<sup>82</sup> Art. 979. A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º Os tribunais manterão banco eletrônico de dados atualizados com informações específicas sobre questões de direito submetidas ao incidente, comunicando-o imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça para inclusão no cadastro.

§ 2º Para possibilitar a identificação dos processos abrangidos pela decisão do incidente, o registro eletrônico das teses jurídicas constantes do cadastro conterá, no mínimo, os fundamentos determinantes da decisão e os dispositivos normativos a ela relacionados.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo ao julgamento de recursos repetitivos e da repercussão geral em recurso extraordinário.

poderá designar audiência pública a fim de ouvir pessoas com experiência e conhecimento na matéria.<sup>83</sup> Em seguida, o Ministério Público deverá se manifestar sobre a controvérsia.<sup>84</sup>

Na sessão de julgamento, o relator fará a exposição do objeto do incidente para, posteriormente, as partes do processo originário e o Ministério Público realizarem sustentações orais pelo prazo de 30 minutos. Além deles, outros interessados, que se inscreverem com antecedência de dois dias, também poderão fazer sustentações orais, no prazo total de trinta minutos que devem ser divididos entre todos os inscritos. É cabível a ampliação desse prazo, caso seja julgado conveniente em decorrência do número de interessados.<sup>85</sup>

A decisão sobre a questão de direito debatida deve, obrigatoriamente, analisar todos os argumentos invocados pelas partes, pelo Ministério Público e pelos demais interessados.<sup>86</sup>

Ademais, uma vez julgado o IRDR, a tese jurídica fixada será aplicada a todos os processos pendentes e futuros na área de competência do Tribunal prolator, até que eventualmente seja revisada ou cancelada.<sup>87-88</sup>

---

<sup>83</sup> Art. 983. O relator ouvirá as partes e os demais interessados, inclusive pessoas, órgãos e entidades com interesse na controvérsia, que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, poderão requerer a juntada de documentos, bem como as diligências necessárias para a elucidação da questão de direito controvertida, e, em seguida, manifestar-se-á o Ministério Público, no mesmo prazo.

§ 1º Para instruir o incidente, o relator poderá designar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e conhecimento na matéria.

§ 2º Concluídas as diligências, o relator solicitará dia para o julgamento do incidente.

<sup>84</sup> CAMBI, Eduardo; FOGAÇA, Mateus Vargas. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil. In: MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais*. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 378.

<sup>85</sup> Ibidem, p. 379.

<sup>86</sup> Art. 984. No julgamento do incidente, observar-se-á a seguinte ordem:

I - o relator fará a exposição do objeto do incidente;

II - poderão sustentar suas razões, sucessivamente:

a) o autor e o réu do processo originário e o Ministério Público, pelo prazo de 30 (trinta) minutos;

b) os demais interessados, no prazo de 30 (trinta) minutos, divididos entre todos, sendo exigida inscrição com 2 (dois) dias de antecedência.

§ 1º Considerando o número de inscritos, o prazo poderá ser ampliado.

§ 2º O conteúdo do acórdão abrangerá a análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários.

<sup>87</sup> ALMEIDA, Gustavo Milaré. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o trato da litigiosidade coletiva. In: ZANETI JR., Hermes (Coord). *Processo coletivo*. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 573.

<sup>88</sup> Art. 985. Julgado o incidente, a tese jurídica será aplicada:

I - a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito e que tramitem na área de jurisdição do respectivo tribunal, inclusive àqueles que tramitem nos juizados especiais do respectivo Estado ou região;

II - aos casos futuros que versem idêntica questão de direito e que venham a tramitar no território de competência do tribunal, salvo revisão na forma do art. 986.

§ 1º Não observada a tese adotada no incidente, caberá reclamação.

Contra a decisão que julgar o incidente é cabível recurso especial ou extraordinário que, tendo seu mérito julgado, terá eficácia vinculante para todas as demandas individuais ou coletivas relativas àquela questão de direito em trâmite no Brasil.<sup>89</sup>

Finalmente, ressalta-se que o julgamento do incidente deve ocorrer no prazo máximo de 1 ano. Da mesma forma como ocorre nos recursos extraordinário e especial repetitivos, o IRDR terá preferência na ordem de julgamento, salvo em relação aos processos com réu preso e pedidos de habeas corpus.<sup>90</sup>

Havendo inobservância por parte de qualquer magistrado submetido à jurisdição do Tribunal que firmou a tese em IRDR, o Ministério Público ou a parte interessada podem propor reclamação para que seja garantida a sua aplicação.<sup>91</sup>

### 2.2.3 INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA

O incidente de assunção de competência<sup>92</sup> tem como objetivo incitar órgão colegiado maior de um determinado tribunal a assumir o julgamento de uma causa que seria, a princípio,

---

§ 2º Se o incidente tiver por objeto questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado, o resultado do julgamento será comunicado ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização da efetiva aplicação, por parte dos entes sujeitos a regulação, da tese adotada.

Art. 986. A revisão da tese jurídica firmada no incidente far-se-á pelo mesmo tribunal, de ofício ou mediante requerimento dos legitimados mencionados no art. 977, inciso III.

<sup>89</sup> Art. 987. Do julgamento do mérito do incidente caberá recurso extraordinário ou especial, conforme o caso.

§ 1º O recurso tem efeito suspensivo, presumindo-se a repercussão geral de questão constitucional eventualmente discutida.

§ 2º Apreciado o mérito do recurso, a tese jurídica adotada pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça será aplicada no território nacional a todos os processos individuais ou coletivos que versem sobre idêntica questão de direito.

<sup>90</sup> CAMBI, Eduardo; FOGAÇA, Mateus Vargas. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil. In: MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais*. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 378.

<sup>91</sup> Ibidem, p. 382.

<sup>92</sup> É importante mencionar que a maioria dos estudos correlacionados à litigância em massa se restringe a análise dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos e do IRDR, uma vez que o próprio CPC, em seu artigo 928, define que é considerado julgamento de caso repetitivo as decisões proferidas por meio desses institutos processuais. A doutrina também faz esse recorte. A título de exemplo, cite-se o Enunciado 345 do Fórum Permanente de Processualistas Civil que dispõe que “o incidente de resolução de demandas repetitivas e o julgamento dos recursos extraordinários e especiais repetitivos formam um microssistema de resolução de casos repetitivos, cujas normas de regência se complementam reciprocamente e devem ser interpretadas conjuntamente”. Por outro lado, apesar de efetivamente o IAC não ser uma técnica de julgamento de casos repetitivos, dado que é um requisito de admissão do incidente a inexistência de repetição em múltiplos processos, o seu resultado é a formação de uma tese jurídica que será vinculante para todas as demandas que versem sobre a mesma questão de direito. Tal motivo se mostra suficiente para a inclusão de tal técnica processual no presente trabalho, bem como para que haja a aplicação análoga dos dispositivos legais dos recursos excepcionais repetitivos e do IRDR ao IAC, no que for cabível. Por fim, ressalta-se

competência de um órgão fracionário menor daquele mesmo tribunal. Dessa forma, pode ser visto como um deslocamento interno de competência para que “o órgão especial, com quórum representativo, julgue o processo com força vinculante relativa a todos os juízes e órgãos fracionários a ele ligados”.<sup>93</sup>

A disciplina legal do IAC é bastante econômica, havendo apenas um artigo no diploma legal voltado a sua disciplina.<sup>94</sup>

Assim, segundo o artigo 947, do CPC, a admissão do IAC é condicionada à existência dos seguintes requisitos: existência de questão de direito, em recurso, remessa necessária ou de processo de competência originária, que seja relevante, tenha grande repercussão social e não haja sido repetida em múltiplos processos.

Para fins de interpretação desse artigo, questão de direito com grande repercussão social deve ser entendida como aquela que tem um valor direto para a sociedade, sob perspectiva política, religiosa, cultural ou econômica, e não apenas para a solução do caso sob julgamento.<sup>95</sup> Todavia, a aferição dessa relevância não poderá abrir margem para uma interpretação discricionária por parte do legislador. Em razão disso, a abrangência desse conceito jurídico determinado deve ter caráter universalizante, isto é, deve ser possível a sua aplicação para todos os casos que envolvam as mesmas circunstâncias.<sup>96</sup>

---

que apesar da inexistência de repetição de processo não existir no momento da instauração do IAC, nada impede que a multiplicidade de demandas idênticas não surja no futuro. Nesse sentido: RICHTER, Bianca Mendes Pereira. O Incidente de Assunção de Competência como precedente no Novo Código de Processo Civil: análise do instituto no Superior Tribunal de Justiça. *Revista de Processo*, v. 280, pp. 303-334, jun/2018. p. 304.

<sup>93</sup> THEODORO JR., Humberto. Regime das demandas repetitivas no Novo Código de Processo Civil. In: MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais*. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 442.

<sup>94</sup> Art. 947. É admissível a assunção de competência quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.

§ 1º Ocorrendo a hipótese de assunção de competência, o relator proporá, de ofício ou a requerimento da parte, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, que seja o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária julgado pelo órgão colegiado que o regimento indicar.

§ 2º O órgão colegiado julgará o recurso, a remessa necessária ou o processo de competência originária se reconhecer interesse público na assunção de competência.

§ 3º O acórdão proferido em assunção de competência vinculará todos os juízes e órgãos fracionários, exceto se houver revisão de tese.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal.

<sup>95</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. Sobre o Incidente de Assunção de Competência. *Revista de Processo*, v. 260, pp. 233-256, out/2016. p. 238.

<sup>96</sup> *Ibidem* p. 240.

Outrossim, o legislador determinou que o órgão colegiado só poderá julgar o incidente caso nele reconheça a existência de interesse público. Todavia, não se deve entender tal locução como a exigência de um novo requisito, uma vez que a presença de questão com grande repercussão social já é indicativo suficiente de há interesse público no julgamento do feito.<sup>97</sup>

Alternativamente, também é admissível IAC quando houver relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a prevenção ou composição de divergência entre câmaras ou turmas de um tribunal. Dessa forma, trata-se de nova hipótese de cabimento, não se confundindo com a anteriormente mencionada.<sup>98</sup>

Nesse caso, o incidente pode ter duas finalidades. A primeira delas é prevenir que surja dissídio jurisprudencial em relação a determinada questão de direito, maculando, com isso, a desejada previsibilidade e segurança jurídica do ordenamento.<sup>99</sup> Já a segunda finalidade se refere aos casos em que já haja instaurado tal dissídio. Nessas situações, o IAC permite pôr fim a decisões dispares, uniformizando o entendimento do tribunal sobre determinada matéria, tutelando, assim, o princípio da isonomia.<sup>100</sup>

Disso se conclui que o objetivo primordial da instauração do IAC é combater todas as formas de dispersão jurisprudencial. Essa finalidade se trata de decorrência imediata do dever imposto aos magistrados e até aos próprios tribunais de velarem por uma jurisprudência uniforme, com vistas à sua estabilidade, integridade e coerência.<sup>101</sup>

Além disso, são legitimados para requerer a instauração de IAC o relator do feito, as partes, o Ministério Público e a Defensoria Pública.

---

<sup>97</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. Sobre o Incidente de Assunção de Competência. *Revista de Processo*, v. 260, pp. 233-256, out/2016. p. 247.

<sup>98</sup> ABBOD, Georges; FERNANDES, Ricardo Yarmin. Requisitos legais para a instauração do incidente de assunção de competência. *Revista de Processo*, v. 279, pp. 339-356, mai/2018. p. 349.

<sup>99</sup> Nesse sentido, alguns autores veem o IAC como mecanismo prévio ao IRDR: “Da mera leitura do dispositivo legal fica claro o objetivo de uniformizar a jurisprudência interna dos tribunais, o que pode se dar, inclusive, de forma preventiva, ou seja, a mera probabilidade de a mesma questão levar o tribunal à divergência jurisprudencial já seria suficiente para a admissão do incidente ora analisado. Nesse tocante, entendo que o incidente de assunção de competência pode ser utilizado em casos repetitivos quando ainda não for cabível o incidente de resolução de demandas repetitivas, por ainda não existir em trâmite um número considerável de processos. Como não admito o caráter preventivo do incidente de resolução de demandas repetitivas, seria o caso de ser suscitado o incidente de assunção de competência, pois sem um precedente do tribunal e com a provável multiplicação dos processos em futuro breve, corre-se sério risco de ser criada uma divergência interna no tribunal”. (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. p. 1437).

<sup>100</sup> GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. Os perfis do Incidente de Assunção de Competência. *Revista de Processo*, v. 297, pp. 213-231, nov./2019. p. 220.

<sup>101</sup> BUENO, Cassio Scarpinella. Incidente de Assunção de Competência: reflexões sobre seu cabimento, suspensão de processos e fungibilidade. *Revista de Processo*, v. 309, pp. 279-295, nov/2020. p. 288.

Por fim, uma vez julgado o IAC, a tese jurídica uniformizadora vinculará todos os magistrados, de primeira e segunda instâncias, na área de jurisdição do tribunal que a definiu. Em caso de inobservância do entendimento fixado, é cabível a proposição de reclamação.<sup>102</sup>

## 2.3 CARACTERÍSTICAS DEFINIDORAS DAS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO

A partir do delineamento legal dos Recursos Extraordinários e Especial Repetitivos, do IRDR e do IAC, é possível concluir que esses institutos compartilham entre si duas características fundamentais: (i) têm como resultado final e precípua a fixação de uma tese jurídica que representará a orientação definitiva do Poder Judiciário sobre determinada questão de direito; (ii) suas decisões possuem eficácia vinculante, devendo, obrigatoriamente, ser aplicadas a todos os processos que versem sobre a mesma questão jurídica.

A lógica desses procedimentos está voltada para a concretização de três finalidades essenciais: gerir a massa de demandas judiciais, evitar a disparidade de decisões em relações a casos idênticos – garantindo assim a isonomia – e oferecer maior segurança jurídica.<sup>103</sup>

Em relação à isonomia, a imposição de decisões vinculantes potencializa o princípio da igualdade ao assegurar o tratamento uniforme a questões comuns, possibilitando que uma mesma questão jurídica obtenha idêntica interpretação e aplicação. Dessa forma, garante-se que casos iguais sejam decididos de forma igual.<sup>104-105</sup>

Tal preocupação advém de um cenário bem característico da realidade brasileira, o qual é marcado pela existência de inúmeros casos idênticos que tem como resultado a prolação de

---

<sup>102</sup> RICHTER, Bianca Mendes Pereira. O Incidente de Assunção de Competência como precedente no Novo Código de Processo Civil: análise do instituto no Superior Tribunal de Justiça. *Revista de Processo*, v. 280, pp. 303-334, jun/2018. p. 320.

<sup>103</sup> ARENHART, Sérgio Cruz; PEREIRA, Paula Pessoa. Precedentes e Casos Repetitivos. Por que não se pode confundir precedentes com as técnicas do CPC para solução da litigância em massa. In: SARLET, Ingo Wolfgang; JOBIM, Marco Félix. *Precedentes Judiciais: diálogos transnacionais*. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018. p. 183-184.

<sup>104</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. *Levando padrões decisórios a sério: formação e aplicação de precedentes e súmulas*. São Paulo: Atlas, 2018. p. 73.

<sup>105</sup> Sérgio Arenhart aponta como uma das funções da tutela coletiva de direitos individuais “o tratamento uniforme de situações que podem se enquadrar na mesma hipótese normativa. Aqui, a função principal desempenhada por essa tutela coletiva é a uniformização do entendimento judicial sobre certo litígio e, consequentemente, a preservação da isonomia”. (ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais: para além da proteção dos interesses individuais homogêneos*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 133).

decisões contraditórias e opostas entre si. O fenômeno é tão marcante que chegou a receber uma denominação própria: jurisprudência lotérica. Esta é caracterizada pelo fato de sucesso de uma demanda ser visto como uma questão de sorte ou azar, a depender de quem será o julgador ou em que momento será proferida a decisão.<sup>106</sup>

Nesse contexto, é possível dizer que a prestação jurisdicional dispar a casos idênticos constitui se não a maior, uma das mais graves violações ao princípio da isonomia.<sup>107</sup> Em contrapartida, a utilização das técnicas de coletivização de julgamento permite que todos sejam tratados igualmente na interpretação e aplicação da lei.

Além disso, a existência desses padrões decisórios também garante a previsibilidade e a estabilidade da prestação jurisdicional, garantindo, assim, a segurança jurídica. Isso porque ao ser fixada uma tese jurídica aplicável a questões idênticas, é possível que os jurisdicionados conformem suas condutas a partir da norma posta.<sup>108</sup>

Ademais, essa indefinição sobre a correta resolução das questões submetidas ao Poder Judiciário também tem como consequência a perpetuação indefinida do litígio. Isso porque “subsiste a expectativa de que haja alteração de posicionamento, sobretudo pela frequência com que as próprias cortes de superposição desrespeitam os próprios precedentes”.<sup>109-110</sup>

Dito de outra forma, uma vez que a questão de direito está resolvida e a ela será dado tratamento idêntico em todas as demandas que a contiverem, os indivíduos terão mais cautela para ingressarem no poder judiciário. Assim, não havendo dúvida a respeito da orientação a ser tomada pelo Judiciário diante de determinada matéria, a tendência é que seja freada a litigância de massa, por já se saber previamente resultado da demanda.<sup>111</sup>

---

<sup>106</sup> CAMBI, Eduardo. Jurisprudência lotérica. *Revista dos Tribunais*, v. 786, pp. 108-128, abr/2001. p. 111.

<sup>107</sup> NERY JR., Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 99.

<sup>108</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 40.

<sup>109</sup> SILVA, Ricardo Menezes da. *Tratamento adequado de demandas repetitivas no primeiro grau: uma análise a partir do novo Código de Processo Civil*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. p. 26.

<sup>110</sup> “Nos julgamentos das ações de massa, surge talvez a pior consequência para a segurança jurídica: a ausência de um julgamento concentrado de todas as causas torna absolutamente imprevisível a sua solução. Cada juiz, uma sentença. Com isso, demandantes e demandados voltam a sua atenção e as suas súplicas para Brasília, cada um por si, porém num ‘comportamento de manada’, esperando que no dia e no órgão jurisdicional em que seu recurso for julgado sejam eles premiados pela sorte”. (AMARAL, Guilherme Rizzo. Efetividade, segurança, massificação e a proposta de um ‘incidente de resolução de demandas repetitivas’. *Revista de Processo*, v. 196, pp. 237-274, jun/2011. p. 256).

<sup>111</sup> ARENHART, Sérgio Cruz; PEREIRA, Paula Pessoa. Precedentes e Casos Repetitivos. Por que não se pode confundir precedentes com as técnicas do CPC para solução da litigância em massa. In: SARLET, Ingo Wolfgang; JOBIM, Marco Félix. *Precedentes Judiciais: diálogos transnacionais*. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018. p. 184.

Finalmente, a utilização dos recursos excepcionais repetitivos, do IRDR e do IAC também permite a concretização do princípio da duração razoável do processo, sob dois vieses. Primeiramente, há a redução do tempo de tramitação dos processos ao se impedir a rediscussão de uma tese jurídica anteriormente definida. Evita-se, pois, que a máquina judiciária tenha que reanalisar inúmeras vezes a mesma questão. De outro lado, a resolução concentrada das questões repetitivas permite que o tempo que anteriormente era utilizado para rever matérias previamente julgadas seja redirecionado para os demais conflitos não repetitivos.<sup>112</sup>

Outrossim, a possibilidade de se rediscutir infinitamente uma mesma questão jurídica e a existência de divergências jurisprudencial incentiva a interposição de recursos meramente protelatórios, que retardam indefinidamente a prestação jurisdicional no caso específico e também de todo o aparato judicial.<sup>113</sup>

Portanto, a fim de efetivar a isonomia, a segurança jurídica, a razoável duração do processo e, sobretudo, a gestão da massa de demandas existentes no Judiciário, opta-se por, em determinadas situações, deixar de lado a apreciação e o julgamento individual e particularizado de um conflito, para resolver uma questão de direito de forma concentrada, com a posterior aplicação da decisão para demandas idênticas.

No que se refere a essas demandas idênticas, entende-se que não é necessário que haja similitude entre causas de pedir e pedido. Esses processos “identificam-se no plano abstrato por discutirem questões jurídicas de origem comum e homogêneas, que podem surgir ainda que não exista qualquer similaridade entre os elementos da demanda”.<sup>114-115</sup>

---

<sup>112</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 40.

<sup>113</sup> “Existe no Brasil uma cultura recursal inerente à tradição jurídica, fundamentada na existência da garantia do duplo grau de jurisdição, a impedir qualquer tentativa de fazer uma decisão definitiva. De um modo ou outro, o denominado recorrista encontra fundamento para interposição do seu recurso, ainda quando a lei não preveja, seja na defesa de teses que não se mantêm pelos seus próprios fundamentos, seja para retardar a marcha processual”. (ALVIM, J. E. Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os Tribunais. *Revista de Processo*, v. 33, p. 168-185, ago/2008).

<sup>114</sup> CAVALCANTI, Marcos. *Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas*. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 527. Nesse mesmo sentido: ZANETI JR., Litigiosidade repetitiva? Avanços, desafios e perspectivas de futuro. In: JAYME, Fernando Gonzaga; MAIA, Renata Christiana Vieira; REZENDE, Ester Camila Gomes Norato; LANA, Helena (Org.). *Inovações e Modificações do Código de Processo Civil*. Belo Horizonte, Del Rey, 2017. BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. *O devido processo legal nas demandas repetitivas*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

<sup>115</sup> Não se desconhece que existem autores na doutrina que defendem que a aplicação desses mecanismos processuais só é cabível caso haja demandas verdadeiramente homogêneas, com correspondência entre as causas de pedir e o pedidos. Assim: STRECK, Lênio. Artigo 927. In: STRECK, Lênio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 1196-1197. CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2015. p. 477.



Assim, a identidade de questões pode se dar entre processos cujos objetos litigiosos sejam distintos, mas que possuam discussão sobre um ponto em comum. Dessa maneira, apesar de possuírem áreas de homogeneidade relativas a uma ou mais questões de direito, podem ser, na realidade, demandas heterogêneas.<sup>116- 117</sup>

Nesse contexto, o tribunal parte de uma situação factual pressuposta - não há, portanto, absoluta desconSIDERAÇÃO das circunstâncias fáticas - para definir a correta compreensão dos textos normativos. Assim, “os fatos, porque essenciais para a análise de questão de direito, estarão presentes na resolução da controvérsia, mas não como fatos efetivamente ocorridos em uma situação concreta, e sim como fatos pressupostos, projetados, generalizados”.<sup>118</sup> São definidos, então, os elementos relevantes para a constituição de um fato-tipo que definirá as molduras da controvérsia na qual é possível a aplicação da tese fixada.<sup>119</sup>

Sendo assim, todas as demandas que versarem sobre a questão de direito idêntica àquela definida no julgamento paradigma estarão vinculadas a tese jurídica estabelecida pelo tribunal, independentemente de haver significativa homogeneidade entre os conflitos subjetivos ou terem as partes contribuído, de alguma forma, para a resolução da controvérsia.

## 2.4 DECISÕES VINCULANTES VS. PRECEDENTES

O Código de Processo Civil, ao disciplinar os Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, o IRDR e o IAC, os trata como precedentes obrigatórios a serem observados por todo o Poder Judiciário. Todavia, não é possível dizer que haja efetiva compatibilização entre as técnicas de coletivização de julgamento mencionadas e os precedentes em sua tradicional concepção.

No modelo jurídico do *common law*, os precedentes são, por excelência, a fonte primária do direito, baseando a sua aplicação na doutrina do *stare decisis*. A lógica do “*stare decisis et non*

---

<sup>116</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 62.

<sup>117</sup> Alguns autores chegam a afirmar que um pressuposto dessas técnicas de coletivização de julgamento é a ideia de que os tribunais não julgam casos, mas teses. “É dizer, como se, quando estão diante de um recurso extraordinário/recurso especial estes Tribunais não estivessem com um caso diante de si, mas apenas de uma tese constitucional/federal”. (BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Inconstitucionalidade do requisito da Repercussão Geral do Recurso Extraordinário e da técnica do julgamento por pinçamento. *Revista de Processo*, v. 811, pp. 243-259, set/2011. p. 246).

<sup>118</sup> TEMER, Op. cit., p. 76.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 78.

*quieta movere*” (mantenha-se a decisão e não mexa no que está quieto) prescreve que as regras e princípios resultantes dos precedentes judiciais emanados pelas cortes supremas vinculam o próprio tribunal e os demais órgãos jurisdicionais inferiores, que devem aplicá-los a casos iguais ou substancialmente semelhantes<sup>120</sup>. Em termos mais simples, é dever dos juízes e dos tribunais aplicarem os precedentes existentes, ou seja, aderir ao direito já posto.<sup>121</sup>

Nesse contexto, a regra do *stare decisis*<sup>122</sup> deve ser aplicada independentemente de o magistrado considerar o precedente bom ou ruim, justo ou injusto. Dessa forma, quando se toma uma decisão com base em um precedente, se considera significativo única e exclusivamente o fato de que a situação em análise já foi abordada anteriormente. Ou seja, aplica-se um precedente apenas por ele ser precedente. Isso porque caso fosse permitida uma discricionariedade por parte do magistrado para utilizar ou não o precedente, conforme julgasse conveniente, o instituto não teria qualquer valor ou significado<sup>123</sup>.

Ademais, só existem dois casos em que o juiz está desobrigado a seguir um precedente: quando houver diferenças fáticas relevantes entre o caso presente e o precedente, de modo que este não se aplicaria satisfatoriamente ao litígio em discussão (*distinguishing*); ou quando as cortes

---

<sup>120</sup> ASSIS, Guilherme Bacelar Patrício de. A história do precedente vinculante na Inglaterra: um olhar sobre a função do *stare decisis*. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, v. 67, pp. 295-316, jul./dez. 2015. p. 306.

<sup>121</sup> CHAMBERLAIN, Daniel Henry. *The doctrine of stare decisis: its reasons and its extent*. New York: Baker, Voorhis & CO Publishers, 1885. p. 6.

<sup>122</sup> Vale mencionar que nem sempre os precedentes foram marcados por esse caráter vinculante, sendo esta uma característica que apenas adveio com a evolução do instituto. Simplificadamente, o instituto passou, ao longo de seu desenvolvido, por três fase. Primeiramente, os precedentes eram ligados à lógica de ilustração do direito, ou seja, o precedente tinha a mera finalidade de explicação do significado do Direito aplicado ao caso concreto. Por sua vez, a partir do século XVI, os precedentes passaram a ser vistos como elemento de persuasão dos magistrados, os quais deveriam aplicá-los ao caso concreto sempre que não fossem considerados absurdos ou injustos. Por fim, desde o século XIX até hoje, os precedentes adquiriram força vinculante, isto é, são de aplicação obrigatória ao caso concreto, independentemente da adesão do juiz à qualidade e solidez das razões formuladas para a solução do caso-paradigma. Para uma análise aprofundada do tema ver: MITIDIERO, Daniel. *Precedentes: da persuasão à vinculação*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 27-40.

<sup>123</sup> “If a court follows a previous decision, because a revered master has uttered it, because it is the right decision, because it is logical, because it is just, because it accords with the weight of authority, because it has been generally accepted and acted on, because it secures a beneficial result to the community, that is not an application of *stare decisis*. To make the act such an application, the previous decision must be followed because it is a previous decision and for no other reason, and it becomes clear that we cannot be certain that the rule is being followed, unless it is *contre coeur*, just as Kant was undoubtedly right in holding that obedience to the categorical imperative is discernible only when something disagreeable is commanded”. (RADIN, Max. *Case Law and Stare decisis: Concerning “Präjudizienrecht in Amerika”*. *Columbia Law Review*. New York, v. 33, pp. 199-212, fev/1993. p. 200-201. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/1115948>>. Acesso em: 12 jun. 2020).

supremas promovem a superação de um precedente, mediante a elaboração de uma nova norma que passa a disciplinar aquela situação fático-jurídica (*overruling*).<sup>124</sup>

Assim, a justificativa da adoção da teoria do *stare decisis* é a necessidade de garantir, ao mesmo tempo, integridade, a unidade, a coerência, a cognoscibilidade e a previsibilidade do sistema jurídico, e, bem ainda, de promover o princípio da igualdade, conferindo tratamento igual a casos iguais.<sup>125</sup> Em vista disso, passa-se a ter uma confiança justificada a respeito do conteúdo do direito, permitindo que os jurisdicionados planejem melhor suas atividades, de forma mais segura e confiável do ponto de vista jurídico.

Por sua vez, a força vinculante do precedente repousa em sua *ratio decidendi*, que está relacionada com a identificação dos fundamentos centrais de uma decisão judicial. Segundo Neil Duxbury, a *ratio decidendi* é apenas o fundamento absolutamente essencial e relevante pelo qual uma interpretação jurídica é adotada na solução de uma controvérsia.<sup>126</sup> Do ponto de vista analítico, a *ratio decidendi*, é composta por três elementos: a) indicação dos fatos relevantes (*the statement of material facts*); b) o fundamento lógico-jurídico da decisão (*the legal reasoning*); e c) a decisão propriamente dita (*the judgement*).<sup>127</sup>

Outrossim, a *ratio decidendi* deve ter a aptidão de ser geral e replicável a casos semelhantes, uma vez que a racionalidade do sistema jurídico está estritamente vinculada à universalidade das razões justificadoras das decisões judiciais.<sup>128</sup> A autoridade do precedente, portanto, não decorre apenas do fato dele ser visto como uma decisão capaz de ser aplicável em casos materialmente idênticos, mas, sobretudo, por ele ser compreendido e valorado como fonte de razão (*source of reason*).<sup>129</sup>

É precisamente por causa desse motivo que nem todas as decisões possuem *ratio decidendi* e, conseqüentemente, têm aptidão para formar precedentes. Dessa forma, só podem ser assim

---

<sup>124</sup> MACCORMICK, Neil. Precedent in the United Kingdom. In: MACCORMICK, Neil; SUMMERS, Robert. (Org). *Interpreting Precedents – A comparative study*. London: Aldershot, 1997. p. 342.

<sup>125</sup> BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. Uma introdução à doutrina dos precedentes vinculantes e obrigatórios. *Teoria Jurídica Contemporânea. Periódico do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRJ*. Rio de Janeiro, v. 1, p. 147-171, jul-dez/2018. p. 168.

<sup>126</sup> DUXBURY, Neil. *The nature and authority of precedent*. Cambridge: Cambridge University, 2008. p. 67.

<sup>127</sup> DEFLORIAN, Luisa Antonioli. Il ruolo del precedente giudiziale nel common law inglese. In: VICENTI, Umberto (Org.). *Il valore dei precedenti giudiziali nella tradizione europea*. Padova: Cedam, 1998. p. 182.

<sup>128</sup> “As razões são, e têm que ser, universalizáveis. Racionalizar a resposta de alguém estabelecendo-a como uma razão em um sentido objetivo é implícita ou explicitamente o mesmo que afirmá-la em termos universais”. (MACCORMICK, Neil. *Retórica e o Estado de Direito: Uma teoria da argumentação jurídica*. Tradução por: Conrado Hübner Mendes e Marcos Paulo Veríssimo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 120).

<sup>129</sup> DUXBURY, Op cit., p. 57.

categorizadas as decisões que possuam razões generalizáveis, que colaboram de forma contextual para a determinação do direito e para a sua previsibilidade.<sup>130</sup>

Ademais, é importante ressaltar que para que uma decisão seja considerada um precedente, não é suficiente que ela seja a primeira a interpretar determinada norma jurídica, sendo essencial que ela analise todos os argumentos relevantes relacionados a determinada controvérsia de direito inserida dentro de um contexto fático.<sup>131</sup>

Portanto, no sistema do *common law*, a segurança jurídica e o tratamento isonômico dos jurisdicionados são assegurados pela adoção de um sistema de decisões vinculantes, no qual os magistrados são obrigados a respeitar os julgamentos anteriores qualificados como precedentes, marcados pela existência de razões universalizáveis de interpretação do direito (*ratio decidendi*) e que devem ser aplicados a todos os casos que possuam uma moldura fático-jurídica semelhante. Assim, garante-se a estabilidade, continuidade e previsibilidade do sistema jurídico, sem impedir a evolução do direito.

A partir da delimitação do conceito e das características dos precedentes “tradicionais”, não restam dúvidas que a aplicação das técnicas de coletivização de julgamento previstas pelo CPC não decorre da utilização da doutrina do *stare decisis*. Como já visto, o legislador previu que quando existirem inúmeras demandas que tenham por base uma mesma questão de direito, esta deve ser resolvida pelos tribunais através da fixação de uma tese jurídica que terá eficácia vinculante, atingindo todas as ações individuais ou coletivas que tratem do mesmo tema.<sup>132</sup> Em outras palavras, uma vez definida a interpretação de uma questão de direito, impede-se que qualquer pessoa a rediscuta em um outro processo.

---

<sup>130</sup> MITIDIERO, Daniel. *Precedentes: da persuasão à vinculação*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 83.

<sup>131</sup> “Seria possível pensar que toda decisão judicial é um precedente. Contudo, ambos não se confundem, só havendo sentido falar de precedente quando se tem uma decisão dotada de determinadas características, basicamente a potencialidade de se firmar como paradigma para orientação dos jurisdicionados e dos magistrados. De modo que, se todo precedente ressaí de uma decisão, bem toda decisão constitui precedente. Note-se que o precedente constitui decisão acerca da matéria de direito – ou, nos termos do *common law*, de um *point of law* – e não de matéria de fato. Quando são enfrentados pontos de direito, as decisões muitas vezes se limitam a anunciar o que está escrito na lei, não revelando propriamente uma solução judicial acerca da questão de direito, no sentido de solução que ao menos dê uma interpretação a norma legal. De qualquer forma, a decisão que interpreta a lei, mas segue julgado que a consolidou, apenas por isso não constitui precedente. Contudo, para constituir precedente, não basta que a decisão seja a primeira a interpretar a norma. É preciso que a decisão enfrente todos os principais argumentos relacionados à questão de direito posta na moldura do caso concreto. Até porque os contornos do precedente podem surgir da análise de vários casos, ou melhor, mediante uma construção da solução judicial da questão de direito que passa por diversos casos”. (MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes Obrigatórios*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 215-216).

<sup>132</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 225.

Todavia, a existência de um precedente obrigatório, pensado em sua forma tradicional, não proíbe a rediscussão de questão. Isso porque função dos precedentes está relacionada à sua capacidade de desenvolver e determinar o conteúdo do direito e, conseqüentemente, garantir sua previsibilidade.<sup>133</sup> Assim, o plano em que se encontra a justificativa para o efeito vinculativo do precedente está relacionado à segurança jurídica.

Tendo em vista que as decisões não podem variar de acordo com o caso, o respeito aos precedentes está umbilicalmente ligado à unidade do direito, que é desenvolvido pelos tribunais por meio da elaboração, ajustamento e revogação dos precedentes. Em vista disso, o “precedente orienta a sociedade e a resolução dos casos conflitivos e, assim, equipara-se a uma norma geral, cuja validade e eficácia simplesmente não podem deixar de se projetar perante todos”.<sup>134</sup>

Outrossim, o precedente não se aplica automaticamente à resolução do caso concreto, pois não se trata de uma operação de subsunção.<sup>135</sup> Nesse sentido, não é imprescindível para a aplicação de um precedente que as demandas sejam perfeitamente iguais, mas apenas similares.<sup>136</sup> Cabe, então, ao juiz fazer uma análise minuciosa do caso paradigma e extrair dele sua *ratio decidendi* para determina se a ação em julgamento está abrangida por sua racionalidade. Dessa forma, o precedente, quando há devida justificação, pode deixar de ser aplicado por meio da técnica do *distinguishing*. Assim, é possível dizer que o litigante não conformado sempre tem o direito de falar contra a aplicação do precedente.<sup>137</sup>

Isso não é o que ocorre com a tese jurídica definida em recursos excepcionais repetitivos, IRDR e IAC.

Em primeiro lugar, a eficácia vinculante dessas decisões advém de critérios unicamente formais, ou seja, em razão do tipo de procedimento por meio o julgamento foi proferido. Não se levou em consideração, então, que “a ideia de precedentes não se deixa capturar por aspectos formais, havendo necessidade de verificar se a decisão goza de qualidades intrínsecas que geram na comunidade jurídica a expectativa de que se manterá estável”.<sup>138</sup>

---

<sup>133</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *O STJ enquanto Corte de Precedentes*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 76.

<sup>134</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa julgada sobre questão em favor de terceiros e precedentes obrigatórios. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 19, pp. 501-522, set-dez./2018. p. 516.

<sup>135</sup> Ibidem, p. 509.

<sup>136</sup> Ibidem, p. 505.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 513.

<sup>138</sup> SANTOS, Ramon Ouais; PUGLIESE, Willian Soares. A teoria dos precedentes como uma teoria normativa da jurisdição. *Revista de Processo*, v. 272, pp. 375-396, out/2017. p. 386.

O verdadeiro precedente, assim, decorre de uma decisão judicial que carrega em si uma regra jurídica universalizável, uma *ratio decidendi*, que tem aptidão para nortear os julgamentos futuros que tenham uma moldura fático-jurídica semelhante, tendo como finalidade dar unidade ao direito. Já as teses jurídicas “têm dia e hora para nascer, além de serem dados ‘prontos’ pelas Cortes”.<sup>139</sup>

Os precedentes, então, têm um viés retrospectivo, no sentido de “olhar para trás”. Assim, são analisadas as decisões do passado para resolver casos presentes.<sup>140</sup> Já essas decisões vinculantes são proferidas com uma finalidade prospectiva, “olhando-se para frente”, isto é, formando-se uma decisão no presente para que ela tenha aplicação para casos futuros.<sup>141</sup>

Em segundo lugar, diferentemente do que acontece com os precedentes, a decisão de questão só se aplica em face de questão idêntica. “Nessa situação, como a questão é idêntica, a decisão não abre espaço para interpretação ou para a distinção típica à operação com precedentes. A decisão se aplica ou não (...). Se está perguntando apenas se uma decisão já se resolveu”.<sup>142</sup> Não são analisadas as peculiaridades do caso em que deu surgimento a tese jurídica, a fim de verificar se há compatibilidade entre o caso paradigma e o caso a ser julgado, isso porque há verdadeira abstração das particularidades fáticas para a fixação da tese jurídica nos mecanismos de coletivização de julgamento.

Por fim, os instrumentos processuais de solução concentrada não permitem que as particularidades do caso concreto sejam utilizados para que haja uma aplicação extensiva ou restritiva por meio da técnica do *distinguishing*.<sup>143</sup> A única alegação que as partes podem trazer com vistas a afastar a eficácia vinculante da decisão é a inexistência de identidade entre a questão de direito decidida no caso paradigma e a questão de direito discutida em seu processo.

O juiz, pois, não tem qualquer espaço para interpretação e maleabilidade quando se depara com a tese jurídica vinculante, pois a verificação da aplicação da decisão constitui mera verificação de incidência.<sup>144</sup> Dessa forma, uma vez verificada a identidade entre questões, o processo se

---

<sup>139</sup> GOMES, Frederico Augusto; MARANHÃO, Clayton. O terceiro afetado e o devido processo legal na resolução de demandas repetitivas. *Revista Iberoamericana de Derecho Procesal*, v. 7, pp. 191-223, jan-jun/2018. p. 199.

<sup>140</sup> SCHAUER, Frederick. Precedents. *Stanford Law Review*, v. 39, pp. 571-606, fev/1987. p. 782.

<sup>141</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 226.

<sup>142</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 67-68.

<sup>143</sup> Idem.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 78.

mantém sobrestado, até a definição da tese jurídica, para sofrer, posteriormente, direta e imediatamente os efeitos da decisão paradigma.<sup>145</sup>

Portanto, a eficácia vinculante da tese jurídica fixada em Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC é decorrente de mera determinação legal e não de seu status como precedente.<sup>146</sup>

Nesse âmbito, levando em consideração que tais técnicas não possuem os mesmos requisitos e procedimento para a formação e aplicação de precedentes judiciais, a existência de eficácia vinculante ligada à tese jurídica fixada deve estar atrelada com outros mecanismos que a tornem constitucional e legalmente legítimas.<sup>147</sup>

## **2.5 A INCONSTITUCIONALIDADE DAS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO À LUZ DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

O devido processo legal constitui a base dos demais princípios constitucionais do direito processual e está positivado no artigo 5º, LIV, da Constituição da República que determina que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Por tal perspectiva, toda e qualquer pessoa tem o direito a um processo previamente delineado, previsto pelo ordenamento, antes de sofrer limitações em sua esfera jurídica.<sup>148</sup>

Em sua visão moderna, o devido processo legal não se exaure na observância das formalidades legais para a tramitação das causas em juízo, compreendendo algumas categorias fundamentais como a garantia do juiz natural (CF, art. 5º, XXXVII), do juiz competente (CF, art. 5º, LIII), a garantia do acesso à justiça (CF, art. 5º, XXXV), e de ampla defesa e contraditório (CF,

---

<sup>145</sup> CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. Natureza e efeitos da decisão em recurso repetitivo: uma tentativa de sistematizar a observância à tese firmada na decisão paradigma. *Revista de Processo*, v. 273, pp. 403-452, nov/2017. p. 419.

<sup>146</sup> “Como facilmente se vê, os instrumentos descritos no CPC não têm nenhuma relação com o sistema de precedentes. Particularmente as figuras descritas no art. 927, do código, estão claramente orientados para outra finalidade. Não objetivam dar unidade ao desenvolvimento judicial do Direito, oferecendo coerência, imparcialidade e igualdade na aplicação. Têm, sim, por finalidade, gerir a massa de demandas judiciais, evitando a disparidade de decisões em relação a casos idênticos”. (ARENHART, Sérgio Cruz; PEREIRA, Paula Pessoa. Precedentes e Casos Repetitivos. Por que não se pode confundir precedentes com as técnicas do CPC para solução da litigância em massa. In: SARLET, Ingo Wolfgang; JOBIM, Marco Félix. *Precedentes Judiciais: diálogos transnacionais*. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018. p. 183).

<sup>147</sup> ALVES, Gustavo Silva. *Ações coletivas e casos repetitivos – a vinculação das decisões no processo coletivo*. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 194.

<sup>148</sup> CAMBI, Eduardo; CAMBI, Gustavo Salomão. Disciplina e o princípio da ampla defesa na Constituição Federal de 1988. *Revista de Processo*, v. 131, p. 58-82, jan/2008. p. 73.

art. 5º, LV) e, ainda a de fundamentação de todas as decisões judiciais (art. 93, IX). Dessa forma, o devido processo se traduz em processo justo, desempenhando função de super princípio, no sentido de coordenar e balizar todos os demais princípios que informam tanto o processo como o procedimento.<sup>149</sup>

Por outro lado, apesar de decorrer do devido processo legal outros inúmeros princípios processuais, pode-se dizer que o direito de participar da construção do processo se sobressai entre os demais elementos dessa garantia.<sup>150</sup>

Nesse sentido, apesar de não se poder dizer que historicamente a garantia do devido processo legal exija, especificamente, uma determinada estruturação processual, é necessário que “ela busque resguardar o valor enraizado na concepção civilizatória ocidental de que um processo deve ser justo. Essa justiça recorrentemente associada à outorga, ao interessado, da garantia mínima de ser ouvido antes da decisão ser adotada”.<sup>151</sup> Dito de outro modo, o princípio do devido processo legal sempre foi pensado em torno da ideia de participação.

Em contradição a essa concepção, o Código de Processo Civil impõe a vinculação de tese jurídica definida em sede Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC a todas as demandas que discutam a mesma questão de direito. Desse modo, terceiros não intervenientes no processo passam a sofrer os efeitos de uma decisão judicial, mesmo sem ter tido o direito de participar e influenciar no convencimento dos magistrados.<sup>152</sup>

Para tornar a situação ainda mais gravosa, as partes dos processos que contenham questão de direito idêntica a decidida em sede de mecanismos de coletivização de julgamento também ficam proibidas de rediscutir a tese jurídica fixada. Há, pois, uma sumarização do julgamento<sup>153</sup>, na qual se dispensam as alegações das partes, a fundamentação e a problematização da decisão.<sup>154</sup>

---

<sup>149</sup> THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*, v. III. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 23.

<sup>150</sup> VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 156.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 140.

<sup>152</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. Os terceiros e as decisões vinculantes no Novo CPC. *Revista TST*, v. 82, pp. 296-315, abr-jun/2016. p. 298.

<sup>153</sup> AUFIERO, Mario Vitor M. Técnicas para julgamento de casos repetitivos no novo Código de Processo Civil. *Revista dos Tribunais*, v. 265, pp. 277-297, mar/2017. p. 286.

<sup>154</sup> “Por isso, o NCPC tornou desnecessária a interpretação da lei ou do texto constitucional, assim como o exame das alegações das partes para a resolução de processos repetitivos sobrestados”. (ABBOUD, Georges; CAVALCANTI, Marcos de Araújo. Inconstitucionalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e os riscos ao sistema decisório. *Revista de Processo*, v. 240, pp. 221-242, fev/2015. p. 235).



Do mesmo modo, as partes sequer podem propor a revisão ou superação da tese sem que haja uma substancial mudança em suas condições determinantes, visto que sobre as decisões que julgam o mérito nos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC opera a preclusão extraprocessual *ceteris paribus*.<sup>155</sup>

Assim, verifica-se que, do modo em que foram disciplinados legalmente os mecanismos de solução agregada de controvérsias, a vontade dos litigantes excluídos que são submetidos à decisão não chega nem a ser levada em consideração, visto que estes apenas aguardam a definição da tese jurídica com seus processos sobrestados. Dessa forma, não há nem a participação indireta desses sujeitos apta a legitimar a incidência do efeito vinculante existente.<sup>156</sup>

Ressalta-se que a mera coincidência de questão jurídica idêntica e a consideração de razões de alguns litigantes esparsos e dos fundamentos utilizados por determinados julgadores não é suficiente para legitimar a exclusão da participação daqueles que podem ser afetados ou proibidos de litigar.<sup>157</sup>

Dessa forma, ao ser proferida decisão vinculante sem a oitiva e a oportunização do contraditório para todos aqueles que serão por ela afetados, há clara violação do devido processo legal, por ausência de participação daqueles que irão sofrer as consequências da decisão judicial.<sup>158</sup>

Em um Estado Democrático de Direito, é inadmissível permitir que os efeitos de uma decisão possam atingir pessoas sem que se dê a elas a possibilidade de reagir a isso ou que possam se opor a esse comando. Em outras palavras, “o que não pode ocorrer é que esses efeitos atinjam aquele que não foi parte – nem foi chamado para participar do processo – de modo irreversível ou indiscutível”.<sup>159</sup>

Portanto, não há outra interpretação a ser feita além da que considera inconstitucional a forma como são estendidos a terceiros não participantes do processo os efeitos das decisões

---

<sup>155</sup> “Mantidas as mesmas circunstâncias fáticas e o status interpretativo e aplicativo das questões jurídicas envolvidas, não podem ser modificadas as decisões: não pode ser renovada a provocação do incidente (no caso de inadmissibilidade) e não pode ser revista a tese (em caso de decisão de mérito). (CABRAL, Antonio do Passo. Comentários aos arts. 976 a 987. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 1449).

<sup>156</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 85.

<sup>157</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>158</sup> SOKAL, Guilherme Jales. A nova ordem dos processos no tribunal, colegialidade e garantias no CPC/2015. *Revista de Processo*, v. 272, pp. 237-270, out/2017. p. 252.

<sup>159</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. Os terceiros e as decisões vinculantes no Novo CPC. *Revista TST*, v. 82, pp. 296-315, abr-jun/2016. p. 304.

proferidas em Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC, por violação do devido processo legal, que assegura o direito de influência da parte que será submetida a determinada decisão judicial.

Por outro lado, em vista dos benefícios trazidos por esses institutos ao sistema jurídico brasileiro, sobretudo no que se refere à proteção da isonomia, da segurança jurídica e adequada gestão dos processos, é preciso adequar tais mecanismos a fim de torná-los constitucionais. Acredita-se que é possível fazê-lo através da reinterpretação da visão clássica de participação no processo, como se verá no próximo capítulo.

### 3. REPENSANDO A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO

#### 3.1 O MODELO TRADICIONAL DE PARTICIPAÇÃO

O devido processo legal, visto a partir da perspectiva do direito à participação se desdobrada em dois elementos: o direito de ser cientificado do processo e o direito de ser ouvido antes da prolação da decisão judicial.<sup>160</sup>

Assim, antes de mais nada, o indivíduo afetado pela decisão judicial tem o direito de ser cientificado da existência de um processo que possa atingir a sua esfera jurídica. Essa ciência, por outro lado, não é mero requisito *pro forma*, mas deve ocorrer em momento e modo significativos, sendo imprescindível que essa notificação seja feita pessoalmente, a menos que ela se mostre excessivamente onerosa ou impraticável.<sup>161</sup>

Ademais, além da prerrogativa de ser cientificado, o indivíduo possui o direito a ser ouvido no processo. Inicialmente, esse direito lhe garantia a possibilidade de se manifestar sobre os elementos fáticos e jurídicos do caso. Assim, as partes deveriam ser previamente ouvidas antes do proferimento de uma decisão, como forma de assegurar a regularidade processual e a legitimidade do ato judicial.<sup>162-163</sup>

Por sua vez, em uma perspectiva moderna e material, a incidência do princípio do devido processo legal exige que as partes não somente tenham ciência dos atos processuais e possam se manifestar sobre eles, mas também possuam a efetiva oportunidade de influenciar na decisão proferida pelo juiz, através de um processo pautado na cooperação e colaboração.

---

<sup>160</sup> “The Due Process Clauses of Constitution provide, among other things, that the government may not deprive someone of her property without giving that person ‘due process of law’. Here, these words mean ‘that individuals whose property interests are at stake are entitled to ‘notice and opportunity to be heard’”. (FREER, Richard D. *Civil Procedure*. 3 ed. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2019. p. 136).

<sup>161</sup> O STJ tem posicionamento consolidado de que o direito de ser citado é um direito pessoal, sendo inválida a citação por edital quando o endereço do réu é conhecido (STJ, Corte Especial, SEC 7171, Rel. Min. Nancy Andrighi, *DJe* 02.12.2013). Na mesma toada, quando a citação é feita por correio, o aviso de recebimento deve ser assinado pelo próprio citando, sendo nula a citação de pessoa física se o mandado for recibo por terceiro (STJ, 3ª Turma, REsp 1840466 – SP, Rel. Min. Marco Aurélio Bellize, *DJe* 22.06.2020).

<sup>162</sup> CABRAL, Antonio do Passo. O contraditório como dever de boa-fé processual objetiva. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 126. pp. 59-81, ago. 2005. p. 60.

<sup>163</sup> “Não há processo minimamente justo onde não haja possibilidade, de acordo, aliás, com o inciso subsequente (LV), do exercício pelo do contraditório, o qual não se limita à garantia de alegação oportuna e eficaz a respeito dos fatos, mas implica a possibilidade de ser ouvido também em matéria jurídica (...) o fato de não ser ouvida, sob pretexto de suposta aparência de fraude, transforma a pessoa humana em objeto, em se dispondo sobre ela sem lhe dar a oportunidade de ser ouvida e ser considerada como sujeito” (STF, Tribunal Pleno, MS 24268 – MG, Rel. p/ Acórdão Min. Gilmar Mendes, *DJe* 17.04.2004).

Alinhado a essa concepção, o Código de Processo Civil se preocupou em impor o prévio e efetivo contraditório para que haja a prolação de quaisquer decisões judiciais, mesmo aquelas que podem ser proferidas de ofício.<sup>164</sup> A partir dessa lógica, o contraditório se torna imprescindível para que a decisão judicial seja considerada legítima e, assim, oponível às partes do processo.<sup>165</sup>

Nesse contexto, sempre se entendeu que as partes só poderiam ser impedidas de discutir determinado litígio pela incidência da coisa julgada, que tem como um de seus requisitos primordiais a existência de uma decisão tenha sido resultado de processo desenvolvido sob o regime do contraditório – o qual pode ser efetivo ou potencial, conforme o grau de disponibilidade dos interesses da disputa.<sup>166</sup>

Conclui-se, então, que, até hoje, o devido processo legal e, especialmente, o contraditório são pensados para garantir ao indivíduo o “seu dia na corte” (*day in court*), tendo este o direito de sustentar pessoal e diretamente suas razões perante o órgão julgador. Outrossim, essa participação, para ser considerada legítima, deve ser completa, não podendo ser economizada ou minimizada.<sup>167</sup>

Ocorre que essa a ideia de participação direta e irrestrita está umbilicalmente ligada à noção individualista do processo civil clássico, que foi estruturada para a proteção anatomizada do indivíduo e da sua propriedade.<sup>168</sup> Todavia, como já visto, essa lógica não dá mais conta das demandas em massa da sociedade moderna.

Nesse sentido, capitaneados pelas ideias de que a jurisdição não serve mais apenas às partes de um processo individualmente considerado<sup>169</sup> e que o apartado estatal não está equipado para assegurar todos os sujeitos os mesmos e irrestritos poderes e faculdades, parte da doutrina nacional e estrangeira vem defendendo que o contraditório, assim como qualquer outra garantia processual,

---

<sup>164</sup> Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

<sup>165</sup> TOSCAN, Anissara. *Preclusão processual*. Revista dos Tribunais, 2015. p. 140.

<sup>166</sup> TALAMINI, Eduardo. *Coisa julgada e sua revisão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. p. 53.

<sup>167</sup> “Não se pode economizar, minimizar a participação do litigante no processo (...). O órgão julgador deve dar a mais ampla possibilidade de o litigante manifestar-se no processo”. (NERY JR., Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 211 e 244).

<sup>168</sup> SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. Rio de Janeiro: Forense, 2004. p. 141.

<sup>169</sup> Segundo Carlos Alberto de Salles, a prestação jurisdicional não mais se restringe à adjudicação do conflito e muito menos aos fins visados apenas pelo autor, tendo também objetivos variados de estimular comportamentos, influenciar decisões políticas, definir objetivos sociais e conformar a própria ordem jurídica. (SALLES, Carlos Alberto de. *Processo Civil e Interesse Público*. In: SALLES, Carlos Alberto de (Org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 48-49).

não pode ser considerado absoluto.<sup>170</sup> Assim, percebeu-se a necessidade de uma “nova onda renovatória do acesso à justiça, que vara esse individualismo e permita que novos direitos sejam tutelados”.<sup>171</sup>

Mas para que se possa repensar a participação no processo, deve-se, primeiramente, definir quais são as suas finalidades.

### 3.2 FINALIDADES DA PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO

Quando se trabalha com a ideia de participação no processo, percebe-se que as justificativas em relação à sua existência não são unívocas. De um lado, estão os autores que consideram a participação importante por se tratar de um meio para obtenção de uma boa e justa decisão. De outro, estão aqueles que veem a participação em contraditório como um fim em si mesmo.<sup>172</sup> Assim, a participação pode ser vista como instrumental ou essencial.

A concepção essencial de participação a vê como um valor importante em si mesmo, sendo irrelevante a sua efetiva contribuição para o resultado do processo. Diante disso, a melhor decisão ou a melhor realização possível do direito material ainda seriam alvos de legítima crítica caso fossem obtidas a partir de um processo sem a participação das pessoas nela envolvida.<sup>173</sup> As justificativas para tanto, por outro lado, variam de autor para autor.

A participação poderia ser considerada essencial: (i) em função da proteção da dignidade dos envolvidos contra a atuação estatal; (ii) pela afirmação simbólica da igualdade individual; (iii) por sua tendência a promover virtudes cívicas, uma vez que o indivíduo contribui para a formação

---

<sup>170</sup> OSNA, Gustavo. *Direitos individuais homogêneos: pressupostos, fundamentos e aplicação no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 138.

<sup>171</sup> VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 168.

<sup>172</sup> Nos Estado Unidos, essa divisão ficou conhecida como *outcome-oriented theories* e *process-based theories*. Nesse sentido: “First, the instrumental views posits that participation is valuable because voice influences the case’s outcome (decisional control or outcome control). By this thinking, participation is necessary to produce substantively accurate outcomes and diminish error (...). Second, the noninstrumental perspective suggests that participation is important for reasons beyond buttressing accuracy; process control is independently valuable because people appreciate being able to state their position to the decision maker. In this sense, participating enhances dignity and legitimacy regardless of whether it improves the outcome’s accuracy. (BURCH, Elizabeth. Calibrating Participation: Reflections on Procedure versus Procedure Justice. *DePaul Law Review*, v. 65, pp. 323-356, 2016. p. 332-333).

<sup>173</sup> VITORELLI, Op. cit., p. 184.

da vontade estatal; (iv) por concebê-la como integrante do próprio conceito de decisão acerca de direitos e etc.<sup>174</sup>

Caso se adote a visão essencial da participação, o contraditório passa ser visto como princípio absoluto. Consequentemente, não seria possível conceber um processo em que não haja exercício direito do contraditório pelas partes.<sup>175</sup>

Todavia, nenhum dos argumentos utilizados para defender a concepção essencial de participação está isento de críticas.<sup>176</sup> Isso porque a participação, por si só, não é o suficiente para garantir a dignidade dos indivíduos submetidos à decisão judicial, legitimidade do processo, seu viés democrático, a limitação dos poderes do magistrado ou a adequada tutela do direito. Para que esses fins sejam assegurados é necessária a conjugação de diversos outros elementos, não sendo a participação, muitas vezes, a melhor forma ou, até mesmo, essencial para garantir sua efetivação.

Nesse contexto também é importante observar que, concretamente, as únicas pessoas que reclamam de sua exclusão no processo são aquelas que não obtêm o resultado que desejavam.<sup>177</sup> Partindo dessa premissa, é razoável concluir que tais indivíduos reclamam por acharem que sua participação poderia levar a um resultado diferente na conclusão do processo. Assim, seu verdadeiro inconformismo se relaciona, na verdade, com a participação instrumental e não essencial.<sup>178</sup>

Não se sustentando a concepção essencial de participação, conclui-se que esta deve ser interpretada a partir de seu viés instrumental. Assim, o direito de participar no processo só é bem-vindo até o ponto que contribua para a realização da finalidade do processo. Nesse âmbito, parece que grande parte dos autores defendem que o fim jurisdicional é, em última análise, a tutela justa e efetiva do direito material.<sup>179</sup>

---

<sup>174</sup> VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 184.

<sup>175</sup> Essa noção parece ser tão arraigada na cultura processualista que o próprio conceito de processo já foi identificado como o de contraditório, de modo que o processo seria marcado por uma estrutura dialética, consistente na participação dos destinatários dos efeitos da decisão dele advinda. O processo seria assim um procedimento em contraditório. (FAZZALARI, Elio. *Instituzioni di diritto processuale*. 8. ed. Napoli: Dott. Eugenio Jovene, 1996. p. 83).

<sup>176</sup> Para uma visão detalhada do tema, ver VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 187-202.

<sup>177</sup> “One does not often hear stories of individuals who win complaining that they did not get their day in court. (KAPLOW, Louis. The Value of Accuracy in Adjudication: an economic analysis. *The Journal of Legal Studies*, v. 23, pp. 307-401, 1994. p. 390).

<sup>178</sup> VITORELLI, Op cit., p. 194.

<sup>179</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Efetividade do Processo e Tutela de Urgência*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabriz Editor, 1994.

Diante disso, deve-se questionar se o julgamento individualizado de cada causa aumenta a precisão do sistema jurídico e, conseqüentemente, fornece uma decisão melhor e mais justa. Segundo Robert Bone, nada garante que julgar diversas vezes uma mesma demanda assegure que seu resultado será mais justo ou correto. Conseqüentemente, a repetida análise de uma questão pelo Judiciário não traz qualquer vantagem para o ordenamento.

Em visto disso, não há como sustentar que para a melhor efetivação do direito material em litígio seja necessário que participação das partes se dê de forma direta e individual<sup>180</sup>. Assim, a ideia de participação direta, por não ser essencial ao processo, nem imprescindível para a consecução das finalidades jurisdicionais, pode ser restringida quando colidir com outros valores mais importantes.

O contraditório, então, a partir de um critério de razoabilidade, deve ser condicionado a concretização dos demais princípios processuais, de modo a compatibilizar as suas exigências àquelas oriundas do sistema constitucional como um todo.<sup>181</sup>

Nessa toada, partindo-se de uma análise econômica do direito, não faz sentido permitir que as pessoas litiguem individualmente ao invés de exigir que elas o façam de modo agregado, quando as condições concretas assim permitirem.<sup>182</sup>

É preciso pontuar que não se nega aqui que, em um mundo ideal, com acesso total à justiça e com a existência de uma estrutura judiciária com recursos ilimitados, não haveria necessidade nem justificativa para se pensar em impedir a participação direta de todos os interessados no processo.<sup>183</sup> Mas ao se perceber que os recursos disponíveis são muito inferiores àqueles efetivamente necessários para o desempenho da jurisdição, a estrutura processual precisa se readequar a esse cenário.<sup>184</sup>

---

<sup>180</sup> BONE, Robert G. Rethinking the “day in court” ideal and nonparty preclusion. *New York Law Review*, v. 67, pp. 193-293, 1992. p. 238.

<sup>181</sup> “A broadened concept of fairness – one that includes fairness not only toward litigants in an individual case but also to all who use or wish to use the litigation system and to all who are affected by it - can lead to changes that directly confront the challenges of delay and expense. Rethinking the concept of fairness can produce a litigation system that broadly achieves fairness. (...) We must then determine whether that incremental benefit to the litigants in each case justifies the delays and consequent loss of fairness to all others affected by the litigation process (...) Fairness of system reflects the aggregate impact of the litigation process upon the lives of all actual and potential litigants”. (NEWMAN, Jon. Rethinking Fairness: Perspectives on the Litigation Process. *Yale Law Journal*, v. 94, pp. 1643-1659, 1985. p. 1644).

<sup>182</sup> BONE, Robert G. *The Economics of Civil Procedure*. New York: Foundation Press, 2003. p. 201.

<sup>183</sup> MULHERON, Rachel. *The class action in common law legal systems: a comparative perspective*. Oxford: Hart Publishing, 2004. p. 50.

<sup>184</sup> “La mayor o menor duración de un proceso en concreto, la mayor o menor legitimidad de la sentencia, no es por sí una cuestión que interese solo a las partes. Contemporáneamente hablar de las “cosas de las partes” vs. “las cosas del

Assim, a releitura da participação no processo advém única e exclusivamente de uma necessidade pragmática. É, pois, um mecanismo que não se volta à perfeição, mas à proporcionalidade.<sup>185</sup>

Desse modo, diante do fato de que o Poder Judiciário possui uma contingência de casos muito maior do que concretamente consegue manejar, o direito à participação e ao contraditório devem ser repensados a partir de uma análise sistêmica, sendo exercidos de acordo com considerações panprocessuais de gestão de todo o acervo processual em trâmite perante o Poder Judiciário.<sup>186</sup>

Todavia, a restrição ao direito de participação não pode ser vista como uma carta branca para que os indivíduos sejam impedidos de defenderem os seus direitos perante o Poder Judiciário. Dessa maneira, a limitação da participação direta e da litigância individual devem ser conjugadas com a criação de mecanismos que assegurem a adequação das decisões que irão atingir os terceiros excluídos do processo.

Uma das formas de se legitimar a incidência de decisões judiciais na esfera jurídica de terceiros é por meio da representação adequada de seus interesses no processo.

### 3.3 DIREITO À PARTICIPAÇÃO COMO DIREITO À REPRESENTAÇÃO ADEQUADA

Há muito tempo a ideia de que terceiros poderiam ser legitimamente representados em um processo e, posteriormente, sofrer os efeitos da decisão judicial dele decorrentes é aceita. Podem ser traçados antecedentes da ação de classe moderna no direito romano.<sup>187</sup>

---

juez" es no entender el debido y justo proceso. No solo existe una cláusula del debido proceso (procedimental) con simple contenido negativo: no es posible que el Estado judicial intervenga más allá de donde debe en un proceso en concreto (...) por cierto el despliegue de un proceso judicial interesa e incumbe además al conjunto de ciudadanos que con sus tributos financian al sistema de administración de justicia aunque no usen el sistema y más aún a aquellos cuyos derechos necesitados de tutela deberán postergarse en ingresar y quizás ser decididos porque los recursos humanos e infraestructurales actuales se encuentran siendo aplicados para otros procesos anteriores. Aún cuando la justicia civil persiga tutelar y resolver los conflictos de las partes como particulares, la utilización de recursos de la función judicial no parece ser sólo cuestión de las partes, o al menos no sólo exclusivamente de ellas". (RAGONE, Álvaro Pérez. La revalorización de la audiencia preliminar o preparatoria: una mirada desde la justicia distributiva en el proceso civil. *Revista de Processo*, v. 252, pp. 405-435, fev/2016. p. 408).

<sup>185</sup> OSNA, Gustavo. *Direitos individuais homogêneos: pressupostos, fundamentos e aplicação no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 137

<sup>186</sup> VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 212.

<sup>187</sup> FADDA, Carlo. *L'azione popolare: studio di diritto romano ed attuale I. Parte Storica*. Torino: Unione Tipografica-Editrice, 1894. p. 295.



Modernamente, essa concepção está essencialmente atrelada à ideia de que o devido processo legal não garante um direito de participação, mas um direito de representação adequada dos interesses em juízo.<sup>188</sup>

Nesse mesmo sentido, é possível inferir que a Constituição brasileira em nenhum momento assegura o direito de acesso pessoal ao Poder Judiciário. Assim, o direito de ação não pode ser visto como “uma garantia que necessariamente esteja à disposição do indivíduo, para atuação pessoal. A garantia de ação, tal como posta na Lei Maior nacional, protege a acessibilidade aos tribunais de qualquer lesão ou ameaça de lesão afirmada, mas não o faz, necessariamente, pela invocação pessoal do suposto titular do direito”.<sup>189</sup>

Não há, então, qualquer empecilho normativo para que se outorgue a alguém a tutela de direitos alheios, desde que se garanta que a defesa desses direitos de terceiros seja feita de modo eficiente, célere e adequada.<sup>190</sup>

Nesse ínterim, o princípio do contraditório deixa de ser visto a partir da perspectiva do consentimento<sup>191</sup> para ser visto pelo viés do convencimento.<sup>192</sup> O convencimento é exercido pela “interação discursiva e pela pluralidade argumentativa, ainda que não tenha havido consentimento através da participação pessoal”.<sup>193</sup> Assim, o que legitima a decisão é a demonstração de que houve a possibilidade de convencimento através do exercício do direito de influência. Em outras palavras, a decisão judicial é acatada por terceiros não intervenientes que serão submetidos a seus efeitos porque esta é dotada de aceitabilidade racional.<sup>194</sup>

---

<sup>188</sup> “What the Constitution guarantees is not a right of participation, but rather what I will call a ‘right of representation’: not a day in court but the right to have one’s interest adequately represented. The right of representation provides that no individual can be bound by an adjudication unless his or her interest is adequately represented in the proceeding. (...) The representation that I speak of is not a representation of individuals but a representation of interests. It is not that every person has a right to be represented in structural litigation, but only that every interest must be represented. If an individual’s interest has been adequately represented then he or she has no further claim against the decree. The right of representation is a collective, rather than an individual right, because it belongs to a group of persons classed together by virtue of their shared interests”. (FISS, Owen. The allure of individualism. *Iowa Law Review*, v. 78, pp. 965-979, 1993. p. 970-972).

<sup>189</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais: para além da proteção dos interesses individuais homogêneos*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 209.

<sup>190</sup> Ibidem, p. 210.

<sup>191</sup> “The ideia is that results of litigation are legitimate – legally, morally, and especially sociologically – if the participants have consented to them. Litigant consent requires direct participation in the lawsuit”. (LAHAV, Alexandra D. Participation and procedure. *DePaul Law Review*, v. 64, pp. 513-536, 2015. p. 515).

<sup>192</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 155.

<sup>193</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>194</sup> “A justificação de uma decisão, como resultado de um diálogo argumentativo, somente terá êxito se tiver convencido o seu destinatário imediato (parte do processo) e mediato (sociedade) que é que é correto aceitar a interpretação oferecida, ou seja, que a decisão é racionalmente correta, porquanto justificada em termos

Frise-se, portanto, que não é a mera representação que substitui legitimamente a participação dos interessados no processo. Essa representação deve ter contornos que possibilitem a estruturação de um processo apto a prestar a tutela jurisdicional adequada ao direito material violado.<sup>195</sup> Em outras palavras, a representação só é considerada constitucional e apta a substituir o exercício pessoal e individual do direito de ação, com a possibilidade de vincular definitivamente terceiros não participantes, se for adequada.<sup>196</sup>

Por sua vez, o representante adequado é aquele que age no interesse dos representados, de maneira responsiva a eles.<sup>197</sup> Dessa forma, é a partir da identificação dos titulares do direito que se está em discussão que se pode determinar quem é o grupo que será representado e, conseqüentemente, quais são as vontades, interesses e perspectivas que devem pautar a atuação do representante. Assim, não existe representatividade adequada aferida em abstrato.<sup>198</sup>

Cabe, então, ao representante perceber quais são as aspirações do grupo e, a partir disso, definir os instrumentos que irão permitir a promoção desses interesses.<sup>199</sup> Isso não quer dizer que ele seja mero porta-voz da classe que está representando. A representação eficaz deve encontrar

---

universalizáveis (...). Do ponto de vista da prática jurisdicional, a razão universalizável exige do juiz um ônus de grande importância, que é o de formular uma justificação específica e expressamente afirmada. A necessidade de objetividade e clareza na construção da proposição normativa universal se faz imprescindível para uma coerência e real previsibilidade do que seja o direito definido pelos tribunais. (PEREIRA, Paula Pessoa. *O STJ como corte de definição de direitos: uma justificativa a partir do universalismo*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. p. 105 e 108).

<sup>195</sup> “The central due process concern that is manifest in representational litigation is the protection of absent class members, who are not actually present in the litigation to oversee the resolution of their own claims (...). Without adequate representation – and without adequate representation from the onset of proposed class litigation – the other due process protections embedded in class litigation are unavailing. (MULLENIX, Linda S. Taking Adequacy Seriously: the inadequate assessment of adequacy in litigation and settlement classes. *University of Texas Law Review*, v. 261, pp. 1687-1744, 2004. p. 695-696).

<sup>196</sup> “Existe una conexión directa y elemental entre el instituto de la cosa juzgada y el de la representación adecuada, que indica que la eficacia de la primera se extenderá a todos los miembros de la clase, aun ausentes en el proceso colectivo, siempre que sus derechos hayan sido defendidos en una forma tal que ellos no pudieran haberlo hecho mejor de haberse presentado”. (BENINI, Giorgio A. La representatividad adecuada en los procesos colectivos. Aspectos procesales y constitucionales. In: SALGADO, José M. (Coord.). *Procesos colectivos y acciones de clase*. Buenos Aires: Cathedra Jurídica, 2014. p. 232).

<sup>197</sup> Os critérios específicos para a avaliação da adequação da representação serão estudados mais adiante, em capítulo específico, mas a lógica assegurar, tanto quanto possível, que o resultado obtido com a coletivização não seja substancialmente diverso daquele que seria obtido em ações individuais em que os membros do grupo defendam pessoalmente os seus direitos. (GIDI, Antonio. A representação adequada nas ações coletivas brasileiras: uma proposta. *Revista de Processo*, v. 108, pp. 61-70, out-dez/2002. p. 66).

<sup>198</sup> VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 259.

<sup>199</sup> VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 261.

um ponto de equilíbrio entre a atuação de acordo com a vontade dos representados e aquilo que o representante julga ser o melhor para o grupo.<sup>200</sup>

Outrossim, a representação adequada exige a existência de momentos participativos anteriores, simultâneos e posteriores à atuação do representante, nos quais “os representados tenham efetiva oportunidade de questionar a atuação do representante, ouvir suas explicações e, em situações extremas, demandar sua substituição”.<sup>201</sup> É preciso lembrar que a representação não permite que o representante faça escolhas completamente voluntaristas, pois sua finalidade é traduzir e defender os interesses de terceiros no processo.<sup>202</sup> Além disso, de nada adianta uma avaliação apenas *ex post* da adequação da representação, isso porque, caso se conclua pela falta de representatividade, a decisão proferida não poderá vincular terceiros, o que, em última análise, acaba com a finalidade do instituto.<sup>203</sup>

A partir do exposto, é possível concluir que a redução da participação processual é constitucionalmente autorizada quando justificada pela consecução das finalidades atinentes ao processo e à jurisdição. Por outro lado, a exclusão dos titulares de direito da discussão judicial, mas com a imposição dos efeitos de suas decisões a eles, só pode ser considerada legítima se for garantida a adequada representação de seus interesses.

### 3.4 PARTICIPAÇÃO NAS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO

As técnicas de coletivização de julgamento, por resultarem em decisões vinculantes que atingem terceiros não intervenientes no processo, importarão sempre, em alguma medida, a limitação da participação direta dos indivíduos no processo. A própria lógica desses institutos é voltada para o julgamento aglutinado de causas individuais, impedindo a litigância de uma matéria já decida. Ademais, a participação de todos os interessados no feito paradigma se mostra completamente inviável<sup>204</sup>, uma vez que existem casos que versam sobre questão de direito relativa a processos de milhares de jurisdicionados.

---

<sup>200</sup> PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1984. p. 155.

<sup>201</sup> VITORELLI, Op cit., p. 263.

<sup>202</sup> Ibidem, p. 264.

<sup>203</sup> ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. *Curso de Processo Civil Coletivo*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 214.

<sup>204</sup> Apesar disso, existem vozes na doutrina que defendem essa possibilidade, tal como CAMBI, Eduardo; FOGAÇA, Mateus Vargas. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil. In: MACÊDO,

Dessa forma, não há como pensar, concomitantemente, na utilização eficiente dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC e a participação direta de todos os interessados no feito.

Nesse cenário, o contraditório e a ideia de participação clássicos cedem espaço aos valores da isonomia, da segurança jurídica, da duração razoável do processo, mas sobretudo, da eficiência da máquina jurisdicional.<sup>205</sup> Mostra-se necessária, então, a reinterpretação e adequação de todos esses valores para se trabalhar com essas técnicas processuais, mas sem que haja a violação de qualquer garantia constitucional.<sup>206</sup>

Para tanto, em primeiro lugar, é possível aplicar aqui a ideia já mencionada de substituição do direito à participação pelo direito à representação adequada, isto é, os titulares do direito poderão ser representados por terceiros no processo em que se definir uma tese jurídica para determinada questão de direito. Por outro lado, a eficácia vinculante dessa decisão de mérito só vinculará os não participantes se ficar comprovado de que eles foram adequadamente representados.

Somado a isso, deve-se admitir a participação de pessoas e entidades, para além dos autores do processo originalmente instaurado, que possam contribuir para a construção de uma decisão

---

Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016.

<sup>205</sup> “An indeed there is ubiquitous concern with increased efficiency. In the midst of concern, a tendency is discernible to deemphasize preoccupations with procedural form – including residual differences between common law and civil law regimes – and concentrate instead on measures likely to contribute to the efficient functioning of civil justice. But consider that efficiency, properly understood, is a measure of the relation of the valued output, or goal of an activity, to the cost of achieving it. The speed and cost at which a justice system disposes of ingested cases tell us little about its efficiency unless we are informed of its goals: without reference to them, efficiency is a contentless ideal. Now, it would be wrong to believe that goals and value systems of more or less bureaucratized machineries of justice are alike. Their assessments of the importance of accurate fact-finding, consistency in decision-making, dissent, official discretion, or the outsourcing of official action, all differ in significant ways. Thus, so long as vestiges persist in civil procedure of attitudes traceable to disparate common law and civil law structures of authority, they should not be disregarded, even if one’s principal concern is the increase of procedural efficiency. Nor is it really passé, for the purpose of rough orientation on a number of procedural issues, to keep in mind that continental civil procedure retains remnants of procedural attitudes and arrangements congenial to a hierarchical-bureaucratic machinery of justice, while its common law counterpart keeps alive vestiges of a more egalitarian and less bureaucratized institutional environment”. (DAMAŠKA, Mirjan. The Common Law-Civil Law Divide: Residual Truth of a Misleading Distinction. *Supreme Court Law Review*, v. 49, pp. 3-22, 2010. p. 7).

<sup>206</sup> “Não haveria como sustentar a preservação da garantia do contraditório sem que fossem elaboradas as devidas adequações em suas bases no seio do gênero dos mecanismos processuais de que é espécie o incidente de resolução de demandas repetitivas. Caso contrário, careceria de sustentação teórica a ideia de que decisões proferidas em um processo individual comum pudessem projetar seus efeitos, possivelmente desfavoráveis, a autores ou réus de outras ações individuais com mesmo pedido e causa de pedir, mas que de modo algum integraram aquela relação processual”. (MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. Reflexões sobre o Incidente de Resoluções de Demandas Repetitivas previsto no projeto de novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, v. 211, pp. 191-207, set/2012. p. 191).

judicial em que sejam considerados os interesses de todos os grupos da sociedade que podem ser alcançados pela eficácia vinculante dessas decisões. Assim, ao se permitir uma participação qualificada, resguardar-se, em certa medida, o princípio do contraditório, ao mesmo tempo em que se permite a utilização legítima e eficaz das técnicas de coletivização de julgamento. Propõem-se, então, a incorporação de arranjos subjetivos variados e flexíveis, que se conformem com o processo concretamente considerado, bem como as suas diversas etapas.<sup>207</sup>

Defende-se, pois, a superação do modelo processual pautado pela rigidez e baseado na concepção errônea que de um único modelo procedimental é capaz de atender todos os tipos de litígios levados ao Poder Judiciário. Dessa forma, não é mais aceitável a ideia de “*one size fits all*” quando se tem em mente que a finalidade precípua da jurisdição é a melhor efetivação possível do direito material da parte.<sup>208</sup>

Apesar de, a uma primeira vista, tais propostas parecerem relativamente simples, os contornos específicos dessa representação adequada e desse modelo de participação qualificada assumem características peculiares quando aplicadas especificamente às técnicas de coletivização de julgamento, devendo ser estudadas mais profundamente. Todavia, antes analisar especificamente este tópico, se mostra pertinente verificar como os ordenamentos estrangeiros lidam com o julgamento coletivizado de direitos individuais.

---

<sup>207</sup> TEMER, Sofia. *Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação*. Juspodivm, 2020. p. 92.

<sup>208</sup> “O sistema de direito processual civil deixa de ser um sistema dotado de elevada *previsibilidade legal* (que é a preocupação do Estado Liberal de Direito) e de ocupar-se tão somente com a construção dos meios de *efetivação* do processo (que é a preocupação do Estado Social de Direito), para melhor flexibilizar-se para a consecução de suas *finalidades* e suas *metas* (que é a preocupação do Estado Social Democrático de Direito). Aqui, deixa de ter préstimo a previsão exaustiva de toda a inflexível sequência de atos que o juiz deve empreender na condução do processo, porque cabe ao Judiciário a realização concreta de finalidades positivamente consagradas. O sistema de processo civil não pode aprazer-se, pois, de fórmulas genéricas e abstratas, mas sim de princípios e de finalidades (ou seja, *standards* normativos), com o quê aquelas metas podem ser implementadas na prática com um maior *rendimento de produção* (isto é, com uma maior eficiência). Ao magistrado se atribui, assim, uma maior discricionariedade, a fim de que possa implementar as suas decisões em consonância com as vicissitudes de cada caso concreto. Nasce daí uma regulação processual tendente à *concretude particularizada*, compensando-se a incerteza inerente à legiferação principiológica. Enfim, o processo é feito olhando-se para o *mundo dos fins*: um processo justo não é um processo *always under law* e antidiscionário (como se quer no Estado Liberal de Direito), nem apenas efetivamente implementado (como se quer no Estado Social de Direito), mas um processo finalisticamente adequado e discionário por excelência (como se quer no Estado Social Democrático de Direito). Noutras palavras, o processo civil deixa de ser uma atividade de *subsunção*, em que todos os atos do juiz são uma mera submissão do caso às normas processuais, para transforma-se em uma atividade em que o juiz é convocado a decidir por *sobresunção*, isto é, através avaliações próprias, assumindo papel análogo ao do legislador, em que a *decisão jurídica* não passa de mera *opção* entre alternativas, mediante a qual se elege uma solução *ótima*. (COSTA, Eduardo José da Fonseca. As noções jurídico-processuais de eficácia, efetividade e eficiência. *Revista de Processo*, v. 121, pp. 275-301, mar/2005. p. 286-287).

## 4. AS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO NO DIREITO COMPARADO

A resolução de questões individuais por meio de técnicas processuais coletivas é uma tendência mundial. Assim, vários países desenvolveram, em seus ordenamentos, procedimentos específicos voltados ao processamento de demandas individuais nos quais há identificação de questões comuns que podem ser resolvidas de forma idêntica e unitária para todo um grupo.<sup>209</sup>

No presente capítulo, será estudado como são disciplinadas as técnicas de coletivização de julgamento nos ordenamentos jurídicos norte-americano, inglês e alemão. Além da análise dos contornos gerais de cada instituto, também será dado enfoque para maneira como tais sistemas jurídicos procuraram equilibrar o tratamento aglutinado de questões individuais com os princípios do contraditório e da participação.

### 4.1 O MODELO NORTE-AMERICANO

O sistema jurídico norte-americano possui algumas formas de tratamento coletivo de demandas individuais. Serão analisadas duas delas, considerando a sua relevância e pertinência para fins do presente estudo: as *class actions* e o *multidistrict litigation*.

Além dessas duas técnicas processuais, parte da doutrina americana defende que seja instituído o mecanismo preclusivo da *virtual representation* que permite que um litigante possa ser vinculado a um julgamento anterior no qual não tenha intervindo, mesmo não havendo qualquer relação jurídica preexistente entre a parte e o terceiro. Em razão da grande semelhança existente entre a sistemática da *virtual representation* e das técnicas de coletivização previstas no CPC, a sua análise se mostra extremamente pertinente.

#### 4.1.1 CLASS ACTIONS

---

<sup>209</sup> HENSLER, Debora R. The global landscape of collective litigation. In: HENSLER, Debora R.; HODGES, Christopher; TZANKOVA, Ianika (Coord.). *Class action in context: how culture, economics and politics shape collective litigation*. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 4-5.

As *class actions* representam, atualmente, talvez a mais conhecida forma de tratamento coletivo de demandas individuais de massa. Apesar de estas terem se inspirado, originalmente, em mecanismos existentes no sistema inglês, a sua configuração assumiu contornos muito distintos dos daquele ordenamento.<sup>210</sup>

O instituto foi, pela primeira vez, regulamentado pela própria Suprema Corte na *Equity Rule 48*, em 1842. Nesse diploma havia expressa previsão de que a decisão judicial decorrente de uma *class action* não poderia prejudicar terceiros ausentes do processo. Todavia, após 11 anos de sua entrada em vigor, a Suprema Corte julgou que seria conveniente que terceiros fossem vinculados pela decisão, caso houvesse a representação de todos os seus interesses perante o tribunal. Ademais, a mera congruência de interesses seria suficiente para assegurar uma representação adequada dos ausentes.<sup>211</sup>

Por outro lado, com o decorrer dos anos, começou-se a considerar que a litigância coletiva passou a ter limites muitos abrangentes, o que permitia que qualquer interesse, desde que encontrasse um representante, pudesse ser judicializado coletivamente.<sup>212</sup> Assim, em 1937, foi criada a *Rule 23* que estabeleceu os contornos da *class action* tal como é conhecida modernamente. Essa legislação sofreu grandes alterações nos anos de 1966, 1998 e 2003.<sup>213</sup>

As *class action*, como estão hoje disciplinadas, estão relacionadas a consecução de três objetivos primordiais: (i) obter uma maior economia processual, com a redução do número de ações propostas individualmente; (ii) evitar decisões conflitantes sobre um mesmo assunto; (iii) facilitar a instauração de determinadas demandas que de outra forma não seriam formuladas, já que o direito individual subjacente, por ser de pequena monta, não suscitaria o interesse de seu titular em acionar um onerosa tutela jurisdicional.<sup>214</sup>

---

<sup>210</sup> YEAZELL, Stephen C. *From medieval group litigation to modern class actions*. New Haven: Yale University Press, 1987. p. 179.

<sup>211</sup> VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 227.

<sup>212</sup> YEAZELL, Op. cit., p. 228.

<sup>213</sup> Ibidem, p. 241.

<sup>214</sup> MULHERON, Rachel. *The class action in common law legal system - a comparative perspective*. Oxford: Hart Publishing, 2004. p. 47-60.

No regime atual, a *Rule 23* estabelece os requisitos<sup>215</sup> e as hipóteses de cabimento<sup>216</sup> das *class actions*, além dos aspectos procedimentais.

Assim, o ajuizamento de uma ação coletiva depende da conjugação dos seguintes elementos: (i) número de membros do grupo excessivo, a ponto de inviabilizar a formação de um litisconsórcio entre eles<sup>217</sup>; (ii) a existência de questões comuns de fato ou de direito<sup>218</sup>; (iii) a tipicidade entre as pretensões ou defesas do representante do grupo e os membros da classe<sup>219</sup>; e (iv) a comprovação de que o representante do grupo tem capacidade de representar os ausentes adequadamente. Em relação a esse último requisito é necessário realizar uma análise um pouco mais detida.

---

<sup>215</sup> RULE 23. CLASS ACTION

(a) Prerequisites to a Class Action. One or more members of a class may sue or be sued as representative parties on behalf of all only if

- (1) the class is so numerous that joinder of all members is impracticable,
- (2) there are questions of law or fact common to the class,
- (3) the claims or defenses of the representative parties are typical of the claims or defenses of the class, and (4) the representative parties will fairly and adequately protect the interests of the class.

<sup>216</sup> (b) Class Actions Maintainable. An action may be maintained as a class action if the prerequisites of subdivision (a) are satisfied, and in addition:

- (1) the prosecution of separate actions by or against individual members of the class would create a risk of (A) inconsistent or varying adjudications with respect to individual members of the class which would establish incompatible standards of conduct for the party opposing the class, or (B) adjudications with respect to individual members of the class which would as a practical matter be dispositive of the interests of the other members not parties to the adjudications or substantially impair or impede their ability to protect their interests; or
- (2) the party opposing the class has acted or refused to act on grounds generally applicable to the class, thereby making appropriate final injunctive relief or corresponding declaratory relief with respect to the class as a whole; or
- (3) the court finds that the questions of law or fact common to the members of the class predominate over any questions affecting only individual members, and that a class action is superior to other available methods for the fair and efficient adjudication of the controversy. The matters pertinent to the findings include: (A) the interest of members of the class in individually controlling the prosecution or defense of separate actions; (B) the extent and nature of any litigation concerning the controversy already commenced by or against members of the class; (C) the desirability or undesirability of concentrating the litigation of the claims in the particular forum; (D) the difficulties likely to be encountered in the management of a class action

<sup>217</sup> Não existe um número predefinido de pessoas que são necessárias para o preenchimento de tal requisito, pois não se trata na de uma análise meramente numérica, mas, de fato, da impraticabilidade de formação de litisconsórcio, no sentido deste trazer dificuldades processuais que prejudiquem o desenvolvimento do processo, situação que acarretaria danos à própria proteção dos direitos, que se veria retardada, quando não definitivamente obstada. (GIDI, Antonio. *A class action como instrumento de tutela coletiva de direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 72-73).

<sup>218</sup> A presença de uma questão comum, segundo a interpretação jurisprudencial americana, é verificada pela possibilidade de se oferecer uma decisão unitária a uma mesma questão, que pode ser aplicada de forma uniforme para a classe como um todo. Nesse sentido, não é necessário que todas as questões sejam absolutamente iguais para todos os envolvidos, sem imprescindível apenas que exista um núcleo de controvérsia comum a todos os integrantes do grupo. (Ibidem, p. 79-81).

<sup>219</sup> O representante da classe deve estar sujeito aos mesmos interesses ou suportado os mesmos danos do grupo. Assim, não é suficiente uma origem remota idêntica dos direitos ou dos danos, devendo ficar demonstrado que o representante se sujeita aos mesmos efeitos sofridos pela classe. (Ibidem, p. 83-85).



A representatividade adequada pode ser conceituada como “uma qualidade apresentada pelo representante que atuará em nome da sociedade ou do grupo na defesa de interesses de ordem coletiva”.<sup>220</sup> Assim, a qualidade do representante se afere pela sua capacidade de defender de forma eficiente os interesses em jogo, levando-se em consideração elementos como sua condição econômica, seu histórico de proteção dos interesses em litígio e sua credibilidade perante a comunidade.<sup>221</sup>

É especificamente a representatividade adequada o elemento legitimador da extensão dos efeitos da decisão judicial para terceiros ausentes do processo. Assim, o devido processo legal substantivo, na tutela coletiva, é materializado pelo severo controle judicial da representatividade adequada.<sup>222</sup> Controle este, diga-se de passagem, que não fica limitado no tempo, isto é, não está sujeito a preclusão, podendo o juiz verificar a presença da representatividade adequada a qualquer tempo e sem a necessidade de provocação das partes.<sup>223</sup>

Outrossim, caso fique comprovado que algum ou alguns dos membros do grupo não foram adequadamente representados, a decisão coletiva não terá eficácia vinculante sobre eles, havendo a possibilidade de rediscutir a questão em um novo processo. Tal mecanismo é conhecido como *collateral attack*.<sup>224</sup>

Por sua vez, existem três hipóteses de cabimento para as *class actions*: (i) quando a existência de várias ações propostas de modo individual ou segmentado gere o risco de decisões inconsistentes ou contraditórias em relação aos membros da classe ou mesmo impeça o exercício do direito por alguns de seus titulares; (ii) quando a parte contrária age de modo desigual em relação a diversos membros do grupo; e (iii) quando há predominância das questões de fato ou de direitos coletivos em relação às questões individuais.<sup>225</sup>

---

<sup>220</sup> FORNACIARI, Flávia Hellmeister Clito. *Representatividade adequada nos processos coletivos*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 50.

<sup>221</sup> NAGAREDA, Richard A. *The law of class actions and other aggregate litigation*. New York: Foundation Press, 2009. p. 75.

<sup>222</sup> MULLENIX, Linda S. New trends in standing and res judicata in collective suits. General Report – Common Law. In: *Direito Processual Comparado - XIII World Congress of Procedural Law*. Rio de Janeiro: Forense, 2007. p. 507.

<sup>223</sup> RICHTER, Bianca Mendes Pereira. Representatividade Adequada: uma comparação entre o modelo norte-americano da class action e o modelo brasileiro. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, v. 1, p. 213-230, 2012. p. 223.

<sup>224</sup> COSTA, Susana Henriques da. O controle judicial da representatividade adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro. In: SALLES, Carlos Alberto de. (Coord.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro: homenagem ao professor Kazuo Watanabe*. São Paulo: Quartier Latin, 2009. p. 963.

<sup>225</sup> FORNACIARI, Op. cit., p. 41-43.

Essa última modalidade é a hipótese mais comum de *class action*, em que se inserem as demandas voltadas à indenização de prejuízos coletivamente sofridos. Nesse caso, a opção pela ação coletiva não é obrigatória, podendo os integrantes do grupo lesado solicitar a sua exclusão da demanda, por meio do instituto do *opt out*. A fim de que possam exercer esse direito, é necessária a comunicação adequada da existência da ação coletiva aos membros do grupo.<sup>226</sup>

Portanto, pode-se observar que a *class action* é um instrumento versátil e flexível, que permite a racionalização dos custos do processuais, ao resolver de modo coletivo e de uma só vez questões individuais de massa, vinculando terceiros não participantes do processo ao assegurar a representação adequada de seus interesses.

#### 4.1.2 MULTIDISTRICT LITIGATION

O *multidistrict litigation*<sup>227</sup> consiste em um mecanismo de transferência de demandas individuais para um mesmo juiz, para que a preparação e instrução de um bloco de ações seja feita de forma conjunta.<sup>228</sup>

Existem alguns parâmetros para orientar a decisão pela transferência e a escolha do destino dos processos: (i) deve haver a existência de uma ou mais questões de fato comuns; (ii) a transferência deve visar a justa e eficiente instrução da controvérsia, sendo conveniente para as partes e testemunhas; (iii) as partes devem ser notificadas sobre a pretensão de transferência; (iv) a coordenação informal entre os diversos juízos nos quais tramitam as ações individuais deve ser demasiadamente difícil, em razão da numerosidade de demandas ou complexidade da questão; (v) o juízo escolhido deve observar os distritos pelos quais estão pulverizadas as demandas individuais, o domicílio das partes e das testemunhas, o local em que serão produzidas as provas e a experiência das Cortes Distritais e a de seus magistrados para o processamento do caso.<sup>229</sup>

---

<sup>226</sup> MULHERON, Rachel. *The class action in common law legal system - a comparative perspective*. Oxford: Hart Publishing, 2004. p. 31.

<sup>227</sup> Não será analisado detidamente esse instituto tendo em vista que ele restringe a agregação de demandas apenas para fins de instrução. Não há, então, propriamente um julgamento coletivo.

<sup>228</sup> Part. 28, § 1407. When civil actions involving one or more common questions of fact are pending in different districts, such actions may be transferred to any district for coordinated or consolidated pretrial proceedings. Such transfers shall be made by the judicial panel on multidistrict litigation authorized by this section upon its determination that transfers for such proceedings will be for the convenience of parties and witnesses and will promote the just and efficient conduct of such actions.

<sup>229</sup> HEYBURN II, John G. A view from the panel: part of solution. *Tulane Law Review*, v. 82, pp. 2225-2244, 2008. p. 2228-2229.

A reunião de processos se limita à fase de saneamento e instrução (*pretrial*). Encerrada essa etapa, sem a realização de acordo ou julgamento sumário (*summary judgment*)<sup>230</sup>, as demandas devem ser remetidas para seus juízos de origem para julgamento. Apesar de parte da doutrina defender que o *multidistrict litigation* deve abarcar também a etapa decisória, a Suprema Corte decidiu que, da forma como o instituto está legalmente disciplinado, isso não é possível.<sup>231</sup>

Assim, tal técnica processual tem o propósito de evitar a multiplicação de atos instrutórios relacionados a uma mesma questão de fato, privilegiando a economia processual e a isonomia.

#### 4.1.3 VIRTUAL REPRESENTATION

Apesar de não ser considerada uma forma de coletivização de julgamento, a sistemática da *virtual representation* permite a extensão dos efeitos de uma decisão judicial para um terceiro apenas pelo fato de o seu direito estar relacionado a uma questão que já foi anteriormente decidida em um processo anterior, tal como nos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC. Assim, sua análise se mostra a mais importante dentre os mecanismos do direito norteamericanos aqui estudados.

A *virtual representation* pode ser definida como uma preclusão que permite que um litigante possa ser vinculado a um julgamento anterior no qual não tenha sido parte no processo. Diferentemente de outros institutos preclusivos, a *virtual representation* não exige a existência de uma relação jurídica preexistente entre a parte e o terceiro para que haja a incidência da preclusão sobre este último. Assim, o terceiro passa a estar vinculado à decisão caso os seus interesses sejam considerados suficientemente semelhantes aos da parte.<sup>232</sup>

---

<sup>230</sup> A maioria das demandas sujeitas ao *multidistrict litigation* são extintas pela realização de acordos ou pelo julgamento antecipado da demanda (MARCUS, Richard L., SHERMAN, Edward F., ERICHSON, Howard M. *Complex litigation: cases and materials on advanced civil procedure*. 5 ed. St. Paul: Thomson West, 2010. p. 152).

<sup>231</sup> NAGAREDA, Richard A. *The law of class actions and other aggregate litigation*. New York: Foundation Press, 2009. p. 388.

<sup>232</sup> Tradução livre: “Virtual representation is a preclusion doctrine that permits a litigant to be bound by a judgment in a prior case in which she was not a party. Unlike the other primary forms of nonparty preclusion, virtual representation (at least in some of its manifestations) does not require a preexisting legal relationship between the nonparty and a party in the case in order to bind the nonparty by the case’s findings and judgment. Instead, the nonparty is bound if her interests are deemed to have been sufficiently aligned with a party in the prior case and certain other factors are satisfied, even if there is no preexisting formalized relationship between them”. (REDISH, Martin H.; KATT, William J. *Taylor v. Sturgell*, Procedural Due Process, and the Day-in-Court Ideal: Resolving the Virtual Representation Dilemmas. *Notre Dame Law Review*, v. 84, pp. 1877-1918, jul./2009. p. 1878).

O conceito e os contornos da *virtual representation* não foram sempre os mesmos, tendo o instituto evoluído com o passar dos anos. Em razão disso, deve-se, primeiramente, analisar sua evolução histórica.

#### 4.1.3.1 A EVOLUÇÃO DA VIRTUAL REPRESENTATION

A doutrina da *virtual representation* foi redefinida e reinterpretada diversas vezes durante a sua história. A sua primeira concepção, datada do século XVIII, estava relacionada a um conceito restritivo de propriedade utilizado para vincular herdeiros desconhecidos, indetermináveis ou ainda não nascidos à julgamentos referentes aos bens imóveis que poderiam vir a ter direito. Nesse período, então, a *virtual representation* era utilizada como forma de manejar os interesses de terceiros que poderiam futuramente vir a ter direito sobre determinada propriedade.

O principal objetivo de sua utilização era impedir que determinado litígio perdurasse para sempre, se renovando toda vez que um novo sujeito com direitos sobre o bem surgisse.<sup>233</sup> Além disso, nessa configuração, a *virtual representation* não estava preocupada em tutelar os direitos da parte ausente através de uma representação adequada, mas sim em tutelar, em si mesmo, os direitos ligados a uma determinada propriedade.<sup>234</sup>

A partir da segunda metade do século XIX, a lógica da *virtual representation* deixou de estar limitada a casos envolvendo direitos reais. Os efeitos preclusivos dessa doutrina, então, se estenderam para atingir qualquer tipo de demanda no qual havia uma identidade de interesses jurídicos entre o litigante original e o terceiro.<sup>235</sup>

Mas foi somente a partir do início do século XX que as cortes americanas passaram a se preocupar com a relação entre a *virtual representation* e os ditames processuais de equidade, eficiência e justiça distributiva. A jurisprudência começou a analisar tal doutrina com base nos

---

<sup>233</sup> JOHNSON, Jack L. Due or Voodoo Process: Virtual Representation as the Justification for the Preclusion of a Nonparty's Claim. *Tulane Law Review*, v. 68, pp. 1303-1381, 1993. p. 1310-1311.

<sup>234</sup> BONE, Robert G. Rethinking the "Day in Court" Ideal and Nonparty Preclusion. *New York University Law Review*, v. 197, pp. 193-293, 1992. p. 209.

<sup>235</sup> "Courts interpreting the old rule of virtual representation (...) presumed representational adequacy from an identity of interests. Beyond this incidental identity of interests, the old rule of virtual representation required no legally significant relationship between the party and nonparty". (Ibidem, p. 211).

impactos que ela trazia para eficiência do Poder Judiciário, aplicando-a como uma preclusão suscetível de afetar qualquer tipo de caso.<sup>236</sup>

Por outro lado, a expansão do seu âmbito de aplicação fez com que os estudiosos norte-americanos começassem a examinar a *virtual representation* a partir de suas ramificações constitucionais. Como consequência, esse tipo de preclusão começou a ter sua utilização restringida, sob a alegação de que, em muitos casos, haveria violação da cláusula do devido processo legal e do direito a um dia perante a corte. Foi a partir desse momento que as verdadeiras discussões sobre os limites da *virtual representation* surgiram.<sup>237</sup>

Diferentemente do que se possa imaginar, durante do início do século XX, quando a Suprema Corte iniciou a sua análise sobre a constitucionalidade da doutrina da *virtual representation*, dois casos por ela julgados assentaram o entendimento de que a cláusula do devido processo legal poderia sofrer restrições.

No primeiro deles, *Hansberry v. Lee*, a Corte entendeu que o direito de participação da parte não havia sido violado pela incidência da preclusão, tendo em vista que ela teria sido notificada da existência de um processo anterior no qual estava sendo discutido um interesse idêntico ao dela. Além disso, e mais importante, as partes ausentes teriam tido uma representação adequada de seus interesses na demanda, o que supriria a necessidade de uma participação direta.<sup>238</sup>

Dez anos depois, ao julgar o caso *Mullane v. Hanover*, a Suprema Corte definiu que para estarem sujeitos aos efeitos de uma decisão nem todas as partes ausentes necessitariam ser notificadas da existência do processo, especialmente nos casos em que nem todas fossem pessoalmente identificáveis. Nesse sentido, a cláusula do devido processo legal exigiria somente notificação razoável aos terceiros, como, por exemplo, através de um jornal de grande circulação.<sup>239</sup>

---

<sup>236</sup> PETRESCU, Victor. Crash and Burn: Taylor v. Sturgell's Radical Redefinition of the Virtual Representation Doctrine. *Miami Law Review*, v. 64, pp. 735-770, 2010. p. 740.

<sup>237</sup> Ibidem, p. 741.

<sup>238</sup> *Hansberry v. Lee*, 311 U.S., 1940. p. 32-43.

<sup>239</sup> *Mullane v. Hanover*, 399 U.S., 1950. p. 306-320.

Esses dois casos tiveram grande importância para consolidar o entendimento que o direito de participação pode sofrer restrições diante da necessidade de tornar o Poder Judiciário um aparato eficiente.<sup>240</sup>

Nesse cenário, as cortes inferiores se dividiram sobre os limites da aplicação da doutrina da *virtual representation* e duas diferentes visões sobre o tema surgiram. De um lado, fixou-se o entendimento de que a possibilidade de uma parte atuar como representante virtual de outra é uma questão meramente factual que leva em conta a proximidade da relação entre a parte e os ausentes, bem como se os interesses daqueles que não estão participando diretamente do processo foram adequadamente representados.<sup>241-242</sup>

Por outro lado, tiveram aqueles que defenderam uma aplicação mais restrita da *virtual representation*, a qual só poderia ser aplicada quando houvesse uma relação jurídica explícita entre a parte e os ausentes. Dentre os exemplos citados pelos tribunais que apoiam esta corrente estão: empresa matriz e suas filiais, beneficiários imobiliários e seus administradores, acionistas e suas sociedades, ente público conessor de serviços públicos e concessionários.<sup>243</sup>

Em vista da existência desses dois entendimentos conflitantes entre os Circuitos, a Suprema Corte, em *Richards v. Jefferson County*, enfrentou o problema da definição e interpretação da *virtual representation*. Neste caso, ficou estabelecido que não haveria qualquer inconstitucionalidade na adoção de uma aplicação ampla da preclusão da *virtual representation*, a qual requereria apenas uma representação adequada das partes ausentes ao processo. A representação adequada, por sua vez, restaria caracterizada quando houvesse uma relação suficientemente próxima entre os interesses da parte e dos ausentes, apta a assegurar a consideração plena e justa da questão afeta aos múltiplos litigantes.<sup>244</sup> Em face de tal julgamento, às cortes foi concedida uma ampla discricionariedade para a aplicação da doutrina da *virtual representation*.<sup>245</sup>

---

<sup>240</sup> PETRESCU, Victor. Crash and Burn: Taylor v. Sturgell's Radical Redefinition of the Virtual Representation Doctrine. *Miami Law Review*, v. 64, pp. 735-770, 2010. p. 743.

<sup>241</sup> Aerojet-General Corp. v. Askew, 511 F. 2d 5<sup>th</sup> Cir, 1975. p. 719-720.

<sup>242</sup> Tyus v. Schoemehl, 93 F. 3d 8<sup>th</sup> Cir, 1996. p. 451-453.

<sup>243</sup> Pollard v. Cockrell, 578 F. 2d 5<sup>th</sup> Cir, 1978. p. 1005-1009.

<sup>244</sup> "What is required to justify the applicability of virtual representation to a current action is that the prior action have been so devised and applied as to insure that those present are of the same class as those absent and that the litigation is so conducted as to insure the full and fair consideration of the common issue". (*Richards v. Jefferson County*, 517 U.S., 1996. p. 801).

<sup>245</sup> EVANS, Laura. Limiting Virtual Representation in *Headwaters Inc. v. United States Forest Service: Lost (Opportunity) in the Oregon Woods?* *Ecology Law Quarterly*, v. 33, pp. 725-754, 2006. p. 733.

Todavia, no ano de 2008, a Suprema Corte revisitou o tema pela última vez, no caso *Taylor v. Sturgell*, ocasião na qual reviu seu entendimento, restringindo consideravelmente o âmbito de aplicação da doutrina da *virtual representation*. No julgamento, a Corte, por unanimidade de votos, determinou que para que fosse possível a aplicação de preclusão por meio da representação virtual seria necessária a demonstração de pelo menos um dos seguintes requisitos: (i) o ausente explicitamente concorde em ser vinculado pelo julgamento anterior; (ii) existência de uma forte relação jurídica preexistente entre a parte e o terceiro a ser vinculado; (iii) a constatação de uma efetiva e adequada representação dos interesses da parte ausente que exigiria, antes de tudo, o pertencimento a uma mesma classe; (iv) o ingresso do ausente no transcurso do primeiro processo; (v) a nomeação da parte do processo original como procurador do ausente; (vi) a lei expressamente impedir litígios sucessivos.<sup>246</sup>

Além disso, a Suprema Corte definiu que só existe representação adequada em dois casos: quando forem adotados procedimentos especiais para proteger os interesses do ausentes ou as partes do processo estiverem atuando, consciente e efetivamente, como representante dos ausentes.<sup>247</sup>

Em conclusão, atualmente, para a Suprema Corte, a fim de garantir a não violação da cláusula do devido processo legal e do direito a um dia perante a corte, a incidência de preclusão para não partes, fundada na *virtual representation*, não pode se basear em nada que não seja a existência de uma relação jurídica entre a parte e o ausente dentre uma daquelas predefinidas pela lei ou pela jurisprudência e adequada representação dos interesses daquele que não participou do processo.<sup>248</sup>

Estabelecidos, então, os principais contornos da evolução jurisprudencial da *virtual representation*, cabe agora analisar os mais relevantes argumentos doutrinários favoráveis e contrários ao instituto.

#### **4.1.3.2 OS ARGUMENTOS CONTRÁRIOS À DOCTRINA DA VIRTUAL REPRESENTATION**

---

<sup>246</sup> Taylor v. Sturgell, 128 U.S., 2008. p. 2169-2180.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 1174.

<sup>248</sup> PETRESCU, Victor. Crash and Burn: Taylor v. Sturgell's Radical Redefinition of the Virtual Representation Doctrine. *Miami Law Review*, v. 64, pp. 735-770, 2010. p. 750.

Os argumentos contrários à doutrina da *virtual representation* se concentram basicamente em dois pontos: o viés democrático do direito de participação no processo e a violação da cláusula do devido processo legal.

#### **4.1.3.2.1 O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO COMO CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA**

Como se sabe, um dos pilares fundantes do sistema jurídico norte-americano é o seu comprometimento com a democracia. Em sua essência, a democracia está relacionada com a possibilidade dos indivíduos se autodeterminarem.<sup>249</sup> Nesse sentido, a fim de efetivamente atuarem no processo democrático, os cidadãos devem ter o poder decidir como irão participar das escolhas sociais. Assim, da mesma forma como o governo, para ser considerado democrático, não pode impor às pessoas a escolhas de seus líderes políticos, também lhe é defeso obrigar seus cidadãos a transferir a terceiros o seu poder de escolha de como se dará a proteção de seus direitos e interesses.<sup>250</sup>

Assim, no âmbito da proteção de seus direitos individuais perante o Poder Judiciário, a democracia se concretiza na autonomia do cidadão em escolher como irá participar do processo. Nesse sentido, autonomia significa poder decidir quando, como e por que apresentar uma demanda judicial.<sup>251</sup> Dessa maneira, a participação individual do cidadão na demanda judicial legitima democraticamente o processo jurisdicional.

Por outro lado, a utilização da doutrina da *virtual representation* impede que os cidadãos escolham como seus direitos e interesses devem ser apresentados dentro do processo judicial, uma vez que há incidência de preclusão que proíbe a relitigação de uma determinada questão. Consequentemente, há a perda do poder de autodeterminação no âmbito social, vez que terceiros aleatórios passam a tutelar ilegitimamente os interesses de outros na esfera judicial.<sup>252</sup>

---

<sup>249</sup> REDISH, Martin H.; BERLOW, Clifford W. The Class Action as Political Theory. *Washington University Law Review*, v. 85, pp. 753-813, 2008. p. 764.

<sup>250</sup> REDISH, Martin H. The Adversary System, Democratic Theory, and the Constitutional Role of Self-Interest: The Tobacco Wars. *DePaul Law Review*, v. 51, pp. 359-406, 2001. p. 366.

<sup>251</sup> “Autonomy means that the individual has the right to choose how to fashion his own representation and to participate in the process as he sees fit, within the prescribed adjudicatory framework.” (REDISH, Martin H.; KATT, William J. Taylor v. Sturgell, Procedural Due Process, and the Day-in-Court Ideal: Resolving the Virtual Representation Dilemmas. *Notre Dame Law Review*, v. 84, pp. 1877-1918, jul./2009. p.1890).

<sup>252</sup> Ibidem, p. 1894.



Em vista disso, vários doutrinadores defendem que a autorização da aplicação da doutrina da *virtual representation* se traduz na violação do princípio democrático liberal vigente na ordem jurídica americana.

#### 4.1.3.2.2 VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Talvez o maior argumento contra a doutrina da *virtual representation* seja o fato de que sua aplicação viola a cláusula do devido processo legal, ao impedir que as partes exerçam o seu direito de um dia perante a corte.

A Constituição americana prevê que ninguém será privado de sua vida, liberdade ou propriedade sem o devido processo legal.<sup>253</sup> O devido processo legal, pois, visa garantir a justeza do processo de desapropriação de um direito. Uma vez que o direito de ação é considerado uma modalidade de propriedade, não se permite que o Estado prive uma pessoa de apresentar sua demanda ao Judiciário até que ela tenha sido definitivamente julgada em um processo próprio.

Além disso, a visão tradicional do devido processo legal sempre esteve focada na perspectiva do litigante individual, isto é, na ideia de que tal cláusula garante a proteção da participação direta e pessoal.<sup>254</sup> Assim, o cidadão deve ter a oportunidade de “contar sua própria história” e defender seus interesses como julgar mais conveniente perante a corte, não bastando que terceiro o faça em seu lugar.<sup>255</sup> Isso se justifica também porque a prática forense demonstra que, não raramente, litigantes que discutem questões idênticas ou muito similares acabam tendo resultados distintos, a partir das estratégias processuais e argumentos utilizados durante o processo. Em vista disso, é necessário preservar a autonomia individual de cada um.<sup>256</sup>

---

<sup>253</sup> “No person shall be held to answer for a capital, or otherwise infamous crime, unless on a presentment or indictment of a grand jury, except in cases arising in the land or naval forces, or in the militia, when in actual service in time of war or public danger; nor shall any person be subject for the same offense to be twice put in jeopardy of life or limb; nor shall be compelled in any criminal case to be a witness against himself, nor be deprived of life, liberty, or property, without due process of law; nor shall private property be taken for public use, without just compensation.”

<sup>254</sup> “Some litigants - those who never appeared in a prior action-may not be collaterally estopped without litigating the issue. They have never had a chance to present their evidence and arguments on the claim. Due process prohibits estopping them despite one or more existing adjudications of the identical issue which stands squarely against their position”. (Blonder-Tongue Lab. V. University of Illinois Found., 402 U.S., 1971. p. 323).

<sup>255</sup> JOHNSON, Jack L. Due or Voodoo Process: Virtual Representation as the Justification for the Preclusion of a Nonparty’s Claim. *Tulane Law Review*, v. 68, pp. 1303-1381, 1993-1994. p. 1323.

<sup>256</sup> TRANGSRUD, Roger H. Joinder Alternatives in Mass Tort Litigation. *Cornell Law Review*. New York, v. 70, pp. 779-849, 1985. p. 817.

Outrossim, o mero argumento de que a permissão de que todo e qualquer processo seja julgado de forma individual, independentemente da existência de demanda idêntica ou similar anterior, aumentaria os custos dispendidos pelo Poder Público não é o suficiente para que se permita a violação do direito pessoal ao devido processo legal. Nesse sentido, a Suprema Corte já decidiu que mesmo contrário a interesses institucionais de eficiência, um demandante pode sempre debater questões já resolvidas em processo no qual não foi parte.<sup>257</sup>

Ademais, não seria possível estender a lógica do devido processo legal utilizado nas demandas de classe (*class action*) para aplicação da doutrina da *virtual representation*, pois há diferenças marcantes entre esses dois institutos.

Em primeiro lugar, para a certificação das demandas de classe é necessário que haja o cumprimento de inúmeras exigências legalmente previstas na *Federal Rule of Civil Procedure*, o que não ocorre com a utilização da *virtual representation*. Além disso, as partes atingidas pelos efeitos da demanda de classe devem receber notificação de sua existência, podendo exercer o seu direito de intervenção ou de *opt out*. Mais uma vez, isso não ocorre com a preclusão decorrente da *virtual representation*. Por fim, o controle da representação adequada nas demandas de classe ocorre durante todo o transcurso do procedimento e atende a requisitos extremamente rigorosos<sup>258</sup>. Já a análise da representação adequada dentro da *virtual representation* é feita somente retroativamente, não existindo critérios predefinidos.<sup>259</sup> Desse modo, não seria possível dizer que o reconhecimento da não violação do devido processo legal nas demandas de classe se estenda adequadamente para a *virtual representation*.

---

<sup>257</sup> "Procedural due process is not intended to promote efficiency or to accommodate all possible interests: it is intended to protect the particular interests of the person whose possessions are about to be taken .... "[T]he Constitution recognizes higher values than speed and efficiency. Indeed, one might fairly say of the... Due Process Clause in particular, that [it was] designed to protect the fragile values of a vulnerable citizenry from the overbearing concern for efficiency." (*Parklane Hosiery Co. v. Shore*, 439 U.S., 1979. p 326-333).

<sup>258</sup> "A party's representation of a nonparty is 'adequate' for preclusion purposes only if, at a minimum (...) the party understood herself to be acting in a representative capacity or the original court took care to protect the interests of the nonparty. It is equally clear that preclusion cannot be justified on the theory that Taylor was adequately represented in Herrick's suit. Nothing in the record indicates that Herrick understood himself to be suing on Taylor's behalf, that Taylor even knew of Herrick's suit, or that the Wyoming District Court took special care to protect Taylor's interests. Under our pathmarking precedent, therefore, Herrick's representation was not 'adequate'". (*Taylor v. Sturgell*, 128 U.S., 2008. p. 2169-2173).

<sup>259</sup> JOHNSON, Jack L. Due or Voodoo Process: Virtual Representation as the Justification for the Preclusion of a Nonparty's Claim. *Tulane Law Review*, v. 68, pp. 1303-1381, 1993. p. 1328-1335.

#### 4.1.3.2 OS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À DOCTRINA DA VIRTUAL REPRESENTATION

Em contrapartida, existirem inúmeros argumentos em prol da aplicação extensiva da doutrina da *virtual representation*, dentre os quais quatro deles acabaram por se mostrar os mais relevantes e consistentes: a ideia de que a *virtual representation* não viola o direito de um dia perante a corte e a cláusula do devido processo legal; a necessidade de otimização dos recursos e esforços dispendidos pelo Poder Judiciário; o entendimento de que as decisões judiciais devem ser consistentes, dando a casos iguais solução iguais; e a imprescindibilidade de os litígios chegarem a um fim.

##### 4.1.3.2.1 O DIREITO DE UM DIA PERANTE A CORTE

Como se já foi demonstrado, um dos principais argumentos contra a aplicação da *virtual representation* é a suposta violação ao direito de ter um dia perante a corte e, consequentemente, da cláusula do devido processo legal. Por outro lado, muito doutrinadores defendem que a aplicação da *virtual representation*, quando conjugada com a verificação da representatividade adequada, seria suficiente para garantir a incolumidade desses direitos.

Segundo a tradição americana, o direito de ter um dia perante a corte se traduz no princípio de que ninguém pode ser afetado negativamente por uma decisão judicial sem ter tido a oportunidade de se defender perante o Judiciário.<sup>260</sup> Por outro lado, apesar desse ser um princípio que geralmente deve ser aplicado, há séculos é pacificado que este não é um direito constitucional absoluto.<sup>261</sup> A história americana demonstra que o ordenamento jurídico abre exceções para o ideal do dia na corte, em razão do reconhecimento de que existem valores que se sobrepõem a concepção de que toda pessoa que se sinta injustiçada ou que tenha seus direitos violados deve ter sua demanda julgada pelo Poder Judiciário.<sup>262</sup>

---

<sup>260</sup> “The principle is as old as the law, and is of universal justice, that no one shall be personally bound until he has had his day in court”. (ROBERTS, Carlisle F. Virtual Representation in Actions Affecting Future Interests. *Illinois Law Review*, v. 30, pp. 580-602, 1936. p. 580).

<sup>261</sup> VESTAL, Allan D. Res Judicata/Preclusion: Expansion. *Southern California Law Review*, v. 47, pp. 357-381, 1974. p. 377.

<sup>262</sup> PETRESCU, Victor. Crash and Burn: Taylor v. Sturgell’s Radical Redefinition of the Virtual Representation Doctrine. *Miami Law Review*, v. 64, p. 735-770, 2010. p. 756.

Portanto, a preclusão da rediscussão de uma questão pode ser aplicada em dois casos. O primeiro deles é quando a parte teve a oportunidade de discutir diretamente a questão perante a Corte. Já a segunda é quando a parte teve os seus interesses devidamente representados em um outro processo.<sup>263</sup> Dessa forma, uma pessoa pode estar preclusa de litigar sobre uma determinada questão se o seu interesse já tenha sido devidamente defendido por terceiro.<sup>264</sup>

Ademais, a Suprema Corte reconheceu que a representação adequada é a verdadeira faceta da cláusula do devido processo legal e não a efetiva e direta participação dentro de um processo. Assim, tudo o que se precisa garantir é que os interesses dos ausentes tenham sido defendidos e considerados de modo efetivo e justo.<sup>265</sup>

Diante disso, os defensores da *virtual representation* acreditam que se uma determinada questão já foi debatida adequadamente e decidida em um primeiro caso, não há razões suficientes para permitir que uma questão idêntica seja relitigada. Isso porque não existem motivos para acreditar que a relitigação da questão traria resultados mais justos ou melhores.<sup>266</sup>

Outrossim, os contornos da representação adequada podem ser legítima e legalmente retirados da *Federal Rule of Civil Procedure*, o que equipararia sua constitucionalidade àquela já reconhecida as *class actions*. Dessa maneira, para que os direitos dos ausentes sejam devidamente representados deve haver alinhamento entre os interesses do representante e dos representados – no sentido de que ambos desejem o mesmo resultado. Com isso o representante passa a ter incentivos para litigar vigorosamente. Somado a isso, o representante deve ter recursos suficientes para litigar.<sup>267</sup> Por fim, a capacidade do advogado que está defendendo os interesses dos ausentes também deve ser levada em consideração, avaliando-se, dentre outros fatores, seu histórico na

---

<sup>263</sup> “Apart from judgments which have effect qua facts, it is clear that judgments can have conclusive effect against persons who were not parties to the original action. In attempting to decide how far the concept of preclusion should apply, it is well to consider the underlying rationale of judicial preclusion and preclusion generally. In all cases in which a person finds himself subject to preclusion generally, either (1) he has had the opportunity to litigate the matter or (2) his interests have been adequately represented in the litigation of the matter”. (Vincent v. Peter Pan Bankers Inc. 182 N.W 2d, 1967. p. 849-850).

<sup>264</sup> VESTAL, Op cit., p. 380.

<sup>265</sup> Hansberry v. Lee, 311 U.S., 1940. p. 41-42.

<sup>266</sup> BONE, Robert G. Rethinking the “Day in Court” Ideal and Nonparty Preclusion. *New York University Law Review*, v. 197, pp. 193-293, 1992. p. 290-293.

<sup>267</sup> REDISH, Martin H.; KATT, William J. Taylor v. Sturgell, Procedural Due Process, and the Day-in-Court Ideal: Resolving the Virtual Representation Dilemmas. *Notre Dame Law Review*, v. 84, pp. 1877-1918, jul./2009. p. 1908-1910.

defesa de interesses da mesma natureza, sua qualificação, os recursos à sua disposição e seu conhecimento legal.<sup>268</sup>

Portanto, contanto que se garanta standards mínimos do devido processo legal, assegurando a adequada representação dos interesses das partes ausentes no processo, não haveria qualquer violação do direito de um dia perante a Corte ao se proibir terceiros de relitigar questões já decididas em demandas em que não foram parte.

#### 4.1.3.2.2 EFICIÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO

Outro fator em prol de uma interpretação abrangente da *virtual representation* é sua capacidade de otimizar a gestão dos recursos e esforços dispendidos pela máquina estatal jurisdicional. Isso se justifica porque a lógica preclusiva ligada a essa doutrina permite que o Poder Judiciário pare de julgar inúmeras causas repetidas, concentrando seu tempo e atenção a casos novos e mais relevantes.<sup>269</sup>

A verdade é que as cortes devem reconhecer que há uma limitação do número de casos que podem ser julgados por dia. Assim, caso se analise determinado caso, necessariamente se deixará de analisar outro. Diante disso, caso os tribunais decidam revisitar a mesma questão inúmeras vezes, demandas novas serão deixadas de lado ou terão uma tutela jurisdicional intempestiva ou inapropriada. Então, deve-se ponderar o que é mais importante: garantir abstratamente o dia na corte de todos os litigantes ou filtrar de maneira adequada os casos que merecem ser julgados por conta da sua relevância e pelo fato de ainda não terem sido examinados.<sup>270</sup>

---

<sup>268</sup> Rule 23. (g) Class Counsel.

(1) Appointing Class Counsel. Unless a statute provides otherwise, a court that certifies a class must appoint class counsel. In appointing class counsel, the court:

(A) must consider:

(i) the work counsel has done in identifying or investigating potential claims in the action;

(ii) counsel's experience in handling class actions, other complex litigation, and the types of claims asserted in the action;

(iii) counsel's knowledge of the applicable law; and

(iv) the resources that counsel will commit to representing the class;

(B) may consider any other matter pertinent to counsel's ability to fairly and adequately represent the interests of the class;

<sup>269</sup> LEE, Thomas R. Stare Decisis in Economic Perspective: An Economic Analysis of the Supreme Court's Doctrine of Precedent. *North Carolina Law Review*, v. 78, pp. 643-706, 2000. p. 650.

<sup>270</sup> PETRESCU, Victor. Crash and Burn: Taylor v. Sturgell's Radical Redefinition of the Virtual Representation Doctrine. *Miami Law Review*, v. 64, pp. 735-770, 2010. p. 759-760.

Destarte, a doutrina da *virtual representation* pode garantir que os recursos e esforços judiciais sejam melhor empregados, garantindo uma eficiência otimizada na prestação jurisdicional.

#### 4.1.3.2.3 CONSISTÊNCIA DAS DECISÕES JUDICIAIS

Além disso, a aplicação da doutrina da *virtual representation* visa assegurar também a consistência dos provimentos judiciais, isto é, que casos iguais sejam tratados de forma igual.<sup>271</sup> A razão para tanto é que se for permitido que uma mesma questão seja julgada diversas vezes, a chance de que ela tenha resultados distintos a depender dos julgadores é grande.

Ademais, se diferentes partes litigarem a mesma questão e receberem tratamentos diferenciados, o sistema jurídico acabará por perder sua legitimidade pela violação do princípio da isonomia e da segurança jurídica.<sup>272</sup> Da mesma forma, os cidadãos não terão mais confiança na tutela jurisdicional oferecida a eles.

Assim, em última análise, a doutrina da *virtual representation* acaba por consolidar os valores do devido processo legal e do tratamento isonômico dos jurisdicionados, ao garantir a consistência das decisões judiciais.

#### 4.1.3.2.4 UMA FINAL E DEFINITIVA SOLUÇÃO PARA OS LITÍGIOS

Finalmente, o último argumento a favor da doutrina da *virtual representation* é a sua aptidão para colocar um fim aos litígios judiciais. Como se sabe, o Poder Judiciário não pode julgar eternamente uma mesma demanda. Assim, um provimento judicial tem como objetivo resolver definitivamente uma determinada controvérsia judicial.<sup>273</sup>

---

<sup>271</sup> “The consistency principle is closely related to the rule of law, which recognizes that each citizen has a legitimate expectation that the actions of public officials will be consistent with controlling law. The consistency principle makes its strongest claim when it coincides with established legal norms, such as the rule of law, the guarantees of equal protection and due process, and the law of contracts. Its weakest claim involves situations where inconsistency is built into our system of government”. (PETRESCU, Victor. Crash and Burn: Taylor v. Sturgell’s Radical Redefinition of the Virtual Representation Doctrine. Miami Law Review, v. 64, pp. 735-770, 2010. p. 761).

<sup>272</sup> Ibidem, p. 760.

<sup>273</sup> “The labor of judges would be increased almost to the breaking point if every past decision could be reopened in every case, and one could not lay one’s own course of bricks on the secure foundation of the courses laid by others who had gone before him”. (Federated Dep’t Stores v. Moitie, 452 U.S., 1981. p. 398).

Desse modo, a incidência da preclusão por meio da *virtual representation* preserva a decisão final dada pelo Judiciário ao impedir que outras partes proponham novas ações para rediscutir questões idênticas. Além disso, tal instituto também permite que o réu vencedor de uma ação não tenha que relitigar questões idênticas múltiplas vezes, correndo sempre um novo risco de ser vencido e ter o resultado utilizado contra si por terceiros em razão da aplicação do *non mutual collateral estoppel*.<sup>274</sup>

Assim, a doutrina da *virtual representation* permite que uma vez julgada determinada questão, ela não poderá vir a ser rediscutida, possibilitando um fim para as disputas judiciais.

## 4.2 O MODELO INGLÊS

A experiência inglesa com a massificação de litígios é relativamente recente. Foi apenas a partir da década de 1980 que se observou uma verdadeira explosão das demandas envolvendo múltiplas partes.<sup>275</sup> Em 1998, com a implementação do *Civil Procedure Rules*, o sistema inglês passou a contar com dois mecanismos positivados de tutela coletiva: a *representative action* e a *group litigation order* (GLO).<sup>276</sup>

### 4.2.1 REPRESENTATIVE ACTION

A *representative action* tem características bem similares as da *class action* norte-americana, sendo um mecanismo por meio do qual o autor da ação representa um grupo de pessoas,

---

<sup>274</sup> BERCH, Michael A. A Proposal to Permit Collateral Estoppel of Nonparties seeking Affirmative Relief. *Arizona State Law Journal*, v. 38, pp. 511-541, 1979. p. 530.

<sup>275</sup> HODGES, Christopher. *The reform of class and representative actions in European legal systems: a new framework for collective redress in Europe*. Oxford: Hart Publishing, 2008. p. 52-53.

<sup>276</sup> Além desses, existem outros dois mecanismos de *multi-party litigation*: o *test case litigation*, no qual diversas ações que versem sobre uma questão idêntica são sobrestados até que esta seja solucionada pelo tribunal, a partir de uma caso piloto; e o *consolidation and joinder*, no qual há a formação de um litisconsórcio, sem um número máximo de participantes (já foram admitidas ações com 50.000 indivíduos), para que seja proposta uma única demanda referente a uma questão de massa com identidade de pedido e causa de pedir. Nesse procedimento, todos os participantes do litisconsórcio são considerados partes e podem atingir com todos os poderes decorrentes dessa posição. (ANDREWS, Neil. Multi-Party Litigation in England. *University of Cambridge Faculty of Law Research Paper N° 39*, set/2013. p. 2-3. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2330329](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2330329)>. Acesso em: 18 jun. 2020).

com as quais compartilha de um mesmo interesse jurídico, possuindo todo o controle do processo.<sup>277</sup>

Para que uma *representative action* seja proposta o representante não precisa ser eleito ou autorizado pela classe para assumir tal função, bastando que ele se autoneie como representante. Por outro lado, a corte pode realizar um controle da adequação do autor, impedindo que este atue como representante do grupo caso se mostre incapaz de tutelar os interesses dos ausentes. Além disso, os membros do grupo podem solicitar a sua exclusão da demanda, por meio do instituto do *opt out*. Todavia, diferentemente do que ocorre na *class action*, os representados não precisam ser informados da intenção ou propositura de uma ação coletiva.<sup>278</sup>

A decisão do caso – seja ela benéfica ou não para o grupo – é idêntica e vinculante para toda a classe. O tribunal, por outro lado, pode restringir os efeitos da decisão, se assim julgar conveniente.

Apesar de, em teoria, a *representative action* ser um instituto capaz de favorecer a economia processual e evitar as complexidades e os custos da multiplicidade de demandas fundamentalmente idênticas<sup>279</sup>, a sua utilização é muito rara no sistema inglês, por essencialmente dois motivos.

O primeiro deles está relacionado com os custos financeiros para a propositura de uma ação coletiva. Na *representative action*, o representante da classe deve arcar com todas as custas do processo caso seja a parte sucumbente da demanda. Além disso, mesmo que tenha sua ação julgada procedente, o representante pode não conseguir recuperar todos custos dispendidos da parte vencida.

---

<sup>277</sup> CPR 19.6.

(1) Where more than one person has the same interest in a claim –

(a) the claim may be begun; or

(b) the court may order that the claim be continued,

by or against one or more of the persons who have the same interest as representatives of any other persons who have that interest.

(2) The court may direct that a person may not act as a representative.

(3) Any party may apply to the court for an order under paragraph (2).

(4) Unless the court otherwise directs any judgment or order given in a claim in which a party is acting as a representative under this rule –

(a) is binding on all persons represented in the claim; but

(b) may only be enforced by or against a person who is not a party to the claim with the permission of the court.

(5) This rule does not apply to a claim to which rule 19.7 applies.

<sup>278</sup> ANDREWS, Neil. Multi-Party Litigation in England. *University of Cambridge Faculty of Law Research Paper* Nº 39, set/2013. p. 4-5. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2330329](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2330329)>. Acesso em: 18 jun. 2020).

<sup>279</sup> HODGES, Christopher. *Multi-party actions*. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 122.



Outrossim, o segundo motivo pelo qual a *representative action* não é muito utilizada se refere à interpretação restritiva que a jurisprudência dá para o conceito de identidade de interesses, exigível para a propositura da ação coletiva. No caso *Markt & Co Ltd v. Knight SS Ltd*, decidiu-se que não é suficiente para a caracterização desse requisito que as demandas individuais possuam questões de fato ou de direito idênticas. Assim, a existência de defesas diversas pode obstar a coletivização do litígio, mesmo que a origem do direito das partes decorra de um único fato.<sup>280</sup>

No ano de 2011, com o intuito de promover uma maior utilização da *representative action*, a jurisprudência alterou seu entendimento no caso *Millharbour Management Ltd v. Weston Homes*, definindo que tal mecanismo poderia ser utilizado quando conjugados dois requisitos: (i) o tribunal, no momento do julgamento, puder determinar o valor total da indenização devida ao grupo; (ii) bem como, o valor individualizado devido a cada membro do grupo.<sup>281</sup>

Apesar da mudança de posicionamento, a *representative action* ainda não é um mecanismo muito utilizado na prática inglesa, sendo as GLO o principal instrumento do sistema inglês para o tratamento coletivo de litígios individuais.

#### 4.2.2 GROUP LITIGATION ORDER

O GLO consiste essencialmente em uma ordem de gestão de casos que permite ao tribunal administrar coletivamente casos que dão origem a questões de fato ou de direito comuns ou relacionados.<sup>282</sup> Assim, para a utilização dessa técnica não é necessário que as demandas sejam idênticas.

Dessa forma, o juiz, ao perceber a existência de uma série de demandas com questões comuns, pode criar um GLO. Ademais, a instauração do procedimento também pode ser requerida

---

<sup>280</sup> MULHERON, Rachel. From Representative Rule to Class Action: steps rather than leaps. *Civil Justice Quarterly*, v. 24, pp. 424-439, 2005. p. 428-430.

<sup>281</sup> ANDREWS, Neil. Multi-Party Litigation in England. *University of Cambridge Faculty of Law Research Paper Nº 39*, set/2013. p. 7. Disponível em: < [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2330329](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2330329)>. Acesso em: 18 jun. 2020).

<sup>282</sup> CPR 19.6.

A Group Litigation Order ('GLO') means an order made under rule 19.11 to provide for the case management of claims which give rise to common or related issues of fact or law (the 'GLO issues').

pelas partes. Por outro lado, em qualquer um desses casos, é necessário que a decisão de admissão do GLO seja ratificada por um magistrado de nível superior.<sup>283</sup>

Deve-se ressaltar que não há previsão legal de um número mínimo de demandas necessários para que seja criado um GLO.<sup>284</sup> Além disso, os processos a serem contabilizados não precisam ser atuais, podendo ser consideradas as ações que ainda venham a ser ajuizadas, considerando o número de demandas em potencial.<sup>285</sup>

Os requisitos imprescindíveis para a criação de um GLO são: (i) estabelecimento de um registro de grupo (*group register*), no qual as ações administradas sob este procedimento devem ser incluídas; (ii) detalhamento das questões comuns (*GLO issues*) que serão objeto de julgamento, a fim de que se possa determinar, com clareza, quais ações devem ser incluídas no registro; (iii) especificação do juízo (*management court*) que irá administrar todas as ações.<sup>286</sup>

Uma vez admitido o GLO, os interessados devem formalmente aderi-lo, por se tratar de um mecanismo no qual vigora o sistema do *opt in*.<sup>287</sup>

Um ponto que merece ser destacado são os amplos poderes conferidos à corte responsável por administrar a tramitação do litígio de grupo que englobam a possibilidade de alterar as questões objetos do GLO, a escolha de uma ou mais ações para servirem como ações testes, a nomeação de “partes-líderes” que serão responsáveis principais pela defesa dos interesses no processo, a definição de quais casos atendem os critérios para serem julgados coletivamente e etc.<sup>288</sup> Além

---

<sup>283</sup> ANDREWS, Neil. Multi-Party Litigation in England. *University of Cambridge Faculty of Law Research Paper N° 39*, set/2013. p. 9. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2330329](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2330329)>. Acesso em: 18 jun. 2020).

<sup>284</sup> HODGES, Christopher. *Multi-Party Actions*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 30.

<sup>285</sup> HILL, Damien Byrne et al. *Class Actions in England and Wales*. Londres: Sweet & Maxwell, 2018. p. 121-123.

<sup>286</sup> RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. As ações-teste na Alemanha, Inglaterra e legislação brasileira projetada. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. VIII, pp. 905-939, jul-dez/2011. p. 929.

<sup>287</sup> ANDREWS, Neil. Multi-Party Litigation in England. *University of Cambridge Faculty of Law Research Paper N° 39*, set/2013. p. 9. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2330329](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2330329)>. Acesso em: 18 jun. 2020).

<sup>288</sup> CPR 19.13

Directions given by the management court may include directions –

- (a) varying the GLO issues;
- (b) providing for one or more claims on the group register to proceed as test claims;
- (c) appointing the solicitor of one or more parties to be the lead solicitor for the claimants or defendants;
- (d) specifying the details to be included in a statement of case in order to show that the criteria for entry of the claim on the group register have been met;
- (e) specifying a date after which no claim may be added to the group register unless the court gives permission; and
- (f) for the entry of any particular claim which meets one or more of the GLO issues on the group register.

disso, enquanto a decisão de mérito sobre a questão coletivizada fica à cargo do *managing judge*, as questões processuais e de custos podem ser delegadas para um *strick judge*.<sup>289</sup>

Dessa forma, permite-se que o juiz adeque o procedimento conforme as necessidades do caso concreto, a fim de torná-lo mais econômico e eficiente.<sup>290</sup> Além disso, para que haja uma maior racionalização do processo, há certa delegação de poderes para determinados indivíduos que serão responsáveis por defender os interesses de cada uma das partes. Todavia, é necessário ressaltar que não é uma representação em sentido estrito (substituição processual), uma vez que todos os membros do grupo são considerados partes no processo.<sup>291</sup>

Outrossim, uma vez que o interessado opte por fazer parte do GLO, com seu registro no cadastro do grupo, a decisão ou a ordem proferida passa a ser a ele vinculante, a menos que a corte decida de outra forma. Dessa maneira, a condição para que uma pessoa se sujeite ao julgado coletivo é a sua inscrição no *group register*.<sup>292</sup>

Por outro lado, essa vinculação se refere apenas às questões de fato ou de direito que forem matéria de apreciação no GLO. Isso significa que o resultado do processo coletivo não determina, necessariamente, o desfecho do processo individual, pois o magistrado pode detectar circunstâncias fáticas ou jurídicas peculiares que conduzam uma decisão em sentido diverso na ação individual.<sup>293</sup> Assim, percebe-se que na GLO, há uma cisão cognitiva referente à decisão da questão comum a todas as demandas e à ação individualmente considerada.<sup>294</sup>

---

<sup>289</sup> CONSOLO, Claudio; RIZZARDO, Dora. Due modi di mettere l'azione collettive alla prova: Inghilterra e Germania. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, v. 60, pp. 891-914, 2006. p. 900.

<sup>290</sup> “The new procedure provided the courts with very wide powers to manage the proceedings in a more efficient and economic manner in order to provide more expeditious justice”. (Taylor v. Nugent Care Society, EWCA Civ 51, 2004. p. 9).

<sup>291</sup> HODGES, Christopher. *Multi-Party Actions*. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 12.

<sup>292</sup> CONSOLO, Claudio; RIZZARDO, Dora. Due modi di mettere l'azione collettive alla prova: Inghilterra e Germania. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, v. 60, pp. 891-914, 2006. p. 906.

<sup>293</sup> ROSSONI, Igor Bimkowski. O “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” e a Introdução do Group Litigation no Direito Brasileiro: Avanço ou Retrocesso? *Revista Páginas de Direito*, v. 10, 2010, (sem paginação). Disponível em: <<https://www.paginasdedireito.com.br/index.php/artigos/44-artigos-dez-2010/4740-o-incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas-e-a-introducao-do-group-litigation-no-direito-brasileiro-avanco-ou-retrocesso>>. Acesso em: 01 julho 2020.

<sup>294</sup> “Tal mecanismo confere o necessário equilíbrio às ações-teste, ao proporcionar a efetivação do princípio da efetividade da tutela jurisdicional por ocasião do julgamento das questões comuns, com a extensão dos efeitos desta decisão àqueles que se encontrem em situações semelhantes, além de também assegurar as imprescindíveis garantias processuais individuais aos jurisdicionados, ao possibilitar que estes exerçam de forma irrestrita o contraditório e a ampla defesa no que concerne às questões jurídicas periféricas e eventuais peculiaridades fáticas de suas causas”. (RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. As ações-teste na Alemanha, Inglaterra e legislação brasileira projetada. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. VIII, pp. 905-939, jul-dez/2011. p. 932).

Uma vez proferida a decisão, qualquer parte que seja negativamente afetada pelo julgamento poderá pedir permissão para recorrer. Contudo, caso haja má gestão processual pela “parte-líder” que resulte em uma decisão desfavorável para o grupo, esse ponto específico deve ser alegado no recurso. Caso contrário, a decisão continuará vinculante para todos os seus membros.<sup>295</sup>

Portanto, o GLO se mostra um instrumento bastante flexível, voltado para o tratamento mais econômico, racional e eficiente de questões comuns ou parecidas, evitando, de um lado, o assoberbamento do Poder Judiciário com demandas semelhantes<sup>296</sup>, mas, de outro, assegurando as garantias processuais das partes.<sup>297</sup>

### 4.3 MODELO ALEMÃO

O sistema jurídico alemão, à semelhança de diversos outros ordenamentos europeus, rejeita a introdução em seus ordenamentos de mecanismos correlatos às *class actions* norte-americanas.<sup>298</sup> Buscou-se, então, desenvolver mecanismos alternativos para a solução das controvérsias de massa, mas através de mecanismos não representativos<sup>299</sup>, em que os membros

---

<sup>295</sup> ROSSONI, Op cit. (sem paginação).

<sup>296</sup> “Em GLOs nas quais estive envolvido, conseguimos acordos ou chegamos a decisões em cerca de metade ou um terço do tempo que um litígio normal levaria. Em todos os casos, as partes saíram satisfeitas com os resultados. A quantidade de processos no tribunal foi drasticamente reduzida. Diversas pessoas, que de outra forma não conseguiriam indenização justa, obtiveram a compensação desejada, que nem mesmo tentariam obter não fosse o sistema GLO”. Declaração do Senior Master Robert Turner, citada por Neil Andrews. (ANDREWS, Neil. *O moderno processo civil: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. p. 350).

<sup>297</sup> “In questi modo, a) si attenuano le difficoltà legate al rapporto tra il rappresentante e gli altri 'membri della classe', perché ogni soggetto interessato, essendo parte nel giudizio, conserva il suo diritto al contraddittorio, ed inoltre può esercire una sorveglianza diretta sulla conduzione della causa (...); b) tutti coloro che sono stati lesi dall'illecito plurioffensivo sono soggetti al giudicato, in quanto parti nel negozio e quindi senza eccezione alla regola generale; c) una partecipazione ai costi di tutti i membri della 'classe' che ritengano di costituirsi nel 'loro' processo si giustifica alla luce del fatto che questi sono parti nel giudizio”. (CONSOLO, Claudio; RIZZARDO, Dora. Due modi di mettere l'azione collettive alla prova: Inghilterra e Germania. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, v. 60, pp. 891-914, 2006. p. 898).

<sup>298</sup> “The German approach is of great significance as it can be seen as an express rejection of U.S. style class action mechanism by the Bundesregierung (German Federal Government) and the Bundestag (German Federal Parliament)”. (GRACE, Stefano M. Strengthening investor confidence in Europe: U.S. style securities class action and the *acquis communautaire*. *Journal of Transnational Law & Policy*, v. 15, pp. 281-304, 2006. p. 297-298).

<sup>299</sup> Existe uma modalidade de ação de classe representativa, a chamada Ação de Associação (*Verbandsklage*), mas há um distanciamento extremado e radical da tutela dos direitos individuais e volta-se sobretudo para a concessão de tutela inibitória (TARUFFO, Michele. Some remarks on group litigation in comparative perspective. *Duke Journal of Comparative & International Law*, v. 11, pp. 405-421, 2001. p. 411).

do grupo, ao invés de ser representados por um substituto processual, integram o processo como partes.<sup>300</sup>

Todavia, a tutela coletiva alemã não possui uma regulamentação extensa e genérica, inexistindo leis específicas para o tratamento da matéria. O legislador tedesco optou apenas por inserir dispositivos normativos pontuais em legislações já existentes.<sup>301</sup>

A principal razão para tanto é que o *Musterverfahren*, principal mecanismo de tratamento coletivo de questões individuais, surgiu em resposta à problemas práticos enfrentados pelo Judiciário. A sua primeira disciplina legal se deu por iniciativa de um órgão judicial de primeiro grau, em 1979, quando este se deparou com o ajuizamento de 5.724 ações perante o Tribunal Administrativo de Munique, que versavam sobre a construção de um aeroporto internacional na cidade. Diante disso, optou-se por analisar 40 dessas ações, como representativas da controvérsia, enquanto os demais processos permaneceram sobrestados, aguardando o julgamento dos casos-paradigma.<sup>302</sup>

Diante dessa experiência, em 1991, o parlamento aprovou a inserção no Código de Processo Administrativo (*Verwaltungsgerichtsordnung*) de um dispositivo prevendo expressamente o *Musterverfahren*.<sup>303</sup> Todavia, não foi adicionada qualquer previsão semelhante em diplomas de direito processual, havendo aplicação restritiva às matérias submetidas ao Tribunal Administrativo.<sup>304</sup>

Atualmente, a utilização do procedimento-modelo foi ampliada, possuindo duas disciplinas distintas. Uma referente à resolução de conflitos judiciais envolvendo questões relativas à previdência e assistência social e uma referente à resolução de conflitos judiciais envolvendo o mercado de capitais.

#### **4.3.1 MUSTERVERFAHREN EM DEMANDAS ADMINISTRATIVAS E PREVIDENCIÁRIAS**

---

<sup>300</sup> CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. *Revista de Processo*, v. 147, pp. 123-146, mai/2007. p. 127.

<sup>301</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>302</sup> MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual*. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 30-31.

<sup>303</sup> REZENDE, Caroline Gaudio. O contraditório (ou sua ausência) no *Musterverfahren* brasileiro. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. XIII, pp. 102-124, jan-jun/2014. p. 112.

<sup>304</sup> CAPONI, Remo. Modelli europei di tutela collettiva nel processo civile: esperienza tedesca e italiana a confronto. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, v. IV, pp. 1229-1256, 2007. p. 1250-1251.

Nos casos administrativos e previdenciários, é possível a utilização do *Musterverfahren* quando existirem mais de 20 demandas versando sobre a conformidade jurídica de uma medida de matéria previdenciária ou de assistência social, praticada por uma repartição pública.<sup>305</sup>

O pedido de instauração do *Musterverfahren*, nessas hipóteses, pode ser feito pelas partes ou determinada de ofício pelo órgão judicial, sempre que este julgar útil e viável. Por outro lado, em qualquer um dos casos, deve ser oportunizada a prévia manifestação das partes, que podem contribuir acerca da decisão de admissibilidade, para o esclarecimento dos fundamentos da demanda e para a escolha das causas que serão utilizadas como modelo.<sup>306</sup>

A decisão de admissibilidade, o processamento e julgamento das causas escolhidas como paradigma serão realizadas por um órgão de primeiro grau<sup>307</sup>. Nesse âmbito, o Tribunal Federal Administrativo já decidiu que, ao escolher as causas-modelo, os magistrados devem observar os seguintes requisitos, objetivamente: (i) deve-se garantir que todos os interesses sejam analisados, de maneira a abranger todas as pretensões formuladas, ou seja, deve-se optar pelo processo que melhor exponha os argumentos favoráveis a cada um dos lados da controvérsia; (ii) as demandas escolhidas não devem conter inúmeras questões específicas, inviabilizando a análise conjunta da questão comum.<sup>308</sup>

Ademais, ainda não foram elaboradas regras específicas para o processamento e julgamento do *Musterverfahren* em casos envolvendo questões previdenciárias e administrativas, devendo ser aplicadas as regras gerais do processo civil.<sup>309</sup>

Por fim, uma vez transitada em julgada a decisão do procedimento modelo, sua decisão será vinculante para todos os processos sobrestados. Assim, o órgão judicial competente para a análise dos casos individuais, depois de oportunizar o contraditório para as partes, decidirá o mérito por simples decisão, devendo se ater às peculiaridades essenciais, fáticas ou jurídicas, do caso concreto, quando existentes.<sup>310</sup>

---

<sup>305</sup> MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas e meios de resolução de conflitos no direito comparado e nacional*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 124.

<sup>306</sup> MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas e meios de resolução de conflitos no direito comparado e nacional*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 124.

<sup>307</sup> Apesar de serem órgãos de primeiro grau, a sua composição é sempre colegiada, sendo excepcionais as hipóteses em que se permite decisões monocráticas.

<sup>308</sup> MENDES, Op. cit., p. 124.

<sup>309</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>310</sup> Idem.

#### 4.3.1 MUSTERVERFAHREN NAS DEMANDAS DO MERCADO DE CAPITAIS

O procedimento modelo voltado a racionalizar o julgamento de casos envolvendo o mercado de capitais também adveio como resposta a um problema concreto de gestão de casos.

Entre os anos de 1999 e 2000, a Deutsch Telekom, ao lançar suas ações na Bolsa de Valores de Frankfurt, omitiu uma série de informações relevantes que ocasionou um acentuado declínio de seu valor nominal. Em vista disso, nos três anos subsequentes, foram propostas mais de treze mil ações perante o tribunal daquela cidade em busca da reparação sofrida pelos acionistas,<sup>311</sup> o que ocasionou uma total paralisação da seção de direito comercial daquela corte.

Diante disso, a corte constitucional foi acionada, por meio de dois recursos que alegavam a violação ao direito de prestação de tutela efetiva e tempestiva.<sup>312</sup> Ao julgar a questão, o Tribunal Constitucional Alemão reconheceu que os mecanismos processuais previstos no Código de Processo Civil (*Zivilprozessordnung* – ZPO) não eram suficientes para garantir uma prestação jurisdicional adequada, mas afirmou que não havia positivada qualquer outra técnica processual alternativa para a resolução apropriada dessas demandas de massa.<sup>313</sup>

A partir dessa decisão, o Parlamento, no ano de 2005, editou a *Kapitalanleger-Musterverfahrensgesetz* (KapMug), que previu a criação de um instrumento que se destina a estabelecer uma decisão coletiva sobre questões comuns a inúmeras ações individuais. Assim, “objetiva-se o esclarecimento unitário de características típicas a várias demandas isomórficas, com um espectro de abrangência subjetivo para além das partes. A finalidade do procedimento é fixar posicionamento sobre suportes fáticas ou jurídicos de pretensões repetitivas”.<sup>314</sup>

---

<sup>311</sup> ROSSONI, Igor Bimkowski. O “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” e a Introdução do Group Litigation no Direito Brasileiro: Avanço ou Retrocesso? *Revista Páginas de Direito*, v. 10, 2010, (sem paginação). Disponível em: <<https://www.paginasdedireito.com.br/index.php/artigos/44-artigos-dez-2010/4740-o-incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas-e-a-introducao-do-group-litigation-no-direito-brasileiro-avanco-ou-retrocesso>>. Acesso em: 01 julho 2020.

<sup>312</sup> O Poder Judiciário alemão chegou a prever que o julgamento de todas essas ações em primeiro grau poderia levar até quinze anos. (HESS, Burkhard. Relatório Nacional da Alemanha. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MULLENIX, Linda; WATANABE, Kazuo (Org.). *Os processos coletivos nos países de civil law e common law: uma análise de direito comparado*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 142).

<sup>313</sup> REZENDE, Caroline Gaudio. O contraditório (ou sua ausência) no Musterverfahren brasileiro. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. XIII, pp. 102-124, jan-jun/2014. P. 112.

<sup>314</sup> CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. *Revista de Processo*, v. 147, pp. 123-146, mai/2007. p. 135.

O procedimento modelo é dividido em basicamente três fases: admissibilidade perante o juízo de primeiro grau; o julgamento da questão comum pelo tribunal de segundo grau; o julgamento da demanda individual pelo órgão de primeiro grau com base na decisão proferida na fase anterior.<sup>315</sup>

Assim, o *Musterverfahren* se inicia com o requerimento de sua instauração realizado pelo autor ou pelo réu de um processo, perante o juízo competente para julgar sua demanda individual. Diferentemente do que ocorre com o procedimento modelo voltado à solução de litígios administrativos ou previdenciários, não é possível a instauração do *Musterverfahren* de ofício pelo órgão julgador.<sup>316</sup>

No requerimento feito pela parte deve estar especificado as questões de fato ou de direito sobre as quais se deseja que seja formado o incidente coletivo, demonstrando a existência de outras demandas que versem sobre os mesmos pontos controversos, além de indicar as provas que pretende produzir.<sup>317</sup> Todavia, as questões litigiosas só podem estar relacionadas a uma pretensão de condenação de perdas e danos devido a informações falsas ou omitidas ou a uma pretensão de cumprimento de um contrato com base em uma oferta pública, ambas vinculadas ao mercado de capitais.<sup>318</sup>

Por outro lado, é preciso ressaltar que objeto do *Musterverfahren* pode ser ampliado ou reduzido, a requerimento das partes, após a decisão de admissibilidade até o julgamento do procedimento, desde que essa ampliação seja pertinente para o escopo do procedimento no caso concreto.<sup>319</sup>

Por outro lado, existem algumas hipóteses em que a instauração do procedimento modelo não é autorizada, entre elas: quando a causa em que foi feito o pedido de instauração estiver pronta para julgamento, quando o *Musterverfahren* puder ocasionar a postergação indevida do processo, quando as razões alegadas para a instauração não se justifiquem à luz dos objetivos do

---

<sup>315</sup> CHASE, Oscar G et. al. *Civil Litigation in Comparative Context*. St. Paul: Thompson West, 2007. p. 415.

<sup>316</sup> CAVALCANTI, Marcos de Araújo. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 64-65.

<sup>317</sup> MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas e meios de resolução de conflitos no direito comparado e nacional*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 125.

<sup>318</sup> CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. *Revista de Processo*, v. 147, pp. 123-146, mai/2007. p. 132.

<sup>319</sup> *Ibidem*, p. 136.



procedimento ou quando o ponto controvertido puder ser mais adequadamente resolvido sem a eficácia coletiva.<sup>320</sup>

Após feito o juízo de admissibilidade pelo juízo de primeiro grau e sendo este positivo, o juiz determinará a publicação, em um cadastro eletrônico e gratuito, das principais informações envolvendo o *Musterverfahren*, tais como uma síntese do pedido, as partes envolvidas e a questão de fato ou de direito controvertida objeto do procedimento. Os dados constantes nesse registro serão de responsabilidade do juízo de origem e seu controle será feito pelo Ministério da Justiça.<sup>321</sup>

Em seguida, o processo que deu origem ao procedimento modelo será suspenso por quatro meses, período no qual é imprescindível que sejam registrados outros nove pedidos com a mesma pretensão (causa de pedir) de instauração do *Musterverfahren*. Nesse momento também é oportunizado o contraditório para todos aqueles que tenham interesse no julgamento da causa.<sup>322</sup>

Atendido a esse número mínimo, o juízo de origem definirá, de modo irrecorrível e vinculante ao tribunal superior, os pontos controvertidos comuns a serem resolvidos no procedimento modelo. Além disso, a decisão também deverá contar com a descrição da finalidade do processo, as provas a serem produzidas e as pretensões e meios de defesa das partes. A partir dessa decisão não pode haver a instauração de outro *Musterverfahren* com o mesmo objeto.<sup>323</sup>

Instaurado o procedimento modelo, este será remetido ao Tribunal Regional para julgamento (*Oberlandesgericht*). Quando houver mais de um tribunal interessado na causa, o processo será remetido a um tribunal superior ou, mediante acordo entre os governos estaduais, designa-se um Tribunal Regional específico.<sup>324</sup>

Ademais, serão suspensos todos os processos individuais que tratem do mesmo ponto litigioso, independentemente da vontade ou requerimento das partes. Por outro lado, os titulares dessas demandas se tornam intervenientes no *Musterverfahren*, podendo, quando for conveniente, exercer os poderes conferidos a tais sujeitos.<sup>325</sup>

---

<sup>320</sup> Ibidem, p. 138.

<sup>321</sup> MENDES, Op. cit., p. 125.

<sup>322</sup> MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas e meios de resolução de conflitos no direito comparado e nacional*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 125.

<sup>323</sup> Idem.

<sup>324</sup> CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. *Revista de Processo*, v. 147, pp. 123-146, mai/2007. p. 135.

<sup>325</sup> CONSOLO, Claudio; RIZZARDO, Dora. Due modi di mettere l'azione collettive alla prova: Inghilterra e Germania. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, v. 60, pp. 891-914, 2006. p. 905.

A primeira incumbência do tribunal superior é escolher uma “parte líder” para os autores (*Musterklager*) e um para os réus (*Musterbeklagte*), que serão os principais interlocutores com a corte, ao lado de seus advogados. A tais pessoas cabe agirem como porta voz dos interessados, traçando estratégias processuais do grupo.<sup>326</sup>

Essa escolha, apesar de discricionária, deve seguir alguns parâmetros estabelecidos na lei. No que tange ao líder dos autos, há previsão de que este deve ser escolhido dentre uma das partes dos processos suspensos pelo juízo de origem, levando em conta, além de outros critérios, a aptidão de representar adequadamente os interesses das partes envolvidas no litígio e o montante indenizatório pleiteado pelo interessado.<sup>327</sup>

Apesar de a decisão de escolha das partes-líder ser irrecorrível, estas podem eventualmente ser substituídas pelo tribunal, a requerimento de qualquer interessado, quando ficar comprovado a inadequação da representação, quando houver perda da capacidade processual ou de ser parte, quando houver desistência da demanda individual ou o representante sofrer processo de insolvência.<sup>328</sup>

Mesmo com a definição de partes principais que serão responsáveis pela condução do procedimento modelo, os interessados são considerados intervenientes no feito, possuindo todos os poderes e ônus dessa posição. Em razão disso, devem ser cientificados dos atos processuais, sendo-lhes facultada o exercício do contraditório, por meio da complementação das alegações feitas pelo autor e pelo réu.<sup>329</sup> Além disso, os interessados também podem requerer o alargamento ou redução do objeto do *Musterverfahren*, solicitando a inclusão ou exclusão de questões comuns de fato ou de direito.<sup>330</sup>

Esse tratamento dado aos terceiros interessados, isto é, a todos aqueles que serão vinculados pela decisão tomada no procedimento modelo, garante a participação efetiva no incidente coletivo.<sup>331</sup>

---

<sup>326</sup> CABRAL, Op cit., p. 137.

<sup>327</sup> CAVALCANTI, Marcos de Araújo. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 72.

<sup>328</sup> MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas e meios de resolução de conflitos no direito comparado e nacional*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 128.

<sup>329</sup> Ibidem, p. 125-126.

<sup>330</sup> CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. *Revista de Processo*, v. 147, pp. 123-146, mai/2007. p. 139.

<sup>331</sup> “Tal dispositivo ressaltar a opção do legislador alemão em considerar todos os interessados no deslinde da questão de interesse coletivo como verdadeiras partes. Isto porque, apesar destes formalmente ocuparem a posição de meros terceiros em relação ao julgamento de algumas demandas individuais nas quais se admitiu a instauração do

Uma vez instruído o processo, ele será julgado pelo tribunal superior<sup>332</sup>. A decisão de mérito vincula os juízos de origem, isto é, as cortes cujos processos dependem da definição ou do esclarecimento das questões fáticas ou jurídicas proclamadas no incidente coletivo, conforme disposição da KapMuG. Por outro lado, o magistrado, ao julgar a demanda individual deve atentar-se a qualquer peculiaridade do caso, oportunizado, mais uma vez o contraditório quando necessário.

Ressalta-se que essa vinculação é apenas para os processos pendentes, ou seja, aqueles em trâmite no momento da decisão coletiva, independentemente de ter havido anuência das partes ou estas terem efetivamente intervindo no procedimento modelo. Por outro lado, os efeitos vinculantes não incidem nas ações ajuizadas após o julgamento do *Musterverfahren*.<sup>333</sup>

Todavia, existem duas hipóteses em que os intervenientes no processo não serão vinculados pela decisão proferida no procedimento modelo: (i) quando demonstrarem que não puderam fazer uso dos meios de ataque e defesa postos à sua disposição, por terem ingressado no processo em um estágio muito avançado; (ii) quando restar comprovado que houve má gestão processual, voluntária ou por culpa grave, pela parte líder e os intervenientes desconheciam os meios de ataque ou defesa necessários para a adequada representação de seus interesses.<sup>334</sup>

Contra a decisão que julgar o *Musterverfahren* é cabível recurso (*Rechtschwerde*), que pode ser interposto tanto pelas partes do processo quanto pelos intervenientes. Uma vez recebido o recurso, o tribunal deverá inserir tal informação no Cadastro de Procedimento Padrão, a fim de comunicar todos os interessados no feito que, no prazo de um mês, poderão ingressar na condição de intervenientes no processo de julgamento do recurso.<sup>335</sup>

No recurso, mais uma vez, os interessados serão representados por uma parte líder. A princípio, tal parte será a mesma que atuou perante o Tribunal Regional. Todavia, caso o recurso

---

procedimento-modelo, despontam como verdadeiras partes para fins de resolução do litígio dotado de repercussão coletiva”. (RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. As ações-teste na Alemanha, Inglaterra e legislação brasileira projetada. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. VIII, pp. 905-939, jul-dez/2011. p. 923).

<sup>332</sup> Destaca-se que entre o registro público do *Musterverfahren* e a data da audiência para julgamento deve haver um lapso temporal de no mínimo quatro semanas, a fim de que haja um período hábil para a ampla divulgação do incidente e o debate tenha tempo de ser amadurecido (Ibidem, p. 920).

<sup>333</sup> MULHERON, Rachel. The case for an opt out class action for European member states: a legal and empirical analysis. *Columbia Journal of European Law*, v. 15, pp. 409-444, 2009. p. 419.

<sup>334</sup> WELSCH, Gisele Mazzoni. Musterfeststellungsverfahren (§§ 606 a 614 da ZPO): novo instituto de reparação civil coletiva na Alemanha. *Revista de Processo*, v. 303, pp. 391-402, mai/2020. p. 400.

<sup>335</sup> MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas e meios de resolução de conflitos no direito comparado e nacional*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 129.

tenha sido interposto por um dos intervenientes, será escolhido um novo líder para a condução do processo.<sup>336</sup>

Conclui-se, então, que o *Musterverfahren* é um mecanismo que se volta a resolver de modo idêntico e vinculante uma questão controversa surgida em demandas de massa, prezando, assim, pela economia processual e pela isonomia, mas sem ter que lidar com os problemas de legitimação extraordinária e representação ligados às ações coletivas, ao se oportunizar a intervenção ativa de todos os interessados na resolução do litígio.<sup>337</sup>

---

<sup>336</sup> Ibidem, p. 125-126.

<sup>337</sup> CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. *Revista de Processo*, v. 147, pp. 123-146, mai/2007. p. 143.

## 5. AS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO À LUZ DO MODELO CONSTITUCIONAL DE PROCESSO

Como vem sendo afirmado ao longo desse trabalho, a adoção de um sistema de decisões vinculantes exige a sua modulação a partir dos princípios constitucionais do processo. Dessa forma, busca-se compatibilizar a otimização que essas técnicas trazem para a gestão dos processos em trâmite perante o Poder Judiciário, bem como efetivação dos princípios da isonomia, segurança jurídica e celeridade, sem, contudo, violar o devido processo legal constitucionalmente garantido aos jurisdicionados<sup>338</sup>.

Assim, o que norteia o presente estudo é tentativa de apresentar uma sistematização que possibilite extrair o máximo e os melhores resultados dessas técnicas processuais.

Para tanto, propõe-se um modelo procedimental baseado em dois pilares: (i) observância de uma participação ampliada<sup>339</sup>, na qual é oportunizada a participação mais ampla possível de todos os interessados na construção da decisão judicial vinculante; (ii) a exigência de uma deliberação qualificada por parte do órgão julgador no momento de fixação da tese jurídica, analisando-se todos os argumentos em torno da controvérsia, a fim de se chegar a melhor interpretação possível. Ademais, essas duas noções não se restringem à fase de formação do padrão decisório, mas também ao momento de sua aplicação aos processos individuais.<sup>340</sup>

Por fim, é importante ressaltar que a presente proposta é aplicável a todas as técnicas de coletivização de julgamento ora estudadas: Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC. Isso se justifica ao se defender que tais mecanismos compõem um microssistema<sup>341</sup> de

---

<sup>338</sup> “Efetividade e técnica não são valores contrastantes ou incompatíveis, que deem origem a preocupações reciprocamente excludentes, senão, ao contrário, valores complementares, ambos os quais reclamam nossa cuidadosa atenção. Demonstram também que a técnica vem aplicada pode constituir instrumento precioso a favor da própria efetividade”. (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Efetividade do processo e técnica processual. *Temas de direito processual*. 6ª Série. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 28).

<sup>339</sup> A ideia do modelo participativo de processo vem sendo defendida há tempo na doutrina, tendo como um dos seus expoentes no Direito brasileiro Dierle Nunes (NUNES, Dierle. *Processo jurisdicional democrático*. Juruá, 2008).

<sup>340</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. *Levando padrões decisórios a sério: formação e aplicação de precedentes e súmulas*. São Paulo: Atlas, 2018. p. 178.

<sup>341</sup> “Os microssistemas se constituem pela reunião, em torno dos mesmos princípios e critérios de disciplina, de normas especiais, dispondo sobre institutos singulares ou classes de relações. São esses princípios e critérios de disciplina, a expressar uma nova lógica, que conferem unidade ao conjunto das normas reunidas. E é essa unidade que faz dos conjuntos de normas especiais microssistemas (...). Os microssistemas apresentam as seguintes características: conferem tratamento sistêmico a institutos até então disseminados no ordenamento jurídico; geram segurança jurídica por trazerem conceitos e regras específicas ou setoriais; regulam exaustivamente as matérias abrangendo diversos ramos do direito; respondem de forma adequada a complexidade crescente das relações sociais; permitem uma modificação mais célere de seu conteúdo se comparada com os códigos; promovem a ideia do direito como sistema

formação de padrões decisórios, que se volta para a produção de pronunciamentos judiciais dotados de eficácia vinculante para todos os processos que possuam uma mesma questão de direito.<sup>342</sup>

Passa-se, então, a analisar os requisitos procedimentais aptos a legitimar a utilização das técnicas de coletivização de julgamento, em cada um de suas etapas.

## 5.1 FORMAÇÃO DAS DECISÕES VINCULANTES

No que tange a formação das decisões vinculantes dentro de procedimentos de coletivização de julgamento, devem ser observados sete critérios que irão assegurar a efetivação das garantias processuais constitucionais<sup>343</sup>, quais sejam: (i) escolha dos melhores casos como representativos da controvérsia; (ii) seleção de representantes que defendam adequadamente os interesses dos ausentes afetados pelo processo; (iii) possibilidade de participação direta de terceiros interessados na solução da controvérsia; (iv) admissão de *amicus curiae*; (v) realização de audiências públicas; (vi) publicização ampla e efetiva da instauração desses procedimentos e de seu conteúdo; (vii) deliberação qualificada por parte do órgão julgador.

### 5.1.1 ESCOLHA DO CASO-PARADIGMA

Levando em conta que a decisão proferida através dos mecanismos de coletivização de julgamento não terá sua aplicação limitada ao processo individual, a escolha adequada do processo representativo da controvérsia se mostra de suma importância. Isso se dá por três razões principais.

---

aberto em detrimento do sistema hierárquico e fechado dos códigos; concretizam a personalização das normas jurídicas que passam a considerar aspectos particulares das relações jurídicas.” (PENA, Ana Maria Moliterno. *Microsistema: o problema do sistema no polissistema*. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. p. 133).

<sup>342</sup> Defendem a presente visão microssistemática, dentre outros: NUNES, Dierle. Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo (Org.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015; ARENHART, Sérgio Cruz. Os terceiros e as decisões vinculantes no Novo CPC. *Revista TST*, v. 82, pp. 296-315, abr-jun/2016.

<sup>343</sup> Ressalta-se os critérios III, IV e V não são de aplicação imprescindível em todos os processos em que há a utilização de técnicas de coletivização de julgamento, devendo ser analisado, caso a caso, a utilidade e necessidade de intervenção desses terceiros ou da realização de audiência pública, como será melhor exposto adiante.

Em primeiro lugar, a seleção da causa-teste tem importância fundamental na efetividade da utilização das técnicas de coletivização de julgamento. Ao se escolher processos representativos inadequados, a decisão deles decorrente provavelmente não será a melhor solução jurídica da controvérsia em massa, o que pode vir a causar um impacto sistemático deletério pela reprodução da conclusão interpretativa equivocada a inúmeros outros processos.<sup>344</sup>

Além disso, a escolha de causas que não abranjam todos os argumentos em torno da controvérsia abre espaço para novos questionamentos acerca da questão de direito e para o afastamento da decisão vinculante.<sup>345</sup> Nesse sentido, “o *distinguishing* teria fundamento na omissão do Tribunal julgador em considerar certos argumentos que, não debatidos, impediriam que a tese jurídica fosse aplicada porque aquele caso seria ‘diverso’, devendo ser apreciado à luz daqueles argumentos não analisados quando do julgamento do incidente”.<sup>346</sup>

Em segundo lugar, a escolha indevida do caso paradigma também pode vir a beneficiar os litigantes habituais em detrimento dos eventuais, já que os habituais violadores de direitos têm o poder de escolher os casos que mais lhe favorecem e apresentá-los como representativos da controvérsia, vinculando, assim, o resultado de inúmeros outros casos.<sup>347</sup> Pensando em prevenir tal abuso, o controle da seleção de causas se torna uma preocupação fundamental para não pôr em risco os direitos decorrentes de danos em massa.

Finalmente, a seleção inadequada do processo paradigma faz surgir problemas no que tange às garantias processuais dos litigantes ausentes, uma vez que não terão a devida representação e defesa de seus interesses, mas, mesmo assim, irão sofrer os efeitos da decisão judicial.<sup>348</sup>

Todavia, apesar da importância da escolha do caso paradigma, inexistem critérios objetivos previstos no CPC estabelecendo parâmetros para a sua escolha.<sup>349</sup> A inexistência de bases para a seleção das demandas possibilita a existência de arbitrariedades e de processos escolhidos de forma

---

<sup>344</sup> CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da Cunha (Coords.). *Julgamento de Casos Repetitivos*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 10. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 44.

<sup>345</sup> CUNHA, Leonardo Carneiro da. Anotações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto do novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, v. 193, pp. 255-280, mar/2011. p. 262.

<sup>346</sup> CABRAL, Op cit., p. 49.

<sup>347</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 88-90.

<sup>348</sup> THEODORO JR., Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre. Litigiosidade em massa e repercussão geral no recurso extraordinário. *Revista de Processo*, v. 177, pp. 9-46, nov/2009. p. 17-18.

<sup>349</sup> O Código de Processo Civil contém uma única previsão nesse sentido, ao dispor que “somente podem ser selecionados recursos admissíveis que contenham abrangente argumentação e discussão a respeito da questão a ser decidida”, ao disciplinar o processamento dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos.

aleatória, o que compromete a qualidade decisória dentro das técnicas de coletivização de julgamento.<sup>350</sup> Já no pior dos cenários, essa lacuna normativa permite que a tecnicidade seja deixada em segundo plano e a seja feita por critérios políticos indevidos.<sup>351</sup>

Diante disso, a falta de previsão legal vem sendo suprida, parcialmente, pela Resolução nº 08/08 do STJ, pelos regimentos internos dos tribunais e pela Resolução 235 do Conselho Nacional de Justiça.<sup>352</sup>

Ocorre que a maioria desses diplomas estabelecem apenas um critério para a seleção dos processos representativos da controvérsia: a existência de diversidade de fundamentos e argumentos nas causas. Apesar de ser um requisito relevantíssimo, ele não garante, por si só, que será escolhida a melhor demanda possível para a formação de um padrão decisório.<sup>353</sup> Tendo isso em vista, coube a doutrina sugerir critérios para balizar a escolha do processo paradigma em sede de coletivização de julgamento.

Os primeiros critérios a serem considerados estão relacionados à amplitude do contraditório desenvolvido no processo originário. Dentro desse parâmetro, podem ser analisados os seguintes elementos: (i) a completude da discussão; (ii) qualidade da argumentação; (iii) diversidade da argumentação; (iv) contraditório efetivo; (v) eventual restrição à cognição e à prova.<sup>354</sup>

Em relação à completude da argumentação, devem ser selecionados processos que contenham todos ou, ao menos, a maior parte dos argumentos e pontos de vista em torno da questão controvertida.<sup>355</sup> Tal requisito se mostra importante ao fomentar um debate completo que analise detidamente os fundamentos da pretensão e da defesa para fixação da tese jurídica, ao mesmo

---

<sup>350</sup> “A omissão legislativa quanto aos critérios de seleção dos recursos repetitivos – que tem sido suprida por meio da aplicação de normas internas dos tribunais e de orientações doutrinárias – se torna mais grave quando se analisa como esses recursos, que representam a controvérsia, já selecionados na origem e encaminhados ao STJ, serão nele selecionados para julgamento e quão relevante é a força e o alcance da decisão tomada no julgamento dos repetitivos. (TOFFOLI, Vitor. Recursos especiais repetitivos: critérios de seleção dos recursos paradigmas. *Revista de Processo*, v. 197, pp. 271-294, jul/2011. p. 277).

<sup>351</sup> RAVAGNANI, Giovani dos Santos; RODRIGUES, Marcely Ferreira. Seleção do caso piloto nos recursos repetitivos, litigância repetitiva e o grande litigante. *Revista de Processo*, v. 291, pp. 229-261, mai/2019. p. 256.

<sup>352</sup> TOFFOLI, Op Cit., p. 278.

<sup>353</sup> RAVAGNANI, Op cit., p. 256.

<sup>354</sup> CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da Cunha (Coords.). *Julgamento de Casos Repetitivos*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 10. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 48.

<sup>355</sup> BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. *Revista Jurídica: doutrina, legislação e jurisprudência*, v. 387, pp. 27-52, jan/2010. p. 36.



tempo que impede a rediscussão indefinida da questão em outros processos sob a alegação de diversidade de argumentos aos expostos no processo paradigma.<sup>356</sup>

Outrossim, para a escolha do caso teste não deve ser levando em conta apenas um critério quantitativo, mas também qualitativo da argumentação exposta nas demandas originárias. Nesse sentido, uma argumentação de qualidade é aquela em que as alegações são dispostas de maneira clara, lógica e concisa.<sup>357</sup> Assim, muitas vezes é preferível processos em que a exposição argumentativa é objetiva e lógica a um com longas divagações desnecessárias.<sup>358</sup>

Além disso, é preciso pontuar que a qualidade da argumentação está relacionada ao conteúdo original trazido pelos sujeitos processuais e não a mera reprodução de lições doutrinárias e entendimentos jurisprudenciais, que podem ser facilmente acessadas pelo tribunal.<sup>359</sup>

Finalmente, a qualidade da argumentação não deve ser observada apenas nas petições apresentadas pelas partes, mas também pelas decisões judiciais proferidas no processo. Assim, deve-se dar prioridade para demandas com decisões bem fundamentadas, que perpassa de forma clara e objetiva pelos argumentos trazidos pelas partes.<sup>360</sup>

Por sua vez, a diversidade de argumentação está relacionada à necessidade de conferir uma visão pluralista ao debate que ensejará a fixação de uma tese jurídica aplicável a inúmeros processos. Assim, é possível que sejam escolhidos, por exemplo, ações originárias de localidades diferentes ou que tenha grupos sociais distintos nos polos processuais para que haja pluralidade de linhas argumentativas.<sup>361</sup>

---

<sup>356</sup> CUNHA, Leonardo Carneiro da. Anotações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto do novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, v. 193, pp. 255-280, mar/2011. p. 262.

<sup>357</sup> “Se o órgão ‘a quo’ deve destacar apelos ‘representativos da controvérsia’, então parece-nos que o realce paira sobre o potencial argumentativo de cada recurso. Destarte, o órgão eleitor deve privilegiar as peças mais robustas – assim entendidas as que melhor arrolam argumentos pró e contra, analisando para tanto as razões e contrarrazões recursais”. (WOLKART, Erik Navarro. *Macanismos de objetivação do processo*. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 28).

<sup>358</sup> CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da Cunha (Coords.). *Julgamento de Casos Repetitivos*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 10. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 50-51.

<sup>359</sup> “As referências à doutrina e à jurisprudência, mesmo quando constantes das petições, não podem ser decisivas para diferenciar aquele processo-piloto de outros, até porque o acesso às decisões pretéritas dos Tribunais e a consulta a obras doutrinárias podem povoar a decisão do incidente sem necessidade de que se escolha aquela causa. Assim, se as partes limitam-se a transcrever ementas, citar acórdãos *in verbis* ou reproduzir literalmente lições doutrinárias, esta conduta pode até levá-las à vitória em seus processos individuais, mas não pode ser suficiente para fazer sua argumentação destacar-se e recomendar a seleção daquela causa para afetação ao incidente”. (Ibidem, p. 51).

<sup>360</sup> BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. *Revista Jurídica: doutrina, legislação e jurisprudência*, v. 387, pp. 27-52, jan/2010. p. 35.

<sup>361</sup> CABRAL, Op cit., p. 52.

Ademais, a diversidade não subjaz apenas no conteúdo da argumentação, mas também na forma como ela é empregada. “O Tribunal pode selecionar processos diversos em que um *mesmo argumento* seja debatido, só que com *impostação, ênfase ou formas de argumentação* diversas. Não é preciso lembrar que um argumento em si mesmo é diferente do uso que dele se faz”.<sup>362</sup>

Ainda, deve ser levado em consideração se no processo originário foi oportunizado e efetivamente exercido o contraditório, tanto pelas partes quanto pelo juiz. Assim, não devem ser escolhidas como representativas da controvérsia demandas em que os sujeitos processuais não tenham se manifestado ou que as alegações apresentadas possuam baixa densidade argumentativa. Do mesmo modo, para que o processo seja considerado adequado para ser selecionado como caso-teste<sup>363</sup>, todas questões e argumentos devem ter sido analisados detalhadamente pelo magistrado no momento de prolação da decisão.<sup>364</sup>

Por fim, deve ser utilizado como critério para seleção do caso paradigma a inexistência de restrições à cognição e à prova na ação originária. Dessa maneira, por risco de ensejar um debate incompleto ou superficial, tanto os processos em que houver limitação do objeto cognoscível (restrição no plano horizontal), quanto os processos em que não se permitiu o aprofundamento da análise judicial por questões temporais ou probatórias (restrição no plano vertical) devem ser considerados impróprios para representar a controvérsia nas técnicas de coletivização de julgamento.<sup>365</sup> Ressalta-se que tais critérios possuem uma maior relevância quando se trata de técnica de coletivização destinada a solucionar questão de fato comum. Já quando a matéria debatida é exclusivamente de direito as restrições à cognição e à prova têm menor relevância.

Por sua vez, a segunda categoria de critérios que devem ser levados em conta na escolha do processo paradigma está atrelada à pluralidade e representatividade dos sujeitos nas demandas

---

<sup>362</sup> CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da Cunha (Coords.). *Julgamento de Casos Repetitivos*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 10. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 53.

<sup>363</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>364</sup> O contraditório, em sua feição moderna, não é mais visto como um direito das partes, mas um dever que recai sobre todos os sujeitos processuais. Assim, existe um dever de debates acerca de todas as questões suscitadas no processo – inclusive as que poderiam ser conhecidas de ofício pelo juiz. Consequentemente, o magistrado, ao expor sua motivação na decisão judicial, deve não apenas apresentar os argumentos que sustentam sua tese, mas ainda refutar os todos argumentos trazidos aos autos que poderiam infirmar a sua decisão. É necessário, pois, uma análise completa das alegações trazidas pelos atores processuais. (ZANETI JR., Hermes. *A constitucionalização do processo: o modelo constitucional da justiça brasileira e as relações entre processo e constituição*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 180).

<sup>365</sup> CABRAL, Op cit., p. 55-56.

originárias, que se voltam, sobretudo, para reduzir o problema de déficit de participação existente nos mecanismos de coletivização.<sup>366</sup>

Em relação à pluralidade de sujeitos, deve-se considerar que quanto maior o número de sujeitos processuais em um processo mais apropriado ele será para ser selecionado como caso paradigma. Isso se justifica porque a existência de vários autores, réus e intervenientes promove uma argumentação mais dialética e um debate mais completo e detalhado. Portanto, aquelas demandas em que há litisconsórcio, intervenção de terceiros, participação de *amicus curiae* e realização de audiência pública devem ser priorizadas.<sup>367</sup>

Por último, a demanda-teste deve ser escolhida levando em consideração a capacidade do autor e do réu originários de representarem adequadamente os direitos e interesses dos terceiros ausentes que serão afetados pela decisão coletiva, bem como de seus advogados.<sup>368-369</sup>

Assim, delineados os principais parâmetros que devem orientar a escolha do caso paradigma<sup>370</sup>, devem ser feitas algumas considerações.

Em primeiro lugar, defende-se que deve ser viabilizado o contraditório no momento de escolha do processo paradigma, considerando os seus impactos para o processamento de todos os processos similares. Então, julga-se importante a manifestação das partes e de terceiros interessados e até a realização de sustentação oral, na ocasião do juízo admissibilidade, para que sejam expostos os motivos pelos quais um ou outro caso deve ser priorizado como representativo da controvérsia.<sup>371</sup>

Em segundo lugar, quando possível, o controle na escolha do processo paradigma deve ser feito em dois momentos: primeiramente, pelo tribunal de origem no qual foi suscitado o

---

<sup>366</sup> CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da Cunha (Coords.). *Julgamento de Casos Repetitivos*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 10. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 58.

<sup>367</sup> Ibidem, p. 58-59.

<sup>368</sup> Ibidem, p. 59.

<sup>369</sup> Em razão da importância desse critério, ele será abordado mais detidamente no próximo tópico.

<sup>370</sup> A doutrina ainda traz outros parâmetros para escolha do caso paradigma que foram aqui considerados acessórios e secundários, dentre eles: o atendimento aos requisitos de admissibilidade recursal, a experiência profissional do relator, a existência de um foco gerador de litigância repetitiva e etc. Para uma análise mais detalhada desses critérios ver: RAVAGNANI, Giovani dos Santos; RODRIGUES, Marcely Ferreira. Seleção do caso piloto nos recursos repetitivos, litigância repetitiva e o grande litigante. *Revista de Processo*, v. 291, pp. 229-261, mai/2019. TOFFOLI, Vítor. Recursos especiais repetitivos: critérios de seleção dos recursos paradigmas. *Revista de Processo*, v. 197, pp. 271-294, jul/2011.

<sup>371</sup> SOKAL, Guilherme Jales. O novo CPC e o federalismo. *Revista brasileira de Advocacia Pública*, v. 4, pp. 183-211, 2017. p. 200.

julgamento coletivizado; e, posteriormente, pelo tribunal competente para a fixação da tese jurídica.<sup>372</sup>

Além disso, apesar de o CPC estabelecer a necessidade de seleção de mais de um processo representativo da controvérsia somente para o julgamento de Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, defende-se que a utilização de apenas uma demanda como paradigma deve ser considerada uma exceção para todas as técnicas de coletivização de julgamento.

Assim, “salvo nos casos em que as manifestações do processo originário sejam excelentes, abrangentes e completas, o ‘modelo’ deve ser formado não só a partir de um processo repetitivo, mas pelo conjunto daqueles que melhor debatam a questão”.<sup>373</sup>

Ademais, deve-se dar preferência a processos monotemáticos em relação aqueles que contenham outras discussões que não sobre a questão afetada para julgamento. Uma vez que se tomará uma decisão em caráter objetivo, mostra-se mais adequado que ela se dê a partir da questão isolada, sem influência de outras, adjacentes, turbadoras do tema repetitivo.<sup>374</sup>

Outrossim, é aconselhável a escolha de processos que objetivem a vitória de teses opostas ou com decisões judiciais com soluções díspares. Com isso, permite-se a formação de um complexo de teses jurídicas sobre uma determinada questão de direito, possibilitando um debate mais amplo e completo.<sup>375</sup>

Por fim, a decisão que admite a coletivização do julgamento de uma questão de direito deve ter um capítulo específico referente aos motivos que levaram a escolha do processo ou recurso afetado.<sup>376</sup> Assim, garante-se que a seleção do caso paradigma foi feito com base em razões de ordem técnica, otimizando o debate e a fixação de uma tese jurídica qualificada e legítima.

### 5.1.2 ESCOLHA DO REPRESENTANTE ADEQUADO

---

<sup>372</sup> ANDRIGUI, Fátima Nancy. Recursos repetitivos. *Revista de Processo*, v. 185, pp. 265-281, jul/2010. p. 275.

<sup>373</sup> MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; TEMER, Sofia. O incidente de resolução de demandas repetitivas do novo Código de Processo Civil. In: ZANETI JR., Hermes (Coord). *Processo coletivo*. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 599.

<sup>374</sup> WOLKART, Erik Navarro. *Mecanismos de objetivação do processo*. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 112.

<sup>375</sup> TOFFOLI, Vitor. Recursos especiais repetitivos: critérios de seleção dos recursos paradigmas. *Revista de Processo*, v. 197, pp. 271-294, jul/2011. p. 279-281.

<sup>376</sup> DIDIER JR., Fredie; TEMER, Sofia. A decisão de organização do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da Cunha (Coords.). *Julgamento de Casos Repetitivos*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 10. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 238.

Como já mencionado, nos recursos excepcionais repetitivos, IRDR e IAC se decide sobre os direitos de muitos em processos de alguns<sup>377</sup>, uma vez que todos os indivíduos que são partes em demandas em que uma determinada questão de direito é discutida estarão vinculados à tese jurídica fixada por meio dessas técnicas de coletivização. Ademais, a questão resolvida estabiliza-se perante o grupo que não poderá rediscuti-la em suas ações individuais.

Nesse contexto, para se preservar a constitucionalidade da eficácia vinculante da tese jurídica se mostra imprescindível uma escolha direcionada das partes dos processos paradigmas selecionados, uma vez que esses serão os sujeitos que conduzirão - ainda que não exclusivamente - o debate.<sup>378</sup>

Assim, a representatividade adequada dos sujeitos condutores do processo é condição imprescindível para a incidência do efeito vinculante outorgado pelo CPC aos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC.<sup>379</sup> Assim, uma vez comprovado que as partes do processo paradigma não souberam bem conduzi-lo, prejudicando os titulares dos direitos em debate, resta mitigada a obrigatoriedade de aplicação da tese jurídica fixada para as demandas que contenham a mesma questão de direito decidida.<sup>380</sup>

Mais uma vez, apesar da importância do tema, a disciplina legal trazida pelo CPC é insuficiente. Assim, não são previstos quaisquer critérios para a escolha dos sujeitos condutores do processo, tampouco a forma e os limites que deve se dar a representação dos ausentes pelas partes.<sup>381</sup>

Diante disso, é necessário estabelecer alguns parâmetros para aferição da representatividade adequada das partes atuantes nos procedimentos de coletivização de julgamento.

---

<sup>377</sup> Expressão utilizada por Luiz Guilherme Marinoni, em MARINONI, Luiz Guilherme. O “problema” do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos. *Revista de Processo*, v. 249, pp. 399-419, nov/2015. p. 409.

<sup>378</sup> ALVES, Gustavo Silva. *Ações coletivas e casos repetitivos – a vinculação das decisões no processo coletivo*. Salvador: Juspodivm, 2018. p. 196.

<sup>379</sup> “Como é óbvio, se no Estado Democrático de Direito a participação é indispensável requisito de legitimação do exercício do poder, não há como imaginar que uma decisão – ato de positivação do poder estatal – possa gerar efeitos em face de pessoas que não tiveram oportunidade de participar *ou não foram adequadamente representadas*”. (MARINONI, Luiz Guilherme. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 92-93).

<sup>380</sup> WAMBIER, Luiz Rodrigues; VASCONSELOS, Rita de Cássia Corrêa. Recursos Especiais Repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução 8 do STJ) nos processos coletivos. *Doutrinas Essenciais de Processo Civil*, v. 9, pp. 691-716, out/2011. p. 714.

<sup>381</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 150.

Primeiramente, é necessário definir quem teria legitimidade para ocupar essa posição de liderança e condução do processo.

De um lado, existem aqueles que defendem que deveria ser utilizado o rol de legitimados ativos para o ajuizamento de ações coletivas, previsto na Lei da Ação Civil Pública<sup>382</sup> e no Código de Defesa do Consumidor<sup>383</sup>. Isso se justificaria porque a decisão de questão idêntica objeto das técnicas de coletivização de julgamento muito se assemelharia à análise da questão prejudicial à tutela dos direitos individuais homogêneos em sede de ação coletiva, na qual se decide sobre uma questão comum decorrente de um evento gerador de danos em massa.<sup>384</sup>

Além disso, o importante não seria encontrar alguém que tivesse uma relação próxima com os direitos discutidos no processo paradigma, mas sim, alguém que possuísse legitimidade para suprir adequadamente a não participação dos excluídos. Nesse sentido, tais entes teriam passado por um controle legislativo prévio que os avaliou como representantes adequados.

Todavia, não se considera esse o posicionamento mais adequado. Há muito tempo a doutrina vem apontando a falta de representatividade adequada dos entes legalmente legitimados para a tutela dos direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos.

Para começar, parece descabido acreditar que o simples fato de haver previsão legal conferindo legitimação para certos entes seja suficiente para ensejar a adequada proteção dos interesses dos ausentes. “Nessa singela previsão abstrata não há, de fato, nenhuma garantia de que

---

<sup>382</sup> Art. 5º. Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

I - o Ministério Público;

II - a Defensoria Pública;

III - a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IV - a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista;

V - a associação que, concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

<sup>383</sup> Art. 82. Para os fins do art. 81, parágrafo único, são legitimados concorrentemente:

I - o Ministério Público,

II - a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal;

III - as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este código;

IV - as associações legalmente constituídas há pelo menos um ano e que incluam entre seus fins institucionais a defesa dos interesses e direitos protegidos por este código, dispensada a autorização assemblear

<sup>384</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. O “Problema” do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos. *Revista de Processo*, v. 249, pp. 399-419, nov/2015. p. 410. MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 129 e 239-240.

o legitimado possua qualquer compromisso com o direito a ser protegido ou mesmo o conhecimento técnico suficiente para a correta defesa desse interesse”.<sup>385</sup>

Além disso, esse problema se mostra mais grave quando se considera que os legitimados para a propositura das ações coletivas não têm qualquer obrigação legal de verificar os interesses da classe representadas.<sup>386</sup> Dessa forma, se mostra muito comum que a pretensão deduzida em tais processos não represente exatamente a tutela que a sociedade ou o grupo deseja ou necessita.<sup>387</sup>-  
388

Por último, grande parte dos legitimados previstos em lei não tem qualquer interesse financeiro ou jurídico no deslinde da controvérsia. Apesar de poder se argumentar que isso evitaria qualquer risco de que houvesse uma atuação propositalmente lesiva aos representados, com o objetivo de maximizar seus próprios ganhos, também é verdade que, não tendo a parte nada a ganhar ou perder, sua atuação não é tão vigorosa quando seria a de alguém diretamente interessado no feito.<sup>389</sup>

Destarte, em vista dos motivos expostos, a melhor solução parece ser aderir a corrente doutrinária que defende que os representantes dos ausentes nos mecanismos de coletivização de julgamento devem ser escolhidos dentre as partes dos processos que versem sobre a questão de direito a ser discutida, ou seja, que “o representante seja uma das pessoas físicas ou jurídicas parte em um dos processos repetitivos e que, assim, ocupe posição semelhante à dos representados em suas lides”.<sup>390</sup>

---

<sup>385</sup> ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. *Curso de Processo Civil Coletivo*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 196.

<sup>386</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix. *Processos Estruturais*. Salvador: Juspodivm, 2017. p. 427.

<sup>387</sup> “Verdadeira ingenuidade acreditar que simples institucionalização do legitimado é suficiente para fins de fazer representados os diversos interesses vinculados a uma decisão judicial qualquer. Afinal, adotando a perspectiva de um processo construído pela ingerência do diálogo pelo contraditório, certamente há de se reconhecer a diversidade de interesses e perspectivas de muitos dos representados. A mera institucionalização do representante é critério adotado que não tem vínculo algum com as perspectivas econômicas, ideológicas ou culturais daqueles que dizem representaram e nem mesmo cria vínculo com o próprio objeto da causa”. (SCARPARO, Eduardo. Controle de representatividade adequada em processos coletivos no Brasil. *Revista de Processo*, v. 208, pp. 125-148, jun/2012. p. 208).

<sup>388</sup> Essa mesma crítica é feita nos Estados Unidos em relação às ações *paren patriae*, em que o Estado ajuíza ações coletivas em defesa de seus cidadãos ou do erário. (REDISH, Martin H. *Constitutional democracy and the problem of the class action lawsuit*. Stanford University Press: Stanford, 2009).

<sup>389</sup> VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 383-384.

<sup>390</sup> KLETEMBERG, Melina Faucz. *A representação adequada no incidente de resolução de demandas repetitivas*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. p. 139.

A principal razão para isso é que se acredita aqui que o indivíduo diretamente afetado pelo resultado do processo tem maiores estímulos em buscar uma defesa vigorosa dos ausentes e isso por uma razão muito simples: estando o representante em uma posição análoga à dos representados, ao buscar os melhores resultados para si, conseqüentemente, estará buscando os melhores resultados para os terceiros excluídos. Em outras palavras, a melhor forma de garantir que o representante se esforçará para cumprir seu papel adequadamente é exigir que ela tenha algo em jogo no processo.<sup>391</sup>

Diante disso, a primeira conclusão que se pode chegar é que o primeiro requisito da representatividade adequada é o alinhamento de interesses entre a parte condutora do processo e os ausentes atingidos pela decisão. Esse alinhamento de interesses é aferido pela inexistência de conflitos relevantes entre os membros do grupo e o representante.<sup>392</sup>

Todavia, não se esconde que essa homogeneidade de interesses não é algo tão simples e facilmente atingida. Ademais, quanto maior o número de representados maior a chance de haver disparidade entre as pretensões do grupo.<sup>393-394</sup>

Tendo isso em vista, nada impede que, diante da existência de graves conflitos ou linhas argumentativas completamente distintas que não podem ser concomitantemente defendidas sem gerar contradições, haja a formação de subgrupos com partes representativas diferentes, a fim de que todos os afetados tenham seus interesses adequadamente tutelados.<sup>395</sup>

Por outro lado, a mera identidade de pretensões – aqui entendida como o interesse comum de que a questão de direito seja interpretada no mesmo sentido – não é o suficiente para garantir a adequação da representação, pois não basta ao representante querer defender vigorosamente um determinado interesse, mas deve também poder fazê-lo.<sup>396</sup>

---

<sup>391</sup> Trata-se da teoria do *personal stake* atribuída aos Professores Weiss e Beckerman. (WEISS, Elliott J.; BECKERMAN, John S. Let the money do the monitoring: How institutional investors can reduce agency costs in securities class actions. *Yale Law Journal*, v. 104, pp. 2053-2128, 1995. p. 2098-2099).

<sup>392</sup> VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 323.

<sup>393</sup> COFFEE JR., John C. Conflicts, consent and allocation after Amchem Products-OR whey attorneys need consent to give away their client's money. *Virginia Law Review*, v. 84, pp. 1541-1560, 1998. p. 1549.

<sup>394</sup> Vale ressaltar que as partes das demandas que versam sobre uma determinada questão não podem ser consideradas um grupo nos moldes estritos das ações coletivas, uma vez que aqui se discutem apenas questões de direito e, muitas vezes, não haverá proximidade fática alguma entre as partes. O que une tais sujeitos é unicamente o interesse de que a tese jurídica fixada se dê em um mesmo sentido.

<sup>395</sup> SHAPIRO, David L. Class action: the class as party and client. *Notre Dame Law Review*, v. 73, pp. 913-961, 1991. p. 931.

<sup>396</sup> GIDI, Antonio. *A class action como instrumento de tutela coletiva de direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 139.



Assim, a parte representante deve possuir alguns atributos para que possa ser considerada apta para defender os interesses dos ausentes.

A doutrina brasileira, desde a introdução de um modelo coletivo de processo, vem pensando em critérios para o controle da representatividade adequada daquele responsável por conduzir o processo em nome de terceiros. Tais critérios podem ser em grande parte aplicados para as técnicas de coletivização de julgamento.

Nesse ínterim, o Código Modelo de Processo Coletivos para Ibero-América<sup>397</sup> dispõe que, na análise da representatividade adequada, devem ser avaliados dados como a credibilidade, capacidade, prestígio e experiência do legitimado; seu histórico de proteção judicial e extrajudicial dos interesses ou direitos dos membros do grupo; sua conduta em outros processos coletivos; a coincidência entre os interesses dos membros do grupo, categoria ou classe e o objeto da demanda.<sup>398</sup>

Do mesmo modo, os Projetos Lei nº 4441/2020 e 4778/2020, que visam reformular a disciplina da Ação Civil Pública, propõem explicitamente a possibilidade de o juiz controlar a representatividade adequada do legitimado para conduzir a ação. A grande diferença entre as duas propostas é que enquanto a primeira faz menção a um controle geral da adequação dos legitimados para a propositura da ACP<sup>399</sup>, a segunda dispõe que o controle da representatividade se daria

---

<sup>397</sup> Art. 2º. (...)

§ 2º. Na análise da representatividade adequada o juiz deverá analisar dados como:

a – a credibilidade, capacidade, prestígio e experiência do legitimado;

b – seu histórico na proteção judicial e extrajudicial dos interesses ou direitos dos membros do grupo, categoria ou classe;

c – sua conduta em outros processos coletivos;

d – a coincidência entre os interesses dos membros do grupo, categoria ou classe e o objeto da demanda;

e – o tempo de instituição da associação e a representatividade desta ou da pessoa física perante o grupo, categoria ou classe.

<sup>398</sup> O Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos, coordenado pela Professora Ada Pellegrini Grinover; o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos, coordenado pelo Professor Aluísio Gonçalves de Castro Mendes e o Código Modelo de Antonio Gidi trazem basicamente os mesmos requisitos (VIOLIN, Jordão. *Ação coletiva passiva: fundamentos e perfis*. Salvador: Juspodivm, 2008. p. 79).

<sup>399</sup> PL nº 4441/2020.

Art. 6. § 1º A adequação da legitimidade ao caso concreto pressupõe que o autor não tenha conflito de interesses como grupo e que sua finalidade institucional tenha aderência à situação litigiosa e ao grupo lesado.

§ 2º A adequação da legitimidade das associações civis será aferida a partir da análise dos seguintes critérios, entre outros:

I – o número de associados;

II – a capacidade financeira para arcar com despesas processuais da ação;

III – o histórico na defesa judicial e extrajudicial dos direitos coletivos;

IV – o tempo de constituição e o grau de representatividade perante o grupo.

apenas em relação às associações civis.<sup>400</sup> Além disso, ambos os projetos trazem alguns critérios para aferição dessa adequação, apesar destes se referirem somente às associações civis.

Porém, ante a falta atual de diretrizes legislativas concretas e vigentes no direito pátrio no que se refere ao controle da representatividade adequada, a doutrina se encarregou de importar algumas ideias do sistema jurídico norte-americano.

Nesse âmbito, a jurisprudência americana sedimentou basicamente quatro critérios para a determinação da adequação da representação dos interesses: (i) a ausência de conflito de interesses entre o representante e o grupo; (ii) a natureza representativa da pretensão individualmente formulada pela parte que representa a classe; (iii) a habilidade e vontade do representante em levar adiante a pretensão da classe; (iv) a competência do advogado da parte representante.<sup>401</sup>

Diante da numerosidade de critérios e sua parcial compatibilidade com as técnicas de coletivização de julgamento<sup>402</sup>, passa-se, então, à análise pormenorizada daqueles considerados

---

§ 3o Reconhecida a ausência de legitimidade adequada, o juiz promoverá a sucessão processual, dando ciência ao grupo e intimando o Ministério Público, a Defensoria Pública ou outros legitimados para assumirem a condução do processo.

§ 4o O controle jurisdicional da adequação da legitimidade deverá ser feito durante o decorrer do processo, levando-se em consideração a qualidade da atuação do autor e a sua aderência aos interesses do grupo e de seus membros.

§ 5o A decisão sobre a adequação da legitimação é impugnável por meio de agravo de instrumento, salvo se extinguir o processo, quando será impugnável por apelação.

<sup>400</sup> PL nº 4778/2020.

Art. 5o A representatividade adequada da associação poderá ser demonstrada:

I – pelo número de associados;

II – pela capacidade financeira, inclusive para arcar com despesas processuais da ação coletiva;

III – pelo rol de casos, que deve ser apresentado, de que a associação participou, judicial ou extrajudicialmente;

IV – pelo quadro de especialistas no tema do objeto protegido pela ação, que deve existir na associação, quando da propositura da ação;

V – pelo laudo indicativo do número de pessoas atingidas pelo alegado dano, apresentado com a propositura da ação;

VI – por outros meios adequados.

§ 1o Ajuizada a ação coletiva, o juiz, antes de determinar a citação, intimará o Ministério Público para que se manifeste acerca da representatividade adequada.

§ 2o Sendo reconhecida a representatividade adequada, determinar-se-á a citação do réu para oferecer contestação.

§ 3o A decisão sobre representatividade adequada é recorrível, por meio de agravo de instrumento, salvo se extinguir o processo.

§ 4o A qualquer momento do processo, o juiz poderá manifestar-se a respeito da ausência da representatividade adequada, por não terem sido preenchidos os requisitos ou como decorrência de sua conduta no processo.

§ 5o Em caso de desistência infundada, abandono da ação ou ausência de representatividade adequada da associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado poderá assumir a titularidade ativa.

§ 6o Não ocorrendo as hipóteses do parágrafo anterior, ouvido o Ministério Público, o processo será extinto sem resolução de mérito.

<sup>401</sup> STRICKLER JR., George M. Protecting the class: the search for the adequate representative in class action litigation. *DePaul Law Review*, v. 34, pp. 73-161, 1984. p. 102.

<sup>402</sup> Dada algumas diferenças fundamentais entre as ações de classe e as técnicas de coletivização de julgamento não é possível simplesmente transpor os critérios de uma para outra técnica processual, devendo ser feitas algumas adaptações (CAVALCANTI, Marcos. A falta de controle judicial da adequação da representatividade no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). In: MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre.

mais importantes e efetivos para aferição da representatividade adequada da parte condutora do processo paradigma.

Considerando que a parte líder será a responsável por protagonizar o debate acerca da questão de direito perante o tribunal, é preciso escolher sujeitos que possam transpor o máximo de razões e argumentos para o processo. Assim, é imprescindível a seleção de pessoas que possam apresentar tantas perspectivas argumentativas quanto forem possíveis para solucionar a controvérsia jurídica, “identificando quais sujeitos terão a melhor potencialidade de influência através da apresentação de argumentos sobre a questão de direito submetida à julgamento”.<sup>403</sup>

Uma das melhores formas de realizar essa análise é através dos autos dos processos em que se veiculam as demandas, afinal, a qualidade das manifestações das partes demonstrarão, a princípio, quais são os melhores candidatos para ocupar o posto de condução dos debates jurídicos.<sup>404</sup>

Nesse sentido, a verificação da conduta da parte em seu processo individual se mostra imprescindível. Ademais, esse exame não deve ser feito unicamente em relação ao conteúdo das manifestações apresentadas, mas a partir de outras duas perspectivas: o grau de interesse da parte na causa e a inexistência de condutas negativas.

Em relação ao grau de interesse da parte na causa, entende-se que quanto maior for o interesse da parte no êxito de sua demanda individual, maior será seu comprometimento com a defesa da interpretação jurídica que irá lhe favorecer. Dessa forma, podem ser considerados fatores como o valor da causa; a natureza da causa (valores emocionais, ideológicos, religiosos, por exemplo, podem trazer um incentivo adicional para as partes); a importância da demanda para a reputação da parte e etc. Assim, qualquer elemento que denote maior ligação da parte com a sua demanda deve ser levado em consideração.<sup>405</sup>

Por sua vez, considera-se um óbice à escolha de determinada parte como representante dos ausentes o fato dela ter agido de maneira desidiosa (perdendo prazos, deixando de praticar atos processuais ou o fazendo apenas *pro forma*) ou com má-fé processual. Tal forma de conduzir o

---

Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 340).

<sup>403</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 179.

<sup>404</sup> Ibidem, p. 172.

<sup>405</sup> KLETEMBERG, Melina Faucz. *A representação adequada no incidente de resolução de demandas repetitivas*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. p. 157-158.

processo, por si só, já demonstra a inaptidão do sujeito para defender adequadamente os interesses de terceiros não participantes.<sup>406</sup>

Outro critério que deve ser levado em consideração é a capacidade financeira da parte para arcar com as despesas decorrentes do processo. A possibilidade de arcar com os custos processuais é essencial para qualquer empreitada judicial, pois a construção de uma defesa consistente exige o dispêndio de uma quantidade considerável de dinheiro, que vai desde os elementos mais básico, como a contratação de um bom advogado, até a realização de diligência e produções de prova que podem se mostrar consideravelmente onerosas.<sup>407</sup>

Nas técnicas de coletivização a capacidade financeira ganha relevância ainda maior, uma vez que a incapacidade financeira da parte pode acarretar na representação inadequada dos interesses dos ausentes e não apenas da parte individualmente considerada.<sup>408-409</sup>

Outrossim, a representatividade adequada não é verificada somente a partir da pessoa do representante. Sua avaliação recai também – e talvez principalmente – em relação ao seu advogado.<sup>410</sup> A prática forense demonstra que o advogado da parte é quem efetivamente exerce o papel de *dominus litis*, uma vez que ele toma todas as decisões importantes no processo, desde o modo como deve ser proposta a ação até o delineamento das estratégias processuais e recursais. A parte, então, muitas vezes tem muito pouco ou nenhum envolvimento com o deslinde do processo.<sup>411</sup>

---

<sup>406</sup> KLETEMBERG, Melina Faucz. *A representação adequada no incidente de resolução de demandas repetitivas*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. p. 158.

<sup>407</sup> CUNHA, Ana Paula Ruschel da. A capacidade financeira na representação adequada no Anteprojeto de Antônio Gidi. Disponível em: <<http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Ana%20Paula%20R.%20da%20Cunha%20.%20Artigo%20final%2012.05.pdf?>>> Acesso em: 01 julho de 2020.

<sup>408</sup> GIDI, Antonio. *Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 103.

<sup>409</sup> A importância da capacidade financeira é tamanha que na Itália o único requisito para aferição da representatividade adequada do representante coletivo é sua aptidão para custear adequadamente o processo. Nesse sentido: “Come sottolineato da lungimirante dottrina, l’effettiva rappresentatività dell’ente andrebbe valutata sotto il profilo della disponibilità delle risorse personali e finanziarie necessarie in relazione a quello specifico caso concreto, nonché all’eventuale rimborso delle spese legali in caso di soccombenza”. (DOMINICIS, Fabio de. *L’ammissibilità dell’azione di classe*. Tese di Laurea (Laurea in Giurisprudenza). Università degli studi di Firenze, Firenze, 2016. p. 29).

<sup>410</sup> “These questions revive the familiar complaints that class representatives often are recruited by class counsel, play no client role whatsoever, and-when deposed to test the adequacy of representation-commonly show no understanding of their litigation. Class actions often are lawyer actions. Adequacy of representation is measured first and foremost by the adequacy of counsel”. COOPER, Edward H. The (cloudy) future of class actions. *Arizona Law Review*, v. 73, pp. 923-963, 1998. p. 927.

<sup>411</sup> MCDONALD, Michael R.; SANTOMAURO, Damian V. *Cutting the strings pulling the puppet class representative*. Disponível em: <<https://media.gibbonslaw.com/wp-content/uploads/2019/01/07150452/DRI-McDonald-Santomauro.pdf>>. Acesso em: 01 julho de 2020.

Diante disso, alguns critérios devem ser estabelecidos para que seja avaliada a capacidade do advogado de tutelar adequadamente os interesses em jogo. Nesse sentido, a *Rule 23 (g) (1) das Federal Rules of Civil Procedure*<sup>412</sup> contém algumas diretrizes que podem ser aplicadas às técnicas de coletivização.<sup>413</sup> Resumidamente, o advogado deve ser suficientemente competente, experiente, talentoso, probo e financeiramente capaz de conduzir o processo de início ao fim.<sup>414</sup>

No que tange à experiência profissional do advogado, devem ser considerados relevantes o tempo de exercício da profissão, a familiaridade com processos complexos ou multipartidários e seu histórico de atuação perante os tribunais. Nesse sentido, advogados mais experientes e habituados a lidar com demandas mais complexas estariam, a princípio, mais qualificados para conduzir adequadamente os processos em que há coletivização do julgamento de uma questão.<sup>415</sup>

Além disso, também é preciso levar em conta conhecimento detido pelo advogado em relação ao direito aplicável a questão que será julgada. Como se sabe, muitas questões jurídicas podem envolver áreas específicas do Direito, as quais exigem conhecimentos técnicos precisos para a adequada defesa dos interesses em jogo, bem como para utilização correta de alguns institutos jurídicos, evitando ambiguidades e imprecisões na tese jurídica a ser formada. Nesse

---

<sup>412</sup> Rule 23. CLASSACTION “(g) CLASS COUNSEL.

(1) Appointing Class Counsel. Unless a statute provides otherwise, a court that certifies a class must appoint class counsel. In appointing class counsel, the court:

(A) must consider:

(i) the work counsel has done in identifying or investigating potential claims in the action;

(ii) counsel’s experience in handling class actions, other complex litigation, and the types of claims asserted in the action;

(iii) counsel’s knowledge of the applicable law; and

(iv) the resources that counsel will commit to representing the class;

(B) may consider any other matter pertinent to counsel’s ability to fairly and adequately represent the interests of the class;

(C) may order potential class counsel to provide information on any subject pertinent to the appointment and to propose terms for attorney’s fees and nontaxable costs;

(D) may include in the appointing order provisions about the award of attorney’s fees or nontaxable costs under Rule 23(h); and

(E) may make further orders in connection with the appointment.

<sup>413</sup> Importante pontuar que a competência do advogado, diferentemente da do representante, é presumida e somente com a análise do caso e com a existência de provas concretas é que se poderá afastá-la (SEXTON, John E.; MILLER, Arthur R.; FRIENDENTHAL, Jack H.; COUND, John J. *Civil Procedure: cases and materials*. 7 ed. West Group, St. Paul, Minn, 1997. p. 691).

<sup>414</sup> VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 328.

<sup>415</sup> KLETEMBERG, Melina Faucz. *A representação adequada no incidente de resolução de demandas repetitivas*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. p. 159.

contexto, o histórico acadêmico do advogado pode ser considerado uma vantagem, na medida que lhe dará fundamentos teóricos mais minuciosos para embasar suas alegações.<sup>416</sup>

Ademais, a disponibilidade de tempo do advogado também teve ser considerado um parâmetro para avaliar sua adequação. Assim, de nada adianta o procurador ter grande experiência profissional e deter um grande conhecimento sobre a matéria jurídica, mas não dispor do tempo para dar ao processo a atenção necessária para conduzi-lo propriamente.<sup>417</sup>

Por fim, alguns autores também mencionam o critério da disponibilidade de recursos financeiros para avaliação do advogado. Ressalva-se que esse critério faz mais sentido no ordenamento norte-americano em que ações coletivas costumam ser financiadas pelos escritórios de advocacia e não pela própria parte.<sup>418</sup> Por outro lado, caso se esteja diante da hipótese em que o advogado assumira as custas processuais em nome da parte, por meio dos contratos de risco, é possível a utilização desse critério também para as técnicas de coletivização de julgamento.

A partir desses delineamentos, é preciso concluir que a iniciativa para instauração desses procedimentos não define, por si só, quais serão os sujeitos condutores do processo.<sup>419</sup> Dessa forma, “apesar de ser intuitivo pensar que será nomeado líder o sujeito que requereu a instauração, não se afasta a possibilidade de selecionar outros sujeitos”.<sup>420</sup>

Assim, uma vez verificado que o processo no qual ocorreu a instauração não é o mais adequado, seja em razão da pluralidade e profundidade da argumentação, seja pelos atributos de suas partes e seus advogados, é obrigação do juiz proceder pela escolha de um outro processo representativo da controvérsia que se mostre melhor.<sup>421</sup>

---

<sup>416</sup> KLETEMBERG, Melina Faucz. *A representação adequada no incidente de resolução de demandas repetitivas*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. p. 159.

<sup>417</sup> Ibidem, p. 159-160.

<sup>418</sup> ROQUE, Andre Vasconcelos. O que significa representatividade adequada? Um estudo de direito comparado. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. IV, pp. 171-198, jul-dez/2009. p. 185.

<sup>419</sup> DIDIER JR., Fredie; TEMER, Sofia. A decisão de organização do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da Cunha (Coords.). *Julgamento de Casos Repetitivos*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 10. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 237.

<sup>420</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 184.

<sup>421</sup> “Devendo existir uma decisão de afetação entre a admissão do IRDR e o início da instauração, não é obrigatório que o próprio processo de onde partiu o ofício ou petição de instauração do incidente venha a ser afetado. A admissão do incidente não leva à automática afetação do processo de onde ocorreu a provocação pela sua instauração”. (CABRAL, Antonio do Passo. Comentários aos arts. 976 a 987. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 1437).

Estabelecidos os principais parâmetros para avaliar a capacidade da parte-líder e de seu advogado de representar os interesses dos ausentes, deve-se verificar como se dá, em concreto, o controle dessa representatividade adequada.

O ordenamento jurídico brasileiro não contém nenhuma norma que preveja explicitamente o controle da representatividade adequada durante o transcorrer do processo em sede de técnicas de coletivização de julgamento.

Existem, por outro lado, alguns dispositivos normativos que trazem mecanismos de controle abstrato da adequação do representante, tais como a exigência de pré-constituição da associação pelo prazo de um ano da propositura da ação e pertinência temática entre a finalidade da entidade e o objeto da demanda<sup>422</sup>. Além disso, o do artigo 138, do CPC<sup>423</sup> e artigo 7º, § 2º, da Lei 9.868/99<sup>424</sup> preveem que admissão de terceiros intervenientes no processo dependem da aferição de sua representatividade adequada, mas nada falam sobre as partes do processo.

Por outro lado, é possível aplicar por analogia o artigo 76, do CPC para permitir que o juiz avalie a adequação da representação das partes e de seus advogados durante o trâmite dos procedimentos de coletivização de julgamento.<sup>425</sup>

Segundo tal dispositivo, o magistrado pode controlar a regularidade da representação das partes no processo individual. Assim, levando em consideração que o fim dessa norma é evitar prejuízo à parte em função daquele que a representa em juízo e o controle é admitido para as hipóteses em que há legitimação ordinária para propositura da ação, com mais razão ainda ele deve ser permitido para os casos em que os interesses de terceiros ausentes ao processo estão sendo tutelados.<sup>426</sup>

---

<sup>422</sup> Art. 5º Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar:

V - a associação que, concomitantemente:

a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil;

b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

<sup>423</sup> Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

<sup>424</sup> Art. 7º Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

§ 2º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.

<sup>425</sup> Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

<sup>426</sup> VIOLIN, Jordão. Ação coletiva passiva: fundamentos e perfis. Salvador: Juspodivm, 2008. p. 80.

Assim, uma vez verificado a inadequação da representação, o juiz deve sanar esse vício promovendo a alteração do representante. Com isso, busca-se preservar a efetividade das técnicas de coletivização de julgamento, uma vez que, caso seja constatada a ausência de representatividade adequada a tese jurídica fixada não será vinculante para os demais processos que versem sobre a mesma questão de direito.

Outrossim, é preciso pontuar que o controle judicial da representatividade adequada não é algo alheio a realidade do Poder Judiciário brasileiro.<sup>427</sup> Nesse âmbito, podem ser encontrados casos em que os juízes realizaram uma avaliação da adequação do representante à luz do caso concreto.<sup>428\_429</sup>

Assim, se mostra imprescindível que, diante de qualquer uma das técnicas de coletivização de julgamento, o juiz realize o controle da representatividade adequada das partes líderes e de seus procuradores, a fim de assegurar que os ausentes estão tendo seus interesses bem tutelados. Nesse sentido, essa avaliação da adequação não se mostra vinculada à legitimidade processual, sendo, na verdade, um elemento ligado à legitimidade material da jurisdição e à preservação da autoridade do processo.<sup>430</sup>

Ademais, essa fiscalização não deve se restringir a etapa inicial do procedimento, mas se estender a todo o trâmite processual, porque nada garante que alguém que se apresenta como um representante adequado no começo do processo manterá essa qualidade até a sua conclusão.<sup>431</sup>

Desse modo, para se verificar se a parte líder representou adequadamente os interesses dos ausentes, de modo que o julgamento do processo seja vinculante para terceiros, deve ser feita uma

---

<sup>427</sup> ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. *Curso de Processo Civil Coletivo*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 210.

<sup>428</sup> Vide: STJ, 3ª Turma, REsp 1002813-RJ, Rel. Nancy Andrighi, *DJe* 17.06.2011; STJ, 1ª Sessão, REsp 1371128-RS, Rel. Min. Campbell Marques, *DJe* 17.09.2014; STJ, 1ª Turma, REsp 1579593-PR, Min. Rel. Gurgel de Faria, *DJe* 28.98.2018, STF, Pleno, ADI 2.321-DF, Rel. Min. Celso de Mello, *DJe* 10.06.2005; STF, Pleno, AgR ADI 4.858-DF, Rel. Min. Edson Fachin, *DJe* 03.04.2017.

<sup>429</sup> Não se pode deixar mencionar que os tribunais já se utilizaram indevidamente o critério da representatividade adequada para atender a interesses do governo. Nesse sentido, menciona-se o caso em que o STF negou a legitimidade da Associação Paranaense de Defesa do Consumidor como representante adequada dos contribuintes em ação visando o recebimento de empréstimo compulsório sobre combustíveis mesmo tendo obtido êxito em seu pleito. Cedeu-se, então, as pressões do Governo Federal que não desejava pagar rapidamente e de uma única vez o que devia (STF, 2ª Turma, AI 382298-RS, Rel. Min. Gilmar Mendes, *DJe* 28.05.2004).

<sup>430</sup> “O problema não se refere a essa escolha normativa, mas sim à necessidade de que o sujeito *formalmente legitimado* para a defesa do grupo atue de modo *materialmente legítimo* para esse fim. A opção do legislador, independentemente do seu conteúdo, não inibe a importância desse aspecto. Em síntese, trata-se de aspectos que se situam em *planos diversos*”. (ARENHART; OSNA, Op. cit., p. 212).

<sup>431</sup> GIDI, Antonio. *A class action como instrumento de tutela coletiva de direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. p. 101.



investigação em duas frentes: (i) se o juízo responsável pela admissão do procedimento de coletivização de julgamento determinou corretamente, no momento inicial, que o representante era adequado; (ii) se há indícios, após o encerramento do processo, de que o representante do grupo protegeu seus interesses.<sup>432</sup>

Em outras palavras, a representatividade adequada deve se pautar no princípio do “não prejuízo”. Isso significa que só há adequação se cada um dos membros do grupo não esteja em uma situação inferior à que estariam se tivessem o controle individual sobre o processo.<sup>433</sup>

Portanto, a escolha da parte líder e o controle da representatividade adequada nos Recurso Extraordinário e Especial Repetitivo, IRDR e IAC deve se pautar por critérios dinâmicos e sempre à luz do caso concreto. Só assim se pode verificar se o representante de determinado interesse apresenta(ou) condições, empenho e vontade de patrocinar a defesa daquela posição no processo.<sup>434</sup>

Em resumo, a representatividade adequada, corolário da constitucionalidade das técnicas de coletivização de litígio, pressupõe que “a atividade desempenhada pela parte processual que atua em favor de um grupo ou de um interesse não pode frustrar as legítimas expectativas guardadas por aquele grupo ou que se supõe seja atribuída ao mencionado interesse. Nesse sentido, reconstrói-se uma ponte entre a atividade da parte processual e o direito material ou interesse que é levado para análise judicial”.<sup>435</sup>

### 5.1.3 PARTICIPAÇÃO DOS TERCEIROS INTERESSADOS

---

<sup>432</sup> “To answer the question whether the class representative adequately represented the class so that the judgment in the class suit will bind the absent members of the class requires a two-pronged inquiry: (1) Did the trial court in the first suit correctly determine, initially, that the representative would adequately represent the class? and (2) Does it appear, after the termination of the suit, that the class representative adequately protected the interest of the class? The first question involves us in a collateral review of the (...) [trial] court's determination to permit the suit to proceed as a class action with [the named plaintiff] as the representative, while the second involves a review of the class representative's conduct of the entire suit — an inquiry which is not required to be made by the trial court but which is appropriate in a collateral attack on the judgment”. (*Gonzales v. Cassidy*, 474 F. 2d 5<sup>th</sup> Cir, 1973. p. 259).

<sup>433</sup> “The representation provided to a class member is adequate if and only if the actions of the class representative and class counsel can reasonably be expected to place that class member in no worse a position than that class member would have enjoyed had she retained control of her own case. More simply, the principle might be stated: *Do no harm*. So stated, the principle seems self-evident. Representation that leaves some class members worse off than they would have been without class certification must be inadequate, right?” (TIDMARSH, Jay. Rethinking adequacy of representation. *Texas Law Review*, v. 87, pp. 1137-1203, 2009. p. 1176).

<sup>434</sup> ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. *Curso de Processo Civil Coletivo*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 208.

<sup>435</sup> Idem.

A essência das técnicas de coletivização de julgamento é o seu potencial para vincular pessoas que estão ausentes do processo. Sem isso, elas teriam pouca utilidade. Assim, a própria lógica desses mecanismos parte da premissa de que, em razão do grande número de sujeitos potencialmente afetados, nem todos poderão participar de forma pessoal e plena da formação da decisão judicial que lhes vinculará.<sup>436</sup>

Isso não significa que não se possa oportunizar, de alguma forma, a participação desses terceiros afetados nos procedimentos dos Recurso Extraordinário e Especial Repetitivo, IRDR e IAC.

Não se pode negar que até hoje o CPC é estruturado em torno do conceito tradicional de lide (conflito bilateral, individual, patrimonial e estático de interesses). Como consequência, as formas de atuação no processo também são, quase exclusivamente, projetadas levando em consideração essa configuração processual, o que acaba deixando à margem da disciplina processual as formas de atuação que não se enquadram nesse formato.<sup>437</sup>

Nesse sentido, sempre se possibilitou a intervenção daquele que tivessem um interesse jurídico no deslinde da controvérsia, não bastando mero interesse de fato. Apesar do CPC adotar essa exigência de interesse jurídico como condição essencial para a intervenção no processo<sup>438</sup>, o diploma processual não define em que consistiria tal interesse.

A doutrina e a jurisprudência estabeleceram que esse interesse jurídico depende que o terceiro seja titular de uma relação jurídica conexa ou dependente daquela deduzida em juízo, de modo que seu direito seja atingido pela decisão judicial a ser proferida no processo.<sup>439</sup> Assim, se a eficácia do direito do terceiro sofrer qualquer limitação prática, resta caracterizado o direito de intervir.<sup>440</sup>

Então, a possibilidade de intervir ou não no feito está relacionada à ideia de que os efeitos da sentença não podem prejudicar juridicamente terceiros que não tiveram a oportunidade de se

---

<sup>436</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 151-152.

<sup>437</sup> “A identificação dos sujeitos processuais aptos a intervir, objeto de incontáveis estudos, sempre levou em consideração, portanto, a natureza e o grau de intensidade dos vínculos existentes entre a esfera jurídica do terceiro e o objeto litigioso do processo”. (TEMER, Sofia. *Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação*. Juspodivm, 2020. p. 67-68 e 72).

<sup>438</sup> Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la.

<sup>439</sup> LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manuale di diritto processuale civile – principi*. 5. ed. Milano: Giuffrè, 1992. P. 104-105.

<sup>440</sup> GREGO, Leonardo. *Instituições de processo civil*, v. I. Rio de Janeiro: Forense, 2009. p. 400.

manifestar no processo. Em caso de prejuízo, é exatamente a condição de terceiro juridicamente interessado que permite o indivíduo a discutir os efeitos que eventual decisão judicial que afeta sua esfera jurídica.<sup>441</sup>

Todavia, ao se analisar as técnicas de coletivização previstas pelo CPC, dificilmente se dirá que resta configurado o interesse jurídico que permitiria a intervenção dos terceiros afetados no processo em que se fixa uma determinada tese jurídica vinculante. Assim, perante o diploma processual, os ausentes são considerados terceiros indiferentes e não teriam, a princípio, o direito de intervir no processo.<sup>442</sup>

Contudo, considerando que esses sujeitos, que sequer participam da discussão no caso paradigma, ficam vinculados ao entendimento firmado pelo tribunal, não podendo jamais rediscutir ou debater aquela questão de direito, deve-se reconhecer que há clara repercussão dessa decisão judicial sobre a esfera jurídica de terceiros.<sup>443</sup> Diante disso, é preciso repensar os requisitos exigidos para participação destes no feito.<sup>444</sup>

Nesse sentido, defende-se que a possibilidade de intervenção dos terceiros interessados na decisão não precisa estar baseada em um interesse jurídico *stricto sensu*, mas em seu interesse de garantir a formação de um padrão decisório favorável.<sup>445</sup> Dessa maneira, a intervenção dos indivíduos no julgamento não decorre das relações jurídicas de direito material discutidas no

---

<sup>441</sup> “Todos están obligados a reconocer la sentencia entre las partes; pero no pueden ser perjudicados por ella. Pero el perjuicio no se entiende un perjuicio de mero hecho sino un perjuicio jurídico, por ejemplo, el heredero puede ser perjudicado de hecho por las sentencias obtenidas por terceros contra su causante, pero está sujeto a esta sentencia; el acreedor es perjudicado de hecho por sentencias que reconocen nuevas deudas de su deudor, pero no puede impedir sus efectos a él perjudiciales (...). Habría perjuicio jurídico cuando la sentencia pudiese negar *e/ derecho* de los terceros extraños; como podría suceder en el caso de que la relación estimada como existente o inexistente en un proceso/ comprendiese como sujeto a un tercero extraño al pleito o cuando la relación estimada como existente entre las partes litigantes fuese prácticamente incompatible con una relación en la cual los terceros pretenden ser sujetos. En estos casos la cosa juzgada, no debe perjudicar a los terceros, esto es no puede oponerse a los terceros con el fin de disminuir su posición jurídica”. (CHIOVENDA, Giuseppe. *Princípios de Derecho Procesal*. Tradução José Casais Y Santalo. Madrid: Editorial Réus, 1922. p. 430).

<sup>442</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. Os terceiros e as decisões vinculantes no Novo CPC. *Revista TST*, v. 82, pp. 296-315, abr-jun/2016. p. 307-308.

<sup>443</sup> “Voltando às intervenções voluntárias, observa-se que, para a tutela do interesse do terceiro, mesmo uma influência mais tênue da sentença, que não signifique propriamente produção de efeitos jurídicos, não é ignorada pelo sistema. Ainda que a sentença não tenha eficácia probatória dos fatos ali examinados, a posição desse terceiro fica fragilizada pela existência de ‘precedente contrário’, o que de algum modo vulnera a igualdade entre as partes desse segundo processo”. (CINTRA, Lia Carolina Batista. *Intervenção de terceiro por ordem do juiz: a intervenção iussu iudicis no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 73).

<sup>444</sup> ARENHART, Op. cit., p. 308.

<sup>445</sup> Expressão utilizada por Sofia Temer em TEMER, Sofia. *Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação*. Juspodivm, 2020. p. 250.

processo paradigma, mas da situação jurídica coletiva instalada a partir da instauração, isto é, o direito à certificação da questão de direito.<sup>446</sup>

Assim, a participação desses indivíduos é pautada na ideia de “influenciar na fixação da tese jurídica que repercutirá em suas respectivas esferas jurídicas e na formação do precedente judicial que poderá os atingir no futuro, apresentando argumentos ou razões que reflitam suas respectivas compreensões acerca da questão de direito que será certificada”.<sup>447</sup>

Por outro lado, não é o mero fato de ser ou poder a vir ser parte em processo que discuta uma questão de direito idêntica que autoriza a intervenção desses terceiros no processo paradigma. Em outras palavras, não serão todos os sujeitos interessados em garantir a formação de um padrão decisório favorável que deverão ter sua intervenção deferida.<sup>448</sup> Até porque, considerando a potencialidade da decisão proferida afetar milhares de pessoas, a intervenção de todos esses indivíduos inviabilizaria a condução do processo, tornando tal técnica processual inefetiva.

Dessa maneira, a permissão de intervenção deve estar baseada em sua utilidade, isto é, na potencialidade do sujeito contribuir para a ampliação e aprofundamento do debate jurídico com novos elementos.<sup>449</sup> Caso a sua intervenção tenha por fim a mera reprodução de argumentos já levantados por outros atores processuais, não ampliando de qualquer forma o contraditório (do ponto de vista objetivo), ela deve ser indeferida.<sup>450</sup>

Além dessa hipótese, é possível pensar também na admissão de atuações que, apesar de não trazerem contribuições relevantes em relação a matéria debatida, se mostram pertinentes em relação a grande representatividade do sujeito perante determinado segmento social. Nesse caso,

---

<sup>446</sup> DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes; ALVES, Gustavo Silva. Intervenção dos membros do grupo no julgamento de casos repetitivos. *Civil Procedure Review*, v. 10, pp. 51-73, jan-abr/2019. p. 63-64.

<sup>447</sup> Ibidem, p. 58.

<sup>448</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. *Levando padrões decisórios a sério: formação e aplicação de precedentes e súmulas*. São Paulo: Atlas, 2018. p. 243.

<sup>449</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 192.

<sup>450</sup> “A intervenção da parte que teve seu recurso sobrestado só se justifica se ela dispuser de novos argumentos para convencer o magistrado sobre a existência da repercussão geral ou influenciar no julgamento do mérito dos recursos extraordinários múltiplos, de idêntica controvérsia. Caso contrário, tal manifestação não será expressão do direito fundamental ao contraditório e servirá somente para tumultuar o feito. A vedação da intervenção do litigante com recurso sobrestado desprovido de novas teses argumentativas não viola o contraditório simplesmente porque incapaz de gerar prejuízo à parte ou à legitimação da função jurisdicional, sendo em verdade, uma manifestação vazia, como uma forma sem conteúdo”. (SILVA, Ticiano Alves. Intervenção do sobrestado no julgamento por amostragem. *Revista de Processo*, v. 182, pp. 234-257, abr/2010. p. 248-249).

a intervenção é cabível em vista da sinalização da posição de determinado grupo que irá ser afetado pela decisão.<sup>451</sup>

Ademais, dentro dessa ideia de utilidade e preservação da eficácia das técnicas de coletivização de julgamento, o deferimento da intervenção de terceiros interessados no processo paradigma não precisa ser para todo o trâmite do procedimento, podendo ser exclusivo a determinados atos processuais.<sup>452</sup> Então, a legitimidade para intervenção deve ser aferida *ad actum* e não *ad causam*.<sup>453</sup>

Diante disso, a intervenção de terceiros interessados pode ser exclusiva para o fim de praticar apenas um ou alguns atos processuais determinados, ligados à finalidade e ao interesse específicos de sua participação no deslinde da controvérsia.<sup>454</sup> Como consequência, é possível entender que os sujeitos processuais podem intervir no feito em intensidades e com poderes diferentes, não sendo necessário outorgar as mesmas prerrogativas a todos.<sup>455</sup>

Por outro lado, mesmo havendo limitação na intervenção dos terceiros interessados, deve-se garantir que quando esta for autorizada, o sujeito disponha dos meios e do tempo necessários para expor adequadamente seus argumentos. Não pode ser considerada legítima, pois, uma

---

<sup>451</sup> TEMER, Sofia. *Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação*. Juspodivm, 2020. p. 256.

<sup>452</sup> Ibidem, p. 212.

<sup>453</sup> São os chamados módulos ou zonas de interesse pertinente ao ato ou conjunto de atos que o sujeito deseja praticar. “Se a legitimidade é um atributo transitivo, verificado em relação a um determinado estado de fato, pensamos que, a partir do conceito de situação legitimante, enquadrado no pano de fundo da relação processual dinâmica, é possível reduzir a análise da legitimidade a certos momentos processuais específicos, vale dizer, não mais um juízo de pertinência subjetiva da demanda (a legitimatio ad causam), mas referente ao ato processual específico (a legitimatio ad actum). (...) a situação legitimante, nessa ordem de idéias, poderia ser analisada sob o prisma das funções e das específicas posições processuais em que praticados atos no processo (ônus, direito, poder, faculdade, etc.), ou do complexo de alternativas que estejam abertas para o sujeito numa determinada fase processual”. (CABRAL, Antonio do Passo. Despolarização do processo e “zonas de interesse”: sobre a migração entre polos da demanda. *Revista Eletrônica do Ministério Público Federal*, v. 1, pp. 1-43, 2009. p. 7-8).

<sup>454</sup> NAGAREDA, Richard. Administering adequacy in class representation. *Texas Law Review*, v. 82, pp. 287-330, 2003. p. 296.

<sup>455</sup> “When one is granted intervention, either as of right or in the exercise of discretion, it does not necessarily follow that he must be granted all rights of a party at the trial and appellate levels, including full rights of discovery and cross-examination, the ability to veto a settlement of the case, and the right to appeal from a final decision. It is both feasible and desirable to break down the concept of intervention into a number of litigation rights and to conclude that the given person has one or some of these rights but not all (...). Such procedures can be of great value in satisfying the desire of a person to be heard in matters affecting him and in ensuring that adjudicators will have the benefit of his contribution while at the same time enabling the tribunal to maintain a greater degree of control over the course of the proceeding than might be possible if full-scale of intervention were permitted. (SHAPIRO, David L. Some Thoughts on Intervention before Courts, Agencies, and Arbitrators. *Harvard Law Review*, v. 81, pp. 721-772, 1968. p. 727 e 752-753).

participação meramente *pro forma* que não permita que os indivíduos efetivamente contribuam para o debate.<sup>456</sup>

Ao se permitir essa atuação limitada é possível chegar em um meio termo adequado entre a exclusão total dos terceiros afetados pela decisão vinculante e a intervenção plena de todos os eventuais interessados. Contudo, apenas o juiz, a partir de uma avaliação ponderada do caso concreto, pode definir o ponto de equilíbrio entre a exagerada participação no processo e a proteção de interesses de terceiros nas técnicas de coletivização de julgamento.<sup>457-458</sup>

Esse regime interventivo, então, deve ser definido no momento do ingresso do terceiro no processo por meio de uma análise à luz das manifestações e atos processuais já realizados. Assim, “é importante delimitar, em concreto, além do próprio cabimento da atuação – considerando a diversidade de fins e interesses – a extensão da participação, as prerrogativas do sujeito e as consequências da sua atuação”.<sup>459</sup>

Por fim, deve-se ressaltar que não há um rol tipificado de mecanismos por meio dos quais pode ocorrer esse tipo de intervenção. A decisão sobre tal matéria deve ser com base nas peculiaridades do caso concreto.

Nesse ponto, deve-se enfatizar sobretudo no uso dos mecanismos informatizados para estimular a participação de terceiros interessados. Assim, a utilização de páginas e mecanismos online, em que qualquer pessoa possa se manifestar – seja por documentos (escritos ou gráficos) ou por vídeos – contribuindo para o debate. Ainda, nesse âmbito, é cabível o desenvolvimento de

---

<sup>456</sup> “Como o julgamento do incidente terá relevância em toda a jurisdição do Tribunal prolator e impedirá a proliferação de demandas repetitivas, o que desafogará o Judiciário, nada impede que o julgamento do incidente se estenda durante um dia inteiro (como acontece no Tribunal do Júri). Ora, se em um Tribunal do Júri onde se decide o bem jurídico de uma única pessoa, não raras vezes, admite-se que o julgamento perdure por diversos dias, por que motivo não se poderia permitir que o julgamento do incidente, que traz matéria que atingirá centenas, milhares ou até milhões de pessoas transcorra por vários dias. O importante é permitir a manifestação de todos os interessados na sustentação oral, com tempo mínimo para exposição da respectiva tese, de modo a legitimar o acórdão que julgará o incidente. (LOBO, Arthur Mendes. Reflexões sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas. *Revista de Processo*, v. 185, pp. 233-244, jun/2010. p. 241).

<sup>457</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. Os terceiros e as decisões vinculantes no Novo CPC. *Revista TST*, v. 82, pp. 296-315, abr-jun/2016. p. 314.

<sup>458</sup> “The apparent dilemma between total intervention and total non-intervention should be broken by having the Rule explicitly recognize the judge’s creative power to grant intervention under reasonable restrictions as to the procedural consequences of the intervention. (KENNEDY, John E. Let’s All Join In: Intervention under Federal Rule 24. *Kentucky Law Journal*, v. 57, pp. 329-381, 1968. p. 375).

<sup>459</sup> TEMER, Sofia. *Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação*. Juspodivm, 2020. p. 334.

softwares e de inteligência artificial para filtrar e agrupar as manifestações a partir dos fundamentos apresentados.<sup>460</sup>

Esse é um instrumento se mostra evidentemente plural e democrático, devendo ser utilizado sempre que possível, tendo em vista a sua aptidão para viabilizar a participação inclusive daqueles que não têm recursos ou disponibilidade para se locomover até o tribunal.<sup>461</sup>

Portanto, ao se permitir o ingresso de certos terceiros afetados pela decisão proferida em sede de mecanismos de coletivização de julgamento, confere-se adequada proteção aos diversos interesses debatidos no processo, ampliando o status participativo do procedimento, mas sem causar um tumulto processual decorrente da intervenção de um número descabido de sujeitos interessados.<sup>462</sup>

#### 5.1.4 PARTICIPAÇÃO DE AMICUS CURIAE

Além da participação dos terceiros que serão afetados pela decisão judicial proferida em Recurso Extraordinário e Especial Repetitivo, IRDR e IAC, deve ser permitida também a participação de *amici curiae*, a fim de ampliar a participação democrática na construção dos padrões decisórios vinculantes.

O *amicus curiae* é um terceiro que intervém no processo com o objetivo de fornecer informações ao juízo, colaborando com a formação da decisão judicial. Todavia, a sua atuação pode ser dividida em três categorias: uma atuação imparcial, como especialista; uma atuação como instrumento de participação democrática no processo; e uma atuação para tutela de interesse de terceiros.<sup>463</sup>

Na primeira forma de atuação, como um terceiro neutro, o *amicus curiae* presta um auxílio imparcial ao juiz, fornecendo informações que, de outra forma, o tribunal não teria condições de obter. Nessa função, a atuação do *amicus curiae* se assemelha muito mais ao de um perito ou

---

<sup>460</sup> MARÇAL, Felipe Barreto. Repensando os mecanismos de ampliação do contraditório. *Revista de Processo*, v. 283, pp. 107-131, set/2018. p. 125.

<sup>461</sup> FERRARO, Marcela Pereira. Litígios estruturais: algumas implicações da publicidade no processo In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (Org.). *Processos estruturais*. Salvador: JusPodivm, 2017. p. 562.

<sup>462</sup> ARENHART, Sérgio Cruz. Os terceiros e as decisões vinculantes no Novo CPC. *Revista TST*, v. 82, pp. 296-315, abr-jun/2016. p. 314.

<sup>463</sup> GUEDES, Cintia Regina. A evolução da figura do *amicus curiae*, seu potencial de participação nas demandas repetitivas e a necessidade de observância da paridade de armas. *Revista de Processo*, v. 294, pp. 297-332, ago/2019. p. 316.

expert, que possui conhecimentos específicos sobre determinado assunto, que a de uma intervenção de terceiros.<sup>464</sup>

A segunda forma de atuação, como forma de pluralizar o debate, têm grande relevância nos processos de controle de constitucionalidade e naqueles com alguma carga de vinculação – como as técnicas de coletivização de julgamento. Levando em consideração que a decisão em tais processos pode afetar um grande número de indivíduos dos mais diversos grupos sociais, “surge a necessidade de possibilitar que setores sociais diversos possam influenciar as decisões judiciais, ainda que não possuam interesse ou relação direta com o objeto do processo em que se manifestam. O fundamento do instituto, portanto, é o permissivo de manifestação de terceiros quando o caso puder toda a sociedade (...), permitindo-se que sejam trazidos ao processo elementos que sejam relevantes para a cognição do órgão julgador”.<sup>465</sup>

A importância de sua participação é tamanha que o legislador previu em duas ocasiões distintas a intervenção desse terceiro. Além da disposição genérica contida no artigo 138, do CPC<sup>466</sup>, há a previsão específica de ingresso de *amicus curiae* no caso de julgamento de casos repetitivos, conforme o artigo 927, § 2º<sup>467</sup>, do mesmo diploma legal.

Por fim, a terceira forma de atuação é para intervir no processo com o objetivo de garantir uma tutela adequada dos direitos e interesses de um determinado grupo ou segmento social que tem interesse na solução da controvérsia, mas não preenche os requisitos para intervir no processo.<sup>468</sup>

Todavia, a permissão do ingresso de *amici curiae* nessa modalidade de atuação deve ser feita tendo uma ressalva em mente. O *amicus curiae* aqui não pode ser visto como um terceiro imparcial que tem como função trazer informações neutras, com a finalidade de auxiliar o órgão

---

<sup>464</sup> GUEDES, Cintia Regina. A evolução da figura do *amicus curiae*, seu potencial de participação nas demandas repetitivas e a necessidade de observância da paridade de armas. *Revista de Processo*, v. 294, pp. 297-332, ago/2019. p. 309.

<sup>465</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – o *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen* interesses. *Revista de Processo*, v. 117, pp. 9-41, set-out/2004. p. 12.

<sup>466</sup> Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.

<sup>467</sup> Art. 927. § 2º A alteração de tese jurídica adotada em enunciado de súmula ou em julgamento de casos repetitivos poderá ser precedida de audiências públicas e da participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir para a rediscussão da tese.

<sup>468</sup> DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes; ALVES, Gustavo Silva. Intervenção dos membros do grupo no julgamento de casos repetitivos. *Civil Procedure Review*, v. 10, pp. 51-73, jan-abr/2019. p. 57.



jurisdicional.<sup>469</sup> A própria finalidade dessa intervenção é para que ele defenda um novo ponto de vista parcial, objetivando incrementar e aprofundar o debate. Consequentemente, ao expor seus argumentos, ele o faz com o objetivo de que sua visão sobre o assunto prevaleça. Por essa lógica, tais intervenientes não servem como meras fontes informativas, mas, efetivamente, buscam tutelar interesses específicos no processo.<sup>470</sup>

Nesse contexto, passou a ser comum que litigantes habituais se utilizem da atuação de *amici curiae* para defender teses jurídicas que lhes favoreçam.<sup>471</sup> Nesses casos, o interveniente tem um interesse pessoal e direto em defender uma das partes do processo, deixando de ser visto como um amigo da corte para ser qualificado como patrocinador partidário de uma tese.<sup>472-473</sup>

Diante disso, é preciso ter precaução ao selecionar os *amici curiae* que intervirão nas técnicas de coletivização de litígio, a fim de não causar uma disparidade de armas entre as partes, gerando consequências para todos que serão vinculados pela tese jurídica fixada.<sup>474</sup>

Por outro lado, “com a garantia de equilíbrio entre os *amici curiae* que, no processo, defenderão os interesses dos litigantes habituais e daqueles que se manifestarão em prol dos interesses dos litigantes eventuais, será possível evitar que a participação de *amici curiae* promova um desequilíbrio de forças no processo que o tornaria incompatível com o princípio da igualdade”.<sup>475</sup>

Ademais, independentemente da modalidade de *amici curiae*, sua participação só deverá ser admitida uma vez verificada a pertinência de sua intervenção.<sup>476</sup> Essa pertinência deve ser avaliada por duas perspectivas. A primeira delas está relacionada a aferição da compatibilidade

---

<sup>469</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2015. p. 106-107.

<sup>470</sup> BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Repercussão geral em recurso extraordinário e o papel do *amicus curiae*. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, v. 5, pp. 169-177, jul-dez/2013. p. 170.

<sup>471</sup> “[The] ‘friend of the court’ brief is no longer just the tool for lobbyists, organically grown by interested groups hoping to press their policy preferences at the Court. There is now an ‘amicus strategy’, and it is intentional and choreographed by Supreme Court specialists. (LARSEN, Allison Orr; DEVINS, Neal. The amicus machine. *Virginia Law Review*, v. 102, pp. 1901-1968, 2016. p. 1965).

<sup>472</sup> KRISLOV, Samuel. The *Amicus Curiae* Brief: From Friendship to Advocacy. *Yale Law Journal*, v. 72, pp. 694-721, 1963. p. 697.

<sup>473</sup> Helen A. Anderson chega ao ponto de denominar essa classe de *amici curiae* como marionete da parte. Assim: “Some of these friends are actually ‘puppets’ of the party: the party may have created or funded the amicus curiae organization, or the party’s lawyer may have actually authored the brief”. (ANDERSON, Helen A. Frenemies of the Court: The many faces of *amicus curiae*. *University of Richmond Law Review*, v. 49, pp. 361-416, 2015. p. 378).

<sup>474</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. Levando padrões decisórios a sério: formação e aplicação de precedentes e súmulas. São Paulo: Atlas, 2018. p. 189.

<sup>475</sup> *Ibidem*, p. 190.

<sup>476</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 210.

entre os conhecimentos dotados pelo *amicus curiae* e a questão jurídica litigiosa a ser discutida no processo.<sup>477</sup>

Já a segunda se vincula à sua capacidade de contribuir com o debate, no sentido de trazer novos argumentos e pontos de vista para a discussão jurídica. Nesse sentido, caso o *amicus curiae* não possa trazer informações novas e relevantes para a resolução da controvérsia não há por que autorizar sua intervenção.<sup>478</sup>

Esses dois requisitos garantem que o *amicus curiae* cumpra o requisito de representatividade adequada exigido pelo CPC. Ressalta-se, por outro lado, que essa representatividade adequada não é a mesma exigida dos representantes coletivos, que devem servir como porta-voz dos interesses de um grupo. O termo legal, nesse caso, é melhor compreendido como contributividade adequada.<sup>479</sup>

Outrossim, da mesma forma como ocorre com os terceiros interessados, a legitimidade da participação do *amicus curiae* deve ser aferida sob a perspectiva do ato processual ou conjunto de atos processuais. Assim, tal interveniente não terá, necessariamente, interesse de participar de todas as etapas processuais.<sup>480</sup>

Destarte, a intervenção do *amicus curiae*, ao permitir a pluralização do debate, potencializando o caráter policêntrico e participativo do processo, legitima perante a sociedade o caráter vinculante decisão judicial que será formada pelo processo, possuindo um caráter essencialmente democrático.<sup>481\_482</sup>

### 5.1.5 REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

---

<sup>477</sup> DIDIER JR.; Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 1. 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 523.

<sup>478</sup> “Se não existe a necessidade de demonstração de um interesse jurídico, o conteúdo da manifestação do amigo da Corte deve ser apto a prestar uma relevante contribuição para decisão (...). Assim, o permissivo à oitiva do *amicus curiae* é a presença de interesse público no processo, o que impõe a ampliação do contraditório em virtude: a) do mandamento da participação com objetivo político do processo e b) do postulado de depuração da prestação jurisdicional, pelo aspecto colaborativo do contraditório”. (CABRAL, Antonio do Passo. *Pelas Asas de Hermes: A intervenção do amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – o *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen* interesses. *Revista de Processo*, v. 117, pp. 9-41, set-out/2004. p. 27).

<sup>479</sup> CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. Art. 138. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 251.

<sup>480</sup> TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 209.

<sup>481</sup> AGUIAR, Mirella de Carvalho. *Amicus curiae*. Salvador: Juspodivm, 2005. p. 8.

<sup>482</sup> No entendimento do próprio STF, a função do *amicus curiae* é “pluralizar o debate constitucional, permitindo que o Supremo Tribunal Federal venha a dispor de todos os elementos informativos possíveis e necessários à resolução da controvérsia, visando-se, ainda, com tal abertura procedimental, superar a grave questão pertinente à legitimidade democracia das decisões emanadas desta Corte”. STF, Pleno, ADI 2.321-DF, Rel. Min. Celso de Mello. *DJe* 10.06.2005.

Uma outra forma de ampliar a participação nas técnicas de coletivização de julgamento é por meio da realização de audiências públicas. Tal mecanismo é cabível para “ouvir o depoimento de pessoas com experiência e autoridade em determinada matéria, sempre que entender necessário o esclarecimento de questões ou circunstâncias de fato, com repercussão geral ou de interesse público relevante”.<sup>483</sup>

Assim, as audiências públicas são ferramentas de instrução do julgamento e fornecimento de subsídios, geralmente de conteúdo não jurídico, para formulação de votos.<sup>484</sup>

Além disso, a audiência pública se traduz em uma abertura à sociedade, ampliando a discussão ao permitir a contribuições das mais variadas pessoas e grupos que de outra forma não poderiam participar do debate. Então, a inserção de uma pluralidade de conhecimentos à discussão permite que os juízes estejam mais preparados para embasar suas decisões, considerando seus impactos na sociedade.<sup>485</sup>

À vista disso, sempre que se verifique a existência de pessoas com experiência e conhecimento em matéria relevante para a formação da decisão judicial vinculante e que ainda não tenham intervindo no processo, deve-se designar audiência pública. Dessa forma, permite-se que participem do processo aqueles que podem se manifestar a favor dos titulares de interesses ainda não representados no processo ou trazer argumentos ainda não explorados.<sup>486</sup>

Isso não significa que em todos os procedimentos de coletivização de julgamento deve haver a designação de audiência pública, apenas com o fim de robustecer sua legitimidade a partir de uma aparência formal de pluralidade.<sup>487</sup> “Só faz sentido cogitar-se da realização de audiência pública quando por meio desta se puder trazer ao processo algum tipo de informação que dele não conste ou a defesa de algum tipo de interesse que nele não esteja representando”.<sup>488</sup>

Vê-se, desse modo, que a audiência pública é um instrumento que amplia a participação na formação da decisão judicial vinculante que servirá de paradigma para outros processos, motivo

---

<sup>483</sup> Artigo 21, XVII, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

<sup>484</sup> VIEIRA, José Ribas; CORRÊA, Letícia. A audiência pública jurisdicional no Supremo Tribunal Federal. In: CARVALHO, Flávia Martins de; VIEIRA, José Ribas. (Orgs.). *Desafios da Constituição – Democracia e Estado no século XXI*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011. p. 41.

<sup>485</sup> LEMOS, Vinícius Silva. *Recursos e processos nos tribunais no Novo CPC*. São Paulo: Lexia, 2015. p. 374-375.

<sup>486</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. Levando padrões decisórios a sério: formação e aplicação de precedentes e súmulas. São Paulo: Atlas, 2018. p. 236.

<sup>487</sup> SOMBRA, Thiago Luís Santos. Supremo Tribunal Federal Representativo? O impacto das audiências públicas na deliberação. *Revista de Direito GV*, v. 13, pp. 236-273, jan-abr/2017. p. 253.

<sup>488</sup> CÂMARA, Op. cit., p. 218.

pela qual deve ser empregada nas técnicas de coletivização de julgamento sempre que se mostrar útil e necessária.

### 5.1.6 AMPLA DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE

A ampla publicidade é um dos grandes pilares legitimadores da eficácia vinculante da decisão judicial proferida em sede de Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC. É imprescindível que a sociedade saiba da existência de um processo em que se discute uma matéria que pode afetar um grande número de pessoas, para que assim possa participar e contribuir na formação da melhor tese jurídica.<sup>489</sup>

Nesse âmbito, o CPC dispõe de uma previsão geral para os <sup>490</sup>“precedentes”, determinando que os tribunais devem dar a eles publicidade, sobretudo através da *internet*.<sup>491</sup> Além disso, prevê que após a instauração e o julgamento do IRDR deve ser dada a mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça.<sup>492</sup> Por fim, ao disciplinar os Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, previu-se que as partes devem ser

---

<sup>489</sup> “Os mecanismos de resolução coletiva de litígios – assim como as ações coletivas propriamente ditas – interessam a um grande número de pessoas e, em alguns casos, a toda a sociedade. Os efeitos do julgamento e definição de uma tese jurídica objeto de demandas seriadas abrangem não só as esferas jurídicas dos detentores do direito objeto de controvérsia, mas geram repercussão social, econômica e também política. A expressiva numerosidade dos sujeitos titulares dos direitos homogêneos, veiculados por meio das demandas repetitivas, mais do que requisito de cabimento, é a razão que fundamenta a aplicação dos da publicidade e da transparência, essenciais para o bom manejo do instituto”. (MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; TEMER, Sofia. O incidente de resolução de demandas repetitivas do novo Código de Processo Civil. In: ZANETTI JR., Hermes (Coord). Processo coletivo. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 601).

<sup>490</sup> Art. 927. § 5º Os tribunais darão publicidade a seus precedentes, organizando-os por questão jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores.

<sup>491</sup> No mesmo sentido, cita-se o Enunciado nº 591 FPPC: “O tribunal dará ampla publicidade ao acórdão que decidiu pela instauração do incidente de arguição de inconstitucionalidade, incidente de assunção de competência ou incidente de resolução de demandas repetitivas, cabendo, entre outras medidas, sua publicação em seção específica no órgão oficial e indicação clara na página do tribunal na rede mundial de computadores”.

<sup>492</sup> Art. 979. A instauração e o julgamento do incidente serão sucedidos da mais ampla e específica divulgação e publicidade, por meio de registro eletrônico no Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º Os tribunais manterão banco eletrônico de dados atualizados com informações específicas sobre questões de direito submetidas ao incidente, comunicando-o imediatamente ao Conselho Nacional de Justiça para inclusão no cadastro.

§ 2º Para possibilitar a identificação dos processos abrangidos pela decisão do incidente, o registro eletrônico das teses jurídicas constantes do cadastro conterá, no mínimo, os fundamentos determinantes da decisão e os dispositivos normativos a ela relacionados.

§ 3º Aplica-se o disposto neste artigo ao julgamento de recursos repetitivos e da repercussão geral em recurso extraordinário.

intimadas da decisão de suspensão de seu processo após a decisão de afetação.<sup>493</sup> Em relação à publicização ao IAC, nada de específico se dispôs.

Nesse âmbito, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 235/2016 que padroniza o gerenciamento e publicização dos processos em que há julgamento de repercussão geral, recursos repetitivos, IAC e IRDR. Ademais, estipulou-se a criação de um banco nacional de dados com as informações pertinentes sobre tais processos no STF, STJ, TST, TSE, STM, TRFs, TRTs e TJs, a serem gerenciados pelos Núcleos de Gerenciamento de Precedentes. As informações se encontram consolidadas no site do Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas.<sup>494</sup>

Apesar de se reconhecer a importância das previsões legais expressas sobre a divulgação da existência de processos sob o rito de resolução coletiva de conflitos, elas se mostram insuficientes para garantir a sua ampla publicidade.

Como se viu, o legislador criou dois procedimentos com o condão de gerar a ampla publicidade. De um lado, a suspensão de todos os feitos afetados com a intimação das respectivas partes. De outro, os cadastros virtuais no Judiciário, seja o nacional do CNJ, seja o cadastro local de cada tribunal.

Contudo, verifica-se que esses dois mecanismos não garantem a notificação dos indivíduos que ainda não ajuizaram as suas ações, mas sofrerão a incidência da tese jurídica vinculante decidida.<sup>495</sup> Ademais, essa ciência é importante porque dá efetivo conhecimento ao sujeito acerca da existência da discussão e faculta a sua participação e envolvimento na formação da decisão judicial.

Não é possível esquecer que o direito de notificação constitui uma garantia autônoma dos terceiros afetados pela decisão, não podendo ser suprido pela mera representação adequada de seus

---

<sup>493</sup> Art. 1.037. Selecionados os recursos, o relator, no tribunal superior, constatando a presença do pressuposto do caput do art. 1.036, proferirá decisão de afetação, na qual:

II - determinará a suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão e tramitem no território nacional;

§ 8º As partes deverão ser intimadas da decisão de suspensão de seu processo, a ser proferida pelo respectivo juiz ou relator quando informado da decisão a que se refere o inciso II do caput.

<sup>494</sup> <https://wwwh.cnj.jus.br/bnpr-web/>

<sup>495</sup> Obviamente, aqui parte-se da experiência prática de que os sítios eletrônicos do CNJ e dos tribunais encontra paralelo muito próximo às citações e intimações feitas por publicação no Diário Oficial, no aspecto de quase ninguém as lê.

interesses. Isso porque permitir que alguém seja vinculado a um processo que sequer sabe existir é uma clara violação do devido processo legal.<sup>496</sup>

Isso não significa, por outro lado, que é necessária a notificação pessoal de cada sujeito que possa ter algum interesse em jogo no processo. Até porque isso poderia inviabilizar o tratamento coletivo da questão, seja por questões de custos financeiros ou pelas dificuldades decorrentes de saber definir e localizar todos aqueles que deveriam ser cientificados da existência do processo.<sup>497</sup>

O que se considera fundamental é “a condução de esforços orientados pelo desejo de ‘efetivamente informar’, mantendo as falhas dentro de um limite razoável que varia de acordo com as peculiaridades de cada litígio”.<sup>498</sup>

Ademais, é preciso admitir que a expressão “mais ampla e específica divulgação e publicidade” não se coaduna com a exclusividade de sua realização por meio do registro eletrônico do CNJ.<sup>499</sup>

Assim, ao lado dessa divulgação, o tribunal deve promover outros atos de publicização da existência Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC, por meio de veículos de informação alternativos, como televisão, rádio, jornal impresso de grande circulação, *internet*, redes sociais ou até mesmo instrumentos de correspondência periódica com grupos tais como holerites, boletos bancários, conta de luz, água e etc.<sup>500</sup>

Caso se mostre necessário, o magistrado pode ser ainda mais criativo no cumprimento da finalidade dessa norma, garantindo a ciência sobre o processo por notificação pessoal ao Ministério Público e Defensoria Pública, além de membros do grupo selecionados por amostragem, entidades, órgãos públicos e associações representativas dos interesses em discussão.<sup>501</sup>

Além disso, o CPC prevê que a divulgação será realizada somente após a admissibilidade e julgamento do incidente de coletivização. Contudo, acredita-se que a publicização deve ser

---

<sup>496</sup> GRANT, Maximilian A. The Right Not to Sue: A First Amendment Rationale for Opting Out of Mandatory Class Action. *University of Chicago Law Review*, v. 63, pp. 239-273, 1996. p. 245.

<sup>497</sup> ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. Curso de Processo Civil Coletivo. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 218.

<sup>498</sup> VITORELLI, Edilson. O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. p. 360.

<sup>499</sup> LOBO, Arthur Mendes. Reflexões sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. *Revista de Processo*, v. 185, pp. 233-244, jun/2010. p. 237.

<sup>500</sup> GIDI, Antonio. Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo. Rio de Janeiro: Forense, 2008. p. 67.

<sup>501</sup> MENEZES, André Beckmann de Castro. *O IRDR como política pública judiciária: A proteção ao princípio da igualdade a partir da adequada representação*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro Universitário do Pará, Belém, 2018. p. 67.

promovida antes mesmo disso, isto é, desde o momento do requerimento para sua instauração, aumentando as chances da participação ativa e efetiva dos sujeitos interessadas, com melhora da qualidade da argumentação, pelo desenvolvimento do contraditório.<sup>502</sup>

Por fim, apesar de se defender que a mera existência cadastros virtuais no Judiciário é insuficiente para assegurar a ampla divulgação dos processos em que há coletivização de julgamento, estes ainda têm o potencial de auxiliar no fácil e rápido acesso de suas informações. Em razão disso, pode-se pensar em outros dados que devem constar nesses registros além dos legalmente previstos (os fundamentos determinantes da decisão e os dispositivos normativos com elas relacionados).<sup>503</sup>

Dessa maneira, sugere-se que haja uma identificação e divulgação, após a admissão do julgamento, da questão de direito controvertida com as possíveis teses jurídicas sobre a matéria. Com isso, se estabeleceria, de maneira mais clara, o objeto da coletivização de julgamento, tornando mais fácil o reconhecimento de quais processos estarão sujeitos à decisão proferida.<sup>504</sup>

505

---

<sup>502</sup> “Embora a admissibilidade seja um marco importante, teria efetuado uma opção melhor se estabelecido que os cadastros deveriam indicar a existência e o andamento dos IRDRs desde o seu registro, ou seja, do cadastramento da respectiva petição ou ofício. Desse modo, se poderia permitir um melhor acompanhamento, para se saber, desde o início, se já houve provocação de incidente relacionado a alguma questão de direito, evitando-se a reprodução de novos incidentes sobre o mesmo assunto. Por outro lado, se já suscitado, embora ainda não admitido, os interessados poderiam acompanhar o incidente verificando, por exemplo, se a iniciativa e as peças escolhidas são, de fato, representativas em relação aos argumentos expedidos, se há necessidade de reforço ou não quanto às alegações, bem como acompanhar e, eventualmente, participar do julgamento quanto à admissibilidade”. (MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p. 172).

<sup>503</sup> MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; TEMER, Sofia. O incidente de resolução de demandas repetitivas do novo Código de Processo Civil. In: ZANETI JR., Hermes (Coord). Processo coletivo. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 603.

<sup>504</sup> Idem.

<sup>505</sup> Apesar de não ser objeto do presente estudo o aprofundamento desse tema, é importante ressaltar a importância da precisa identificação da questão de direito a ser decidida pelo tribunal. É obrigação do órgão julgador delimitar a questão jurídica, os argumentos e dispositivos normativos relacionados à controvérsia em debate. Isso se dá por duas razões principais. A primeira delas está relacionado com o respeito ao contraditório. Uma vez que a questão de direito deve ser amplamente debatida antes de ser fixada a tese jurídica a seu respeito, não pode o tribunal afetar para julgamento uma determinada matéria, possibilitar que os interessados e a sociedade contribuam para a formação da decisão, para, ao final fixar entendimento sobre um ponto diverso. Nesse caso, não haveria qualquer o debate prévio necessário para justificar o efeito vinculante da decisão judicial. A segunda razão da importância da precisa delimitação da questão de direito a ser debatida se refere a identificação dos processos sujeitos à decisão a ser proferida. Levando em conta que serão sobrestados todos os processos que versem sobre a matéria em debate, deve ser possível reconhecer com facilidade as demandas que a contenham. Suspender ou não suspender indevidamente um processo é muito grave, pois viola diretamente inúmeras garantias processuais das partes em jogo. Assim, a correta delimitação da questão de direito objeto de coletivização permite que as partes apontem se seus casos se assemelham ou não àquela do processo-paradigma. Tal entendimento foi referendado pelo Fórum Permanente de Processualistas Civis, em seu Enunciado nº 606: “Deve haver congruência entre a questão objeto da decisão que admite o incidente

Conclui-se, então, que garantir a mais ampla e específica divulgação e publicidade da existência de Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC admitidos e em julgamento concede aos interessados e a sociedade a possibilidade de participar e auxiliar no processo de formação de padrões decisório. Tal mecanismo contribui, assim, para a legitimidade constitucional dessas técnicas processuais.

### 5.1.7 DELIBERAÇÃO QUALIFICADA

Como já mencionado anteriormente, o modelo procedimental constitucional dos mecanismos de coletivização de julgamento não se contenta com a observância de uma participação ampliada. É necessário também que o órgão julgador proceda com uma deliberação verdadeiramente qualificada e colegiada para formação da decisão judicial.

Todavia, o grande entrave a esse modelo deliberativo é a própria cultura dos tribunais brasileiros.

Para começar, adota-se no Poder Judiciário pátrio o sistema de deliberação *seriatim*. A decisão judicial, então, é resultado da simples soma das conclusões dos votos proferidos, não havendo grande preocupação com a coincidência de fundamentação.<sup>506-507</sup> Os acórdãos decisórios

---

de resolução de demandas repetitivas e a decisão final que fixa a tese”. No mesmo sentido: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. III. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 616-617 e TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 1136-140.

<sup>506</sup> MARINONI, Luiz Guilherme. *Julgamento nas Cortes Supremas: precedente e decisão do recurso diante do novo CPC*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 16.

<sup>507</sup> “O caráter opinativo de nossa jurisdição fica mais claro quando examinamos julgamentos colegiados, por exemplo, os do STF, em que vários juízes, ou seja, várias autoridades devem opinar sobre o mesmo caso. Mesmo nos casos em que há unanimidade no julgamento, ou seja, em que os 11 juízes do STF decidem no mesmo sentido, todos eles fazem questão, especialmente em casos de grande repercussão pública, de externar sua opinião. O resultado disso é um manancial de argumentos, doutrinares, leis, casos, etc., que torna praticamente impossível reconstruir a argumentação do tribunal de maneira racional e unificada. É possível reconstruir, claramente, estilos de julgar individuais, juiz a juiz, mas não há um padrão claro e discernível para o julgamento da corte tomada como um todo. Tal padrão, de fato, é desnecessário, pois a corte decide por agregação de opiniões sem elaborar uma fundamentação unificada de sua argumentação. (...) Em casos em que há divergência, os fundamentos para a decisão variam, de juiz a juiz, em especial nos casos de maior repercussão. É comum que cada um dos juízes, mesmo para concordar com o relator, ofereça um fundamento específico para a decisão em jogo, sem que o tribunal seja capaz de reconstruir um texto coerente para amarrar todos esses argumentos”. (RODRIGUES, José Rodrigo. *Como decidem as Cortes: para uma crítica do direito (brasileiro)*. Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 14).



se transformam em uma verdadeira “sucessão de monólogos”<sup>508</sup>, que tem como uma de suas principais características serem profundamente antideliberativos.<sup>509</sup>

Ademais, ao decidir por simples somatório de opiniões, os Tribunais não se comprometem com a formação de decisões que possam servir de paradigma para casos futuros. Ao se preocupar apenas com o resultado final do julgamento, não havendo qualquer cuidado em consolidar, de forma harmônica, as razões que informaram a conclusão da maioria vencedora no julgamento, dificulta-se a identificação dos fundamentos determinantes de um pronunciamento judicial.<sup>510</sup>

Esse problema é resolvido ao se adotar o modelo de deliberação *per curiam*, no qual a decisão judicial é considerada uma expressão do órgão judicial como uma unidade institucional indivisível.<sup>511</sup> Para tanto, os membros do tribunal devem dialogar entre si para concluírem qual o entendimento a ser adotado. Há efetivamente uma colaboração entre os julgadores para que seja formada a decisão judicial, que será vista como do tribunal e não de seus membros individualmente considerados.<sup>512</sup>

Esse sistema de deliberação tem duas vantagens principais. Em primeiro lugar, ele propicia uma melhor qualidade da motivação das decisões. Ao se exigir que os integrantes do colegiado cheguem a um único entendimento, não somente em relação ao resultado do julgamento, mas também sobre sua fundamentação jurídica, emerge automaticamente uma argumentação mais detalhada e rica. Isso porque a existência de opiniões dissidentes impõe um reforço da fundamentação no sentido de contrapor os argumentos da posição contrária. Há, então, propriamente uma contraposição dialética até que se chegue em um entendimento majoritário.<sup>513</sup>

Em segundo lugar, as deliberações *per curiam* também facilitam a identificação exata dos contornos da tese jurídica fixada e seus fundamentos determinantes. Ao se contrapor a decisão

---

<sup>508</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. Levando padrões decisórios a sério: formação e aplicação de precedentes e súmulas. São Paulo: Atlas, 2018. p. 258.

<sup>509</sup> SILVA, Virgílio Afonso da. Deciding without deliberating. *International Journal of Constitutional Law*, v. 11, pp. 557-584, 2013. p. 570.

<sup>510</sup> SOKAL, Guilherme Jales. *O julgamento colegiado nos tribunais: procedimento recursal, colegialidade e garantias fundamentais do processo*. São Paulo: Método, 2012. p. 325.

<sup>511</sup> VALE, André Rufino. *Argumentação constitucional – um estudo sobre a deliberação nos Tribunais Constitucionais*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2015. p. 109.

<sup>512</sup> CÂMARA, Op. cit., p. 258.

<sup>513</sup> “Each participant must consider and respond to her colleagues as she performs her tasks. Collaboration and deliberation are the trademarks of collegial enterprises, and the objective of collegial enterprises oftens reaches beyond accuracy to other measures of quality”. (KORNHAUSER, Lewis A.; SAGER, Lawrence G. The one and the many: adjudication in Collegial Courts. *California Law Review*, v. 81, pp. 1-59, 1993. p. 4).

paradigmática a outros casos concretos, torna-se mais simples verificar se os motivos que embasaram o entendimento do tribunal podem ser fielmente reproduzidos na nova demanda.<sup>514</sup>

Ademais, uma deliberação qualificada não depende apenas de como os julgadores debatem entre si para chegar a uma decisão, mas também a partir de quais elementos os julgadores deliberam.

Conforme já foi exposto, o procedimento nas técnicas de coletivização de julgamento é marcado pela participação subjetivamente ampliada. Desse modo, através de terceiros interessados, *amici curiae* e pela realização de audiências públicas, o tribunal é exposto a uma diversidade de argumentos e pontos de vista.

Diante disso, se mostra imprescindível que os integrantes do colegiado examinem, em seus votos, todas essas informações e dados trazidos ao processo. Caso contrário, a participação desses sujeitos será vista como mera garantia formal, em que se assegura apenas uma aparência de contraditório.<sup>515</sup>

Assim, a produção de padrões decisórios por meio de decisões que não levam em conta os aportes trazidos para o processo por *amici curiae* ou por outros atores, como participantes das audiências públicas, compromete de sobremaneira o caráter democrático<sup>516</sup> e, portanto, a legitimidade constitucional de tais padrões.<sup>517</sup>

A ideia aqui não é que os tribunais meramente substituam a vontade das partes pelo do Estado com a finalidade de aplicação da lei.<sup>518</sup> A ideia de agir pelo outro deve ser reinterpretada pela noção de agir com o outro, considerando a prerrogativa da sociedade de ser ouvida e ter seus interesses considerados na formação das decisões judiciais.<sup>519</sup>

Nesse sentido, é importante lembrar que o próprio CPC criou mecanismos para assegurar que o órgão julgador leve em consideração todas as contribuições trazidas ao processo ao proferir

---

<sup>514</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. Levando padrões decisórios a sério: formação e aplicação de precedentes e súmulas. São Paulo: Atlas, 2018. p. 259.

<sup>515</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Os efeitos processuais da audiência pública. *Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União*, v. 24/25, pp. 41-65, jul-dez/2007. p. 50.

<sup>516</sup> Como defende Dworkin, a democracia exige a participação igualitária de todos. (DWORKIN, Ronald. *Is democracy possible here?* Princeton: Princeton University Press, 2006. p. 134).

<sup>517</sup> CÂMARA, Op. cit., p. 266.

<sup>518</sup> CHIOVENDA, Giuseppe. *Principios de Derecho Procesal*. Tradução José Casais Y Santalo. Madrid: Editorial Réus, 1922. p. 13.

<sup>519</sup> TUSHNET, Mark. New institutional mechanisms for making Constitutional Law. *Harvard Public Law Working Paper n° 15-08*, 2015. p. 16.

uma decisão. Além do artigo 485, § 1º<sup>520</sup> que impõe uma obrigação geral que o magistrado leve em consideração todos os argumentos trazidos pelas partes, o artigo 984, § 2º<sup>521</sup>, aplicável ao microsistema de técnicas de coletivização de julgamento, exige que o acórdão decisório analise todos os fundamentos favoráveis e contrários à tese fixada.

Portanto, a constitucionalidade e legitimidade dos mecanismos de coletivização de julgamento dependem da necessária aferição de se o debate transcorreu em um ambiente efetivamente idôneo, no qual os interesses de todos os afetados foram representando de forma qualitativamente satisfatória<sup>522</sup>, bem como se todas as teses e argumentos a favor e contra o direito em jogo foram considerados em sua plenitude pelo órgão colegiado, por meio de uma deliberação qualificada.<sup>523</sup>

## 5.2 APLICAÇÃO DAS DECISÕES VINCULANTES

A exigência constitucional de respeito ao devido processo legal nas técnicas de coletivização de julgamento não se encerra com a fixação da tese jurídica vinculante. A existência de padrões decisórios deve levar em conta também o momento pós-interpretativo, isto é, a aplicação do entendimento consolidado aos casos concretos que versem sobre a mesma questão de direito.

---

<sup>520</sup> Art. 489. § 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

<sup>521</sup> Art. 984. § 2º O conteúdo do acórdão abrangerá a análise de todos os fundamentos suscitados concernentes à tese jurídica discutida, sejam favoráveis ou contrários.

<sup>522</sup> OSNA, Gustavo. O(s) problema(s) do incidente de resolução de demandas repetitivas: dialogando com Luiz Guilherme Marinoni. In: ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel (Coord.). *O processo civil entre a técnica processual e a tutela de direitos: estudos em homenagem à Luiz Guilherme Marinoni*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 653.

<sup>523</sup> “Se não houve ampla participação, acesso à informação, a real possibilidade de uso de técnicas processuais, a igualdade de armas, a cognição completa e exauriente, o auxílio de experts quanto isso se fizer necessário, se não houver o amplo debate de todos os sujeitos, (...) se não houver a prévia identificação do mérito do incidente, se não houver a precisa identificação de todos os argumentos e fundamentos que levem ao conhecimento sobre a questão de direito, se não houver uma incessante e quase doentia busca pelo contraditório será impossível falar em ‘construir precedentes vinculantes justos’. Só é possível estabilizar as questões de direito das diversas situações jurídicas processuais que se desenvolvem ao longo de um processo numa sequência lógica e cronológica, se atendidos esses pressupostos de um Estado Democrático de Direito”. (RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Fundamentos da tutela coletiva*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017. p. 243).

Dito isso, exclui-se qualquer possibilidade de aplicação automática e subsuntiva da tese jurídica fixada pelos tribunais em Recursos Extraordinários e Especial Repetitivos, do IRDR e do IAC.<sup>524</sup>

A tese jurídica, em primeiro lugar, não pode se resumir a um comando normativo autônomo e abstrato, entendido em sua literalidade, que se aplica a casos concretos como se lei fosse.<sup>525</sup> Caso fosse assim entendido, a consequência seria “o uso diletante de enunciados descontextualizados retirados de decisões de casos passados sobre cujas particularidades nada se sabe”.<sup>526</sup>

Para a compreensão do padrão decisório, então, é imprescindível identificar: “(i) a categoria fática em relação à qual a questão de direito é apreciada; (ii) o raciocínio empreendido pelo tribunal na análise dos fundamentos aventados; (iii) a conclusão sobre a controvérsia jurídica, apontando para uma só solução”.<sup>527</sup> Assim, o termo tese jurídica deve ser entendido como algo que abarca não apenas a conclusão a que se chegou o tribunal, mas também a categoria fática que comporta determinada questão de direito e os fundamentos e argumentos sopesados na formação da decisão (unicidade da questão fático-jurídica).<sup>528-529</sup>

A aplicação da tese jurídica, pois, não se dará pela simples incorporação da conclusão do tribunal ao caso concreto. É necessário, nesse contexto, a análise das circunstâncias de cada conflito concreto, a fim de se verificar se há compatibilidade na incidência do padrão decisório à luz das especificidades do litígio em julgamento.<sup>530-531</sup>

---

<sup>524</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. Levando padrões decisórios a sério: formação e aplicação de precedentes e súmulas. São Paulo: Atlas, 2018. p. 288.

<sup>525</sup> STRECK, Lênio; ABOUD, Georges. O NCPC e os precedentes – afinal, do que estamos falando? . In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buril de. (Coord.). *Precedentes: Coleção Grandes Temas do Novo CPC*. V. 3. Salvador: Juspodivm, 2015. p. 178.

<sup>526</sup> RAMIRES, Maurício. Crítica à Aplicação de Precedentes no Brasil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. p. 149.

<sup>527</sup> TEMER, Sofia. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

<sup>528</sup> ZANETI JR., Hermes. Precedentes (treat like cases alike) e o novo Código de Processo Civil: Universalização e vinculação horizontal como critérios de racionalidade e a negação da “jurisprudência persuasiva” como base para uma teoria e dogmática dos precedentes no Brasil. *Revista de Processo*, v. 235, pp. 293-349, set/2014. p. 322.

<sup>529</sup> Em razão disso, defende-se que não é aconselhável a edição de enunciados de súmulas para consolidar os entendimentos proferidos em técnicas de coletivização de julgamento. (MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes Obrigatórios. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. p. 218).

<sup>530</sup> BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de; DERZI, Misabel de Abreu Machado. O efeito vinculante e o princípio da motivação das decisões judiciais: em que sentido pode haver precedentes vinculantes no direito brasileiro? In: FREIRE, Alexandre et al. *Novas tendências do processo civil*. V. I. Salvador: Juspodivm, 2013. p. 336.

<sup>531</sup> A ideia de romance em cadeia (*chain novel*) de Dworkin se amolda perfeitamente ao trabalho que deve ser desempenhado na aplicação de um padrão decisório: “Ao decidir o novo caso, cada juiz deve considerar-se como parceiro de um complexo empreendimento em cadeia, do qual essas inúmeras decisões, estruturas, convenções e

Nesse sentido, o CPC reconhece a insuficiência de fundamentação nas decisões judiciais que se limitam a invocar um “precedente” sem justificar as razões pelas quais seus fundamentos determinantes se amoldam ao caso em julgamento.<sup>532</sup>

Ademais, a aplicação de padrões decisórios a casos concretos não dispensa o respeito ao contraditório, de modo que o órgão julgador deverá em qualquer hipótese submeter a aplicação da tese jurídica à discussão pelas partes.<sup>533</sup>

Dessa forma, apesar de os magistrados não poderem desconsiderar a existência de uma tese jurídica vinculante ao julgarem demandas que tratem sobre a mesma questão de direito, ele deverá oportunizar a manifestação da parte sobre a incidência dessa em seu caso.<sup>534</sup> Cabe às partes, assim, argumentarem no sentido da compatibilidade da tese jurídica fixada em face da moldura fático-jurídica de seu processo específico.

Em outras palavras, deve-se buscar um diálogo hermenêutico com os sujeitos processuais para aplicação da conclusão da decisão judicial vinculante, a fim de possibilitar um contraditório participativo na construção do resultado que advirá dessa aplicação.<sup>535</sup>

Pro outro lado, não se pode esconder que o procedimento de aplicação da tese jurídica em casos concretos não exige a observância de um contraditório pleno e exaustivo acerca dos fundamentos utilizados pelo tribunal para a fixação do entendimento vinculante.

Apesar de ser necessário que se oportunize a manifestação das partes sobre a adequação de aplicação do padrão decisório, não é preciso que se analise os fundamentos jurídicos levantados sobre a questão de direito em si. Assim, o juiz aplicará a tese jurídica como premissa de julgamento para a resolução da questão de direito, sem reabertura do contraditório amplo e efetivo, pois os

---

práticas são a história; é seu trabalho continuar essa história no futuro por meio do que ele faz agora. Ele deve interpretar o que aconteceu antes porque tem a responsabilidade de levar adiante a incumbência que tem em mãos e não a partir de uma nova direção. Portanto, deve determinar, segundo seu próprio julgamento, o motivo das decisões anteriores, qual realmente é, tomado como um todo, o propósito ou o tema da prática até então. (DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 238).

<sup>532</sup> Art. 489. § 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;

<sup>533</sup> TEMER, Sofia. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020. p. 244.

<sup>534</sup> Enunciado nº 458 do FPPC: “Para a aplicação, de ofício, de precedente vinculante, o órgão julgador deve intimar previamente as partes para que possam se manifestar sobre ele”.

<sup>535</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. Levando padrões decisórios a sério: formação e aplicação de precedentes e súmulas. São Paulo: Atlas, 2018. p. 288.

fundamentos já foram exaustivamente debatidos e examinados pelo tribunal no momento da fixação da tese jurídica.<sup>536-537</sup>

Desse modo, uma vez aferida a possibilidade de aplicação do padrão decisório a um caso concreto, esta se dará pela simples incorporação da conclusão do tribunal julgador, não sendo redebatidas as razões pelas quais aquela é a melhor interpretação jurídica.<sup>538</sup>

Contudo, precisa se reconhecer que caso as partes tragam uma fundamentação jurídica que não foi objeto de análise no julgamento do processo paradigma, o magistrado se verá obrigado a verificar se esse novo argumento é capaz de infirmar a conclusão a que se chegou o tribunal.<sup>539</sup> Com isso, deverá se oportunizar novamente o contraditório e o debate, para que a questão seja apreciada à luz daqueles argumentos não analisados quando do julgamento do incidente de solução concentrada.<sup>540</sup>

Todavia, conforme já dito, isso deve ser evitado a todo custo, especialmente através da boa escolha das demandas modelo. Se for permitida a reiterada análise da questão de direito em processos específicos, mesmo após a fixação de uma tese jurídica sobre o tema, as técnicas de coletivização de julgamento perderão a razão de existir. A lógica, então, é que o Poder Judiciário não gaste tempo e recursos em analisar uma matéria já enfrentada pelos tribunais.<sup>541</sup>

---

<sup>536</sup> “Na aplicação da tese jurídica como decisão, aos processos já ajuizados e sobrestados, não incidirá plenamente o disposto no § 1º do art. 489, quanto aos fundamentos já enfrentados. Não incidirá porque já incidiu quando do julgamento da tese jurídica geral, isto é, já ocorreu a preclusão, pois os fundamentos já foram discutidos pelo órgão competente, ao analisar o caso paradigma”. ZANETI JR., Hermes. Comentários aos arts. 926 a 946. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. Comentários ao novo Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 1336.

<sup>537</sup> No mesmo sentido, Enunciado nº 19 do Fórum da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados: “A decisão que aplica a tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos não precisa enfrentar os fundamentos já analisados na decisão paradigma, sendo suficiente, para fins de atendimento das exigências constantes no art. 489, § 1º, do CPC/2015, a correlação fática e jurídica entre o caso concreto e aquele apreciado no incidente de solução concentrada”.

<sup>538</sup> CABRAL, Antonio do Passo. Comentários aos arts. 976 a 987. In: CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 1465.

<sup>539</sup> É nesse contexto, conforme já dito, que a escolha de demandas-modelo que abranjam todos os argumentos em torno da controvérsia é importante, para que não se abra espaço para novos questionamentos acerca da questão de direito e para o afastamento da decisão vinculante. CUNHA, Leonardo Carneiro da. Anotações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto do novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, v. 193, pp. 255-280, mar/2011. p. 262.

<sup>540</sup> CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da Cunha (Coords.). *Julgamento de Casos Repetitivos*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 10. Salvador: Juspodivm, 2016. p. 49.

<sup>541</sup> KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. O sistema de precedentes vinculantes e o incremento da eficiência na prestação jurisdicional: aplicar a *ratio decidendi* sem rediscuti-la. *Revista de Processo*, v. 258, pp. 341-346, ago/2016. p. 344.

Destarte, conclui-se que a participação das partes se mostra essencial também no momento da aplicação do entendimento vinculante, a fim de se decidir sobre a sua correta incidência à luz do caso concreto. Por outro lado, a manifestação das partes deve ser limitada a esse tema, não podendo se estender a reanálise da tese jurídica fixada, sob o risco de se perder todas as vantagens decorrentes de um sistema de julgamento coletivizado de questões.

## 6. AS TÉCNICAS DE COLETIVIZAÇÃO DE JULGAMENTO NOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Uma vez delineado como deve ser, em linhas gerais, o procedimento das técnicas de coletivização de julgamento, resta saber se os tribunais pátrios têm incorporado esses parâmetros ao julgarem Recursos Extraordinários e Especial Repetitivos, do IRDR e do IAC.

Dessa forma, serão analisados todos os processos afetados sob estes ritos de julgamento no Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça, Tribunais de Justiça de São Paulo e do Paraná e Tribunais Regionais Federais da 3ª e 4ª Região, desde a entrada em vigor do Código de Processo Civil<sup>542</sup>.

O exame de tais demandas se dará pelas seguintes perspectivas: (i) em qual data foi admitido o incidente de coletivização; (ii) qual o *status* atual do processo; (iii) se houve ou não fixação de tese jurídica. Nos casos em que tenha havido fixação de tese, ainda será verificado se houve: (iv) aferição da qualidade do processo selecionado como representativo da controvérsia; (v) aferição da representatividade adequada das partes dos processos paradigmas; (vi) participação de terceiros interessados; (vii) participação de *amici curiae*; e (viii) realização de audiência pública.

### 6.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Em relação ao Supremo Tribunal Federal, foram analisados todos os recursos extraordinários que foram afetados para análise da existência repercussão geral e posterior fixação de tese sobre a matéria.<sup>543</sup>

STF 2016	Afetação	Status	Situação
RG 877	18/03/16	Mérito julgado	Fixação de Tese - 19/04/2017

<sup>542</sup> Os dados se referem à situação dos processos até a data de 16/11/2020. Foram colhidos os dados constantes no Banco Nacional de dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios do CNJ e nos cadastros dos próprios tribunais. Nos casos em que havia contradição entre as informações, privilegiou-se estas últimas.

<sup>543</sup> Não foi feita a distinção entre os processos que foram afetados pelo regime da repercussão geral e o regime dos recursos repetitivos por dois motivos. Em primeiro lugar, os sistemas do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal não possuem cadastros específicos para cada um desses ritos, não havendo um tratamento separado para eles. Ademais, a resultado do julgamento em qualquer um desses procedimentos tem a mesma consequência, qual seja: a fixação de tese jurídica vinculante aplicável para todos os casos que versem sobre a mesma questão de direito.



RG 878	18/03/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 879	18/03/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 880	18/03/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 881	25/03/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 882	25/03/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 883	01/04/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 884	01/04/16	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 17/10/2018
RG 885	01/04/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 886	08/04/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 887	08/04/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 888	15/04/16	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 889	29/04/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 890	29/04/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 891	06/05/16	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 892	06/05/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 893	13/05/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 894	13/05/16	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 895	20/05/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 896	20/05/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 897	20/05/16	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 08/08/2018
RG 898	20/05/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 899	03/06/16	Mérito julgado	Fixação de Tese - 17/04/2020
RG 900	10/06/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 901	10/06/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 902	17/06/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 903	17/06/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 904	17/06/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 905	24/06/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 906	01/07/16	Mérito julgado	Fixação de Tese - 28/08/2020
RG 907	06/08/16	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 14/11/2018
RG 908	06/08/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 909	13/08/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 910	20/08/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 911	26/08/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 912	26/08/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 913	26/08/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 914	02/09/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 915	02/09/16	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 916	16/09/16	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante

RG 917	30/09/16	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 918	07/10/16	Mérito julgado	Fixação de Tese - 24/04/2019
RG 919	07/10/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 920	07/10/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 921	07/10/16	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 922	21/10/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 923	21/10/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 924	04/11/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 925	11/11/16	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 926	11/11/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 927	09/12/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 928	09/12/16	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 929	16/12/16	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral

STF 2017	Afetação	Status	Situação
RG 930	03/02/17	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 931	03/02/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 932	10/02/17	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 12/03/2020
RG 933	17/02/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 934	24/02/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 935	24/02/17	Mérito julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 936	03/03/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 937	03/03/17	Mérito julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 938	03/03/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 939	03/03/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 940	24/03/17	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 14/08/2019
RG 941	07/04/17	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 30/04/2020
RG 942	21/04/17	Mérito julgado	Fixação de Tese - 31/08/2020
RG 943	21/04/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 944	12/05/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 945	19/05/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 946	19/05/17	Mérito julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 947	02/06/17	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 948	02/06/17	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 949	02/06/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 950	23/06/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 951	23/06/17	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 25/08/2020
RG 952	30/06/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 953	30/06/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

RG 954	07/08/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 955	07/08/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 956	07/08/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 957	19/08/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 958	19/08/17	Mérito julgado	Fixação de Tese - 28/05/2020
RG 959	19/08/17	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 960	25/08/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 961	08/09/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 962	15/09/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 963	22/09/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 964	06/10/17	Mérito julgado	Fixação de Tese - 16/09/2020
RG 965	13/10/17	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 966	13/10/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 967	13/10/17	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 09/05/2019
RG 968	13/10/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 969	20/10/17	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 22/09/2020
RG 970	20/10/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 971	27/10/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 972	03/11/17	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 973	03/11/17	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 21/11/2018
RG 974	03/11/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 975	10/11/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 976	17/11/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 977	24/11/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 978	24/11/17	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 979	01/12/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 980	08/12/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

STF 2018	Afetação	Status	Situação
RG 981	02/02/18	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 982	02/02/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 983	16/02/18	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 984	16/02/18	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 985	23/02/18	Mérito julgado	Fixação de Tese - 31/08/2020
RG 986	02/03/18	Mérito julgado	Fixação de Tese - 04/03/2020
RG 987	02/03/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 988	16/03/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 989	30/03/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 990	13/04/18	Mérito julgado	Fixação de Tese - 04/12/2019

RG 991	27/04/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 992	27/04/18	Mérito julgado	Fixação de Tese - 05/03/2020
RG 993	11/05/18	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 994	11/05/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 995	18/05/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 996	18/05/18	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 14/05/2020
RG 997	25/05/18	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 998	01/06/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 999	01/06/18	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 17/04/2020
RG 1000	15/06/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1001	29/06/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1002	04/08/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1003	04/08/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1004	04/08/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1005	24/08/18	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1006	31/08/18	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1007	07/09/18	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1008	14/09/18	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1009	21/09/18	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1010	28/09/18	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1011	05/10/18	Mérito julgado	Fixação de Tese - 29/06/2020
RG 1012	19/10/18	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 05/08/2020
RG 1013	19/10/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1014	26/10/18	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1015	09/11/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1016	16/11/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1017	16/11/18	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1018	16/11/18	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1019	23/11/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1020	30/11/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1021	14/12/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1022	14/12/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1023	14/12/18	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral

STF 2019	Afetação	Status	Situação
RG 1024	02/02/19	Mérito julgado	Fixação de Tese - 09/09/2020
RG 1025	02/02/19	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1026	02/02/19	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1027	02/02/19	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante

RG 1028	15/02/19	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1029	15/02/19	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1030	22/02/19	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1031	22/02/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1032	22/02/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1033	22/02/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1034	08/03/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1035	08/03/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1036	15/03/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1037	15/03/19	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 15/06/2020
RG 1038	05/04/19	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 18/08/2020
RG 1039	12/04/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1040	19/04/19	Mérito julgado	Fixação de Tese - 13/10/2020
RG 1041	26/04/19	Mérito julgado	Fixação de Tese - 21/08/2020
RG 1042	26/04/19	Mérito julgado	Fixação de Tese - 16/09/2020
RG 1043	26/04/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1044	26/04/19	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1045	26/04/19	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1046	03/05/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1047	20/05/19	Mérito julgado	Fixação de Tese - 16/09/2020
RG 1048	17/05/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1049	24/05/19	Mérito julgado	Fixação de Tese - 24/08/2020
RG 1050	24/05/19	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 08/09/2020
RG 1051	24/05/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1052	31/05/19	Mérito julgado	Fixação de Tese - 28/09/2020
RG 1053	07/06/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1054	07/06/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1055	21/06/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1056	21/06/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1057	30/08/19	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1058	30/08/19	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1059	30/08/19	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1060	30/08/19	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1061	30/08/19	Mérito julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1062	30/08/19	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1063	13/09/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1064	13/09/19	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1065	27/09/19	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1066	04/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

RG 1067	18/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1068	25/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1069	25/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1070	03/10/19	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 09/10/2019
RG 1071	01/11/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1072	08/11/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1073	29/11/19	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1074	20/12/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

STF 2020	Afetação	Status	Situação
RG 1075	1402/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1076	1402/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1077	1402/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1078	1402/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1079	2802/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1080	0603/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1081	2003/20	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1082	2003/20	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1083	0304/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1084	1004/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1085	1004/20	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1086	2404/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1087	0805/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1088	0805/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1089	0805/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1090	0805/20	Mérito julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1091	0506/20	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1092	0506/20	Mérito julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1093	1606/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1094	1606/20	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1095	0808/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1096	0808/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1097	0808/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1098	1508/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1099	1508/20	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RG 1100	1508/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1101	2808/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1102	2808/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1103	2808/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite



RG 1104	25/09/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1105	23/10/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1106	23/10/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1107	23/10/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1108	06/11/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1109	06/11/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1110	06/11/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1111	06/11/20	Trânsito em julgado	Inexistência de Repercussão Geral
RG 1112	06/11/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1113	13/11/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RG 1114	13/11/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

Ademais, foram levantadas as seguintes informações sobre os processos em que foi fixada tese jurídica vinculante.

Caso	Escolha direcionada do caso paradigma	Aferição da Representatividade Adequada	Terceiros interessados	Amicus curiae	Audiência pública
RG 877	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: -.				
RG 884	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: Foi decidido que não cabe às partes se manifestarem sobre a admissão de <i>amicus curiae</i> no processo. Além disso, foi indeferido o ingresso de 2 <i>amici curiae</i> por requerimento intempestivo. Por fim, uma das partes postulou pela desistência do recurso, o que foi indeferido, pois já havia iniciado o seu julgamento no Plenário.				
RG 899	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Recurso Extraordinário afetado não possuía contrarrazões.				
RG 906	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 4	NÃO
	Observação: O Relator, em vista da ausência de pedido expresso quanto ao ingresso como <i>amici curiae</i> , indeferiu o ingresso de 3 intervenientes. Posteriormente, após nova petição ser apresentada, a intervenção foi autorizada.				
RG 907	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> por requerimento intempestivo.				
RG 918	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 3	NÃO
	Observação: -.				
RG 932	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 4	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de 2 <i>amici curiae</i> por requerimento intempestivo. Além disso, postulou-se pela desistência do recurso, o que não afetou o julgamento do recurso repetitivo.				
RG 940	NÃO	NÃO	SIM - 3	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de terceiro interessado por falta motivação apta a justificar a sua participação.				

RG 941	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: -.				
RG 942	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 7	NÃO
	Observação: O Relator indeferiu o ingresso de 5 <i>amici curiae</i> por entender que os demais intervenientes admitidos contribuiriam o suficiente para o pleno debate da questão debatida.				
RG 951	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
RG 958	NÃO	NÃO	SIM - 18	SIM - 3	NÃO
	Observação: -.				
RG 964	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Julgamento pelo plenário virtual.				
RG 967	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 12	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de 2 <i>amici curiae</i> por ausência de representatividade.				
RG 969	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: -.				
RG 973	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Recurso Extraordinário afetado não possuía contrarrazões. Além disso, foi indeferido o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> por requerimento intempestivo.				
RG 985	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 3	NÃO
	Observação: Foi indeferido o pedido de 1 <i>amicus curiae</i> sob a justificativa de que o fato de ser escritório de advocacia que presta assessoria jurídica a empresas de grande porte, que podem ser afetadas pelo resultado do julgamento, não é suficiente para comprovação da aptidão para contribuir para a solução da controvérsia. Julgamento pelo plenário virtual.				
RG 986	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Recurso Extraordinário afetado não possuía contrarrazões.				
RG 990	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Relator requereu informações de entidades que poderiam contribuir com a solução da controvérsia. Além disso, foi indeferido o pedido de ingresso de 14 terceiros interessados, sob a justificativa de que o mero fato de ser parte em demanda em que se discute questão de direito idêntica não é o suficiente para autorização sua participação no processo paradigma.				
RG 992	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 9	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de 3 <i>amici curiae</i> por ausência de representatividade.				
RG 996	NÃO	NÃO	SIM - 1	SIM - 2	NÃO
	Observação: Recurso Extraordinário afetado não possuía contrarrazões. Além disso, foi indeferido o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> , por ausência de representatividade e por não ter demonstrado a sua aptidão para contribuir para a solução da controvérsia.				
RG 999	NÃO	NÃO	SIM - 1	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de 2 <i>amici curiae</i> por não ter demonstrado a sua aptidão para contribuir com a solução da controvérsia e requerimento intempestivo, respectivamente.				
RG 1011	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 4	NÃO
	Observação: -.				
RG 1012	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: A Recorrente requereu a retirada do processo da pauta de julgamento virtual, objetivando a apreciação da matéria constitucional em sessão presencial ou mediante videoconferência, visto a				



	essencialidade do debate entre ministros para pacificar jurisprudência conflitante. O Relator indeferiu o pedido ante o grande acúmulo de processos a serem julgados pela Corte, mostrando-se o meio virtual o mais célere.				
RG 1024	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: O Recorrente e um dos <i>amici curiae</i> requereram a retirada do processo da pauta de julgamento virtual, objetivando a apreciação da matéria constitucional em sessão presencial ou mediante videoconferência, visto a essencialidade do debate entre ministros para pacificar jurisprudência conflitante. O Relator indeferiu o pedido por duas razões: (i) intempestividade do pedido do <i>amicus curiae</i> ; (ii) imprevisibilidade do retorno das sessões presenciais dada a pandemia do COVID-19.				
RG 1037	NÃO	NÃO	SIM - 27	SIM - 8	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> não ter demonstrado sua aptidão para contribuir com a solução da controvérsia.				
RG 1038	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Recurso Extraordinário afetado não possuía contrarrazões. Julgamento pelo plenário virtual.				
RG 1040	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO	NÃO
	Observação: Julgamento pelo plenário virtual.				
RG 1041	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Julgamento pelo plenário virtual.				
RG 1042	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Julgamento pelo plenário virtual.				
RG 1047	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: A Recorrente requereu a retirada do processo da pauta de julgamento virtual, objetivando a apreciação da matéria constitucional em sessão presencial, a fim de que as partes pudessem trazer todos os subsídios para o deslinde da controvérsia, bem como houvesse um verdadeiro debate entre os ministros para a decisão da questão. O Relator indeferiu o pedido em vista da imprevisibilidade do retorno das sessões presenciais dada a pandemia do COVID-19. Julgamento pelo plenário virtual.				
RG 1049	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 18	NÃO
	Observação: Foi indeferido o pedido de ingresso de 1 terceiro interessado, sob a justificativa de que o mero fato de ser parte em demanda em que se discute questão de direito idêntica não é o suficiente para autorização sua participação como interveniente. Também foi indeferido a intervenção de 2 advogados que sustentavam ser patronos de várias causas idênticas, uma vez que tal motivo por si só não demonstrava a efetiva possibilidade de contribuição para a solução da controvérsia. Julgamento pelo plenário virtual.				
RG 1050	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Julgamento pelo plenário virtual.				
RG 1052	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: A Recorrente requereu a retirada do processo da pauta de julgamento virtual, objetivando a apreciação da matéria constitucional em sessão presencial. O Relator indeferiu o pedido em vista da imprevisibilidade do retorno das sessões presenciais dada a pandemia do COVID-19. Julgamento pelo plenário virtual.				
RG 1070	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				

Dos dados levantados, é possível concluir que foram afetados 237 processos ao regime da repercussão geral e recursos repetitivos. Dessas demandas, não foi reconhecida a existência de

repercussão geral em 73 processos, foi reafirmada a jurisprudência dominante da corte<sup>544</sup> em 37 processos e continuam em trâmite, sem julgamento do mérito, 92 processos. Ademais, foram fixadas 35 teses jurídicas vinculantes.

Em relação a esses últimos, percebe-se que o STF leva, em média, mais de dois anos (24,4 meses) desde o momento de afetação da demanda até concluir o julgamento do mérito com a fixação da tese jurídica. Além disso, nota-se que apesar da demora para definição do posicionamento da corte, o procedimento é marcado, na maioria das vezes, por um grande déficit de participação e cuidado com a escolha do caso-paradigma.

Como se vê, em nenhum dos processos julgados, o tribunal justificou explicitamente as razões pelas quais escolheu um determinado processo como representativo da controvérsia. Vale mencionar, inclusive, que foram afetados processos em que não havia nem a apresentação de razões por uma das partes.

Além disso, também não foi realizada uma única vez a aferição concreta da representatividade adequada das partes que conduziram o processo, para que fosse assegurada a defesa adequada dos interesses daqueles que sofreriam a incidência dos efeitos vinculantes da decisão judicial.

Em relação a esses ausentes, na maioria das vezes, estes não participaram de qualquer forma da formação da decisão judicial (29 dos 35 processos). Nesse âmbito, vale mencionar que em dois dos processos o relator indeferiu o ingresso de terceiros interessados tendo em vista que o mero fato de ser parte em demanda em que se discute questão de direito idêntica não é o suficiente para autorização sua intervenção no feito.

Por outro lado, a participação de *amicus curiae* é muito comum nas demandas julgadas sob o rito de repercussão geral ou recursos repetitivos. Apenas em nove processo não houve o ingresso dessa modalidade de terceiro interveniente. É possível afirmar, então, que esse é o mecanismo mais utilizado – e talvez o único verdadeiramente utilizado - pelo STF para ampliar o debate com a apresentação de pontos de vista e argumentos diferentes.

## 6.2 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

---

<sup>544</sup> Nos processos em que houve “Reafirmação da Jurisprudência Dominante”, o reconhecimento da existência de repercussão geral e fixação de tese jurídica vinculante se deram na mesma sessão de julgamento, tendo sido utilizadas apenas as manifestações constantes nos autos do recurso extraordinário. Assim, não foram tomadas quaisquer outras providências para instruir melhor a controvérsia.

Em relação ao Superior Tribunal de Justiça, foram analisados todos os recursos afetados para o julgamento sob o regime dos recursos repetitivos e em incidente de assunção de competência.

STJ 2016	Afetação	Status	Situação
RR 56	07/06/16	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 177	16/11/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 17/05/2017
RR 313	03/05/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 10/08/2016
RR 379	20/10/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 17/05/2017
RR 445	03/05/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 14/09/2016
RR 600	26/10/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 23/11/2016
RR 695	20/09/16	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 731	16/09/16	Sobrestado por tema no STF	Sobrestamento
RR 929	14/09/16	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 938	16/05/16	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 947	01/02/16	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 949	22/03/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 23/11/2016
RR 950	22/03/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 13/12/2017
RR 952	22/08/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 14/12/2016
RR 953	18/05/16	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 954	19/12/16	Sobrestado por tema na Corte Especial	Sobrestamento
RR 955	15/06/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 08/08/2018
RR 956	01/07/16	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 957	01/08/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 25/10/2017
RR 958	02/09/16	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 959	16/09/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 23/08/2017
RR 960	20/09/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 13/06/2018
RR 961	03/10/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 962	03/10/16	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 963	03/10/16	Mérito julgado	Tese Fixada - 26/06/2019
RR 964	03/10/16	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 965	05/10/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 28/02/2018
RR 966	02/12/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 13/02/2019
RR 967	19/12/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 10/10/2018

STJ 2017	Afetação	Status	Situação
RR 106	03/05/17	Mérito julgado	Tese Fixada - 08/08/2018
RR 157	01/12/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 04/04/2018

RR 609	07/11/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 25/04/2018
RR 766	07/11/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 25/04/2018
RR 910	23/03/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 23/05/2018
RR 935	03/04/17	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 968	02/02/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 13/06/2018
RR 969	03/03/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 28/11/2018
RR 970	03/05/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 22/05/2019
RR 971	03/05/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 22/05/2019
RR 972	04/05/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 12/12/2018
RR 973	11/05/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 20/06/2018
RR 974	15/05/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 28/11/2018
RR 975	29/05/17	Mérito julgado	Tese Fixada - 29/05/2017
RR 976	23/06/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 13/12/2017
RR 977	29/06/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 978	01/08/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 979	16/08/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 980	18/08/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 14/11/2018
RR 981	24/08/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 982	24/08/17	Sobrestado por tema STF	Sobrestamento
RR 983	04/10/17	Trânsito em Julgado	Tese Fixada - 28/02/2018
RR 984	22/11/17	Trânsito em Julgado	Tese Fixada - 23/10/2019
RR 985	12/12/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 986	15/12/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 1	13/02/17	Mérito julgado	Tese Fixada - 27/06/2018
IAC 2	01/08/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 3	20/10/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 10/04/2019

STJ 2018	Afetação	Status	Situação
RR 118	18/05/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 11/03/2019
RR 692	03/12/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 777	23/03/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 28/11/2018
RR 951	29/06/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 987	27/02/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 988	28/02/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 19/12/2018
RR 989	02/03/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 22/08/2018
RR 990	19/03/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 08/11/2018
RR 991	26/03/18	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 992	26/03/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 13/06/2018
RR 993	23/04/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 22/08/2018
RR 994	17/05/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 10/04/2019
RR 995	22/08/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 22/10/2019

RR 996	18/09/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 11/09/2019
RR 997	22/10/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 998	17/10/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 26/09/2019
RR 999	05/11/18	Sobrestado por tema STF	Sobrestamento
RR 1000	06/11/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1001	27/11/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 07/08/2019
RR 1002	10/12/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 14/08/2019
RR 1003	10/12/18	Mérito julgado/Sobrestado por tema STF	Tese Fixada - 12/02/2020
RR 1004	17/12/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1006	18/12/18	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
IAC 4	16/04/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 09/10/2019

STJ 2019	Afetação	Situação	Status
RR 862	02/08/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 948	07/06/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1005	07/02/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1007	22/03/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 14/08/2019
RR 1008	26/03/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1009	02/05/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1010	07/05/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1011	28/05/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1012	28/05/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1013	03/06/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 24/06/2020
RR 1014	03/06/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 11/03/2020
RR 1015	07/06/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1016	10/06/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1017	21/06/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 28/10/2020
RR 1018	21/06/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1019	01/08/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 12/02/2020
RR 1020	02/08/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 24/06/2020
RR 1021	27/08/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1022	23/09/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1023	04/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1024	04/10/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 12/08/2020
RR 1025	04/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1026	09/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1027	15/10/19	Trânsito em julgado	Desafetado
RR 1028	18/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1029	21/10/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 12/08/2020
RR 1030	21/10/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 28/10/2020

RR 1031	21/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1032	21/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1033	30/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1034	05/11/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1035	07/11/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 28/10/2020
RR 1036	27/11/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1037	03/12/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 24/06/2020
RR 1038	03/12/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 23/09/2020
RR 1039	09/12/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1040	10/12/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1041	17/12/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 5	16/04/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 11/03/2020
IAC 6	18/12/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

STJ 2020	Afetação	Status	Situação
RR 769	05/02/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 896	01/07/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1042	02/04/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR1043	04/02/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1044	05/02/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1045	21/02/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1046	26/03/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1047	26/03/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1048	03/04/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1049	15/04/20	Mérito julgado	Tese Fixada - 26/08/2020
RR 1050	05/05/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1051	06/05/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1052	07/04/20	Trânsito em julgado	Reafirmação da jurisprudência dominante
RR 1053	01/06/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1054	19/06/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1055	26/06/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1056	26/06/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1057	29/06/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1058	03/08/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1059	26/08/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1060	04/09/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1061	08/09/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1062	16/09/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1063	17/09/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1064	22/09/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1065	30/09/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

RR 1066	06/10/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1067	07/10/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1068	09/10/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1069	09/10/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
RR 1070	16/10/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

Ademais, foram levantadas as seguintes informações sobre os processos em que foi fixada tese jurídica vinculante.

Caso	Escolha direcionada do caso paradigma	Aferição da Representatividade adequada	Terceiros interessados	Amicus curiae	Audiência pública
RR 106	SIM	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: Relator verificou que o recurso afetado versava apenas sobre a questão de direito controvertida, sendo adequado para figurar como representativo da controvérsia por essa razão. Um dos assistentes simples requereu a afetação de recursos mais abrangentes como representativos da controvérsia, o que foi indeferido pelo relator. Solicitou também a realização de novo julgamento sobre a matéria, para que, na condição de parte e principal interessada na matéria, pudesse lhe ser oportunizada participação ampla no debate em foco, em respeito ao devido processo legal, o que também foi indeferido. Relator intimou a DPU para intervir no feito como <i>amicus curiae</i> , caso entendesse pertinente. Além disso, foi indeferido o ingresso de 3 <i>amici curiae</i> sob os seguintes fundamentos: (i) é incabível a admissão de órgão de classe que tenha sua atuação limitada a um estado da federação; (ii) falta de representatividade adequada; (iii) ausência de demonstração de aptidão contribuir com a solução da controvérsia. Por fim, foi requerida a realização de audiência pública, o que foi negado em razão de o processo já estar pronto para ir a julgamento.				
RR 118	SIM*	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 157	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
RR 177	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
RR 313	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
RR 379	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: O Recurso Especial originalmente afetado foi substituído como representativo da controvérsia por existir recurso que em que a questão de direito estava melhor delimitada. Todavia, novo recurso afetado não possuía contrarrazões.				
RR 445	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: O MPF requereu que fossem solicitadas manifestações de todos os Ministérios Públicos Estaduais, considerando que a situação fática subjacente à matéria de direito é enfrentada, na prática, pelos Membros do Ministério Público em todos os Estados. O pedido foi indeferido sob a justificativa de que não se tratava de matéria complexa e as informações e argumentos necessários já haviam sido apresentadas pelo Ministério Público e Defensoria locais.				
RR 600	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

	Observação: -.				
RR 609	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 766	SIM	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Um dos Recursos Especiais afetados não possuía contrarrazões. A PGR apresentou manifestação pela inadmissibilidade do Recurso Especial como representativo da controvérsia. O STJ, por sua vez, com base na aferição feita pelo Presente do TJ julgou o recurso adequado como representativo de controvérsia.				
RR 777	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 910	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 949	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 3	NÃO
	Observação: Relator requereu informações de entidades que poderiam contribuir com a solução da controvérsia. Além disso, foi indeferido o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> por ausência de representatividade.				
RR 950	NÃO	NÃO	SIM - 1	SIM - 3	NÃO
	Observação: Relator requereu informações de entidades que poderiam contribuir com a solução da controvérsia.				
RR 952	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 9	NÃO
	Observação: Recurso Especial afetado não possuía contrarrazões. Além disso, Relator requereu informações de entidades que poderiam contribuir com a solução da controvérsia. Foi indeferido o pedido de ingresso de 1 terceiro interessado sob a justificativa de que não era parte e também não se encaixa em nenhuma das hipóteses de intervenção de terceiros. Por fim, foi indeferido o ingresso de 2 <i>amici curiae</i> por serem entidades de abrangência estadual (e, por isso, sem representatividade adequada) e por não terem demonstrado sua aptidão para contribuir com a solução da controvérsia.				
RR 955	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 5	NÃO
	Observação: Relator requereu informações de entidades que poderiam contribuir com a solução da controvérsia. Além disso, foi indeferido o ingresso de 7 <i>amici curiae</i> pelos seguintes motivos: (i) não se permite a intervenção com o objetivo de restringir o alcance do julgamento (delimitação do objeto sob julgamento); (ii) não se permite a intervenção com o objetivo de defender interesse pessoal; (iii) intempestividade do pedido; (iv) falta de representatividade adequada; (vi) não demonstração de aptidão para contribuir com a solução da controvérsia.				
RR 957	NÃO	NÃO	SIM - 1	SIM - 2	NÃO
	Observação: Foi indeferido o pedido de realização tardia de sustentação oral por <i>amici curiae</i> .				
RR 959	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 15	NÃO
	Observação: Relator solicitou a participação da DPU como <i>amicus curiae</i> .				
RR 960	NÃO	NÃO	SIM - 1	SIM - 7	NÃO
	Observação: Recurso Especial afetado não possuía contrarrazões. Além disso, Relator requereu informações de entidades que poderiam contribuir com a solução da controvérsia. Também foi solicitado aos Tribunais de Apelação o envio de recursos representativos da controvérsia, mas não houve êxito em localizar outros recursos representativos da controvérsia.				
RR 963	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO



	Observação: Relator verificou que o recurso afetado versava apenas sobre a questão de direito controvertida, sendo adequado para figurar como representativo da controvérsia por essa razão.				
RR 965	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Recurso Especial afetado não possuía contrarrazões. Além disso, foi indeferido o pedido de sustentação oral por videoconferência, tendo em vista a inexistência de regulamentação sobre o assunto.				
RR 966	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observações: Recurso Especial afetado não possuía contrarrazões. 2 terceiros interessados solicitaram a afetação de seus recursos como representativos da controvérsia, alegando que os fundamentos neles contidos eram mais completos e abrangentes. O pleito foi negado sob a justificativa de que tais argumentos poderiam ser trazidos ao processo, por intermédio de memoriais, no momento processual oportuno. Por fim, o recorrente e um <i>amicus curiae</i> solicitaram nova sustentação oral para apresentarem novos argumentos, o que foi indeferido pelo relator, uma vez que o julgamento já havia se iniciado.				
RR 967	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: O órgão colegiado ratificou o recurso escolhido pelo relator como representativo da controvérsia, apesar de não ter elencado os fundamentos para tal seleção. Além disso, o Relator requereu informações de entidades que poderiam contribuir com a solução da controvérsia.				
RR 968	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 4	NÃO
	Observação: Relator intimou a DPU e o Banco Central para se manifestarem no processo, como <i>amici curiae</i> , caso entendessem pertinente.				
RR 969	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: Após as sustentações orais dos <i>amici curiae</i> , o Relator pediu vista regimental dos autos para mais detida apreciação dos argumentos por eles apresentados.				
RR 970	NÃO	NÃO	SIM - 17	SIM - 5	SIM - 1
	Observação: Em vista da transcendência social, econômica e jurídica das teses a serem fixadas pela corte, realizou-se audiência pública, com a participação de pessoas e entidades com representatividade técnica ou expertise na matéria debatida.				
RR 971	NÃO	NÃO	SIM - 18	SIM - 5	SIM - 1
	Observação: Em vista da transcendência social, econômica e jurídica das teses a serem fixadas pela corte, realizou-se audiência pública, com a participação de pessoas e entidades com representatividade técnica ou expertise na matéria debatida.				
RR 972	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 3	NÃO
	Observação: Relator intimou a DPU e o Banco Central para se manifestarem no processo, como <i>amici curiae</i> , caso entendessem pertinente. Por outro lado, tendo em vista a inexistência de pedidos de habilitação como <i>amicus curiae</i> em prol de um dos lados da controvérsia e a inércia da DPU, facultou-se à Defensoria Pública de São Paulo a oportunidade de se manifestar no processo.				
RR 973	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção. Ademais, foi indeferido o ingresso de 2 <i>amici curiae</i> sob o fundamento de falta de representação adequada por ter âmbito de atuação estadual. Ademais, o Relator assinalou que o debate jurídico contido no recurso é conhecido no âmbito do Tribunal Superior, o que tornaria desnecessário o ingresso de <i>amici curiae</i> .				
RR 974	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de 22 <i>amici curiae</i> , pela inaptidão de demonstrar contribuição específica para a solução da controvérsia. Além disso, o Relator assinalou que seria indevida a participação de <i>amici curiae</i> que visassem o sucesso da causa em favor de apenas uma das partes.				
RR 975	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: -.				
RR 976	SIM*	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção. Além disso, o Relator chegou a desafetar 3 recursos, sob a justificativa de que um único processo era suficiente como representativo da controvérsia. Contudo, a decisão foi reconsiderada, em vista do art. 1.036, § 5º, do CPC.				
RR 980	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: Recursos Especiais afetados não possuíam contrarrazões. Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 983	SIM*	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 984	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 26	NÃO
	Observação: Relator intimou o CFOAB e a Defensoria Pública de Santa Catarina para ingressarem no feito como <i>amici curiae</i> .				
RR 988	SIM	NÃO	NÃO	SIM - 6	NÃO
	Observação: Relator consignou que os recursos selecionados eram adequados pois estavam subsidiados em argumentação e discussão suficientemente abrangentes a respeito do tema controvertido. Ademais, o Relator intimou o IBDP, a AGU, a OAB e a DPU para se habilitarem no processo como <i>amicus curiae</i> . Ademais, indeferiu o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> por entender que ele possuía apenas interesse indireto na controvérsia. Por fim, negou o ingresso de terceiros interessados, sob o fundamento que descaberia no âmbito de recursos especiais representativos de controvérsia, quaisquer modalidades de intervenções de terceiros, exceto o de <i>amicus curiae</i> .				
RR 989	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 5	NÃO
	Observação: Relator solicitou a intervenção como <i>amici curiae</i> de 6 entidades que poderiam contribuir para a solução da controvérsia. Por outro lado, indeferiu o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> sob o fundamento de que a entidade possuía abrangência estadual.				
RR 990	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 5	NÃO
	Observação: -.				
RR 992	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
RR993	SIM*	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR994	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
RR 995	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Recursos Especiais afetados não possuíam contrarrazões. Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção. Além disso, foi indeferido o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> sob o fundamento de que não foi demonstrada aptidão para contribuir com a solução da controvérsia.				
RR996	SIM*	NÃO	SIM - 2	SIM - 3	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção. Além disso, o Relator intimou 3 instituições para ingressarem ao				

	feito na qualidade de <i>amicus curiae</i> , tendo em vista a necessidade de estabelecer um equilíbrio entre as defesas dos interesses em conflito.				
RR 998	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 5	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 1001	SIM*	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Um dos Recursos Especiais afetados não possuía contrarrazões. Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 1002	SIM*	NÃO	SIM - 1	SIM - 1	NÃO
	Observação: Recursos Especiais afetado não possuía contrarrazões. Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 1003	SIM*	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 1007	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Os recursos especiais afetados não possuíam contrarrazões. Foi indeferido o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> sob o fundamento de que o fato de a controvérsia tratar de tema previdenciário não justifica a intervenção de instituto que represente os advogados previdenciário. Ademais, foi apontado que a participação de <i>amici curiae</i> não se volta à defesa de interesses determinados, mas apenas para subsidiar a decisão da corte.				
RR 1013	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Recurso Especial afetado não possuía contrarrazões.				
RR 1014	SIM	NÃO	NÃO	SIM - 3	NÃO
	Observação: Foi determinada a intimação das partes e do MPF para que se manifestassem sobre a possível seleção do recurso como representativo da controvérsia.				
RR 1017	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 5	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 1019	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
RR 1020	SIM*	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção. Além disso, foi indeferido o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> , uma vez que não se verificou a potencialidade de produção novos subsídios para a solução da lide, porquanto a questão jurídica controvertida dos autos não era nova na corte, não havendo necessidade de aporte de mais elementos.				
RR 1024	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Foi determinada a intimação do MPF para que se manifestasse sobre a possível seleção do recurso como representativo da controvérsia. Apesar do parecer contrário do MPF, o STJ selecionou o recurso como paradigma.				
	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO

RR 1029	Observação: Foi determinada a intimação das partes e do MPF para que se manifestassem sobre a possível seleção do recurso como representativo da controvérsia. Após, foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção. Recursos Especiais afetados não possuíam contrarrazões. Foi indeferido o pedido de ingresso de 3 <i>amici curiae</i> por serem entidades de âmbito regional e não nacional.				
RR 1030	SIM	NÃO	NÃO	SIM - 5	NÃO
	Observação: O Recurso Especial foi considerado representativo da controvérsia por advir de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.				
RR 1035	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi determinada a intimação das partes e do MPF para que se manifestassem sobre a possível seleção do recurso como representativo da controvérsia. Após, foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção, mesmo havendo discordância do MPF. Foi indeferido o pedido de ingresso de 2 <i>amici curiae</i> por serem entidades de âmbito regional e não nacional.				
RR 1037	SIM	NÃO	NÃO	SIM - 6	NÃO
	Observação: Foi determinada a intimação das partes e do MPF para que se manifestassem sobre a possível seleção do recurso como representativo da controvérsia.				
RR 1038	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 3	NÃO
	Observação: Foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção. O Relator determinou a intimação de 3 institutos para que ingressassem no feito e contribuíssem para o deslinde da controvérsia, dada a sua expertise no tema, mas apenas 2 delas apresentaram manifestação.				
RR 1049	SIM*	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi determinada a intimação das partes e do MPF para que se manifestassem sobre a possível seleção do recurso como representativo da controvérsia. Após, foi realizada apenas análise superficial sobre a adequação dos recursos selecionados como representativos da controvérsia pela Comissão Gestora de Precedentes, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.				
IAC 1	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Recurso afetado não possuía contrarrazões. Além disso, foi indeferido o ingresso de 2 terceiros interessados, pois não caberia esse tipo de intervenção em IAC e não possuiriam representatividade adequada para participar do feito como <i>amici curiae</i> .				
IAC 3	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
IAC 4	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 11	NÃO
	Observação: Foi indeferido o pedido para realização de audiência pública, sob o fundamento que a questão controvertida já havia sido amplamente debatida no curso da ação.				
IAC 5	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 5	NÃO
	Observação: -.				

A partir dos dados levantados, é possível inferir que foram afetados 152 processos sob o rito de Recurso Especial Repetitivo e IAC. Desse conjunto, 12 processos foram desafetados, 4 se encontram sobrestados aguardando julgamento da mesma questão de direito pelo STF ou pela Corte Especial do STJ, 2 houve reafirmação da jurisprudência dominante do tribunal e 70 ainda se

encontram em trâmite não tendo sido proferida decisão de mérito. Além disso, foram fixadas teses jurídicas vinculantes em 64 processos.

O lapso temporal médio entre a decisão de afetação e o julgamento de mérito com definição de tese jurídica é de um pouco menos de um ano (11,6 meses), o que pode ser um tempo razoável, uma vez que o CPC estabelece o prazo máximo de 1 ano para o julgamento dos recursos afetados.

Ademais, apesar de não observar uma aderência completa pelo STJ aos parâmetros constitucionais delimitados nos capítulos anteriores, é possível observar uma grande melhora em relação ao STF.

Infere-se que em alguns casos a escolha do caso paradigma foi objeto de decisão cuidadosa pelo relator. Por outro lado, deve-se reconhecer que a maioria dos casos em que foi feita a “verificação” da adequação do recurso representativo selecionado, esta foi realizada pela Comissão Gestora de Precedentes de maneira extremamente superficial, não tendo sido expostos motivos concretos aptos a justificar a seleção.

Do mesmo modo como ocorreu no STF, em momento algum foi aferida aptidão das partes dos processos paradigmas em representar adequadamente os interesses dos terceiros que foram vinculados pela tese jurídica fixada.

Outrossim, em apenas 11% dos processos foi permitido o ingresso de terceiros interessados, a fim de que contribuíssem com a decisão judicial que os afetaria. Por outro lado, em algumas ações não foi reconhecido a legitimidade para intervenção de sujeitos titulares de demandas em que se discute a mesma questão de direito debatida no caso paradigma.

Por outro lado, observa-se uma participação maciça de *amici curiae* nos recursos especiais repetitivos e IAC julgados pelo STJ. Inclusive, muitas vezes, o próprio relator tomou a iniciativa de convocá-los para intervir no processo e contribuir com o aprimoramento do debate.

Por fim, foi realizada apenas uma audiência pública para que pessoas e entidades com representatividade técnica ou expertise na matéria expusessem novos argumentos referentes a temas afetados em dois recursos repetitivos.

### **6.3 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**

Em relação ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, foram analisados todos os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e os Incidentes de Assunção de Competência admitidos.

TRF3	Afetação	Status	Situação
IRDR 1	08/02/2017	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 2	07/02/2019	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 3 <sup>545</sup>	22/01/2020	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 4	27/11/2019	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 1	15/04/2017	Trânsito em julgado	Recusado

Até o momento, como se nota, não foi julgado o mérito de nenhum dos incidentes de coletivização instaurados, motivo pelo qual não se fará uma análise mais aprofundada em relação a esse tribunal.

#### 6.4 TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Em relação ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, foram analisados todos os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e os Incidentes de Assunção de Competência admitidos.

TRF4 2016	Afetação	Status	Situação
IRDR 1	08/09/16	Mérito julgado	Fixação de Tese - 16/10/2017
IRDR 2	22/09/16	Mérito julgado	Fixação de Tese - 27/04/2017
IRDR 3	01/12/16	Mérito julgado	Fixação de Tese - 09/08/2018
IRDR 4	15/12/16	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 27/05/2020

<sup>545</sup> Apesar de o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 3 ainda não ter sido julgado, vale fazer menção ao voto proferido pela Desembargadora Relatora Inês Virgínia quando da admissibilidade do incidente. A Desembargadora, ao admitir o IRDR, ressaltou, na mesma linha do defendido no presente trabalho, a importância de adotar medidas que garantam a tutela adequada dos direitos dentro dos mecanismos de coletivização de julgamento, ao se prezar pela comparticipação ampliada e o debate qualificado. Nesse sentido, veja-se trecho do voto: “Ultrapassado o juízo de admissibilidade, é preciso adotar uma série de providências, de modo a se assegurar que a decisão final do IRDR seja a melhor possível, o que impõe (i) a qualificação do debate, com a ampliação da cognição e participação dos interessados e do amicus curiae; (ii) ampla divulgação e publicidade; (iii) a intervenção do Ministério Público; e (iv) fundamentação reforçada. A adoção de medidas voltadas à publicidade e à participação, com a integração de partes e interessados à discussão do tema objeto do Incidente, é medida consonante com os caros princípios segurança jurídica, isonomia e proteção da confiança, princípios que permeiam a reflexão sobre a tutela coletiva e a adaptação dos instrumentos processuais protetores dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos”.

IRDR 5	15/12/16	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 21/11/2018
IRDR 6	01/12/16	Trânsito em julgado	Cancelado
IRDR 8	20/10/16	Mérito julgado	Fixação de Tese - 25/10/2017
IAC 3	16/06/16	Mérito julgado	Fixação de Tese - 15/09/2016

TRF4 2017	Afetação	Status	Situação
IRDR 7	26/01/17	Trânsito em julgado	Cancelado
IRDR 9	16/03/17	Mérito julgado	Fixação de Tese - 25/10/2018
IRDR 10	30/03/17	Trânsito em julgado	Cancelado
IRDR 11	12/06/17	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 21/08/2019
IRDR 12	06/07/17	Mérito julgado	Fixação de Tese - 21/02/2018
IRDR 13	03/08/17	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 11/10/2018
IRDR 14	23/08/17	Mérito julgado	Fixação de Tese - 23/05/2018
IRDR 15	23/08/17	Mérito julgado	Fixação de Tese - 22/11/2017
IRDR 16	16/10/17	Trânsito em julgado	Cancelado
IRDR 17	25/10/17	Mérito julgado	Fixação de Tese - 12/12/2018
IRDR 18	23/11/17	Mérito julgado	Fixação de Tese - 24/10/2019
IRDR 19	14/12/17	Mérito julgado	Fixação de Tese - 11/10/2018
IRDR 20	14/12/17	Mérito julgado	Fixação de Tese - 10/09/2020
IAC 1	22/11/17	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 22/11/2017
IAC 2	21/02/17	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 21/02/2018
IAC 4	06/04/17	Mérito Julgado/Sobrestado por tema STF e STJ	Fixação de Tese - 06/04/2017

TRF4 2018	Afetação	Status	Situação
IRDR 21	24/10/18	Mérito julgado	Fixação de Tese - 21/08/2019

TRF4 2019	Afetação	Status	Situação
IRDR 22	05/09/19	Trânsito em julgado	Fixação de Tese - 04/06/2020
IAC 5	27/11/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

TRF4 2020	Afetação	Status	Situação
IRDR 23	13/02/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 24	27/05/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

Ademais, foram levantadas as seguintes informações sobre os processos em que foi fixada tese jurídica vinculante.

Caso	Escolha direcionada do caso paradigma	Aferição da Representatividade Adequada	Terceiros interessados	Amicus curiae	Audiência pública
IRDR 1	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 7	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de 14 terceiros interessados, sob a justificativa de que estes não teriam representatividade adequada. O relator intimou diversas entidades para que contribuíssem para a solução da controvérsia, mas várias não se manifestaram. Apesar disso, foi reputado que não era necessário oportunizar a manifestação de outras instituições, visto que já havia tido expressiva contribuição de todos os setores sociais interessados no feito.				
IRDR 2	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 3	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 8	NÃO
	Observação: Entendeu-se desnecessária a realização de audiência pública, por ser considerada inadequada a casos que tratam de controvérsia limitada à matéria de direito.				
IRDR 4	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 3	NÃO
	Observação: Entendeu-se desnecessária a realização de audiência pública, por ser considerada inadequada a casos que tratam de controvérsia limitada à matéria de direito.				
IRDR 5	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	SIM - 1
	Observação: Realizou-se audiência pública, com a participação de pessoas e entidades com representatividade técnica na área de conhecimento.				
IRDR 8	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 6	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 9	NÃO	NÃO	SIM - 1	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de 2 <i>amici curiae</i> , por intempestividade do requerimento.				
IRDR 11	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Entendeu-se desnecessária a realização de audiência pública, por ser considerada inadequada a casos que tratam de controvérsia limitada à matéria de direito.				
IRDR 12	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 5	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 13	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de 1 terceiro interessado, por intempestividade do requerimento.				
IRDR 14	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: Entendeu-se desnecessária a realização de audiência pública, por ser considerada inadequada a casos que tratam de controvérsia limitada à matéria de direito.				
IRDR 15	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 10	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 17	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: Entendeu-se desnecessária a realização de audiência pública, por ser considerada inadequada a casos que tratam de controvérsia limitada à matéria de direito.				
IRDR 18	NÃO	NÃO	SIM - 4	SIM - 3	NÃO
	Observação: Relator intimou diversas entidades para ingressarem no feito na qualidade de <i>amici curiae</i> . Além disso, foi indeferido o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> por falta de demonstração de aptidão para contribuir para a solução da controvérsia. Por fim, foi indeferido o requerimento de sustentação oral feita por <i>amicus curiae</i> , sob o fundamento de que esse tipo de intervenção pode ficar restrita à apresentação de manifestação sobre o mérito da questão por memoriais, não gerando direito à sustentação oral perante o Tribunal.				



IRDR 19	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: Diante da ausência da manifestação de interessados quando da publicação da decisão que admitiu o incidente foi solicitada a manifestação de entidades que poderiam contribuir para a solução da controvérsia. Ademais, foi indeferido o pedido para realização de audiência pública, visto que a matéria já havia sido suficientemente apresentada pelas partes, bem como não vieram aos autos de forma voluntária associações ou entidades interessadas em trazer contribuições para o debate.				
IRDR 20	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 3	NÃO
	Observação: Um dos intervenientes requereu seu ingresso como assistente simples. O Relator considerou que esta não era a modalidade de intervenção cabível, admitindo seu ingresso como <i>amicus curiae</i> .				
IRDR 21	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 6	NÃO
	Observação: Relator solicitou a intervenção de 1 entidade como <i>amicus curiae</i> , mas esta deixou de se pronunciar nos autos.				
IRDR 22	NÃO	NÃO	NÃO	SIM -1	NÃO
	Observação: -.				
IAC 1	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Na mesma ocasião em que foi admitido o IAC foi julgado o mérito do incidente.				
IAC 2	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Na mesma ocasião em que foi admitido o IAC foi julgado o mérito do incidente.				
IAC 3	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
IAC 4	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Na mesma ocasião em que foi admitido o IAC foi julgado o mérito do incidente.				

Das informações colacionadas, verifica-se que foram admitidos 29 processos em IRDR e IAC no Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Entre essas demandas, 4 processos foram cancelados e 3 ainda estão em tramitação, não tendo sido ainda seu mérito julgado. Outrossim, foram fixadas 22 teses jurídicas vinculadas.

O tempo médio de tramitação dos incidentes de coletivização é de um pouco mais de um ano (13,4 meses). O lapso temporal é considerado razoável considerando os parâmetros estabelecidos pelo CPC.

Em relação aos parâmetros estabelecidos para a configuração de um procedimento que respeite as garantias processuais constitucionais, percebe-se que apenas um deles é efetivamente cumprido. Nesse sentido, não foi analisada nenhuma vez a adequação do caso-paradigma selecionado, tampouco a capacidade das partes representarem adequadamente os sujeitos ausentes. Do mesmo modo, não foi permitida a realização de nenhuma audiência pública, muitas vezes com o embasamento questionável de que esta não seria cabível quando houvesse apenas questão de direito controvertida.

Finalmente, conforme também foi observado nos demais tribunais, a intervenção de *amici curiae* é o único mecanismo verdadeiramente utilizado pelos tribunais para admitir a participação de terceiros nas técnicas de coletivização de julgamento. Tais intervenientes participaram em quase todos os processos instaurados pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

## 6.5 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Em relação ao Tribunal de Justiça de São Paulo, foram analisados todos os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e os Incidentes de Assunção de Competência admitidos.

TJSP 2016	Afetação	Status	Situação
IRDR 1	23/06/16	Mérito julgado	Tese Fixada - 28/03/2017
IRDR 2	01/09/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 30/06/2017
IRDR 3	01/09/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 28/03/2017
IRDR 4	29/09/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 31/08/2017
IRDR 5	30/11/16	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 30/06/2017

TJSP 2017	Afetação	Status	Situação
IRDR 6	14/03/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 13/04/2018
IRDR 7	14/03/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 10/11/2017
IRDR 8	10/08/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 29/11/2018
IRDR 9	15/08/17	Sobrestado por tema STJ	Sobrestamento
IRDR 10	24/08/17	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 10/08/2018
IRDR 11	08/11/17	Mérito julgado	Tese Fixada - 08/11/2018
IRDR 12	08/11/17	Mérito julgado	Tese Fixada - 10/08/2018
IRDR 13	16/11/17	Mérito julgado	Tese Fixada - 10/08/2018
IRDR 14	14/12/17	Trânsito em julgado	Cancelado
IAC 2	31/10/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

TJSP 2018	Afetação	Status	Situação
IRDR 15	24/01/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 19/10/2018
IRDR 16	24/01/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 19/10/2018
IRDR 17	01/02/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 26/04/2019
IRDR 18	18/05/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 30/11/2018
IRDR 19	04/06/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 23/05/2019
IRDR 20	12/07/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 15/10/2018

IRDR 21	2008/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 25/10/2019
IRDR 22	21/08/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 22/02/2019
IRDR 23	2009/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 25/10/2019
IRDR 24	17/10/18	Trânsito em julgado	Cancelado
IRDR 25	26/10/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 29/11/2019
IRDR 26	17/12/18	Mérito julgado	Tese Fixada - 25/11/2019
IAC 1	23/05/18	Trânsito em julgado	Tese Fixada - 29/03/2019

TJSP 2019	Afetação	Status	Situação
IRDR 27	05/04/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 28	12/04/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 07/11/2019
IRDR 29	02/05/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 26/06/2020
IRDR 30	13/06/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 26/06/2020
IRDR 31	03/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 32	03/10/19	Mérito julgado	Tese Fixada - 25/09/2020

TJSP 2020	Afetação	Status	Situação
IRDR 33	30/01/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 34	05/03/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 35	31/07/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 36	28/08/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 37	31/08/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 3	19/02/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

Ademais, foram levantadas as seguintes informações sobre os processos em que foi fixada tese jurídica vinculante.

Caso	Escolha direcionada do caso paradigma	Aferição da Representatividade Adequada	Terceiros interessados	Amicus curiae	Audiência pública
IRDR 1	NÃO	NÃO	SIM - 19	NÃO	NÃO
	Observação: Foi oportunizado ao suscitado se manifestar sobre a presença dos requisitos de admissibilidade do IRDR. Além disso, o Retalor solicitou que o BACEN fosse informado da instauração do incidente e se manifestasse no processo, a fim de fornecer informações e argumentos que contribuíssem para a solução da controvérsia.				
IRDR 2	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Foi indeferido o pedido de realização de audiência pública por se considerar desnecessário, uma vez que se tratava de questão puramente jurídica.				
IRDR 3	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO	NÃO

	Observação: O Relator solicitou que o BACEN fosse informado da instauração do incidente e se manifestasse no processo, a fim de fornecer informações e argumentos que contribuísse para a solução da controvérsia.				
IRDR 4	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 7	NÃO
	Observação: Foi escolhido como processo paradigma uma ação de conhecimento que tramitava em primeiro grau, em que ainda não havia sido oportunizado o contraditório pleno às partes. Foi indeferido o pedido de adiamento do julgamento para realização de sustentação oral feito por <i>amicus curiae</i> , tendo em vista que não há previsão legal de pedido de adiamento para fins de sustentação oral quando formulado exclusivamente por tal modalidade de terceiro interessado.				
IRDR 5	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 6	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 7	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Foi oportunizado as partes se pronunciar sobre a presença dos requisitos de admissibilidade do IRDR. Todavia, apenas uma delas apresentou manifestação. Uma das partes requereu que fossem solicitadas informações à Secretaria de Saúde, a fim de elucidar a questão de direito controvertida, o que foi indeferido, sob a justificativa de que a prova é destinada ao juiz na formação do seu livre convencimento, cabendo a ele decidir sobre a necessidade ou não da produção daquelas requeridas pelos interessados, o que não ofende o contraditório e o devido processo legal. Nesse sentido, juízo entendia que já teriam sido produzidas provas suficientes para a formação de seu convencimento.				
IRDR 8	NÃO	NÃO	SIM - 3	NÃO	NÃO
	Observação: Foi aberta vista ao Ministério Público para que oferecesse seu parecer quanto ao mérito da demanda, mas este se limitou a manifestar sua ciência. Além disso, apesar da admissão de 3 terceiros interessados, não houve manifestação de qualquer um deles no incidente.				
IRDR 10	NÃO	NÃO	SIM - 1	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi indeferido o pedido de realização de audiência pública por se considerar desnecessário, uma vez que se tratava de questão puramente jurídica.				
IRDR 11	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 12	NÃO
	Observação: Relator solicitou a oitiva de entidades que pudessem contribuir com a solução da controvérsia. Ademais, oportunizou-se, mesmo sem previsão legal específica para tanto no rito do IRDR, a manifestação das partes e dos interessados sobre os documentos novos acostados nos autos depois da admissão do incidente.				
IRDR 12	NÃO	NÃO	SIM - 4	SIM - 2	NÃO
	Observação: Foi indeferido o pedido de realização de audiência pública por se considerar desnecessário, uma vez que se tratava de questão puramente jurídica.				
IRDR 13	NÃO	NÃO	SIM - 8	SIM - 1	NÃO
	Observação: Foi indeferido o pedido de realização de audiência pública, pela existência de farta documentação acostada nos autos e de manifestações de diversas entidades e interessados.				
IRDR 15	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Única manifestação feita na demanda foi por parte da PGJ. As partes do IRDR se mantiveram inertes durante todo o seu processamento.				
IRDR 16	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 17	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: -.				
	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

IRDR 18	Observação: Partes foram intimadas para se manifestar sobre a decisão que admitiu o IRDR, mas estas se mantiveram silentes.				
IRDR 19	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 20	NÃO	NÃO	SIM - 1	SIM - 2	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 21	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 10	NÃO
	Observação: Foi indeferido o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> por representar os interesses de sujeitos que não seriam diretamente afetados pela decisão. Além disso, também se negou a intervenção de 2 advogados, porque o fato de manejarem ações correlatas não traria ao debate elementos distintos daqueles já trazido aos autos. Por fim, foi indeferido o ingresso de 8 terceiros interessados por falta de representatividade.				
IRDR 22	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 23	NÃO	NÃO	SIM - 1	SIM - 2	NÃO
	Observação: As partes foram intimadas para se manifestar sobre a decisão que admitiu o IRDR, mas estas se mantiveram silentes. Ademais, o Relator reconheceu expressamente que aqueles que possuem processos sobrestados em razão de discutirem a mesma questão de direito têm interesse jurídico para intervir no feito.				
IRDR 25	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Relator determinou, inicialmente, que era desnecessária a oitiva do suscitado sobre os documentos e petições elencadas pelo suscitante, tendo em vista que o IRDR se trata de processo objetivo, sendo despiciendo o contraditório no sentido de impugnação das alegações ali formuladas. A decisão foi posteriormente reconsiderada.				
IRDR 26	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 6	NÃO
	Observação: Relator solicitou a oitiva de entidades que pudessem contribuir com a solução da controvérsia. Ademais, foi admitido o ingresso de 1 <i>amicus curiae</i> mesmo já tendo sido designado julgamento, não lhe sendo oportunizado, por outro lado, o prazo de quinze dias para apresentação de informações e argumentos para a solução da controvérsia. Sua participação, então, ficou restrita à realização de sustentação oral.				
IRDR 28	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Relator determinou que o Ministério Público se manifestasse sobre a admissibilidade do incidente. Por sua vez, na sessão de julgamento, apenas o <i>amicus curiae</i> participou, uma vez que a parte suscitante não compareceu.				
IRDR 29	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Foi aberta vista ao Ministério Público para oferecesse seu parecer quanto ao mérito da demanda, mas este se limitou a manifestar sua ciência.				
IRDR 30	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 32	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 3	NÃO
	Observação: -.				
IAC 1	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Das 4 partes que compunham o IAC, apenas duas delas se manifestaram durante o processamento do incidente.				

Segundo os dados levantados, observa-se que foram instaurados 37 IRDR e 3 IAC no Tribunal de Justiça de São Paulo. Desses incidentes, 2 foram cancelados, 1 está sobrestado

aguardando o julgamento da mesma questão de direito pelo STJ e 9 ainda estão tramitando, pendendo decisão de mérito. Além disso, foram fixadas 28 teses jurídicas vinculantes.

O tempo de trâmite médio dos processos em que houve julgamento de mérito foi de 10,2 meses, atendendo aos critérios de celeridade previstos no CPC.

Em relação à promoção de uma participação e deliberação qualificadas expostos, percebe-se que os critérios expostos anteriormente não foram atendidos. Por outro lado, a configuração do procedimento adotado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo se difere, em certa medida, dos demais já analisados.

Apesar de não haver qualquer controle da seleção do caso paradigma e do representante dos terceiros ausentes, como nos outros tribunais, é possível notar uma participação muito maior de terceiros interessados. Nesse sentido, foi permitido o ingresso desses sujeitos em quase 1/3 dos casos.

Por outro lado, a contribuição oferecida por *amicus curiae* foi muito mais tímida. Enquanto nas demais cortes, na grande maioria dos casos pelo menos um interveniente desta modalidade era admitido, no Tribunal de Justiça de São Paulo não houve sua participação em apenas metade dos processos.

Por fim, verificou-se que habitualmente foi requerida a realização de audiência pública para melhor instrução do feito. Contudo, em nenhum incidente esse pleito foi deferido.

## 6.6 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

Em relação ao Tribunal de Justiça do Paraná, foram analisados todos os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas e os Incidentes de Assunção de Competência admitidos.

TJPR 2016	Afetação	Status	Situação
IRDR 1	29/11/16	Sobrestado por tema STJ	Sobrestamento

TJPR 2017	Afetação	Status	Situação
IRDR 2	13/03/17	Sobrestado por tema STJ	Sobrestamento
IRDR 3	12/05/17	Mérito julgado	Tese Firmada - 17/05/2019
IRDR 4	12/05/17	Trânsito em julgado	Tese Firmada - 17/08/2018
IRDR 5	23/06/17	Mérito julgado	Tese Firmada - 29/11/2019
IRDR 6	28/08/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

IRDR 7	15/09/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 8	20/09/17	Trânsito em julgado	Cancelado
IRDR 9	15/12/17	Trânsito em julgado	Tese Firmada - 14/08/2020
IAC 1	16/09/17	Mérito julgado	Tese Firmada - 18/09/2020
IAC 2	30/10/17	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 3	15/12/17	Mérito julgado	Tese Firmada - 14/06/2019
IAC 4	15/12/17	Mérito julgado	Tese Firmada - 21/05/2020

TJPR 2018	Afetação	Status	Situação
IRDR 10	19/02/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 11	10/04/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 12	13/04/18	Mérito julgado	Tese Firmada - 29/11/2019
IRDR 13	14/12/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 5	09/03/18	Trânsito em julgado	Tese Firmada - 13/09/2019
IAC 6	23/02/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 7	15/06/18	Trânsito em julgado	Tese Firmada - 20/08/2019
IAC 8	13/07/18	Trânsito em julgado	Tese Firmada - 13/09/2019
IAC 9	13/07/18	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 10	09/11/18	Trânsito em julgado	Tese Firmada - 09/11/2018

TJPR 2019	Afetação	Status	Situação
IRDR 14	15/02/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 15	15/02/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 16	15/03/19	Trânsito em Julgado	Tese Firmada - 07/02/2020
IRDR 17	15/03/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 18	15/03/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 19	12/04/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 20	22/05/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 21	16/08/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 22	13/09/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 23	18/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IRDR 24	18/10/19	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 11	14/06/19	Mérito Julgado	Tese Firmada - 18/10/2019

TJPR 2020	Afetação	Status	Situação
IRDR 25	13/02/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 12	11/05/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 13	14/08/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite
IAC 14	14/08/20	Acórdão afetação publicado	Em trâmite

Ademais, foram levantadas as seguintes informações sobre os processos em que foi fixada tese jurídica vinculante.

Caso	Escolha direcionada do caso paradigma	Aferição da Representatividade Adequada	Terceiros interessados	Amicus curiae	Audiência pública
IRDR 3	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO	NÃO
	Observação: Relator reconheceu que não há obrigatoriedade em se processar o primeiro incidente sobrestado, mas sim aquele que melhor representa a controvérsia. Todavia, não explicou por que o recurso afetado era o que melhor representava a controvérsia. Além disso, o Relator intimou as partes a se pronunciarem sobre a decisão de admissibilidade do incidente, mas apenas uma delas apresentou manifestação.				
IRDR 4	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: Relator solicitou o ingresso de 2 instituições na qualidade de <i>amicus curiae</i> tendo em vista sua capacidade de contribuir com a solução da controvérsia, mas apenas uma delas se manifestou no processo.				
IRDR 5	NÃO	NÃO	SIM - 39	NÃO	NÃO
	Observação: Os terceiros interessados que ingressaram no feito se limitaram a requerer a sua intimação dos atos do incidente. Ademais, foi indeferido o ingresso de outros terceiros interessados por intempestividade do pedido.				
IRDR 9	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 4	NÃO
	Observação: Relator solicitou o ingresso de 4 entidades na qualidade de <i>amicus curiae</i> tendo em vista sua capacidade de contribuir com a solução da controvérsia.				
IRDR 12	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 2	NÃO
	Observação: -.				
IRDR 16	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Apenas uma das partes se manifestou durante todo o processamento do incidente.				
IAC 1	NÃO	NÃO	SIM - 4	SIM - 2	NÃO
	Observação: Uma das partes e a Procuradora Geral de Justiça requereram a inclusão de entidades que poderiam contribuir com o julgamento do feito e que teriam interesse no feito.				
IAC 3	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: -.				
IAC 4	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Apesar de ter sido firmado acordo entre as partes, entendeu-se razoável dar continuidade ao processamento e julgamento do IAC.				
IAC 5	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Relator requereu informações de diversas entidades para melhor instruir o feito. Além disso, após requerimento do Ministério Público, determinou-se a intimação das partes para que se manifestassem sobre a controvérsia.				
IAC 7	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
	Observação: -.				
IAC 8	NÃO	NÃO	SIM - 1	SIM - 2	X
	Observação: Relator determinou que fossem intimados para se manifestar sobre a controvérsia as partes do incidente, 1 terceiro interessado e 2 <i>amici curiae</i> .				
IAC 10	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Observação: Na mesma sessão de julgamento em que foi admitido o IAC, foi julgado o seu mérito.				



	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - 1	NÃO
IAC 11	Observação: Procuradoria Geral de Justiça se manifestou pelo interesse do Estado do Paraná na solução controversa e requereu sua intervenção na qualidade de <i>amicus curiae</i> . O pedido apenas foi deferido pelo Relator após sua reiteração do pedido pelo interveniente.				

A partir das informações coletadas, infere-se que foram instaurados 25 IRDR e 14 IAC pelo Tribunal de Justiça do Paraná. Dessas ações, 1 foi cancelada, 2 estão sobrestadas aguardando julgamento da mesma matéria jurídica pelo STJ e 22 ainda estão sendo processadas. Ademais, julgou-se o mérito de 14 processos, com a definição de tese jurídica vinculante.

O lapso temporal médio entre a decisão de afetação e o julgamento de mérito é de 19,3 meses. Assim, o tempo utilizado pelo tribunal ultrapassa aquele considerado como razoável pelo CPC.

Outrossim, em relação aos quesitos de participação e deliberação qualificada, o Tribunal de Justiça do Paraná se mostra o mais deficitário de todos os analisados. Em quase 43% dos processos analisados, não houve o atendimento de nenhum dos parâmetros estabelecidos para a utilização constitucional das técnicas de coletivização de julgamento.

Além de não ter sido realizada a verificação da adequação do caso selecionado como representativo da controvérsia e das partes escolhidas para representar os interessados ausentes, também não foi realizada nenhuma audiência pública. Ademais, só houve quatro incidentes em que foi admitida a participação de terceiros interessados.

Por último, em relação aos *amici curiae*, que se mostraram presentes em grande parte dos casos analisados nos demais cortes, no Tribunal de Justiça do Paraná eles contribuíram em menos da metade dos casos.

## 6.7 ANÁLISE CONSOLIDADA

A partir de dados expostos, chega-se a algumas conclusões em relação à utilização das técnicas de coletivização de julgamento pelos tribunais brasileiros. Todavia, antes de tudo, é necessário fazer apenas uma consideração.

Como pode se perceber, cada um dos tribunais analisados possui suas peculiaridades e especificidades quanto ao delineamento do procedimento adotado para o processamento e julgamento de casos através de mecanismos de solução concentrada. Além disso, o órgão julgador não é o único fator que influencia no modelo procedimental adotado. Também exercem grande

influência elementos como: (i) qual a técnica de coletivização utilizada; (ii) qual matéria sendo debatida na demanda; (iii) quem é o relator do processo; (iv) quais serão os maiores afetados pelo resultado da decisão judicial (v) como se dá atuação do Ministério Público enquanto *custus legis*, dentro outros.

Diante disso, torna-se complicado fazer generalizações muito abrangentes, sob o risco de se deduzir considerações imprecisas da realidade. Assim, todas as conclusões aqui apontadas devem ser interpretadas tendo essa ressalva em mente.

Em primeiro lugar, verificou-se que, de um modo geral, os tribunais não se preocupam em realizar uma seleção meticulosa e cuidadosa dos processos que servirão como representativos da controvérsia. Na maioria dos casos, não é feita qualquer tipo de análise nesse sentido.

Ademais, quando realizada, a aferição ocorre de duas maneiras diferentes. Na primeira delas, a verificação da adequação do processo escolhido é efetuada de maneira extremamente superficial, sem a exposição de razões concretas do porquê uma determinada ação devia ser considerada superior as demais existentes, no que tange a sua capacidade de bem representar a controvérsia. Em vários dos casos, a justificativa dada para a seleção de um determinado processo era que de que ele atendia aos requisitos para ser selecionado como paradigma. Esses requisitos se relacionavam ao mero cumprimento dos pressupostos de admissibilidade do recurso.

De outro lado, houve casos em que efetivamente se levou em conta o conteúdo do processo para qualificá-lo como representativo da controvérsia. Contudo, mesmo quando isso acontecia, levou-se em consideração apenas um ou dois dos parâmetros expostos anteriormente (completude da discussão, qualidade e diversidade da argumentação, contraditório efetivo e inexistência de restrição à cognição e à prova).

Dessa forma, em relação à escolha do caso paradigma, é possível inferir que o modo de seleção adotado pelos tribunais pátrios está muito aquém do esperado, quando se tem em mente uma visão constitucional do processo. Há, então, muito a ser mudado na mentalidade dos órgãos julgadores para que se garanta que os melhores processos sejam selecionados como representativos da controvérsia no âmbito das técnicas de coletivização de julgamento.

Quanto ao controle da capacidade das partes do caso paradigma em representar adequadamente os interesses e direitos dos ausentes que serão afetados pela decisão judicial vinculante o cenário é ainda mais problemático. Dentre todos os processos avaliados, não foi

encontrado um único em que essa questão foi objetivo de análise, ainda que superficialmente. Em momento algum se falou em representatividade adequada das partes condutoras do processo.

Conforme mencionado nos capítulos anteriores, a adequada representação dos ausentes é o mais importante fator para que as técnicas de coletivização de julgamento sejam consideradas constitucionais. Apesar de não haver qualquer empecilho para que se outorgue a alguém a tutela de direitos alheios, é imprescindível que a defesa desses direitos de terceiros seja feita de modo eficiente, célere e adequada, o que não foi verificado nos processos levantados.

Em muitos casos, pode-se observar, inclusive, uma completa desídia na forma como as partes conduziram a tramitação processual, chegando-se ao ponto de não apresentarem uma única manifestação durante todo o processamento da demanda.

Nessas hipóteses, torna-se patente a inconstitucionalidade da vinculação da decisão judicial a terceiros que não puderam participar do processo e nem tiveram seus interesses devidamente representados. E, infelizmente, um grande número de demandas julgadas sob o rito dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC se encaixam nesse padrão.

Por sua vez, a participação de terceiros interessados se deu de forma muito dessemelhante em cada um dos tribunais. A tendência foi de uma contribuição maior nos tribunais inferiores e menor no STF e no STJ.

Apesar dessa diferença, nota-se que boa parte dos magistrados ainda entendem que o fato de um sujeito possuir uma demanda em que se discute a mesma questão de direito objeto de um julgamento concentrado não lhe confere legitimidade da intervir no processo paradigma. Nesse âmbito, apesar de vários relatores mencionarem explicitamente em suas decisões a previsão legal que autoriza a participação de pessoas, órgãos ou entidades que possam contribuir com a discussão de uma tese jurídica vinculante, eles posteriormente indeferiram o ingresso desses terceiros no processo.

Os argumentos utilizados para denegar esse tipo de pleito foram basicamente dois. O primeiro deles é que o ingresso desse terceiro não se encaixa em nenhuma das modalidades interventivas previstas no CPC. Já o segundo recai na falta de representatividade adequada desses terceiros perante aqueles que possuem a mesma pretensão que a sua.

Apesar de se concordar que deve ser realizada uma análise da adequação da representação a ser feita pelo terceiro interveniente, acredita-se que esse argumento tem sido utilizado mais para

barrar a entrada desses sujeitos no processo do que em razão de uma efetiva preocupação com a adequada tutela dos interesses dos ausentes.

Em relação às audiências públicas, observou-se que foi realizada apenas uma no âmbito do STJ. Ademais, a solicitação para participação de pessoas e entidades com representatividade técnica ou expertise na matéria debatida foi feita de forma recorrente nos tribunais inferiores. Todavia, os requerimentos foram indeferidos todas as vezes, por dois motivos: (i) desnecessidade de realização de audiência pública quando o objeto do processo se restringe a questão de direito; (ii) existência de provas suficientes para a formação do convencimento do magistrado.

De fato, uma audiência pública só deve ser designada se ela for de fato contribuir para o aprimoramento da discussão. Todavia, a potencialidade de contribuição desse mecanismo não está relacionada com o fato de se discutir matéria de direito ou de fato no processo. Dessa maneira, os tribunais pátrios devem rever seu posicionamento para admitir a realização de audiências públicas sempre que essas se mostrarem convenientes para a apresentação de determinados argumentos e pontos de vista ou para a representação de certos interesses, quando não for possível fazê-los de outra forma.

Por fim e, diferentemente dos outros instrumentos de participação mencionados, percebe-se que a intervenção dos *amici curiae* nas técnicas de coletivização de julgamento é algo efetivamente aceito e promovido pelos tribunais brasileiros. A maioria dos processos analisados contaram com a participação desses intervenientes. Além disso, por muitas vezes, o próprio relator foi quem solicitou o ingresso de *amici curiae*, quando julgava que estes poderiam contribuir para a melhor solução da controvérsia.

A partir desse balanço geral, conclui-se que os tribunais brasileiros têm um grande caminho a percorrer até alcançarem um procedimento verdadeiramente constitucional, em que há uma concreta preocupação com a efetivação das garantias processuais. Como já dito, sem que haja uma comparticipação ampliada, abarcando todos os setores sociais e indivíduos que podem ser afetados pela decisão, e uma deliberação qualificada, a fim de se chegar à melhor decisão judicial possível, a utilização das técnicas de coletivização de litígios não pode ser considerada adequada à luz de um modelo constitucional de processo.

Assim, devem os tribunais pátrios passar a incorporar a seus procedimentos mecanismos que assegurem a adequada representação de todos os grupos e indivíduos que estarão vinculados a decisão judicial proferida, bem como atuar a fim de garantir que a decisão proferida em sede de

Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC seja a melhor possível, a partir da consideração e debate de todos os argumentos que envolverem a controvérsia de direito.

## 7. CONCLUSÃO

A partir das considerações feitas ao longo desse trabalho é possível concluir que o fenômeno da massificação das relações sociais trouxe, para vários ordenamentos jurídicos, o desafio de lidar com o crescente número de processos judiciais idênticos ou semelhantes. Isso porque o processo civil, em seu modelo clássico e tradicional, não foi capaz de lidar com a litigância repetitiva de forma adequada. A morosidade processual, a sobrecarga do Poder Judiciário e a proliferação de decisões conflitantes acerca de um mesmo tema foram as consequências dessa inaptidão.

Diante desse contexto, o Código de Processo Civil reforçou a utilização de técnicas de coletivização de julgamento que permitem que a definição de uma tese jurídica a ser dada a determinada questão de direito que se repete ou possa se repetir em diversos processos seja decidida uma única vez e, posteriormente, aplicada a todos os processos que sobre ela versem. Nesse âmbito é possível elencar os Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência.

Como visto, esses institutos compartilham entre si duas características fundamentais: (i) têm como resultado final e precípua a fixação de uma tese jurídica que representa a orientação definitiva do Poder Judiciário sobre determinada questão de direito; (ii) suas decisões possuem eficácia vinculante, devendo, obrigatoriamente, ser aplicadas a todos os processos que versem sobre a mesma questão jurídica.

Por outro lado, apesar de essas técnicas parecerem ser uma solução adequada e razoável para o problema da litigância em massa, contribuindo para uma melhor gestão processual e para uma maior coesão da interpretação jurídica, elas são alvos de uma severa e importante crítica.

Ao se prever que indivíduos não participantes e intervenientes do processo passam a sofrer os efeitos de sua decisão judicial há uma clara violação do princípio do devido processo legal. Em outras palavras, ao se permitir que terceiros fiquem vinculados a uma tese jurídica definida em um processo no qual não puderam exercer o contraditório, configura-se uma clara violação dos postulados processuais constitucionais.

Por outro lado, em vista dos benefícios trazidos por esses institutos ao sistema jurídico brasileiro, sobretudo no que se refere à proteção da isonomia, da segurança jurídica e adequada gestão dos processos, é preciso adequar tais mecanismos a fim de torná-los constitucionais.

Para solucionar tal entrave, propôs-se, com base na ideia de contraditório como representação, que as técnicas de coletivização de julgamento se pautem em dois pilares fundamentais: comparticipação ampliada e deliberação qualificada.

Nesse panorama, em primeiro lugar, deve-se superar a ideia de participação direta de todos os interessados no julgamento da questão de direito nas técnicas de coletivização de julgamento. Isso tendo em vista a impossibilidade de compatibilização entre a utilização eficiente dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, IRDR e IAC e a admissão de todos os sujeitos eventualmente afetados pela decisão judicial – que pode chegar ao patamar de milhares de jurisdicionados.

Dessa forma, o contraditório e a ideia de participação clássicos cedem espaço para a noção de representatividade adequada. Isto é, os titulares do direito poderão ser representados por terceiros no processo em que se definir uma tese jurídica para eles vinculante, desde que comprovado que seus interesses foram suficiente e adequadamente representados.

Somado a isso, deve-se admitir a participação de pessoas e entidades como intervenientes a fim de que possam contribuir para a construção de uma decisão judicial em que sejam considerados todos os interesses e pontos de vista envolvendo a questão em discussão. Essa comparticipação qualificada resguarda a efetivação do princípio do contraditório ao mesmo tempo que legitima a utilização das técnicas de coletivização de julgamento.

Conforme exposto anteriormente, essa comparticipação ampliada pode ser alcançada através da participação de terceiros interessados, *amici curiae* e pela realização de audiências públicas. Todavia, deve-se lembrar sempre que tais mecanismos não podem ser utilizados apenas *pro forma*, devendo ser implementados para efetivamente contribuir para a construção de uma tese jurídica melhor.

Por sua vez, em relação à deliberação qualificada os membros dos tribunais responsáveis por fixarem as teses jurídicas vinculantes devem dialogar entre si para concluírem qual o entendimento a ser adotado, em uma verdadeira colaboração para a formação da decisão judicial. Além disso, os julgadores devem efetivamente levar em consideração todos os dados e argumentos trazidos ao processo por meio da comparticipação ampliada.

Com a conjugação de todos esses fatores, acredita-se que é possível a implementação das técnicas de coletivização de julgamento respeitando-se todos os valores constitucionalmente assegurados para assegurar um processo justo, devido e adequado para todos os jurisdicionados.

Todavia, apesar dessas considerações, percebeu-se que os tribunais pátrios ainda estão muito longe de utilizarem as técnicas de coletivização de julgamento de uma forma constitucional. Além de não se assegurar a representatividade adequada das partes ausentes ao processo que serão vinculadas à tese jurídica fixada, não se faz presente, da mesma forma, uma preocupação voltada a garantir uma comparticipação ampliada e uma deliberação qualificada.

Conclui-se, pois, que apesar de os Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência serem técnicas que podem se mostrar muito benéficas para a adequada gestão da grande massa de processos em trâmite no Poder Judiciário e para a concretização dos princípios da isonomia, da segurança jurídica e da duração razoável do processo, ainda há muito a se fazer para assegurar que tais mecanismos processuais sejam efetivamente adequados, à luz de um modelo constitucional de processo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOUD, Georges. Precedente judicial versus jurisprudência dotada de efeito vinculante. In: ARRUDA ALVIM, Teresa (Coord). *Direito Jurisprudencial*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

ABBOUD, Georges; CAVALCANTI, Marcos de Araújo. Inconstitucionalidade do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e os riscos ao sistema decisório. *Revista de Processo*, v. 240, pp. 221-242, fev/2015.

ABBOUD, Georges; FERNANDES, Ricardo Yarmin. Requisitos legais para a instauração do incidente de assunção de competência. *Revista de Processo*, v. 279, pp. 339-356, mai/2018.

ABI-CHAHINE, Paula Aparecida. O problema da litigiosidade de massa: análise crítica acerca das técnicas que conferem repercussão coletiva ao julgamento de demandas individuais. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

AGUIAR, Mirella de Carvalho. *Amicus curiae*. Salvador: Juspodivm, 2005.

ALMEIDA, Gustavo Milaré. O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e o trato da litigiosidade coletiva. In: ZANETI JR., Hermes (Coord). *Processo coletivo*. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016.

ALVES, Gustavo Silva. *Ações coletivas e casos repetitivos – a vinculação das decisões no processo coletivo*. Salvador: Juspodivm, 2018.

ALVIM, J. E. Carreira. Recursos especiais repetitivos: mais uma tentativa de desobstruir os Tribunais. *Revista de Processo*, v. 33, p. 168-185, ago/2008.

AMARAL, Guilherme Rizzo. Efetividade, segurança, massificação e a proposta de um ‘incidente de resolução de demandas repetitivas’. *Revista de Processo*, v. 196, pp. 237-274, jun/2011.

ANDERSON, Helen A. Frenemies of the Court: The many faces of *amicus curiae*. *University of Richmond Law Review*, v. 49, pp. 361-416, 2015.

ANDREWS, Neil. Multi-Party Litigation in England. *University of Cambridge Faculty of Law Research Paper* Nº 39, set/2013. Disponível em: <[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2330329](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2330329)>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ANDREWS, Neil. *O moderno processo civil: formas judiciais e alternativas de resolução de conflitos na Inglaterra*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

ANDRIGUI, Fátima Nancy. Recursos repetitivos. *Revista de Processo*, v. 185, pp. 265-281, jul/2010.

ARENHART, Sérgio Cruz. Processo multipolar, participação e representação de interesses concorrentes. In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix. *Processos Estruturais*. Salvador: Juspodivm, 2017.

ARENHART, Sérgio Cruz. Os terceiros e as decisões vinculantes no Novo CPC. *Revista TST*, v. 82, pp. 296-315, abr-jun/2016.

ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela coletiva de interesses individuais: para além da proteção dos interesses individuais homogêneos*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ARENHART, Sérgio Cruz; OSNA, Gustavo. *Curso de Processo Civil Coletivo*. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

ARENHART, Sérgio Cruz; PEREIRA, Paula Pessoa. Precedentes e Casos Repetitivos. Por que não se pode confundir precedentes com as técnicas do CPC para solução da litigância em massa. In: SARLET, Ingo Wolfgang; JOBIM, Marco Félix. *Precedentes Judiciais: diálogos transnacionais*. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.

ASSIS, Guilherme Bacelar Patrício de. A história do precedente vinculante na Inglaterra: um olhar sobre a função do stare decisis. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, v. 67, p. 295 - 316, jul./dez. 2015.

AUFIERO, Mario Vitor M. Técnicas para julgamento de casos repetitivos no novo Código de Processo Civil. *Revista dos Tribunais*, v. 265, pp. 277-297, mar/2017.

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco. Repercussão geral em recurso extraordinário e o papel do *amicus curiae*. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, v. 5, pp. 169-177, jul-dez/2013.

BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco; VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. Inconstitucionalidade do requisito da Repercussão Geral do Recurso Extraordinário e da técnica do julgamento por pinçamento. *Revista de Processo*, v. 811, pp. 243-259, set/2011.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Efetividade do processo e técnica processual. *Temas de direito processual*. 6ª Série. São Paulo: Saraiva, 1997.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. As ações coletivas na Constituição Federal de 1988. *Revista de Processo*, v. 18, pp. 187-200, jan-mar/1991.

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz. Uma introdução à doutrina dos precedentes vinculantes e obrigatórios. Teoria Jurídica Contemporânea. *Periódico do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRJ*. Rio de Janeiro, v. 1, p. 147-171, jul-dez/2018.

BASTOS, Antonio Adonias Aguiar. *O devido processo legal nas demandas repetitivas*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BASTOS, Antônio Adonias Aguiar. Devido processo legal, sociedade de massa e demandas repetitivas. In: THEODORO JR., Humberto Processo e Constituição: os dilemas do Processo Constitucional e dos princípios processuais constitucionais. Rio de Janeiro: GZ, 2010.

BASTOS, Antônio Adonias Aguiar. Situações jurídicas homogêneas: um conceito necessário para o processamento das demandas de massa. *Revista de Processo*, v. 186, pp. 87-107, ago/2010.

BENINI, Giorgio A. La representatividad adecuada en los procesos colectivos. Aspectos procesales y constitucionales. In: SALGADO, José M. (Coord.). *Procesos colectivos y acciones de clase*. Buenos Aires: Cathedra Jurídica, 2014.

BERCH, Michael A. A Proposal to Permit Collateral Estoppel of Nonparties seeking Affirmative Relief. *Arizona State Law Journal*, v. 38, pp. 511-541, 1979.

BONDIOLI, Luis Guilherme Aidar. A nova técnica de julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. *Revista Jurídica: doutrina, legislação e jurisprudência*, v. 387, pp. 27-52, jan/2010.

BONE, Robert G. *The Economics of Civil Procedure*. New York: Foundation Press, 2003.

BONE, Robert G. Rethinking the “day in court” ideal and nonparty preclusion. *New York law Review*, v. 67, pp. 193-293, 1992.

BUENO, Cassio Scarpinella. Incidente de Assunção de Competência: reflexões sobre seu cabimento, suspensão de processos e fungibilidade. *Revista de Processo*, v. 309, pp. 279-295, nov/2020.

BUENO, Cássio Scarpinella. *Amicus curiae no processo civil brasileiro: um terceiro enigmático*. São Paulo: Saraiva, 2006.

BURCH, Elizabeth. Calibrating Participation: Reflections on Procedure versus Procedure Justice. *DePaul Law Review*, v. 65, pp. 323-356, 2016.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa. Súmulas, Praticidade e Justiça: Um olhar crítico sobre o direito sumular e a individualização do direito à luz do pensamento de Misabel de Abreu Machado Derzi. In: COELHO, Sacha Calmon Navarro (Coord.). *Segurança Jurídica: Irretroatividade das decisões judiciais prejudiciais aos contribuintes*. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

BUSTAMANTE, Thomas da Rosa de; DERZI, Misabel de Abreu Machado. O efeito vinculante e o princípio da motivação das decisões judiciais: em que sentido pode haver precedentes vinculantes no direito brasileiro? In: FREIRE, Alexandre et al. *Novas tendências do processo civil*. V. I. Salvador: Juspodivm, 2013.

CABRAL, Antonio do Passo. A escolha da causa-piloto nos incidentes de resolução de processos repetitivos. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da Cunha (Coords.). *Julgamento de Casos Repetitivos*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 10. Salvador: Juspodivm, 2016.

CABRAL, Antonio do Passo. Despolarização do processo e “zonas de interesse”: sobre a migração entre polos da demanda. *Revista Eletrônica do Ministério Público Federal*, v. 1, pp. 1-43, 2009.

CABRAL, Antonio do Passo. Os efeitos processuais da audiência pública. *Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União*, v. 24/25, pp. 41-65, jul-dez/2007.

CABRAL, Antonio do Passo. O novo procedimento modelo (*Musterverfahren*) alemão: uma alternativa às ações coletivas. *Revista de Processo*, v. 147, pp. 123-146, mai/2007.

CABRAL, Antonio do Passo. O contraditório como dever de boa-fé processual objetiva. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 126, pp. 59-81, ago. 2005.

CABRAL, Antonio do Passo. Pelas Asas de Hermes: A intervenção do *amicus curiae*, um terceiro especial. Uma análise dos institutos interventivos similares – o *amicus* e o *Vertreter des öffentlichen* interesses. *Revista de Processo*, v. 117, pp. 9-41, set-out/2004.

CABRAL, Antonio do Passo; CRAMER, Ronaldo. *Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Levando padrões decisórios a sério: formação e aplicação de precedentes e súmulas*. São Paulo: Atlas, 2018.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo processo civil brasileiro*. São Paulo: Atlas, 2015.

CAMBI, Eduardo. Jurisprudência lotérica. *Revista dos Tribunais*, v. 786, pp. 108-128, abr/2001.

CAMBI, Eduardo; FOGAÇA, Mateus Vargas. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Novo Código de Processo Civil. In: MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais*. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016.

CAMBI, Eduardo; CAMBI, Gustavo Salomão. Disciplina e o princípio da ampla defesa na Constituição Federal de 1988. *Revista de Processo*, v. 131, p. 58-82, jan/2008.

CAPPELLETTI, Mauro. Formações sociais e interesses coletivos diante da justiça civil. *Revista de Processo*, v. 5, pp. 128-159, jan.-mar./1997.

CAPONI, Remo. O princípio da proporcionalidade na justiça civil – primeiras notas sistemáticas. *Revista de Processo*, v. 192, pp. 397-415, fev/2011.

CAPONI, Remo. Modelli europei di tutela collettiva nel processo civile: esperienza tedesca e italiana a confronto. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, v. IV, pp. 1229-1256, 2007.

CARDOSO, Juliana Provedel. *O modelo brasileiro de processo coletivo*. Salvador: Juspodivm, 2018.

CAVALCANTI, Marcos. A falta de controle judicial da adequação da representatividade no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR). In: MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016.

CAVALCANTI, Marcos de Araújo. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

CAVALCANTI, Marcos. *Incidente de resolução de demandas repetitivas e ações coletivas*. Salvador: Juspodivm, 2015.

CHAMBERLAIN, Daniel Henry. *The doctrine of stare decisis: its reasons and its extent*. New York: Baker, Voorhis & CO Publishers, 1885.

CHASE, Oscar G et. al. *Civil Litigation in Comparative Context*. St. Paul: Thompson West, 2007.

CHIOVENDA, Giuseppe. *Princípios de Derecho Procesal*. Tradução José Casais Y Santalo. Madrid: Editorial Réus, 1922.

CINTRA, Lia Carolina Batista. *Intervenção de terceiro por ordem do juiz: a intervenção iussu iudicis no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

CLEVE, Clemerson Merlin. A eficácia dos direitos fundamentais sociais. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, v. 54, pp. 28-39, jan-mar/2006.

COFFEE JR., John C. Conflicts, consent and allocation after Amchem Products-OR whey attorneys need consent to give away their client's money. *Virginia Law Review*, v. 84, pp. 1541-1560, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Justiça em Números 2019*. Brasília: CNJ, 2019.

CONSOLO, Claudio; RIZZARDO, Dora. Due modi di mettere l'azione collettive alla prova: Inghilterra e Germania. *Rivista trimestrale di diritto e procedura civile*, v. 60, pp. 891-914, 2006.

COOPER, Edward H. The (cloudy) future of class actions. *Arizona Law Review*, v. 73, pp. 923-963, 1998.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. Recurso extraordinário: da Constituição Federal de 1988 ao atual CPC. *Revista de Processo*, v. 289, pp. 21-45, mar./2019.

CÔRTEZ, Osmar Mendes Paixão. Natureza e efeitos da decisão em recurso repetitivo: uma tentativa de sistematizar a observância à tese firmada na decisão paradigma. *Revista de Processo*, v. 273, pp. 403-452, nov/2017.

COSTA, Eduardo José da Fonseca. As noções jurídico-processuais de eficácia, efetividade e eficiência. *Revista de Processo*, v. 121, pp. 275-301, mar/2005.

COSTA, Susana Henriques da. O controle judicial da representatividade adequada: uma análise dos sistemas norte-americano e brasileiro. In: SALLES, Carlos Alberto de. (Coord.). *As grandes transformações do processo civil brasileiro: homenagem ao professor Kazuo Watanabe*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

CUNHA, Ana Paula Ruschel da. A capacidade financeira na representação adequada no Anteprojeto de Antônio Gidi. Disponível em: <<http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Ana%20Paula%20R.%20da%20Cunha%20.%20Artigo%20final%2012.05.pdf>> Acesso em: 01 julho de 2020.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. Anotações sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas previsto no projeto do novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, v. 193, pp. 255-280, mar/2011.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. O regime processual das causas repetitivas. *Revista de Processo*, v. 179, pp. 139-174, jan/2010.

DAMAŠKA, Mirjan. The Common Law-Civil Law Divide: Residual Truth of a Misleading Distinction. *Supreme Court Law Review*, v. 49, pp. 3-22, 2010.

DEFLORIAN, Luisa Antoniolli. Il ruolo del precedente giudiziale nel common law inglese. In: VICENTI, Umberto (Org.). *Il valore dei precedenti giudiziali nella tradizione europea*. Padova: Cedam, 1998.

DIDIER JR.; Fredie. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 1. 17. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. III. Salvador: Juspodivm, 2016.

DIDIER JR., Fredie; TEMER, Sofia. A decisão de organização do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da Cunha (Coords.). *Julgamento de Casos Repetitivos*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 10. Salvador: Juspodivm, 2016.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes. Ações coletivas e o incidente de julgamento de casos repetitivos – espécies de processo coletivo no direito brasileiro: aproximações e distinções. *Revista de Processo*. São Paulo, v. 256, p. 209-218, jun./2016.

DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR., Hermes; ALVES, Gustavo Silva. Intervenção dos membros do grupo no julgamento de casos repetitivos. *Civil Procedure Review*, v. 10, pp. 51-73, jan-abr/2019.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. V. I, Livro, I. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processo Civil*. V. II. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

DOMINICIS, Fabio de. *L'ammissibilità dell'azione di classe*. Tese di Laurea (Laurea in Giurisprudenza). Università degli studi di Firenze, Firenze, 2016.

DUARTE, Ricardo Quass. *O tempo inimigo do Processo Civil Brasileiro*. São Paulo: LTr, 2009.

DUXBURY, Neil. *The nature and authority of precedent*. Cambridge: Cambridge University, 2008.

DWORKIN, Ronald. *Is democracy possible here?* Princeton: Princeton University Press, 2006.

DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DYSON, John Anthony. *The application on the Amendments to the Civil Procedure Rules*. London: The Master of the Rolls, 2013.

EVANS, Laura. Limiting Virtual Representation in *Headwaters Inc. v. United States Forest Service: Lost (Opportunity) in the Oregon Woods?* *Ecology Law Quarterly*, v. 33, p. 725-754, 2006.

FACHIN, Luiz Edson; FORTES, Luiz Henrique. Repercussão geral do recurso extraordinário: dever de demonstração da transcendência e relevância da questão constitucional. *Revista de Processo Comparado*, v. 7, pp. 227-251, jan.-jun./2018.

FADDA, Carlo. *L'azione popolare: studio di diritto romano ed attuale I. Parte Storica*. Torino: Unione Tipografica-Editrice, 1894.

FAZZALARI, Elio. *Instituzioni di diritto processuale*. 8. ed. Napoli: Dott. Eugenio Jovene, 1996.

FERRARO, Marcela Pereira. Litígios estruturais: algumas implicações da publicidade no processo In: ARENHART, Sérgio Cruz; JOBIM, Marco Félix (Org.). *Processos estruturais*. Salvador: JusPodivm, 2017.

FISS, Owen. The allure of individualism. *Iowa Law Review*, v. 78, pp. 965-979, 1993.

FONSECA, João Francisco Naves da Fonseca. *Exame dos fatos nos Recursos Extraordinário e Especial*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, 2010.

FORNACIARI, Flávia Hellmeister Clito. *Representatividade adequada nos processos coletivos*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FREER, Richard D. *Civil Procedure*. 3 ed. New York: Wolters Kluwer Law & Business, 2019.

GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. Os perfis do Incidente de Assunção de Competência. *Revista de Processo*, v. 297, pp. 213-231, nov./2019.

GIDI, Antonio. *Rumo a um Código de Processo Civil Coletivo*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

GIDI, Antonio. *A class action como instrumento de tutela coletiva de direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GIDI, Antonio. A representação adequada nas ações coletivas brasileiras: uma proposta. *Revista de Processo*, v. 108, pp. 61-70, out-dez/2002.

GOMES, Frederico Augusto; MARANHÃO, Clayton. O terceiro afetado e o devido processo legal na resolução de demandas repetitivas. *Revista Iberoamericana de Derecho Procesal*, v. 7, pp. 191-223, jan-jun/2018.

GRACE, Stefano M. Strengthening investor confidence in Europe: U.S. style securities class action and the *acquis communautaire*. *Journal of Transnational Law & Policy*, v. 15, pp. 281-304, 2006.

GRANT, Maximilian A. The Right Not to Sue: A First Amendment Rationale for Opting Out of Mandatory Class Action. *University of Chicago Law Review*, v. 63, pp. 239-273, 1996.

GREGO, Leonardo. *Instituições de processo civil*, v. I. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

GRECO, Leonardo. Garantias fundamentais do processo: o processo justo. *Estudos de Direito Processual*. Campos dos Goytacazes: Ed. Faculdade de Direito de Campos, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O tratamento dos processos repetitivos. In: JAYME, Fernando Gonzaga; FARIA, Juliana Cordeiro; LAUAR, Maria Terra (Coords.). *Processo Civil: Novas Tendências – Estudos em homenagem ao professor Humberto Theodoro Junior*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Novas tendências do Direito Processual*. 2. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1990.

GUEDES, Cintia Regina. A evolução da figura do *amicus curiae*, seu potencial de participação nas demandas repetitivas e a necessidade de observância da paridade de armas. *Revista de Processo*, v. 294, pp. 297-332, ago/2019.

HENSLER, Debora R. The global landscape of collective litigation. In: HENSLER, Debora R.; HODGES, Christopher; TZANKOVA, Ianika (Coord.). *Class action in context: how culture, economics and politics shape collective litigation*. Cheltenham/Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016.



HESS, Burkhard. Relatório Nacional da Alemanha. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; MULLENIX, Linda; WATANABE, Kazuo (Org.). *Os processos coletivos nos países de civil law e common law: uma análise de direito comparado*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

HEYBURN II, John G. A view from the panel: part of solution. *Tulane Law Review*, v. 82, pp. 2225-2244, 2008.

HILL, Damien Byrne et al. *Class Actions in England and Wales*. Londres: Sweet & Maxwell, 2018.

HODGES, Christopher. *The reform of class and representative actions in European legal systems: a new framework for collective redress in Europe*. Oxford: Hart Publishing, 2008.

HODGES, Christopher. *Multi-party actions*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. *The Cost of Rights – Why Liberty Depends on Taxes*. New York: W.W Norton & Company, 2000.

JOHNSON, Jack L. Due or Voodoo Process: Virtual Representation as the Justification for the Preclusion of a Nonparty's Claim. *Tulane Law Review*, v. 68, pp. 1303-1381, 1993.

KAPLOW, Louis. The Value of Accuracy in Adjudication: an economic analysis. *The Journal of Legal Studies*, v. 23, pp. 307-401, 1994.

KENNEDY, John E. Let's All Join In: Intervention under Federal Rule 24. *Kentucky Law Journal*, v. 57, pp. 329-381, 1968.

KLETEMBERG, Melina Faucz. *A representação adequada no incidente de resolução de demandas repetitivas*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

KORNHAUSER, Lewis A.; SAGER, Lawrence G. The one and the many: adjudication in Collegial Courts. *California Law Review*, v. 81, pp. 1-59, 1993.

KRISLOV, Samuel. The *Amicus Curiae* Brief: From Friendship to Advocacy. *Yale Law Journal*, v. 72, pp. 694-721, 1963.

KOEHLER, Frederico Augusto Leopoldino. O sistema de precedentes vinculantes e o incremento da eficiência na prestação jurisdicional: aplicar a *ratio decidendi* sem rediscuti-la. *Revista de Processo*, v. 258, pp. 341-346, ago/2016.

KOZIKOSKI, Sandro Marcelo. O “novo” juízo de admissibilidade do recurso especial e extraordinário. In: MACÊDO, Lucas Buri; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais*. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016.

LAHAV, Alexandra D. Participation and procedure. *DePaul Law Review*, v. 64, pp. 513-536, 2015.

LARSEN, Allison Orr; DEVINS, Neal. The amicus machine. *Virginia Law Review*, v. 102, pp. 1901-1968, 2016.

LEE, Thomas R. Stare Decisis in Economic Perspective: An Economic Analysis of the Supreme Court's Doctrine of Precedent. *North Carolina Law Review*, v. 78, pp. 643-706, 2000.

LEMOES, Vinícius Silva. *Recursos e processos nos tribunais no Novo CPC*. São Paulo: Lexia, 2015.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Manuale di diritto processuale civile – principi*. 5. ed. Milano: Giuffrè, 1992.

LOBO, Arthur Mendes. Reflexões sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas. *Revista de Processo*, v. 185, pp. 233-244, jun/2010.

MACCORMICK, Neil. *Retórica e o Estado de Direito: Uma teoria da argumentação jurídica*. Tradução por: Conrado Hübner Mendes e Marcos Paulo Veríssimo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

MACCORMICK, Neil. Precedent in the United Kingdom. In: MACCORMICK, Neil; SUMMERS, Robert. (Org). *Interpreting Precedents – A comparative study*. London: Aldershot, 1997.

MACÊDO, Lucas Buril. Reclamação Constitucional fundada em precedentes obrigatórios no CPC/2015. In: MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais*. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016.

MARÇAL, Felipe Barreto. Repensando os mecanismos de ampliação do contraditório. *Revista de Processo*, v. 283, pp. 107-131, set/2018.

MARCUS, Richard L., SHERMAN, Edward F., ERICHSON, Howard M. *Complex litigation: cases and materials on advanced civil procedure*. 5 ed. St. Paul: Thomson West, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: decisão de questão idêntica x precedente*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa julgada sobre questão em favor de terceiros e precedentes obrigatórios. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. 19, pp. 501-522, set-dez./2018.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Julgamento nas Cortes Supremas: precedente e decisão do recurso diante do novo CPC*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme. *O STJ enquanto Corte de Precedentes*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme. Sobre o Incidente de Assunção de Competência. *Revista de Processo*, v. 260, pp. 233-256, out/2016.

MARINONI, Luiz Guilherme. O “problema” do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos. *Revista de Processo*, v. 249, pp. 399-419, nov/2015.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes Obrigatórios*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Técnica processual e tutela de direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Efetividade do Processo e Tutela de Urgência*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabriz Editor, 1994.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Novas linhas de processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Repercussão geral no recurso extraordinário*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Curso de Processo Civil: a tutela dos direitos mediante procedimento comum*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

MAZZEI, Rodrigo. Tutela coletiva em Portugal: uma breve resenha. In: MAZZEI, Rodrigo; NOLASCO, Rita Dias (Coord.). *Processo civil coletivo*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

MAZZILI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MCDONALD, Michael R.; SANTOMAURO, Damian V. *Cutting the strings pulling the puppet class representative*. Disponível em: <<https://media.gibbonslaw.com/wp-content/uploads/2019/01/07150452/DRI-McDonald-Santomauro.pdf>>. Acesso em: 01 julho de 2020.

MEIRELES, Edilton. Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no Processo Civil brasileiro. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da Cunha (Coords.). *Julgamento de Casos Repetitivos*. Coleção Grandes Temas do Novo CPC, v. 10. Salvador: Juspodivm, 2016.

MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas: sistematização, análise e interpretação do novo instituto processual*. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro. *Ações coletivas e meios de resolução de conflitos no direito comparado e nacional*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. Reflexões sobre o Incidente de Resoluções de Demandas Repetitivas previsto no projeto de novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, v. 211, pp. 191-207, set/2012.

MENDES, Aluísio Gonçalves de Castro; TEMER, Sofia. O incidente de resolução de demandas repetitivas do novo Código de Processo Civil. In: ZANETI JR., Hermes (Coord). *Processo coletivo*. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016.

MENEZES, André Beckmann de Castro. *O IRDR como política pública judiciária: A proteção ao princípio da igualdade a partir da adequada representação*. Dissertação (Mestrado em Direito). Centro Universitário do Pará, Belém, 2018.

MITIDIERO, Daniel. *Cortes Superiores e Cortes Supremas: do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MITIDIERO, Daniel. *Precedentes: da persuasão à vinculação*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MITIDIERO, Daniel. Precedentes, Jurisprudência e Súmulas no Novo Código de Processo Civil Brasileiro. *Revista de Processo*, v. 245, pp. 333-349, jul/2015.

MOREIRA, Egon Bockmann; BAGATIN, Andreia Cristina; ARENHART; Sérgio Cruz; FERRARO, Marcella Pereira. *Comentários à Lei da Ação Civil Pública*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

MULHERON, Rachel. The case for an opt out class action for European member states: a legal and empirical analysis. *Columbia Journal of European Law*, v. 15, pp. 409-444, 2009.

MULHERON, Rachel. From Representative Rule to Class Action: steps rather than leaps. *Civil Justice Quarterly*, v. 24, pp. 424-439, 2005.

MULHERON, Rachel. *The class action in common law legal systems: a comparative perspective*. Oxford: Hart Publishing, 2004.

MULLENIX, Linda S. New trends in standing and res judicata in collective suits. General Report – Common Law. In: *Direito Processual Comparado - XIII World Congress of Procedural Law*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MULLENIX, Linda S. Taking Adequacy Seriously: the inadequate assessment of adequacy in litigation and settlement classes. *University of Texas Law Review*, v. 261, pp. 1687-1744, 2004.

NAGAREDA, Richard. Administering adequacy in class representation. *Texas Law Review*, v. 82, pp. 287-330, 2003.

NERY JR., Nelson. *Princípios do processo na Constituição Federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

NEWMAN, Jon. Rethinking Fairness: Perspectives on the Litigation Process. *Yale Law Journal*, v. 94, pp. 1643-1659, 1985.

NUNES, Dierle. Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos. In: WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo (Org.). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NUNES, Dierle. *Processo jurisdicional democrático*. Juruá, 2008.

OSNA, Gustavo. *Processo civil, cultura e proporcionalidade: análise crítica da teoria processual*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

OSNA, Gustavo. O(s) problema(s) do incidente de resolução de demandas repetitivas: dialogando com Luiz Guilherme Marinoni. In: ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel (Coord.). *O processo civil entre a técnica processual e a tutela de direitos: estudos em homenagem à Luiz Guilherme Marinoni*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

OSNA, Gustavo. *Direitos individuais homogêneos: pressupostos, fundamentos e aplicação no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PENA, Ana Maria Moliterno. *Microsistema: o problema do sistema no polissistema*. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Paula Pessoa. *O STJ como corte de definição de direitos: uma justificativa a partir do universalismo*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PETRESCU, Victor. Crash and Burn: Taylor v. Sturgell's Radical Redefinition of the Virtual Representation Doctrine. *Miami Law Review*, v. 64, p. 735-770, 2010.

PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1984.

RADIN, Max. Case Law and Stare decisis: Concerning "Präjudizienrecht in Amerika". *Columbia Law Review*. New York, v. 33, pp. 199-212, fev/1993.

RAGONE, Álvaro Pérez. La revalorización de la audiencia preliminar o preparatoria: una mirada desde la justicia distributiva en el proceso civil. *Revista de Processo*, v. 252, pp. 405-435, fev/2016.

RAMIRES, Maurício. *Crítica à Aplicação de Precedentes no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

RAVAGNANI, Giovani dos Santos; RODRIGUES, Marcely Ferreira. Seleção do caso piloto nos recursos repetitivos, litigância repetitiva e o grande litigante. *Revista de Processo*, v. 291, pp. 229-261, mai/2019.

REDISH, Martin H. *Constitutional democracy and the problem of the class action lawsuit*. Stanford University Press: Stanford, 2009

REDISH, Martin H. The Adversary System, Democratic Theory, and the Constitutional Role of Self-Interest: The Tobacco Wars. *DePaul Law Review*, v. 51, pp. 359-406, 2001.

REDISH, Martin H.; BERLOW, Clifford W. The Class Action as Political Theory. *Washington University Law Review*, v. 85, pp. 753-813, 2008.

REDISH, Martin H.; KATT, Willian J. Taylor v. Sturgell, Procedural Due Process, and the Day-in-Court Ideal: Resolving the Virtual Representation Dilemmas. *Notre Dame Law Review*, v. 84, pp. 1877-1918, jul./2009.

REZENDE, Caroline Gaudio. O contraditório (ou sua ausência) no Musterverfahren brasileiro. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. XIII, pp. 102-124, jan-jun/2014.

RICHTER, Bianca Mendes Pereira. O Incidente de Assunção de Competência como precedente no Novo Código de Processo Civil: análise do instituto no Superior Tribunal de Justiça. *Revista de Processo*, v. 280, pp. 303-334, jun/2018.

RICHTER, Bianca Mendes Pereira. Representatividade Adequada: uma comparação entre o modelo norte-americano da class action e o modelo brasileiro. *Revista Jurídica da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo*, v. 1, p. 213-230, 2012.

ROBERTS, Carlisle F. Virtual Representation in Actions Affecting Future Interests. *Illinois Law Review*, v. 30, pp. 580-602, 1936.

RODRIGUES, José Rodrigo. *Como decidem as Cortes: para uma crítica do direito (brasileiro)*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. *Fundamentos da tutela coletiva*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2017.

RODRIGUES, Roberto de Aragão Ribeiro. As ações-teste na Alemanha, Inglaterra e legislação brasileira projetada. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. VIII, pp. 905-939, jul-dez/2011.

ROQUE, Andre Vasconcelos. O que significa representatividade adequada? Um estudo de direito comparado. *Revista Eletrônica de Direito Processual*, v. IV, pp. 171-198, jul-dez/2009.

ROSSONI, Igor Bimkowski. O “Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas” e a Introdução do Group Litigation no Direito Brasileiro: Avanço ou Retrocesso? *Revista Páginas de Direito*. Disponível em: <<https://www.paginasdedireito.com.br/index.php/artigos/44-artigos-dez-2010/4740-o-incidente-de-resolucao-de-demandas-repetitivas-e-a-introducao-do-group-litigation-no-direito-brasileiro-avanco-ou-retrocesso>>. Acesso em: 01 julho 2020.

SALLES, Carlos Alberto de. Processo Civil e Interesse Público. In: SALLES, Carlos Alberto de (Org.). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

SANTOS, Ramon Ouais; PUGLIESE, Willian Soares. A teoria dos precedentes como uma teoria normativa da jurisdição. *Revista de Processo*, v. 272, pp. 375-396, out/2017.

SCARPARO, Eduardo. Controle de representatividade adequada em processos coletivos no Brasil. *Revista de Processo*, v. 208, pp. 125-148, jun/2012.

SCHAUER, Frederick. Precedents. *Stanford Law Review*, v. 39, pp. 571-606, fev/1987.

SEXTON, John E.; MILLER, Arthur R.; FRIENDENTHAL, Jack H.; COUND, John J. Civil Procedure: cases and materials. 7 ed. West Group, St. Paul, Minn, 1997.

SHAPIRO, David L. Class action: the class as party and client. *Notre Dame Law Review*, v. 73, pp. 913-961, 1991.

SHAPIRO, David L. Some Thoughts on Intervention before Courts, Agencies, and Arbitrators. *Harvard Law Review*, v. 81, pp. 721-772, 1968.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Congestionamento viário e congestionamento judiciário. *Revista de Processo*, v. 236, pp. 13-26, out/2014.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

SILVA, Ricardo Menezes da. *Tratamento adequado de demandas repetitivas no primeiro grau: uma análise a partir do novo Código de Processo Civi*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SILVA, Ticiano Alves. Intervenção do sobrestado no julgamento por amostragem. *Revista de Processo*, v. 182, pp. 234-257, abr/2010.

SILVA, Virgílio Afonso da. Deciding without deliberating. *International Journal of Constitutional Law*, v. 11, pp. 557-584, 2013.

SOKAL, Guilherme Jales. A nova ordem dos processos no tribunal, colegialidade e garantias no CPC/2015. *Revista de Processo*, v. 272, pp. 237-270, out/2017.

SOKAL, Guilherme Jales. O novo CPC e o federalismo. *Revista brasileira de Advocacia Pública*, v. 4, pp. 183-211, 2017.

SOKAL, Guilherme Jales. *O julgamento colegiado nos tribunais: procedimento recursal, colegialidade e garantias fundamentais do processo*. São Paulo: Método, 2012.

SOMBRA, Thiago Luís Santos. Supremo Tribunal Federal Representativo? O impacto das audiências públicas na deliberação. *Revista de Direito GV*, v. 13, pp. 236-273, jan-abr/2017.

STRECK, Lênio; ABBOUD, Georges. O NCPC e os precedentes – afinal, do que estamos falando?. In: DIDIER JR., Fredie; CUNHA, Leonardo Carneiro da; ATAÍDE JR., Jaldemiro Rodrigues de; MACÊDO, Lucas Buril de. (Coord.). *Precedentes: Coleção Grandes Temas do Novo CPC*. V. 3. Salvador: Juspodivm, 2015.

STRECK, Lênio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016.

STRICKLER JR., George M. Protecting the class: the search for the adequate representative in class action litigation. *DePaul Law Review*, v. 34, pp. 73-161, 1984.

TALAMINI, Eduardo. A dimensão coletiva dos direitos individuais homogêneos: ações coletivas e os mecanismos previstos no Código de Processo Civil. In: ZANETI JR., Hermes (Coord). *Processo coletivo*. Coleção Repercussões do Novo CPC, v. 8. Salvador: Juspodivm, 2016.

TALAMINI, Eduardo. *Coisa julgada e sua revisão*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

TARTUCE, Fernanda; ASPERTI, Maria Cecília de Araújo. As técnicas de julgamento de casos repetitivos e a triagem de processos e recursos sob a perspectiva do acesso à justiça. *Revista dos Tribunais*, v. 288, pp. 275-299, fev/2019.

TARUFFO, Michele. Some remarks on group litigation in comparative perspective. *Duke Journal of Comparative & International Law*, v. 11, pp. 405-421, 2001.

TEMER, Sofia. *Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas*. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2020.

TEMER, Sofia. *Participação no processo civil: repensando litisconsórcio, intervenção de terceiros e outras formas de atuação*. Juspodivm, 2020.

THEODORO JR., Humberto. Regime das demandas repetitivas no Novo Código de Processo Civil. In: MACÊDO, Lucas Buril; PEIXOTO, Ravi; FREIRE, Alexandre. *Processo nos tribunais e meios de impugnação às decisões judiciais*. 2. ed. Coleção Novo CPC – Doutrina Seleccionada, v. 6. Salvador: Juspodivm, 2016.

THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento*, v. III. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.



THEODORO JR., Humberto; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre. Litigiosidade em massa e repercussão geral no recurso extraordinário. *Revista de Processo*, v. 177, pp. 9-46, nov/2009.

TIDMARSH, Jay. Rethinking adequacy of representation. *Texas Law Review*, v. 87, pp. 1137-1203, 2009.

TOFFOLI, Vitor. Recursos especiais repetitivos: critérios de seleção dos recursos paradigmas. *Revista de Processo*, v. 197, pp. 271-294, jul/2011.

TOSCAN, Anissara. *Preclusão processual*. Revista dos Tribunais, 2015.

TRANGSRUD, Roger H. Joinder Alternatives in Mass Tort Litigation. *Cornell Law Review*. New York, v. 70, pp. 779-849, 1985.

TUSHNET, Mark. New institutional mechanisms for making Constitutional Law. *Harvard Public Law Working Paper nº 15-08*, 2015.

VALE, André Rufino. *Argumentação constitucional – um estudo sobre a deliberação nos Tribunais Constitucionais*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VESTAL, Allan D. Res Judicata/Preclusion: Expansion. *Southern California Law Review*, v. 47, pp. 357-381, 1974.

VIEIRA, José Ribas; CORRÊA, Letícia. A audiência pública jurisdicional no Supremo Tribunal Federal. In: CARVALHO, Flávia Martins de; VIEIRA, José Ribas. (Orgs.). *Desafios da Constituição – Democracia e Estado no século XXI*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.

VIOLIN, Jordão. *Ação coletiva passiva: fundamentos e perfis*. Salvador: Juspodivm, 2008.

VITORELLI, Edilson. *O devido processo coletivo: dos direitos aos litígios coletivos*. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; VASCONSELOS, Rita de Cássia Corrêa. Recursos Especiais Repetitivos: reflexos das novas regras (Lei 11.672/2008 e Resolução 8 do STJ) nos processos coletivos. *Doutrinas Essenciais de Processo Civil*, v. 9, pp. 691-716, out/2011.

WELSCH, Gisele Mazzoni. Musterfeststellungsverfahren (§§ 606 a 614 da ZPO): novo instituto de reparação civil coletiva na Alemanha. *Revista de Processo*, v. 303, pp. 391-402, mai/2020.

WEISS, Elliott J.; BECKERMAN, John S. Let the money do the monitoring: How institutional investors can reduce agency costs in securities class actions. *Yale Law Journal*, v. 104, pp. 2053-2128, 1995.

WOLKART, Erik Navarro. *Mecanismos de objetivação do processo*. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

YEAZELL, Stephen C. *From medieval group litigation to modern class actions*. New Haven: Yale University Press, 1987.

ZANETI JR., Litigiosidade repetitiva? Avanços, desafios e perspectivas de futuro. In: JAYME, Fernando Gonzaga; MAIA, Renata Christiana Vieira; REZENDE, Ester Camila Gomes Norato; LANA, Helena (Org.). *Inovações e Modificações do Código de Processo Civil*. Belo Horizonte, Del Rey, 2017.

ZANETI JR., Hermes. Precedentes (treat like cases alike) e o novo Código de Processo Civil: Universalização e vinculação horizontal como critérios de racionalidade e a negação da “jurisprudência persuasiva” como base para uma teoria e dogmática dos precedentes no Brasil. *Revista de Processo*, v. 235, pp. 293-349, set/2014. p. 322.

ZANETI JR., Hermes. *A constitucionalização do processo: o modelo constitucional da justiça brasileira e as relações entre processo e constituição*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ZANETI JR., Hermes. *O “novo” mandado de segurança coletivo*. Salvador: Juspodivm, 2013.